

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS DE SOROCABA
CCHB – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CAÍQUE DIOGO DE OLIVEIRA

**“Qual o valor da entrega?”: experiências de jovens trabalhadores e
trabalhadoras em plataformas digitais de *delivery***

Sorocaba/SP

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – *CAMPUS* DE SOROCABA
CCHB – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**“QUAL O VALOR DA ENTREGA?”: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM PLATAFORMAS
DIGITAIS DE DELIVERY**

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos *campus* de Sorocaba, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carla Corrochano

Sorocaba/SP

2024

Oliveira, Caíque Diogo de

“Qual o valor da entrega?”: experiências de jovens trabalhadores e trabalhadoras em plataformas digitais de delivery / Caíque Diogo de Oliveira -- 2024. 308f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Maria Carla Corrochano

Banca Examinadora: Dra. Marília Pinto de Carvalho, Dra. Nádia Maciel Falcão, Dra. Aline Suelen Pires, Dr. Felipe de Souza Tarábola

Bibliografia

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Educação. I. Oliveira, Caíque Diogo de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Caique Diogo de Oliveira, realizada em 08/02/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria Carla Corrochano (UFSCar)

Profa. Dra. Nádia Maciel Falcão (UFAM)

Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho (USP)

Profa. Dra. Aline Suelen Pires (UFSCar)

Prof. Dr. Felipe de Souza Tarábola (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

CAÍQUE DIOGO DE OLIVEIRA

Qual o valor da entrega?": experiências de jovens trabalhadores e trabalhadoras em plataformas digitais de *delivery*

Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos campus de Sorocaba, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de doutor em Educação.

Sorocaba, 08 de fevereiro de 2024

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Carla Corrochano

Universidade Federal de São Carlos

Avaliadora externa:

Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho

Universidade de São Paulo

Avaliadora externa:

Profa. Dra. Nádia Maciel Falcão

Universidade de São Paulo

Avaliadora interna:

Profa. Dra. Aline Suelen Pires

Universidade Federal de São Carlos

Avaliador interno:

Profa. Dra. Felipe de Souza Tarábola

Universidade Federal de São Carlos

Dedicatória

Aos e às jovens trabalhadores, que iniciam cedo sua vida de lutas

AGRADECIMENTO

A produção dessa tese foi uma longa jornada, que envolveu muita entrega e empenho. Boa parte realizou-se durante a pandemia de covid-19 e foi marcada por muitas dores, angústias e momentos de solidão. Ao mesmo tempo, várias pessoas tornaram essa jornada mais fácil. Pessoas que ofereceram diversos suportes - materiais e imateriais - para o desenvolvimento desse trabalho. Certamente as poucas páginas dessa seção não darão conta de expressar a gratidão por todas elas.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida ao longo do doutorado. Ainda que longe daquilo que merecem os cientistas brasileiros, a remuneração foi fundamental para a permanência na instituição e a concretização desse projeto. Acredito que esse apoio precisa ser valorizado, pois é um instrumento muito importante para que a classe trabalhadora tenha acesso a essa etapa de ensino.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar campus Sorocaba. Aos docentes e técnicos envolvidos na construção do programa, bem como os colegas.

Agradeço à profa. Dra. Maria Carla Corrochano, a quem cultivo grande admiração pela produção intelectual e empenho na contribuição para a constituição do campo de estudos em juventude no Brasil. Desde sua orientação no mestrado, passando por esses 4 anos no doutorado, sempre demonstrou cuidado, atenção e paciência ao longo do processo. Serei eternamente grato.

Esse trabalho também foi fortemente influenciado pela banca avaliadora, a qual sou grato pelo acolhimento e colaborações ao trabalho. Agradeço à Profa. Dra. Nadia Maciel Falcão, à Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho, à Profa. Dra. Aline Suelen Pires e ao Prof. Dr. Felipe Tarábola pela disponibilidade em dialogar. Sinto-me muito prestigiado com a presença e atenção de cada um(a). Destaco também minha gratidão à Profa. Dra. Ludmila Costhek Abílio e à Profa. Dra. Marília Pontes Sposito pela participação e contribuições durante a banca de qualificação dessa tese.

Com certeza a minha trajetória acadêmica não seria o que é hoje se não fosse pelo estimado orientador de Iniciação Científica, Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo, que com paciência, disposição para educar e comprometimento com a Educação, fez muito para que eu chegasse até aqui. Meus agradecimentos se estendem também aos participantes do grupo de estudos HISTPEP. Foram diversos colegas que passaram por lá nos últimos 10 anos. Deixaram importantes contribuições e palavras de incentivo para que eu viesse a escrever uma tese de doutorado. Guardo com carinho o apoio de cada um.

Os vínculos de amizade que fiz no PPGEd foram muito significativos para que esse trabalho pudesse ser realizado. Ressalto também o apoio de colegas também orientandos e orientados pela Profa. Dra. Maria Carla Corrochano que participaram do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Gerações e Temas Contemporâneos todos esses anos.

Entre as amigadas que fiz ao longo do processo formativo, é preciso destacar nominalmente duas pessoas que estiveram comigo desde quando ainda era um recém-formado em Engenharia de Produção e mantiveram-se até os dias de hoje oferecendo apoio. A primeira é Flávia Ginzel. De uma sensibilidade ímpar, foi muito importante manter nossos “cafés virtuais” durante a pandemia. Tenho certeza que será uma doutora que atuará para transformar os espaços onde estiver em locais mais democráticos e acolhedores. Outra pessoa que me acompanhou durante esse processo e também tem tudo para transformar esse espaço é Jenny Justino. Iniciamos juntos essa jornada no doutorado e estamos encerrando juntos, com muita parceria e admiração que espero manter para além desse espaço. Sou eternamente grato pelos momentos de partilha e apoio para aplacar a solidão desse processo.

Há também alguns amigos e amigas que me acompanharam ao longo do desenvolvimento do projeto e que me ofereceram suporte direto para a realização dessa tese: Bruno Charnoski, Ana Martin, Thaís Almeida, Fabiana Oikawa, Ayrton Alves, Paulo Dias e Marriete Cantalejo, Daia Moura e Vanessa Soares. Cada um e cada uma, ao seu modo, contribuíram com generosidade para o presente acontecimento.

Agradeço também a generosidade e carinho de Sandiara Lima Vaz nos últimos semestres da confecção dessa tese. Guardo com muito apreço todo o suporte material e afetivo proporcionado.

Não posso deixar de reconhecer a contribuição fundamental dos entregadores e entregadoras, interlocutores dessa pesquisa. Alguns deles e delas tornaram-se amigos/as em minhas redes sociais. Agradeço a interlocução e a possibilidade de poder conhecer suas histórias. Agradeço o diálogo e espero ser merecedor da confiança depositada com os momentos de partilha.

Por fim, agradeço ao meu grande suporte e inspiração, que é minha família: Rosângela, Adilson, Stéfany e Gal. As duas primeiras por me oferecerem, cotidianamente, tudo de bom que elas podem oferecer a alguém, como vivo dizendo a vocês “Se não fosse vocês, eu não seria nada.” A terceira pessoa, Stéfany - hoje entrando no mestrado -, com seu apoio a esse trabalho e, principalmente, os inúmeros exemplos dados que me direcionam

sempre no caminho necessário para ser uma pessoa melhor e engajada na construção de um mundo mais justo para nós, para Gal e para as gerações que virão.

Na luta diária
pela felicidade que nunca vem,
a ferrugem do cotidiano
adormece nossa navalha.
Para quem não sabe,
em manhãs cinzas
e nas noites sem estrelas,
dentro dos ônibus,
pendurado nos trens
ou doze horas em cima de uma moto
(onde nunca é feriado)
também se travam
grandes batalhas

Sérgio Vaz

OLIVEIRA, Caíque. Juventude e trabalho nas plataformas digitais de *delivery*: experiências e desigualdades. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

RESUMO

Enquanto os jovens e as jovens enfrentaram a crise econômica pós-2013 e a pandemia da covid-19 como adversidades, as plataformas de aplicativos de *delivery* se aproveitaram do período de flexibilização da legislação trabalhista, distanciamento social e fechamento de centros comerciais para expandir seus negócios. Neste contexto, caracterizado pelo aprofundamento das dificuldades de jovens, especialmente das camadas populares, de inclusão no mercado de trabalho formal, as plataformas digitais despontaram como uma forma de inserção, ainda que precária, para a juventude. No caso dos ciclistas entregadores, sabe-se que são majoritariamente jovens, homens, negros e moradores das periferias da cidade. Ao tomar como ponto de partida as relações entre juventude, educação e trabalho, este estudo pretende analisar as experiências no trabalho de “bike-entregas” por aplicativos na cidade de São Paulo. Para atender esse objetivo, apóia-se na noção de experiência de Thompson (1981, 1987), dando centralidade ao cotidiano laboral, às trajetórias e aos sentidos atribuídos ao trabalho. Essas experiências são investigadas também a partir de interpretações baseadas na interseccionalidade (ANDERSEN; HILL COLLINS, 2007; HILL COLLINS; BILGE 2021; HILL COLLINS, 2022; CARVALHO, 2020) e suas geometrias variáveis (HIRATA, 2020) que se articulam a partir de idade, gênero, raça e classe. A pesquisa, de caráter qualitativo, recorreu fundamentalmente a entrevistas realizadas remotamente, entre os anos de 2021 e 2023, além de observações de campo nas ruas e nas redes sociais. Foram entrevistados 12 jovens entregadores ciclistas, sendo 9 que se identificaram como homens, 3 mulheres. Se em diversos países do norte global entregadores de aplicativos são, em geral, imigrantes ou trabalhadores pobres que fazem “bicos” para se manter, no Brasil, o trabalho com cicloentregas envolve um segmento da população que historicamente teve seu acesso a um trabalho com direitos negado. Essa tese argumenta que a condição juvenil estrutura a experiência de trabalho nas plataformas na modalidade de ciclista, indicando permanências e transformações no mundo do trabalho. Entre as permanências, os resultados apontam a continuidade de um padrão no capitalismo brasileiro marcado pela exploração da moratória vital do corpo juvenil, masculino e negro no trabalho pelas ruas da cidade, a partir de uma atividade precária e de risco. Os cicloentregadores apresentaram críticas aos aplicativos e à baixa remuneração; todavia, ao mesmo tempo, teceram críticas à configuração do emprego formal na atualidade. No que tange às trajetórias, os dados indicam que permanência e provisoriade têm gênero e raça. Entre as jovens mulheres, há uma provisoriade maior, assim como para os rapazes brancos. Por outro lado, para os homens negros, há uma permanência maior na atividade, seja como ciclistas, seja ingressando na modalidade de moto entregas. Em um cenário em que o trabalho seguro e protegido legalmente não está disponível para todos, as plataformas digitais de *delivery* aparecem como um meio acessível para jovens das camadas populares colocarem em prática estratégias individuais para ganhar a vida.

Palavras-chave: juventude; trabalho; plataformas digitais; raça; gênero.

OLIVEIRA, Caíque. “What is the value of delivery?”: youthful experiences of delivery bikeboys on digital platforms. 2024. Thesis (doctorate degree in Education) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

ABSTRACT

While young men and women faced the post-2013 economic crisis and the Covid-19 pandemic as adversities, delivery app platforms took advantage of the period of flexibility in labor legislation, social distancing and the closure of shopping centers to expand their businesses. . In the case of delivery cyclists, it is known that they are mostly young, men, black and residents of the city's outskirts. Taking the relationships between youth, education and work as a starting point, this study intends to analyze the experiences in “bike-delivery” work via apps in the city of São Paulo. To meet this objective, it is based on Thompson's notion of experience (1981, 1987), giving centrality to daily work, the trajectories and meanings attributed to work. These experiences are also investigated based on interpretations based on intersectionality (ANDERSEN; HILL COLLINS, 2007; HILL COLLINS; BILGE 2021; HILL COLLINS, 2022; CARVALHO, 2020) and its variable geometries (HIRATA, 2020) that are articulated from age, gender, race and class. The research, of a qualitative nature, mainly used interviews carried out remotely, between the years 2021 and 2023, in addition to field observations on the streets and on social networks. 12 young cyclist delivery drivers were interviewed, 9 who identified themselves as men, 3 women. If in several countries in the global north app delivery people are, in general, immigrants or poor workers who do “odd jobs” to support themselves, in Brazil, bike delivery work involves a segment of the population that has historically had access to a job with rights denied, seeking different ways to “make a living”. This thesis argues that the youth condition structures the work experience on platforms in the form of bike deliveries, indicating permanence and transformations in the world of work. Among the permanences, the results point to the continuity of a pattern in Brazilian capitalism marked by the exploitation of the vital moratorium of the young, male and black body working on the city streets, based on a precarious and risky activity. Cycle delivery drivers criticized the applications and low pay; however, at the same time, they criticized the configuration of formal employment today. Regarding trajectories, the data indicate that permanence and provisionality have gender and race. Among young women, there is greater temporariness, as well as for white boys. On the other hand, for black men, there is a greater permanence in the activity, whether as cyclists or joining the motorcycle delivery sector. In a scenario where safe and legally protected work is not available to everyone, digital delivery platforms appear as an accessible means for young people from the lower classes to put into practice individual strategies to earn a living.

Keywords: youth; work; digital platforms; race; gender.

OLIVEIRA, Caíque. “¿Cuál es el valor del delivery?”: experiencias juveniles de repartidores en plataformas digitales. 2024. Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

RESUMEN

Mientras los jóvenes enfrentaron la crisis económica post 2013 y la pandemia de Covid-19 como adversidades, las plataformas de apps de delivery aprovecharon el periodo de flexibilización de la legislación laboral, el distanciamiento social y el cierre de centros comerciales para expandir sus negocios. En el caso de los ciclistas repartidores, se sabe que en su mayoría son jóvenes, hombres, negros y residentes en la periferia de la ciudad. Tomando como punto de partida las relaciones entre juventud, educación y trabajo, este estudio pretende analizar las experiencias de trabajo de “reparto en bicicleta” a través de aplicaciones en la ciudad de São Paulo. Para cumplir con este objetivo, se parte de la noción de experiencia de Thompson (1981, 1987), dando centralidad al trabajo cotidiano, las trayectorias y los significados atribuidos al trabajo. Estas experiencias también se investigan a partir de interpretaciones basadas en la interseccionalidad (ANDERSEN; HILL COLLINS, 2007; HILL COLLINS; BILGE 2021; HILL COLLINS, 2022; CARVALHO, 2020) y sus geometrías variables (HIRATA, 2020) que se articulan desde la edad, el género, raza y clase. La investigación, de carácter cualitativo, utilizó principalmente entrevistas realizadas de forma remota, entre los años 2021 y 2023, además de observaciones de campo en las calles y en las redes sociales. Se entrevistaron 12 jóvenes repartidores ciclistas, 9 que se identificaron como hombres, 3 mujeres. Si en varios países del norte global los repartidores de aplicaciones son, en general, inmigrantes o trabajadores pobres que realizan “trabajos ocasionales” para mantenerse, en Brasil el trabajo de reparto en bicicleta involucra a un segmento de la población que históricamente ha tenido acceso a un empleo con derechos negados, buscando diferentes formas de “ganarse la vida”. Esta tesis sostiene que la condición juvenil estructura la experiencia laboral en plataformas en forma de entregas en bicicleta, indicando permanencias y transformaciones en el mundo del trabajo. Entre las permanencias, los resultados apuntan a la continuidad de un patrón en el capitalismo brasileño marcado por la explotación de la moratoria vital del cuerpo joven, masculino y negro que trabaja en las calles de la ciudad, basándose en una actividad precaria y riesgosa. Los repartidores de bicicletas criticaron las solicitudes y los bajos salarios; sin embargo, al mismo tiempo criticaron la configuración actual del empleo formal. En cuanto a las trayectorias, los datos indican que la permanencia y la provisionalidad tienen género y raza. Entre las mujeres jóvenes hay una mayor temporalidad, al igual que entre los niños blancos. En cambio, para los hombres negros hay una mayor permanencia en la actividad, ya sea como ciclistas o incorporándose al sector de reparto en moto. En un escenario donde el trabajo seguro y legalmente protegido no está al alcance de todos, las plataformas digitales de entrega aparecen como un medio accesible para que los jóvenes de las clases más bajas pongan en práctica estrategias individuales para ganarse la vida.

Palabras clave: juventud; trabajar; plataformas digitales; género; raza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama de processo da atividade de entrega.....	112
Fotografia 1: Entregadores à espera de pedido durante a jornada laboral.....	128
Fotografia 2: Entregadores utilizando monumento da cidade para descanso.....	128
Imagem 1: Postagem realizada nas redes sociais para divulgar financiamento solidário	193
Imagem 2: Mensagem de grupo grevista compartilhada no grupo dos entregadores	203
Imagem 3: Sugestão de ação para clientes apoiadores da ação dos entregadores.....	207

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de desocupação no Brasil entre 2012–2022, segundo o critério etário	58
Quadro 1: Perfil dos entregadores participantes da pesquisa	92
Quadro 2: Lógicas de interpretação das trajetórias nas plataformas	236

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina de Tráfego
ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BDTD – Base Nacional de Teses e Dissertações
CLT – Consolidação das leis do Trabalho
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
EaD – Educação à distância
Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPI – Equipamento de proteção individual
FBKF – Formação bruta de capital fixo
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GPS – *Global Positioning System*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMP – Índice dos Municípios Paulistas
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MEI – Microempreendedor Individual
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PEA – População economicamente ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI – Programa Universidade para todos
PT – Partido dos Trabalhadores
RAP - *Rhythm and Poetry*
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SP – estado de São Paulo
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SIM – Sistema de informações sobre mortalidade

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

TCLE – Termo de consentimento Livre e Esclarecido

TICs – Tecnologias de informação e comunicação

TCU – Tribunal de Contas da União

CEP – comitê de ética em pesquisa

NEVS – Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UTI – Unidade de tratamento intensivo

PNE – Plano Nacional de Educação

Sumário

Introdução	20
Parte I	29
1 Plataformas digitais de trabalho: setor de serviços, tecnologias digitais e informalidade à brasileira	30
1.1 O trabalho no setor de serviços	31
1.2 Plataformas digitais de trabalho	33
1.3 O desenvolvimento dos algoritmos	36
1.4 Lá GIG economy, aqui informalidade.....	40
1.5 Uberização e desigualdades	45
2. Juventude, trabalho e desigualdades: uma abordagem a partir de idade, gênero e raça	48
2.1 A juventude como categoria social	48
2.3 Sentidos do trabalho para os jovens	60
2.3 Interseccionalidade e as conexões entre marcadores sociais.....	64
2.4 Jovens trabalhadores a partir de gênero e raça	69
3. Analisando experiências a partir da intersecção das desigualdades: metodologia e métodos .	77
3.1 A experiência de trabalho.....	77
3.2 Procedimentos metodológicos.....	83
Parte II	91
4. Os jovens “bike-entregadores”	92
4.1 Jovens entre 18 e 24 anos	93
4.2 Jovens de 25 a 29 anos	102
5 A experiência cotidiana dos “bike-entregadores” de aplicativos na cidade	111
5.1 “Não que seja a melhor coisa do mundo, mas também não é a pior”: busca por trabalho e início nas plataformas.....	114
5.2 Esperando “tocar”: a escolha do ponto inicial e a espera por pedidos	122
5.2.1 Na “resenha”: relações de sociabilidade	129
5.3 Atendendo aos pedidos: primeiro deslocamento e retirada do pedido no estabelecimento	144
5.3.1 Exploração física e intensificação do trabalho.....	145
5.3.2 Desigualdades espaciais e conflitos com a juventude	150
5.4 Para conseguir a taxa e o “like”: Segundo deslocamento e encontro com o cliente.....	171
5.4.1 “A cada hora você tem um livramento”: os riscos de trabalhar nas ruas.....	172
5.5 Até alcançar “a meta”: reinício do processo e espera pelo próximo pedido	190
5.5.1 Os entregadores nas redes	190
5.5.2 Os bloqueios na conta.....	195
5.6 Experiências grevistas	198
6. Sentidos e trajetórias do trabalho nas plataformas digitais de delivery	209
6.1 Sentidos da experiência de trabalho nas plataformas digitais de delivery.....	211

6.1.1 “Nós estamos vivendo igual Squid Game”: O trabalhar como necessidade	211
6.1.2 “Meu próprio chefe”, “meu próprio horário”, “liberdade”: percepções de autonomia e crítica à CLT	214
6.1.3 “É libertador, mas tem um custo”: reconhecendo os limites do vínculo com os aplicativos e o autogerenciamento subordinado	221
6.1.4 Para além do próprio trabalho: “responsabilidade” e independência juvenil a partir das plataformas	225
6.1.5 Relação com os colegas	228
6.2 Ficar por mais quanto tempo? Entre desejos e possibilidades do futuro e do presente.....	234
6.2.1 Provisoriedade na ocupação.....	236
6.2.2 Provisoriedade nas plataformas	246
6.2.3 Continuidade na plataforma na mesma modalidade	249
6.2.4 Continuidade na plataforma em outra modalidade	257
Considerações finais.....	262
Referências.....	271
APÊNDICE I - Roteiro de entrevista online.....	296
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	298
APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL.....	302

Introdução

Pesquisas são marcadas por surpresas e descobertas, com suas “histórias secretas e zonas invisíveis”, para usar a expressão de Eduardo Galeano (2008)¹. Foi na busca por essas histórias secretas que encontramos os entregadores² de aplicativos, seja nos estacionamentos, nas calçadas, à espera do próximo pedido, nas filas de comércios ou pedalando no vaivém do trânsito das grandes cidades.

A vida desses trabalhadores é, nos termos de Judith Butler (2019), precária. É precária, pois, além de ser passível de morte, adoecimento e possuir um fim, eles enfrentam condições laborais que tornam a vida incerta dentro e fora do trabalho. Além disso, no cotidiano laboral, enfrentam o calor, o frio, a chuva, o trânsito e a fome.

Acima dessas zonas do cotidiano estão as plataformas de aplicativos de entregas. Exercendo a função de intermediário entre consumidores e restaurantes, esses aplicativos cresceram vertiginosamente na segunda década dos anos 2000 e passaram a figurar entre as empresas mais valiosas do planeta. Somente no Brasil, no primeiro ano da pandemia da covid-19, as plataformas de aplicativos de *delivery* aumentaram em 155% o número de usuários, ao possibilitar que consumidores passassem a receber compras e refeições sem precisar sair de casa³. O isolamento e o distanciamento social impulsionaram o trabalho dessas intermediárias entre comércios e clientes, mas a vantagem de receber alimentos em domicílio, bem como o crescimento do faturamento dessas empresas, só foi possível devido à grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que saíram às ruas para fazer entregas.

Diante desse cenário, nesta tese investigaremos um setor que é fruto de transformações estruturais no mundo do trabalho. No âmbito dos aplicativos de *delivery*, a modalidade de bicicleta é uma das mais precárias e com pior remuneração, em que se verifica que o perfil é majoritariamente jovem. Essa modalidade específica é o objeto de estudo deste trabalho.

Segundo Melucci (1997, p. 5) os jovens são “atores-chave do ponto de vista da questão do tempo em sociedades”. Isso significa reconhecer que é possível estudar sociologicamente “as atuais tendências emergentes” a partir da reflexão sobre a condição

¹ Trecho extraído de uma entrevista com Eduardo Galeano, para o Caderno Cultura, realizada em 08 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/eduardo-galeano-se-mira-no-espelho>> Acesso em maio de 2020.

² Considerando o tamanho do texto, para facilitar a leitura partir desse ponto passarei a me referir fazendo uso do masculino no genérico. Vale considerar que os entregadores são majoritariamente homens. O feminino será usado apenas quando estiver mencionando alguma entregadora em específico ou tecendo alguma consideração sobre o trabalho feminino.

³ JORNAL DA USP. Delivery transformou tendência em necessidade e continua em crescimento. Jornal da Usp. Redação: France Junior. Publicado em 10/03/2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/delivery-transformou-tendencia-em-necessidade-e-continua-em-crescimento/>> Acesso em 11 de maio de 2022.

juvenil. À vista disso, olhar para os dilemas da juventude no trabalho das plataformas digitais permite observar a ponta do *iceberg* de mudanças mais amplas na sociedade, sendo assim, a experiência laboral dos *bikeboys* de aplicativos aparece como fenômeno privilegiado para compreender as mudanças em curso.

A presente tese questiona: como a juventude que atua em plataformas digitais experiencia e significa, a partir de seu cotidiano, as transformações mais amplas no mundo do trabalho materializadas na uberização? Para isso recorre à descrição e à análise das experiências de jovens “bike-entregadores” em aplicativos de *delivery*. De modo mais específico, investiga-se como a juventude apropria-se, nas suas experiências e trajetórias, da disseminação de trabalhos em plataformas digitais a partir dos marcadores de gênero e raça.

Juventude e trabalho nas plataformas digitais de *delivery*

Esta tese almeja trazer contribuições para a reflexão sobre jovens no mundo do trabalho, bem como suas percepções sobre o cotidiano vivido nesse espaço. Ainda que a maior parte dos estudos que investigam a juventude vinculem essa fase da vida ao processo de escolarização, básica ou superior, no Brasil, é relevante dizer que “o trabalho também faz juventude” (SPOSITO, 2005, p. 124), haja vista que muitos dos jovens brasileiros experimentam esse momento da vida inseridos ativamente no mundo do trabalho e, em alguns casos, frequentando concomitantemente a escola (GUIMARÃES, 2005; CORROCHANO, 2013; FRANZÓI *et al.*, 2019; ABRAMO; CORROCHANO; VENTURI, 2020). O trabalho é uma instituição fundamental para a compreensão da juventude e também da própria escola. Além disso, parte importante da área de Educação no Brasil acredita que trabalhar e aprender têm uma relação de identidade e ontologia (FRIGOTTO, 2005, 2015; KUENZER, 2011).

O foco será uma das atividades que, além de emblemática das transformações e da redução de direitos no trabalho, tem sido ocupada por jovens: o trabalho de ciclistas entregadores em plataformas digitais. Realizar uma pesquisa sobre o trabalho em plataformas digitais requer algum apontamento inicial sobre essa atividade econômica emergente no capitalismo do século XXI.

As plataformas digitais despontam em um cenário de avanços na área de informática, especificamente na *internet*, maior popularização de tecnologias de comunicação em massa e desenvolvimento de tecnologias algorítmicas. Dessa forma, estabelecem-se como mediadores da relação entre demanda e oferta de produtos ou serviços que atendem a uma diversidade de necessidades humanas, tais como comunicação, alimentação, apostas, amor ou educação (GROHMANN, 2020; SRNICEK, 2017).

Dado que o termo “trabalho em plataformas” evoca uma miríade de modalidades e segmentos, é importante ressaltar que o segmento específico desse universo junto ao qual o presente estudo se desenvolve é o de entregadores que utilizam a bicicleta como instrumento para locomoção nas atividades. Caso a pesquisa combinasse ciclistas e motociclistas, incorreria no risco de homogeneizar segmentos com recortes etários diferentes. Colocar os ciclistas no centro da análise proporciona focalizar o olhar não somente sobre o segmento mais juvenilizado, mas também para aquele que necessita de menores investimentos para começar a trabalhar e recebe o menor pagamento por entrega.

Primeiramente, sabe-se que o trabalho com entregas em plataformas digitais é um trabalho que já nasce precário (ABÍLIO, 2020). A carência de direitos e condições laborais adequadas em atividades realizadas por aplicativo são um problema global (SLEE; 2017; OIT, 2019; VAN DOORN, 2021). Apesar de se constituir como um problema com extensão intercontinental, as peculiaridades da sociedade brasileira suscitam questões específicas para entender a uberização. Diferente dos países do norte global, a formação econômica brasileira deriva de uma ordem colonial e escravagista, onde o trabalho sem regulamentação sempre se constituiu como regra; ao mesmo tempo, o trabalho nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) constituiu-se como parte da “utopia brasileira” (CARDOSO, 2010). É dessa maneira que a informalidade atinge com mais força os jovens, negros, mulheres e moradores de periferias (LOMBARDI; ARAUJO, 2013; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

Do ponto de vista geracional, a juventude brasileira que nasceu entre o fim da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000 — recorte que será observado entre os sujeitos desta tese — é a geração mais escolarizada na história do país, que acessou um conjunto de políticas que ampliaram o acesso ao ensino médio e ao ensino superior (LIMA; CAMPOS, 2020). Por outro lado, esse mesmo grupo encontra imensos desafios para inserção no mercado laboral (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020). Trata-se de indivíduos que começaram a busca por emprego no período pós-2013, momento em que o país entrou em um cenário marcado por recessões econômicas, crise política e, posteriormente, uma crise sanitária de caráter global (SABÓIA *et al.* 2020, 2021).

O olhar para a juventude contemporânea também precisa levar em consideração as transformações nas instituições, especialmente aquilo que Dubet (1996, 2006, 2013) identificou como “declínio do programa institucional”. Esse processo, no qual o programa institucional encontra-se fragilizado, culmina, entre outros aspectos, no fim do monopólio de algumas instituições. Assim, o desempenho dos papéis sociais já não é suficiente para que o

indivíduo encontre realização nas organizações, mas é necessário lançar mão de estratégias com os meios necessários disponíveis.

Essas transformações institucionais reverberam na relação entre educação e trabalho. Laval (2019, p. 42), analisando as políticas neoliberais, argumenta que o cenário atual tem se configurado com uma “decomposição do vínculo entre diploma e emprego”. Desse modo, os jovens estão estudando cada vez mais para disputar um emprego que assegure proteção social e direitos trabalhistas, sem qualquer garantia ou segurança de lograr sucesso.

Apesar dos diplomas, a via da inserção na sociedade salarial (jamais efetivada no Brasil) que orientou os sonhos de mobilidade social nas classes populares, especialmente entre os membros mais velhos (SILVA; TOMIZAKI, 2016), vem se alterando. Essas mudanças têm impacto particularmente significativo sobre as pessoas jovens, que precisam lidar com essas injunções estruturais logo no início da trajetória laboral. Eclode, desse modo, uma nova cultura mais adaptada à insegurança, à valorização do risco e a expectativas a curto prazo (SENNET, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; ARAUJO; MARTUCCELLI, 2012).

Portanto, tomando essas transformações no mundo do trabalho como ponto de partida, esta tese busca analisar as experiências de trabalho dos jovens cicloentregadores de aplicativos que atuam na cidade de São Paulo. De modo mais específico, a investigação das experiências se materializa nesta pesquisa a partir de alguns itens: 1) descrição do cotidiano laboral; 2) exame das percepções sobre a atividade; 3) identificação de sentidos e elementos tipicamente juvenis que compõe a experiência no aplicativo; e 4) a verificação das lógicas de permanência ou provisoriedade assumidas pelos jovens nessa ocupação.

Investigar as experiências laborais na vida juvenil requer pensar tanto as situações específicas de exploração vividas nessa etapa da vida, quanto também refletir as razões dos jovens buscarem inserção em determinadas ocupações e o que esperam delas. Desde os estudos de Felícia Madeira (1986) na década de 1980, já se sabe que a inserção juvenil no trabalho envolve mais do que atender às necessidades mais imediatas de sobrevivência, de colaboração no orçamento doméstico ou da construção de uma carreira. Desse modo, esta tese visa a demonstrar como as experiências e significados do trabalho, para esses jovens entregadores, possuem sentidos múltiplos, por vezes perpassados por desigualdades de classe, gênero e raça.

Dessa forma, este estudo também possibilita refletir sobre a intersecção das desigualdades. Há um conjunto emergente, mas indispensável, de pesquisas que investigam as desigualdades sociais que se combinam com a exploração do trabalho em plataformas digitais

(WAJCMAN, 2021; AMRUTE, 2021; ABÍLIO, 2021b). Além do reconhecimento das condições de precariedade, o trabalho dos entregadores é visto como um “trabalho de minorias” (VAN DOORN, 2021). No entanto, essas “minorias” variam de acordo com regiões do globo, isto é, o perfil de trabalhadores em países da Europa difere do perfil encontrado no Brasil (ALIANÇA BIKE, 2019; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021).

Nesse sentido, a tese vai ao encontro dos novos olhares sobre o capitalismo contemporâneo. Segundo Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020, p. 19), o contexto atual parece reposicionar o capitalismo no debate atual, uma vez que não se trata somente de falar de capitalismo, ou seja, não basta refletir sobre o regime de acumulação e concentração de poder financeiro nas mãos de 1% da população, mas é preciso pensar também no desafio que homens e mulheres enfrentam para adquirir condições básicas de vida. Para as autoras, está na hora de realizar abordagens que se atentem para “ambos/e” — ambos, classe e status, redistribuição e reconhecimento”.

No olhar para as trajetórias e sentidos, este estudo também busca quebrar alguns pressupostos, tais como o trabalho nas plataformas ser parte de uma economia dos “bicos” (*Gig economy*), algo provisório por si só. Outra ideia com a qual se pretende romper aqui é a de que os jovens buscam por essa atividade por conta da familiaridade com as tecnologias, ou então que eles aceitam qualquer tipo de condição de trabalho no início de sua trajetória. Esse estudo demonstra haver jovens que trabalham em entregas por aplicativo para conseguir dinheiro e atender as urgências da vida familiar, contudo, só a necessidade não explica suas experiências.

Os jovens utilizam as plataformas para trabalhar e, apesar de algumas críticas, reconhecem vantagens em cumprir jornadas em horários mais flexíveis. Verificou-se que a autonomia subjacente na possibilidade de “fazer o próprio horário” ou “ser o próprio chefe” é reconhecida como uma vantagem em suas experiências. Ao mesmo tempo, essa valorização da autonomia coabita com críticas sobre a remuneração e as condições oferecidas. Frente a essas mudanças, esta tese levanta indagações em relação a um raciocínio teleológico que tende a ver o trabalho inseguro, autônomo e precário somente como uma alternativa improvisada e momentânea ao desemprego.

Assim, ao longo desta pesquisa, a análise da experiência desses trabalhadores de plataformas de *delivery* demonstra que esses jovens são socialmente produzidos por essa realidade mais ampla da sociedade brasileira em seu contexto recente — bem como por seus históricos do passado que ainda persistem. Mas também coloca em relevo sobre a capacidade de agência desses indivíduos, experiências comuns, percepções, estratégias e trajetórias

individuais. Nesse sentido, a tese caminha *pari passu* com a interpretação de Martuccelli (2008) sobre a crítica da razão dialética de Sartre, segundo a qual importa perceber aquilo que a sociedade fez dos indivíduos e, também, aquilo que os indivíduos fazem com aquilo que a sociedade faz deles.

Lócus da pesquisa e métodos de produção de dados

A pesquisa foi conduzida tomando como referência os entregadores que atuam na cidade de São Paulo. Além de estar entre as cidades mais populosas do mundo, com pouco mais de 12 milhões de habitantes, trata-se de um prestigioso centro financeiro, sendo responsável pelo maior PIB nominal entre os municípios brasileiros (IBGE, 2022). Todavia, nas palavras de Silva (2006, p. 26) “São Paulo é uma cidade contraditória, apesar de possuir grande desenvolvimento econômico e financeiro, concentra também polos de exclusão e pobreza”. Na cidade, têm ocorrido diversos movimentos dos entregadores de aplicativos exigindo melhor remuneração por entrega e condições de trabalho mais adequadas⁴.

Merece ênfase também o fato desta pesquisa ter sido realizada durante todo o período da pandemia da covid-19 no Brasil. A necessidade de isolamento e distanciamento social impactou diretamente o desenvolvimento do estudo, especialmente na organização da metodologia. Se inicialmente havia um interesse em realizar observações de campo e interações derivadas de maior proximidade com os interlocutores, essa aproximação teve que se adaptar às demandas do período histórico. Essa adaptação passou diretamente por uma migração das observações das ruas para as redes. Sendo assim, as observações realizadas nas ruas passaram a ser feitas em grupos do *Facebook* e do *WhatsApp*. A partir dessas redes sociais, membros desses grupos foram convidados para entrevistas.

Para realizar a pesquisa, a produção dos dados contou com o empenho de várias ferramentas. Foram conduzidas observações de campo *in loco* no espaço onde entregadores esperam por pedidos e, também, em páginas e grupos abertos nas redes sociais. Contudo, o principal procedimento utilizado no estudo foram as entrevistas.

⁴ Para saber mais, ver: G1. Entregadores de aplicativos fazem protesto em SP por melhoria salarial. São Paulo, Redação: G1 e SpTv, 03/06/2022 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/03/entregadores-de-aplicativos-fazem-protesto-em-sp-por-melhoria-salarial.ghtml> Acesso em 26 de outubro de 2023. FOLHA. Motoboys fazem buzinação em SP por melhor condição de trabalho na crise do coronavírus. Folha de São Paulo, Redação: Dhiego Maia. São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/motoboys-fazem-buzinaco-em-sp-por-melhor-condicao-de-trabalho-na-crise-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 05 out 2020; FOLHA. Motoboys organizam boicote a aplicativos de entrega em 1º de julho. Folha de São Paulo. Redação: Julio Moura. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/motoboys-organizam-boicote-a-aplicativos-de-entrega-em-1o-de-julho.shtml>>. Acesso em: 05 out 2020.

Em que pese a entrevista ser uma metodologia com largo histórico nas Ciências Humanas, Ferreira (2017a) reitera que, quando se investigam os jovens, ainda faz sentido o uso de entrevista, pois vivemos em uma sociedade onde raramente as vozes juvenis modelam os discursos públicos. Realizar entrevistas permite dialogar com jovens e ouvi-los é uma forma privilegiada de entrar em suas vidas e compreender as suas experiências.

A noção de experiência em Thompson (1981) possibilita interpretar como os sujeitos respondem aos fatores sociais que incidem sobre eles. Mais do que determinar os indivíduos pelo fator econômico — *homo oeconomicus* ou *homo faber* —, busca-se investigar os elementos culturais e os impactos de marcadores sociais como idade, raça e gênero, na forma como esses trabalhadores vivenciam o cotidiano. Logo, essa noção analítica permite valorizar o (auto)fazer-se dos trabalhadores e conceber o cotidiano como mais do que um processo alienador, mas também como propenso ao desenvolvimento de saberes, estratégias para inserir-se no mundo do trabalho, percepções e construção de vínculos com os pares (THOMPSON, 1986). Nesse sentido, enfatizar as percepções e a capacidade de interpretação dos próprios sujeitos permite assumir uma perspectiva que parte dos próprios trabalhadores e valoriza as interpretações dos indivíduos sobre suas próprias experiências.

A experiência não será reconhecida como uniforme entre os sujeitos, mas perpassada por desigualdades. Esse reconhecimento está de acordo com as demandas das pesquisas em juventude, que enfatizam a imprescindibilidade de se pensar em “juventudes”, no plural. Porém, os atravessamentos de outros marcadores sociais, para além da dimensão etária, serão efetivados a partir de interpretações baseadas na interseccionalidade (ANDERSEN; HILL COLLINS, 2007; HILL COLLINS; BILGE 2021; HILL COLLINS, 2022; CARVALHO, 2020) e suas geometrias variáveis (HIRATA, 2020).

No total, foram realizadas entrevistas de caráter semi-estruturado com 12 pessoas, 3 mulheres e 9 homens, todos/as trabalham ou trabalharam com entregas durante o período da pesquisa. Foram seguidas as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e o Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS), ambos da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, de acordo com as medidas de isolamento social, devido a isso, todas as entrevistas foram realizadas por ferramentas de comunicação online. As entrevistas foram realizadas entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2023 com o apoio da ferramenta computacional *Google Meet*.

Organização da tese

Este estudo está dividido em duas partes. A primeira parte faz uma caracterização do contexto no qual a pesquisa se desenvolve e busca organizar as bases teóricas e metodológicas que sustentam a análise. De modo geral, alguns fenômenos são fundamentais para compreender o desenvolvimento das plataformas digitais, tais como o *crowdwork*, a produção de valor a partir de algoritmos e a informalidade histórica presente na economia brasileira. Dessa forma, as plataformas emergem em um cenário no norte global e se constituem com outros elementos no sul global, sobretudo no Brasil, conforme abordado no capítulo 1.

Dado que a juventude é uma categoria central no desenvolvimento desta tese, retomam-se algumas especificidades subjacentes na relação entre juventude e trabalho no Brasil. Essas especificidades, como a combinação trabalho e estudos, desemprego, desalento, escolarização e qualificação profissional, entre outros, variam em função de marcadores sociais como gênero, raça e classe social. A interseccionalidade surge como uma ferramenta com valor heurístico para a interpretação das desigualdades e da pluralidade que envolve a categoria juventude, discussões presentes especialmente no capítulo 2.

No capítulo 3, explora-se a noção de experiência como mediadora da interpretação sobre o cotidiano de trabalho, concebendo-a como sendo marcada por diversas desigualdades. Também nessa seção, são apresentadas as ferramentas de produção de dados empenhadas neste estudo.

A segunda parte desta tese apresenta as reflexões sobre as experiências, percepções e trajetórias desses jovens nas plataformas. Inicia-se no capítulo 4 em que os participantes da pesquisa são apresentados a partir dos dados obtidos por meio de um formulário sociodemográfico e das entrevistas. Para melhor compreensão do marcador social idade, a partir da dimensão juvenil, os sujeitos da pesquisa são divididos entre os “jovens” com idades entre 18 e 24 anos e os “jovens adultos” com idades entre 25 e 29 anos.

Ao olhar para o cotidiano do turno de trabalho, o capítulo 5 propõe-se a descrever o processo de inserção e o cotidiano laboral nas “bike-entregas”. Verificou-se que as similaridades no perfil desses trabalhadores trazem consigo afinidades e experiências comuns baseadas nos marcadores idade, gênero e raça. Essas similaridades baseadas nesses aspectos aparecem como formas de colaboração mútua, tanto nos pontos de espera, quanto no uso das redes sociais. Assim, o capítulo indica como os entregadores estão juntos, mas vivendo experiências desiguais. Os dados demonstram que, apesar da precariedade e dos riscos que afetam a todos, mulheres, negros e imigrantes enfrentam situações específicas.

Por fim, no capítulo 6 são analisadas as percepções, sentidos do trabalho e trajetórias na plataforma. Na interlocução com os sujeitos, o trabalho aparece como uma necessidade,

mas também como uma forma de atuação mais autônoma aos padrões empregatícios formatados nos moldes da CLT. Apesar de valorizar a possibilidade de “fazer o próprio horário” ou “fazer os próprios ganhos”, esses indivíduos reconhecem os limites do vínculo com os aplicativos e a precariedade da ocupação. Tendo em vista o recorte juvenil, o trabalho também aparece como uma forma de adquirir responsabilidade e independência, bem como um meio de manter vínculos de sociabilidade com os colegas. A partir do par “continuidade e provisoriedade”, foi possível identificar os diferentes usos do aplicativo para geração de renda entre os diferentes jovens.

O trabalho nas “bike-entregas” sinaliza transformações nos significados que a juventude contemporânea vivencia nas experiências de trabalho do século XXI. Portanto, a tese defendida neste estudo é que, em um cenário no qual o trabalho seguro e protegido legalmente não está disponível para todos/todas, as plataformas digitais de *delivery* aparecem como um meio acessível para juventude gerar renda, embora com apropriações diferentes a partir de diferentes marcadores sociais.

Parte I

Uberização e trabalho juvenil

1 Plataformas digitais de trabalho: setor de serviços, tecnologias digitais e informalidade à brasileira

As plataformas digitais de trabalho têm se desdobrado em um fenômeno global chamado uberização. A uberização deriva de um processo de precarização do trabalho no capitalismo do século XXI, trata-se de um fenômeno que catalisa interfaces digitais de aplicativos, aplicação de tecnologias algorítmicas para otimização de processo e utilização de força de trabalho cuja regulamentação é limitada ou inexistente, para constituir-se. Ou seja, capitalismo de alta tecnologia combinada à superexploração dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, de um ponto de vista etário, o processo que produziu os alicerces necessários para o desenvolvimento das plataformas digitais de trabalho é relativamente recente e arquitetado por trabalho juvenil no Vale do Silício. Foi por meio de aspirações juvenis vislumbrando um mundo diferente no qual as virtudes da internet seriam capazes de transformar as relações sociais capitalistas - tais como a impessoalidade, o controle e a hierarquia - que os primeiros passos em direção à plataformização do trabalho foram dados (SLEE, 2017).

O trabalho de jovens, majoritariamente brancos, de maior escolaridade⁵ e do norte global, transformaram a indignação com o consumismo, a mercantilização dos serviços, os problemas ambientais, em inovações tecnológicas e uma nova proposição econômica para regular os recursos e as trocas entre os indivíduos. Entretanto, essas tecnologias deram origem a um mercado composto por empresas bilionárias exploradoras de trabalho precário. No caso dos aplicativos de entregas, a força de trabalho que movimenta essas tecnologias no cotidiano é composta, sobretudo, por jovens, negros, com menor escolaridade e desprovidos de um conjunto de direitos.

Para delimitar características que envolvem o trabalho nas plataformas é necessário estabelecer diálogo com a literatura do norte global e ao mesmo tempo com os estudos que investigam esse tipo de trabalho considerando a realidade do Brasil, seguindo as preocupações de autoras e autores que apontam a importância da informalidade, historicamente presente na economia brasileira, na implantação dessas plataformas em nosso país (SILVA, 2002; LIMA; BRIDI, 2019; LIMA; OLIVEIRA, 2021a; ABILIO, 2020).

⁵ Esse perfil masculino, juvenil, branco, com maior escolaridade, foi encontrado por Pires e Oliveira (2023) entre os trabalhadores da indústria da Tecnologia de Informação – TI – no Brasil.

1.1 O trabalho no setor de serviços

Ensinar, limpar, vender, transportar, uma série de atividades compõem o setor da economia denominado como “serviços”. De um ponto de vista econômico, é aquele que realiza processos de transformação para produzir bens “intangíveis” (CORREA; GIANESI, 2018; SLACK *et al.* 2023). Contudo, durante muito tempo, o setor de serviços foi “marginalizado” nos estudos da Economia. As atividades agregadas foram consideradas como “não produtivas” ou “residuais” (SILVA *et al.* 2006, p. 5).

Atualmente, o setor de serviços engloba segmentos bastante heterogêneos entre si, podemos encontrar desde microempreendedores individuais até as empresas mais valiosas do planeta. Essa heterogeneidade se reflete no próprio valor que adquirem no capitalismo.

Como prevê a teoria, ramos de serviços mais relacionados ao consumidor final (serviços prestados às famílias, serviços de manutenção e reparação) apresentam produtividade e salários comparativamente menores. No outro extremo, serviços mais intensivos em capital ou tecnologia (alguns segmentos de transportes, telecomunicações, serviços auxiliares financeiros, compra, venda e aluguel de imóveis próprios) apresentam elevados níveis de produtividade e salários. Quando segmentamos os serviços por intensidade de conhecimento, observamos que, de fato, aqueles mais intensivos em conhecimento são mais produtivos e com maiores salários e remunerações (SILVA; MENEZES FILHO; KOMATSU, 2016, p. 3).

A emergência das tecnologias de informação e comunicação, como um vetor de inovação, tem promovido maior prestígio ao setor de serviços e o entendimento de que se trata de um segmento que merece maior atenção, especialmente por conta de sua heterogeneidade (SILVA *et al.*, 2006).

Ao longo das últimas décadas, os serviços vêm ampliando seu espaço na economia brasileira; os dados revelam que, a partir de meados do século XX, a agricultura foi perdendo cada vez mais trabalhadores, enquanto a indústria oscila entre períodos de crescimento e queda, o setor de serviços continuou crescendo e assumindo um papel relevante na composição do mercado de trabalho brasileiro. (SILVA; MENEZES FILHO; KOMATSU, 2016; ROCHA; TATSCH; CÁRIO, 2019). Embora haja um crescimento exponencial da participação tanto no PIB, quanto na geração de empregos, a um consenso relativamente estável de que a economia de um país não deve ser voltada majoritariamente para o setor de serviços (CORRÊA; GIANESI, 2018).

A participação mais elevada do setor de serviços, associada à tendência ascendente, tem se contraposto a perda da participação relativa da indústria no PIB nacional – seguindo uma tendência global. O crescimento no setor de serviços não se explica sozinho, mas, ainda, ratifica o processo de perda da força da indústria na economia, ou para alguns, a chamada

“desindustrialização”⁶. Relatório do Dieese (2018) aponta que, assim como o Brasil, os países centrais assistiram ao setor de serviços crescer e perder participação industrial no PIB. Entretanto, é perceptível que, cada vez mais, países como os Estados Unidos, Alemanha, França e China estão aprimorando seu parque industrial e adotando medidas de estímulo e desenvolvimento tecnológico no sentido de proteger suas indústrias.

Do ponto de vista conjuntural, entre 2007 – 2013, enquanto a economia apresentou um crescimento significativo no PIB e nos índices de emprego formal, o setor de serviços apresentou um crescimento destacável: “58% no número de empresas (média de 8% ao ano), aumento de 50% no número de pessoal ocupado” (SILVA; MENEZES FILHO; KOMATSU, 2016, p. 3). Durante a pandemia da covid-19, os serviços foram fundamentais para salvar vidas, tanto para cuidar e tratar os infectados, como para transportar as mercadorias necessárias à sobrevivência das pessoas. Nesse momento, inclusive, ocorreu um aumento nos serviços de entregas.

A sociologia do trabalho tem se debruçado sobre o setor de serviços no período mais recente, superando a reflexão marcadamente do século XX acerca da suposta divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Para Soares (2011):

Porém, se as dimensões físicas e cognitivas eram suficientes para a compreensão de uma grande parte do trabalho industrial e do trabalho dos colarinhos brancos, elas são insuficientes para analisar e compreender o trabalho no setor de serviços. É importante observar que na maioria das sociedades modernas avançadas o maior número de empregos se encontra atualmente no setor de serviços e que várias dimensões correm o risco de não serem consideradas ou subestimadas se insistirmos na utilização de uma conceptualização do trabalho centrada no trabalho industrial (SOARES, 2011, p. 95-96)

Esse olhar da sociologia para o setor de serviços também ocorre mediante os avanços no reconhecimento do trabalho doméstico e demais atividades do cuidado. Em primeiro lugar, a partir da percepção de que o trabalho doméstico possui um valor e uma importância para o capitalismo. Os estudos do cuidado ou *care studies* (HIRATA, 2022) tem colocado novas interrogações sobre o futuro do trabalho, das sociedades e o próprio olhar para a relevância dos serviços. A visibilidade dos afazeres domésticos colaborou para perceber a dimensão laboral para além da figura do operário industrial (SOARES, 2011).

Além disso, segundo Soares (2011, p. 96), “a dimensão emocional está muito presente no setor dos serviços, mas é raramente considerada”. Desde a década de 1980, a sociologia do trabalho, especialmente aquela que conceitua os fenômenos a partir das dinâmicas de gênero,

⁶ Segundo o Dieese (2018) Há um conflito sobre a existência ou não da desindustrialização no Brasil. Indicadores de produção e emprego industrial mostram que entre 2002 e 2014, o país acumulou saldos positivos, alcançando 8,3 milhões de trabalhadores com registro em carteira em 2013. Porém, o período subsequente foi marcado por queda no emprego industrial, sobretudo na região sudeste.

argumenta haver emoções que derivam das relações sociais no setor de serviços. A partir da divisão sexual do trabalho, essa literatura informa que aos homens são atribuídas tarefas que exigem racionalidade, agressividade, dureza, aspereza, frieza, enquanto para as mulheres são demandadas atividades que demandem ternura, bondade, gentileza, sensibilidade, intuição (SOARES, 2011).

Ademais, os estudos sobre o setor de serviços argumentam haver complexidade nas tarefas que requerem conhecimentos específicos, mesmo aqueles que são considerados simples e não exigem formação educacional para sua realização (MOCELIN; SILVA, 2008; ABÍLIO, 2014; RANGEL, 2019). O estudo de Mocelin e Silva (2008) sobre jovens trabalhadores do *telemarketing* traz contribuições nesse sentido, dado que se trata de um setor precarizado e aparece como válvula de escape para jovens que desejam jornadas laborais mais curtas. O trabalho realizado pelos entregadores nas plataformas digitais, por sua vez, também pode passar por esse olhar que valoriza a atividade e a experiência no cotidiano

1.2 Plataformas digitais de trabalho

O crescimento de empresas que propõe aplicativos, a fim de solucionar problemas cotidianos, tem sido significativo. A popularização dos *smartphones*⁷ possibilitou muito mais do que carregar as funções de um computador no bolso, mas, ainda, a criação de conexões digitais entre pessoas, demandas e serviços. Nesse contexto, estão sendo desenvolvidas diversas plataformas digitais.

Na síntese de Srnicek (2017, p.43), as plataformas são:

No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos. Eles se posicionam, portanto, como intermediários que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Na maioria das vezes, essas plataformas também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus próprios produtos, serviços e mercados⁸.

As plataformas avançaram em diversos âmbitos da vida social e passaram a dispor de uma ampla gama de serviços, indo desde aplicações computacionais para atender nossas necessidades de moradia, alimentação e transportes, até educação e amor (SRNICEK, 2017;

⁷ Na tradução literal “celulares inteligentes, além da capacidade de fazer somente ligações, possibilitando aos usuários ter funções de um computador no bolso, esses aparelhos celulares foram apresentados aos consumidores como *smartphones*.

⁸ Tradução livre de: “At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: costumers, advertisers, service providers, producers, suppliers and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces (SRNICEK, 2017, p.43)

GROHMANN, 2020). Portanto, as plataformas digitais são um meio pelo qual é possível aproximar múltiplas relações de oferta e demanda no capitalismo do século XXI.

No interior da ampla gama de plataformas digitais estão situadas atividades que demandam trabalho humano intensivo para seu funcionamento. Conforme afirma Van Doorn (2021, p. 57) sobre o trabalho em plataformas:

Trata-se simplesmente do trabalho mediado, organizado e governado por plataformas digitais, seja por meio de um aplicativo no *smartphone* do trabalhador, no caso de muitos serviços incorporados localmente, ou por meio de notebook, computador de mesa ou Tablet, no caso do microtrabalho ou de outras formas de trabalho on-line. [...] O trabalho em plataformas é, portanto, essencialmente trabalho de produção de dados e treinamento de algoritmos. Isso é o que o torna tão valioso, e, em contrapartida, tão desvalorizado e explorado, como muitos outros serviços de baixa renda que já existiram.

A *internet* exerce papel fundamental para a ampliação e popularização das redes de usuários. Segundo Slee (2017) há uma crença, sobretudo entre as gerações que fizeram parte do desenvolvimento da *internet*, de que ela é em si a chave para construir um mundo melhor, como se marcasse a ruptura em direção a um futuro superior no qual ela é parte inerente. Nesse sentido, reforça-se, no âmbito da economia, a ambição e autoconfiança nas redes de *internet* como o motor de uma nova civilização que transcende nossos limites humanos.

Mais do que um meio de adquirir recursos, o trabalho em plataformas digitais sugere a adoção de um estilo de vida alinhado com as supostas aspirações da chamada “geração *millennial*” (ROSENBLAT, 2018). A flexibilidade, a colaboração, o mínimo consumo são elementos que compõe esse estilo de vida alternativo. Contudo, a cautela é necessária para situar o lugar da uberização no contexto econômico em que ela se insere, conforme reconhece a própria Alex Rosenblat (2018). Há uma linha tênue entre essas expressões críticas ao atual modo de vida e a lógica capitalista de produção. Mesmo entre negócios cuja finalidade é a obtenção de lucro persistem ideologias e causas sociais como forma de motivação pessoal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Uma das inovações mais importantes trazidas pela uberização é a ênfase na confiança por meio dos sistemas de reputação (SLEE, 2017). Se a proposta é aproximar estranhos para a realização de serviços, essa relação precisa estar baseada na confiança entre as partes. Entretanto, ao passo que essa lógica é inserida no âmbito das grandes empresas de aplicativos, todos os serviços prestados podem ser classificados e quantificados por meio de um sistema de avaliação. A utilização de um sistema de classificação a partir das opiniões dos usuários é uma prática cada vez mais comum em plataformas *online*. Com o acúmulo de opiniões emitidas por usuários, empresas e outros futuros usuários podem guiar suas escolhas.

Desenvolvido como uma maneira de valorizar a relação entre pessoas, ao permitir que pessoas possam usar a avaliação para demonstrar generosidade e valorizar o trabalho de outrem, esses sistemas projetados para captar a sensibilidade tornam-se ferramentas de qualidade – e controle do processo produtivo – nas mãos das plataformas (SLEE, 2017). Os sistemas de confiança tornaram-se parte importante do controle sobre o trabalho nos aplicativos.

Para Martuccelli (2022) o uso de tecnologias que possibilitam realizar interações avaliativas coloca novas questões acerca dos desdobramentos do capital social na modernidade. Essa “digitalização do capital social” (MARTUCCELLI, 2022, p. 237) implica em novas mediações que envolvem a relação dos indivíduos com o trabalho. As avaliações dos usuários interferem na dinâmica do aplicativo, de modo que os entregadores podem receber mais ou menos pedidos.

A abertura a multidão promovida pelo trabalho na internet levou aquilo que especialistas do trabalho vão definir como *Crowdwork* (OIT, 2018). *Crowdwork* é um conceito criado para definir trabalhos que são ofertados por meio de plataformas digitais e são abertos a multidão, de modo que qualquer pessoa que se interesse em realizar pode assumir o trabalho executando pequenas tarefas. Este tipo de trabalho não possui um vínculo empregatício mediado por um contrato com direitos assegurados pela legislação trabalhista, apenas um cadastro com as informações mais básicas sobre os “usuários” e a assinatura de um termo de compromisso com a demandante de serviço.

Essa abertura para a multidão é proporcionada pela *internet*. Com as redes, o *crowdworking* pode ser realizado, dependendo da atividade, de qualquer parte do globo, 24 horas por dia, 7 dias por semana. A natureza do trabalho considerado *crowd* não é homogênea, conforme relata De Stefano (2018, p.68) “A natureza das tarefas executadas em plataformas de *crowdwork* pode variar consideravelmente”⁹.

Uma característica importante do *crowdwork* é a velocidade, dada a simplicidade das tarefas e os ganhos de acessibilidade proporcionado pelos dispositivos modernos, os trabalhos desse tipo tendem a ser realizados em alta velocidade para efetivar ganhos de produtividade. A rapidez passa a ser um fator importante¹⁰ na composição dos ganhos: quanto mais rápida uma tarefa é executada, maior é o tempo livre disponível para a realização da próxima, por

⁹ Tradução livre de “The nature of the tasks performed on crowdwork platforms may vary considerably” (STEFANO, 2018, p.68)

¹⁰ Embora seja importante, a intensificação do ritmo de trabalho, no entanto, não é um fenômeno propriamente das plataformas, muito menos “novo”. Desde a administração científica de Taylor e passando pelas produções que investigaram a flexibilização do trabalho no contexto neoliberal, há evidências de aumento na intensidade do trabalho em diversos setores (DAL ROSSO, 2008).

consequente, maiores os ganhos com o trabalho. Ao longo do capítulo 5 iremos nos deparar com essa questão entre os entregadores, por ora é relevante destacar que essa necessidade tácita de maior agilidade no capitalismo contemporâneo vai ao encontro tendências percebidas no período pré-plataformas (DAL ROSSO, 2008; EHRENBERG, 2010)

A transformação do trabalho com a internet é um fenômeno que vem sendo destacado pela literatura desde o início do milênio¹¹ (HUWS, 2006; ANTUNES; BRAGA; NOGUEIRA *et al.* 2009). De modo geral, os estudos sobre trabalho digital e seus impactos já anunciavam, desde os avanços da “microeletrônica”, mudanças na forma e no conteúdo das atividades produtivas. Há quem considere que essas mudanças de ordem tecnológica reconfiguraram as relações de classe social (ANTUNES; BRAGA; NOGUEIRA *et al.*, 2009), logo, deve-se considerar que ocorreram mudanças significativas na tríade tecnologia-capital-trabalho no século XXI.

Essa estreita relação de trabalho baseada na demanda contribui para que as plataformas de aplicativo utilizem o argumento de que os trabalhadores são, assim como os clientes, usuários da plataforma. Nesse sentido, Rosenblat (2016, p.26) aponta que

A Uber nos mostra como uma empresa pode organizar massas de pessoas por meio da tecnologia em unidades discretas que estão disponíveis sob demanda para levar passageiros do ponto A ao ponto B – até que os motoristas optem por sair. Essa mesma tecnologia também altera fundamentalmente as relações trabalhistas: os motoristas são cobrados como consumidores da tecnologia conectiva da Uber, e não como trabalhadores¹²

Para começar a trabalhar nas plataformas, os trabalhadores devem aceitar os *termos de uso* da plataforma e as políticas dos aplicativos de forma unilateral, não há negociação pessoal ou sindical para discutir os termos da relação de trabalho.

1.3 O desenvolvimento dos algoritmos

O papel exercido pelos chamados algoritmos de programação chama a atenção tanto em relação ao desenvolvimento dessas plataformas, quanto ao uso das informações para o gerenciamento do trabalho (GROHMANN, 2021). Os algoritmos de programação são fruto do desenvolvimento dos sistemas de informação enquanto uma disciplina do conhecimento, que, conforme pesquisas tem alertado nas últimas décadas, compreende as informações como uma

¹¹ Embora as mudanças promovidas pela internet e as tecnologias de informação tenham impactado o mundo do trabalho no século XXI, é válido destacar o clássico estudo de Jean Lojikine (1987) sobre a revolução informacional como forma de lembrar que a preocupação das ciências sociais em identificar as transformações nas relações de classes sociais promovidas pelo desenvolvimento tecnológico no mundo do trabalho.

¹² Tradução livre de: Uber shows us how a company can organize masses of people through technology into discrete units who are available on demand to take passengers from point A to point B – until the drivers opt to log out. That same technology fundamentally alters labor relations as well: drivers are billed as consumers of Uber’s connective technology, rather than as workers” (ROSENBLAT, 2016, p.26)

nova fonte de riqueza para as organizações, seja por seu potencial para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, seja para o aprimoramento da gestão sobre a produção. Como bem pontuou Grohmann (2020, p.109), “Há um mantra que vem sendo repetido no campo dos negócios: “os dados são o novo petróleo”. Pela primeira vez na história, a comunicação privada das pessoas se tornou o meio de obtenção de valor pelas corporações (EKBIA, 2021)¹³.

Atenta as transformações ocorridas na economia com a crescente ênfase na mineração e uso estratégico de dados, Shoshana Zuboff (2020) cunhou o termo “capitalismo de vigilância” para definir esse novo poder instrumentário que busca captar a experiência humana a fim de servir a um restrito contingente de empresas que buscam não somente prever suas vendas, mas controlar o mercado consumidor. O capitalismo de vigilância é “Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas” (ZUBOFF, 2020, p.10). Essa nova ordem estabelecida pelo capitalismo de vigilância se constitui como um fenômeno sem precedentes na história da humanidade.

As plataformas digitais passam a ser meios importantes, embora não sejam os únicos, para o desenvolvimento dessa lógica capitalista. Atraindo milhões de usuários, as plataformas digitais, que muitas vezes oferecem serviços de forma gratuita, utilizam as informações obtidas na experiência dos usuários para o desenvolvimento de suas próprias tecnologias. O poder das empresas de tecnologia pode ser verificado quando observamos quem são as marcas mais valiosas na atualidade: Amazon, Apple, Google, Microsoft, foram classificadas segundo a Forbes como as marcas mais valiosas do mercado no ano de 2023¹⁴.

A maneira como as empresas se apropriam dos dados nos leva a considerar como o sonho digital que envolve o desenvolvimento da *internet*, segundo o qual as tecnologias são subordinadas aos usuários, torna-se pesadelo diante do capitalismo de vigilância. Assim,

A conexão digital é agora um meio para os fins comerciais de terceiros. Em sua essência, o capitalismo de vigilância é parasítico e autorreferente. Ele revive a velha imagem que Karl Marx desenhou do capitalismo como um vampiro que se alimenta do trabalho, mas agora com uma reviravolta. Em vez do trabalho, o capitalismo de vigilância se alimenta de todo o aspecto de toda a experiência humana (ZUBOFF, 2020, p.20).

¹³ A autora ainda argumenta que “Os bilhões de participantes do Facebook tornaram-se a maior força de trabalho remunerada da história.” O número crescente de usuários, passando de milhões para bilhões, tornou crescentes as receitas da empresa que também passaram de milhões de dólares para bilhões de dólares (EKBIA, 2021, p. 40-41).

¹⁴ FORBES BRASIL. As 10 marcas mais valiosas do mundo em 2023. Redação: Monique Lima. Forbes Brasil, São Paulo, 19/01/2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2023/>> Acesso em 13 de janeiro de 2023.

Para exercer sua forma de exploração, seja de trabalho ou de comportamento, o capitalismo de vigilância utiliza relações contratuais para obter o consentimento da população. O chamado *termo de compromisso* é o grande mediador jurídico dessa relação entre os usuários e a exploração dos dados (ZUBOFF, 2020). Qualquer indivíduo que deseja fazer uso das plataformas digitais, é obrigado aceitar os termos estabelecidos pelas empresas. Ao recusar os termos de compromisso os usuários têm o acesso negado a essas tecnologias.

Contudo, os dados não surgem espontaneamente, é necessário que eles sejam produzidos. Conforme Gillespie (2018, p.98) “Os algoritmos são máquinas inertes e sem sentido até serem combinados com bancos de dados para com eles funcionar. Uma pesquisa sociológica sobre um algoritmo deve sempre levar em consideração os bancos de dados aos quais ele está ligado”. Produzir dados, bem como analisar, possui um custo. A fim de reduzir esse custo as empresas de tecnologia têm investido nas plataformas digitais como um centro de produção e, na medida em que os usuários das plataformas buscam por refeições, amor, deslocamento, entretenimento, arte e trabalho, fornecem dados para essas empresas de tecnologia.

A discussão sobre o papel dos algoritmos é fundamental, pois, os algoritmos incidem diretamente sobre os trabalhadores das plataformas digitais. Nesse sentido Möhlmann; Zalmanson (2017) argumentam que a gestão das plataformas digitais com base nos algoritmos de sistemas de informação possui algumas características, tais como (i) acompanhamento contínuo do comportamento dos trabalhadores; (ii) avaliação de desempenho constante da aceitação ou rejeição dos trabalhadores a partir do *feedback* de clientes (iii) a implementação automática de decisões sem intervenção humana; (iv) interação dos trabalhadores com um "sistema" em vez de humanos, privando-os de oportunidades de feedback ou discussão e negociação com seu supervisor, como seria normalmente o caso em empregos off-line; e (v) baixa transparência no cotidiano laboral.

Embora o processo de produção de dados envolva questões éticas e políticas, há um processo de naturalização e silenciamento acerca dessas dimensões. Seja por conta da própria constituição do campo no qual atuam os agentes que fazem a engenharia dos dados, na qual um “paradigma científico” trata o processamento de dados como algo neutro, objetivo e inquestionável (GROHMANN, 2020); seja por um distanciamento das humanidades nesse campo, visto como excessivamente técnico; ou mesmo pelo lobby dessas corporações nas

instâncias decisórias do Estado, no sentido de manter a desregulamentação sobre suas atividades¹⁵.

Quanto mais visibilidade e vantagens sobre a legislação as plataformas digitais passaram a obter, e, assim, chamar a atenção, um termo passou a ser cunhado para definir o fenômeno do trabalho nesse segmento: uberização. O fenômeno da uberização deriva de empresas que possuem uma estrutura diferente das empresas convencionais, diferença tal que impacta diretamente no custo de operação, vínculo trabalhista, percepção da sociedade, entre outros aspectos. A uberização nomeia um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, além de se constituir como uma tendência passível de se generalizar nas próximas gerações. Conforme afirma Abilio (2021b, p. 85)

A uberização, na verdade, trata da transformação do trabalhador nesse profissional just-in-time. Acho que essa é uma forma de resumir a história, mas é uma definição complexa. A ideia do trabalhador just-in-time é consolidar uma forma de subordinação e gerenciamento do trabalho inteiramente apoiada em um trabalhador desprotegido. E essa desproteção é mais perversa do que a simples ausência de direitos, de uma formalização da jornada. É um trabalho totalmente desprotegido em termos legais porque o trabalhador é transformado em um autogerente de si próprio, que não conta com nenhuma garantia associada às leis trabalhistas. Mas penso que isso seja algo ainda mais profundo que vai além do caráter da desproteção. Há a ideia de que é possível construir uma multidão de trabalhadores disponíveis, que podem ser recrutados pelos meios tecnológicos existentes hoje. Então eles são recrutados na exata medida das demandas das empresas ou do capital, se quisermos falar de uma forma mais genérica, não dispondo de garantia alguma sobre a própria forma de reprodução social.

De fato, o processo de produção nas plataformas tem similaridade com o sistema de produção just-in-time. As técnicas do sistema *just-in-time* foram parte de um processo de reestruturação produtiva que transformou o trabalho assalariado no capitalismo. No caso das plataformas digitais, os trabalhadores são remunerados somente pela tarefa que foi cumprida, desse modo, as plataformas digitais buscam se isentar de qualquer responsabilidade sobre o tempo dispendido pelos trabalhadores à espera dos pedidos.

A uberização, ao realizar uma dispersão controlada do trabalho, enquanto catalisa novas formas de terceirização e de transferência de riscos e custos, têm papel importante na consolidação de uma condição de trabalho que combina informação e informalidade

¹⁵ Mais recentemente a discussão sobre regulamentação de plataformas digitais algorítmicas tem ganhado força no debate internacional em países como Canadá, Estados Unidos, Austrália e a União Europeia tem avançado no sentido de regulamentar as atividades das plataformas e produzir mais transparência na relação com usuários. No Brasil, o projeto de Lei nº 2630, de 2020 foi tramitado no ano de 2023 com o intuito de ser um marco no debate sobre a transparência digital, sobretudo com enfoque em combater desinformação e discursos de ódio na *internet*. Para saber mais ver: BRASIL. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944> Acesso em 25 de julho de 2023; DIAS, Tatiana. Big techs abraçaram bolsonarismo em ofensiva contra PL das Fake News. Intercept Brasil. 25/04/2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/04/25/big-techs-abracaram-bolsonarismo-em-ofensiva-contra-pl-das-fake-news/> Acesso em 25 de julho de 2023.

(ABILIO; AMORIM; GROHMANN, 2021). Mais do que uma transformação da economia do compartilhamento, a uberização se constitui uma nova forma de controle e gerenciamento que catalisou diversos processos em curso no mundo do trabalho.

No Brasil, a uberização foi combinada com elementos que denotam precariedade, como a desregulamentação trabalhista e, por consequência, a informalidade. Trata-se de uma condição específica que combina tecnologia com vínculos de trabalho altamente precarizados. Porém, apesar da informalidade a uberização opera com uma típica centralização da força de trabalho,

Está em jogo a centralização do controle – que conta com meios sociotécnicos que possibilitam uma administração altamente eficaz do uso da força de trabalho no tempo e espaço –, uma centralização que tem de ser compreendida na sua relação com a perda de formas estáveis, reguladas, reconhecíveis, das determinações que operam sobre distribuição, tempo de trabalho e remuneração, entre outros elementos. Riscos e custos são transferidos aos trabalhadores, assim como parte do gerenciamento do trabalho, o qual segue subordinado. Assim, as regras que regem o processo de trabalho se informalizam, ao mesmo tempo em que são constantemente operantes e centralizadas (ABILIO, 2022, p. 935-936)

Apesar da centralização do controle, como veremos a seguir na experiência dos jovens trabalhadores, a uberização opera fazendo com que o trabalhador precise autogerenciar seu próprio trabalho, movimento que Abilio (2020, 2021a, 2021b, 2022) vai definir como autogerenciamento subordinado.

1.4 Lá GIG economy, aqui informalidade

As plataformas digitais abriram novas possibilidades para a obtenção de renda via trabalho. Mas vale lembrar que a uberização vêm contribuindo para a desregulamentação de profissões, onde se instala, e fomenta um movimento global de um novo padrão de regime de trabalho. Essa mudança em curso nos conduz a um risco considerável de que essas atividades não sejam compreendidas como trabalho, mas sejam vistas como “serviços”, “tarefas”, “bicos”, “entregas” (STEFANO, 2018, p.69). A uberização não deve ser concebida como isolada da economia formal, isso significa concebê-la como uma tendência que impacta e se combina com a formalidade nos fluxos da cadeia de suprimentos (STEFANO, 2018).

O cenário pós-crise de 2008 é marcado não somente por maiores índices de informalidade, mas também por desregulamentação da legislação trabalhista via ações do poder público sobre os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O termo *Gig Economy*, no norte global - onde é mais difundido -, possibilita compreender um movimento histórico no qual se percebeu um desmanche dos empregos herdeiros do Estado de Bem-estar social.

Em síntese, Garcia-Parpet e Bevilaqua (2020, p.126) afirmam que

O termo *gig economy* é uma das diversas alcunhas que surgiram recentemente na tentativa de explicar uma mudança na maneira como as pessoas exercem e enxergam o trabalho. Em muitos casos, é utilizado como complemento de salário e *gig economy* especificamente se refere ao fato de, cada vez mais, exercerem atividades temporárias e reduzidas a tarefas, como complemento de renda ou em substituição completa de um trabalho fixo.

A aproximação da discussão sobre a *Gig Economy* e a discussão sobre a uberização é bastante comum no Norte global (VALLAS; SCHOR, 2020; WOODCOCK; GRAHAM, 2020). Enquanto nos países que ainda mantém alguns dos resquícios do estado de bem estar social, a inserção das plataformas acompanhou o declínio dos empregos no pós-crise de 2008. No Brasil, a informalidade já era um fator estruturante do mercado de trabalho, fortemente reforçada pelo cenário pós-2014.

A Uber instalou-se no Brasil, e em diversos outros países de forma semelhante, através da ausência de cobertura na legislação¹⁶. Longe das ruas, as plataformas estavam também disputando seu espaço nos tribunais e nos gabinetes políticos. O despreparo do Estado, frente essa nova tecnologia, foi explorado pelas empresas. Mais do que isso, as plataformas encontraram uma força de trabalho desempregada e sob condições de precariedade. Ainda que a reflexão sobre o desenvolvimento das plataformas leve em consideração a ampliação da *internet*, o acesso aos *smartphones*, as tecnologias algorítmicas, para compreender a materialização desses fenômenos é necessário refletir sobre a economia informal tão presente na economia brasileira. Ao discutir o trabalho nas plataformas digitais, Abilio (2021, p.15) pontua que

¹⁶ Vale lembrar que o período pré-copa do mundo de 2014 foi importante para a compreender o início das plataformas digitais de trabalho no Brasil. A chegada da Uber ao mercado brasileiro coincide com a demanda pelo transporte das pessoas que vieram ao Brasil para ver a copa do mundo de futebol masculino em 2014. Naquele momento havia certo temor pela segurança oferecida pelos taxis e a empresa buscou aproveitar essa “brecha” no mercado brasileiro para iniciar suas atividades no país. No entanto, essa chegada promoveu muita confusão. Na maioria das capitais brasileiras o número de taxis sempre foi considerado baixo para atender a demanda, o que, por sua vez, também impulsionava o preço das corridas de taxi para cima. O custo para regulamentar o taxi também não era baixo, os motoristas precisavam de licenças específicas junto ao poder público, não sem razão que a expressão “máfia dos taxis” era utilizada para definir o entroncamento de interesses que havia em torno dessa categoria. Dessa forma, a Uber instalou-se no Brasil apostando em ser uma alternativa segura e economicamente mais acessível a esses meios de transporte. O que se viu foi uma derrocada constante dos taxis e uma popularização crescente dos aplicativos. E assim, os próprios taxistas, pessoas que por vezes eram mal remuneradas e trabalhavam para os donos das placas com licença, iniciaram atos contra as plataformas e travaram conflitos com os primeiros motoristas de aplicativos. Ao longo de 2014 a 2016 foram registrados diversos conflitos entre taxistas e motoristas da Uber em diversos pontos do Brasil, muitos deles envolvendo agressão física a trabalhadores de aplicativos e depredação de veículos que eram identificados para transporte para plataformas. Contudo, quanto mais os noticiários comunicavam esses conflitos, mais a população passava a conhecer e baixar os aplicativos, enquanto os taxistas apareciam se manifestando, os aplicativos apareciam no topo das “app stores”. Toda a onda de hostilidade dos taxistas sobre os entregadores trouxe constrangimentos e violências para muitos trabalhadores uberizados, no entanto, mesmo diante desses conflitos a Uber sempre manteve o discurso de que os seus trabalhadores eram autônomos (METEORO BRASIL, 2021).

Historicamente, a informalidade é predominante no mercado de trabalho brasileiro. Operando como um parâmetro central do mercado de trabalho, o trabalho informal é tomado como referência para a análise das condições de trabalho, sendo a informalidade comumente associada à precariedade, insegurança e ausência de proteção social, em oposição à seguridade e regulações que constituem o trabalho formal. A informalidade opera, assim, como espelho invertido do trabalho formal, sendo elemento central para a compreensão da evolução do mercado de trabalho, pautando políticas públicas, referenciando os debates e horizontes da crítica sobre a precarização e exploração do trabalho.

O fenômeno da informalidade é histórico no Brasil, sendo fundamental para compreender o mercado de trabalho brasileiro (CARDOSO, 2019). Apesar disso, o debate sobre as definições de informalidade é complexo. Trata-se de um conceito dinâmico com relativos consensos, mas que exerce um papel chave, desde a década de 1970, nas reflexões sobre a economia latino-americana promovidas por organizações como a OIT e a CEPAL (RAMOS, 2007).

A década de 1990 no Brasil foi frutífera para reflexões sistematizadas. Entre 1990 e 1992 registrou-se uma queda do PIB brasileiro, a queda do PIB promove aumento do emprego informal, queda no trabalho formal e nos rendimentos. Já entre 1993 e 1998 o Brasil registrou um crescimento médio positivo do PIB, porém, concomitantemente ocorreu uma queda no índice dos assalariados com carteira, aumento nos assalariados sem carteira e que trabalham por conta própria, bem como um aumento na elevação do poder de compra, especialmente entre os assalariados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria (RAMOS, 2007). Ramos (2007) argumenta que os liames entre desenvolvimento econômico, formalidade e informalidade possuem nuances complexas que precisam ser consideradas de maneira cuidadosa.

As transformações no capitalismo brasileiro do século XXI passaram a sinalizar com uma cultura da pejetização. O reconhecimento da categoria microempresário também foi um evento importante para a reflexão sobre a informalidade no Brasil (COURSEUIL; REIS; BRITO, 2013, p.12). A ampliação da pejetização ganhou força legal a partir da Lei Complementar nº 128, de 2008 que instituiu o programa Microempreendedor Individual (MEI). Pensado como uma estratégia de formalização de autônomos e microempreendedores informais para que houvesse registro da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e, especialmente, o recolhimento de tributos que dão acesso à aposentadoria e outros benefícios previdenciários (BRASIL, 2008). Porém, a recepção desse processo de formalização da informalidade é complexo (RANGEL, 2019). Ser “PJ” é, segundo a percepção de alguns trabalhadores, vantajoso em relação à CLT, por um suposto ganho extra (CASTRO, 2013). Esse discurso do ganho “a mais” vem atrelado ao pressuposto de que basta

o trabalhador saber se organizar para guardar dinheiro e emular, com esses fundos, direitos e benefícios trabalhistas e sociais aos quais não se tinha acesso. No entanto, esse “ganho a mais” derivado da flexibilização do trabalho produz uma dinâmica de espoliação e exploração na qual trabalhadores e trabalhadoras precisam realizar jornadas duplas, triplas ou até quadruplas. Essa disponibilidade ininterrupta para o trabalho exige um trabalhador ideal, que atualiza e aprofunda as desigualdades presentes no mercado de trabalho (CASTRO, 2016).

A dificuldade em definir a informalidade, separando-a do seu suposto inverso, a formalidade, deriva da fluidez nas fronteiras entre o formal e o informal na economia brasileira (TELLES, 2013). Mesmo entre os especialistas, há dificuldade em mensurar os índices relativos ao trabalho (POCHMANN, 2008), e, mais especificamente a informalidade¹⁷. Mesmo considerando essa fluidez, deve-se assinalar que o trabalho informal é marcado por instabilidade (ANTUNES, 2011), que é mais ou menos sentida segundo o perfil do trabalhador (LOMBARDI; ARAUJO, 2013; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

O perfil do trabalhador informal no Brasil é amplo. Na informalidade é possível encontrar homens e mulheres, brancos e negros, crianças e idosos, desde *o catador ao doutor* (SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017). Contudo, alguns marcadores sociais se sobressaem em relação a outros, além de variarem em relação ao tempo. A divisão sexual do trabalho¹⁸ também se faz presente na informalidade, enquanto os homens são predominantes nas atividades não regulamentadas no setor de serviços, as mulheres estão inseridas em relações informais, predominantemente no trabalho doméstico remunerado. Os setores econômicos que guardam relação com a informalidade são primeiramente o setor agrícola, seguido dos serviços domésticos, outros serviços coletivos e sociais, a construção civil, serviços de alojamento e alimentação, e a indústria de transformação (LOMBARDI; ARAUJO, 2013, p.467).

No entanto, a realidade brasileira no século XXI aponta para momentos de maior e menor força no trabalho informal. O primeiro momento a se destacar situa-se de 2002 a 2014. No início desse período o Brasil estava saindo da instabilidade da década de 1990 e

¹⁷ A diferença de informalidade entre a PNAD e a PME pode ser explicada com base nas amostras e nas metodologias utilizadas. Enquanto a PME possui frequência mensal, sendo realizada somente em seis Regiões Metropolitanas do Brasil (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e coleta informações acerca de emprego e renda, contendo algumas características dos indivíduos. A PNAD, conduzida pelo IBGE desde 1967, é uma pesquisa anual (referente ao mês de setembro) que cobre todo o território nacional, trazendo informações diversas sobre características demográficas e socioeconômicas da população e características dos domicílios. Como a informalidade é mais elevada fora das Regiões Metropolitanas, o resultado da PNAD mostra nível superior ao da PME (BARBOSA FILHO; MOURA, 2015, p.108)

¹⁸ A divisão sexual do trabalho, segundo Hirata (2015), remete ao conceito ampliado de trabalho, isto quer dizer que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado.

começando um novo ciclo de maior estabilidade no crescimento econômico. Nessa primeira década dos anos 2000 se presenciou uma queda na informalidade, verificou-se aumento na transição de trabalhadores do setor informal para o formal e pela absorção dos desempregados pelo setor formal, mesmo durante a crise de 2008 (BARBOSA FILHO; MOURA, 2015).

Além das transformações na conjuntura econômica, a queda nos índices da informalidade, conforme foi observado na primeira década dos anos 2000, também está associada a mudanças institucionais. O aperfeiçoamento da gestão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na fiscalização das empresas (CORSEUIL; MOURA; RAMOS, 2011) e de políticas de incentivo tributário, bem como o Simples Federal (atualmente Simples Nacional), tendem a promover a formalização (BARBOSA FILHO; MOURA, 2015, p.102).

Diferentemente da tendência de classificação da informalidade enquanto par opositor a formalidade, o estudo de Silva (2002) traz um contraponto importante para a reflexão sobre o cenário brasileiro. Segundo o autor, as transformações da economia, em especial no fim da década de 1980 e durante a década de 1990, engendram a necessidade de uma discussão sobre a noção da informalidade. Conforme defende o autor

Meu argumento básico é o seguinte. Desde mais ou menos o fim dos anos 1960, quando surge a noção de informalidade, até o início dos anos 1980, ela era uma categoria cognitiva em torno da qual se construía um debate mais ou menos estruturado. Nas últimas décadas, entretanto, “informalidade” progressivamente se torna um mero léxico sociológico, incorporado pelas camadas bem informadas, perdendo a capacidade que, durante um bom tempo, permitiu-lhe desempenhar aquele papel catalisador. De fato, creio que até o observador mais desatento perceberá que seu uso, ao mesmo tempo que se universaliza, torna-se cada vez mais trivial e não provoca as acaloradas discussões do passado, apesar de ainda compor argumentos os mais diversos. Assim, sua generalização que confere ao termo a aparência de um significado unívoco e de domínio público, obscurece o fato de que esse uso indiscriminado desencarna-o de sua substância analítica e força prática. É justamente por isso que se pode concluir que pela inviabilidade de construir seu atual perfil (como dimensionar um vazio de significado?) E, ainda que tal esforço fosse possível, afirmar sua inutilidade (SILVA, 2002, p.81-82).

Assim, Silva (2002) entende que as transformações teóricas e políticas em torno da noção de informalidade devem abrir as portas para uma reflexão sobre a própria noção. A centralidade do trabalho urbano-industrial assalariado nas análises sobre o mercado de trabalho colocou a formalidade como uma tendência do desenvolvimento histórico do capitalismo, perspectiva que encontra contrapontos na reestruturação produtiva iniciada na década de 1990 e em movimento durante as décadas seguintes. Logo, o autor propõe uma perspectiva que enfatize a atividade dos trabalhadores e suas chances no mercado, no intuito de acompanhar continuidades e descontinuidades da vida ocupacional.

1.5 Uberização e desigualdades

Por mais que se possa conceber a uberização como um *crowdwork*, isto é, um trabalho aberto para a multidão, o trabalho nas plataformas digitais tem idade, gênero, raça e classe. O estudo de Van Doorn (2021, p. 57) informa que “o trabalho em plataformas digitais é um trabalho de minorias”. Ao investigar as relações de trabalhadores em Nova York, Berlim e Amsterdã, argumenta haver clivagens de gênero e raça, uma vez que “no contexto europeu, a migração é um componente-chave para compreender o trabalho em plataformas”. Já no caso brasileiro, levantamentos quantitativos sobre o perfil e as condições de trabalho dos indivíduos na uberização desvelam variações e desigualdades que perpassam a composição de classe desse segmento.

No Brasil, o levantamento intitulado *Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais* realizado pelo IBGE (2023c) traz dados sobre a condição mais ampla em relação a uberização. A modalidade com maior frequência nesse estudo é a de motoristas de aplicativo de carona. De modo geral, essa pesquisa identifica que o trabalho em plataformas digitais é majoritariamente masculino, com forte recorte etário entre os 25 e os 39 anos¹⁹, realizado por indivíduos com escolaridade entre o nível médio e o ensino superior incompleto. O levantamento do IBGE ainda acrescenta que “Quanto à composição por cor ou raça, não foram observadas diferenças importantes entre os grupos que utilizavam e não utilizavam plataformas digitais de serviços no trabalho principal”.

Todavia, o próprio Van Doorn (2021), com os estudos realizados no norte global, argumenta que o perfil tende a variar segundo a “modalidade da atividade da plataforma”. Desse modo, considerando que esse estudo irá focalizar os ciclistas entregadores, é necessário avaliar como se constitui o perfil desses trabalhadores especificamente.

Os dados existentes indicam que os ciclistas entregadores (ALIANÇA BIKE, 2019; LIMA; FILGUEIRAS, 2020) guardam algumas semelhanças e particularidades em relação ao perfil geral dos trabalhadores de plataformas digitais no Brasil (IBGE, 2023). Primeiramente, os entregadores compõem uma população mais jovem. Entre os entregadores ciclistas paulistanos – recorte da presente tese -, pode-se dizer que 75% têm até 27 anos (ALIANÇA BIKE, 2019). O perfil dos moto-entregadores é mais velho e ultrapassa os limites da juventude, a faixa de idade está situada majoritariamente entre os 25 e 44 anos (ABÍLIO *et al.*

¹⁹ O levantamento do IBGE (2023a) indica que a distribuição etária dos ocupados revela que o grupo de 25 a 39 anos correspondia a 48,4% das pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais de trabalho, ao passo que, entre os não plataformizados, essa proporção era 39,5%. Os demais grupos etários, tanto os mais jovens, abaixo de 25 anos, quanto os acima de 39 anos, apresentaram menor participação entre os plataformizados quando comparados aos demais ocupados.

2020; CUT, 2021), pois, entre outros aspectos, os moto-entregadores necessitam de habilitação e uma motocicleta para começar a trabalhar, o que acaba por elevar a faixa de idade. Logo, a categoria juventude pode trazer indicativos para investigar os cicloentregadores de aplicativos, a partir do marcador social da idade

Assim como os trabalhadores de plataforma em geral, a maioria dos ciclistas são homens cisgênero. A pesquisa com os trabalhadores em plataformas indica que há um diferencial por sexo na utilização de tais aplicativos, pois 81,3% do total da população é masculina, enquanto 18,7% é feminina. Entre os trabalhadores não plataformizados, isto é, a PEA brasileira, o percentual de mulheres (41,3%) situava-se em patamar bastante superior ao estimado para os plataformizados. No caso dos ciclistas entregadores, há uma predominância ainda maior de homens na ocupação – aproximadamente 95% - (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO, 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021).

Embora a pesquisa do IBGE (2023a) não tenha encontrado diferenças significativas do ponto de vista racial, os estudos com entregadores, sobretudo ciclistas, indicam a importância desse marcador social. A questão racial aparece de forma relevante em pesquisas conduzidas na Europa, dado que as plataformas aparecem como uma opção para geração de renda entre os imigrantes (VAN DOORN, 2021; CANT, 2021). Já no contexto brasileiro, os entregadores são predominantemente homens pretos e pardos (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO, 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021).

Conceitos como o *crowdwork*, *just-in-time*, capitalismo de vigilância, são elementos que singularizam essa face do mundo do trabalho na atualidade. Porém, a uberização do trabalho no capitalismo brasileiro precisa levar em consideração a informalidade histórica, as desigualdades e a forma como os brasileiros, especialmente dos setores populares, se relacionam com o trabalho. Na década de 1990, foi possível perceber que a informalidade não decorre somente da falta de dinamismo do setor formal, o que impacta nas escolhas dos indivíduos. Nesse sentido, a inserção via plataformas de aplicativos pode ter significado para além de um mero “bico”.

Em um cenário onde o emprego formal, com suas bases salariais, não atende as demandas necessárias para a sobrevivência dos trabalhadores (RANGEL, 2019; RANGEL; MAGALDI, 2023), a uberização aparece como um fenômeno emergente, acrescentando novas ferramentas de controle e organização do processo de trabalho (ABILIO; AMORIM; GROHMANN, 2021).

Por fim, é importante destacar que há um risco a ser considerado em meio a associação entre trabalho flexibilizado e a juventude. Alex Rosenblat (2018) argumenta que as

plataformas de trabalho sob demanda utilizam imagens e arquétipos da “geração *millennial*” para definir o trabalho nas plataformas. A publicidade em torno de quem são esses trabalhadores - em especial a Uber nos Estados Unidos – utiliza imagens de jovens, associando os nascidos entre o fim da década de 1980 e início dos anos 2000 a facilidade com o uso das tecnologias, a capacidade de empreender, trabalhar de forma autônoma e com energia.

Já nos idos de 2015, o CEO da plataforma Upwork, Stephan Kasriel, ao falar sobre o trabalho sob demanda e as transformações econômicas da atualidade no Fórum Econômico Mundial, afirmou que “A geração mais nova realmente aspira por esse tipo de carreira. Eles não querem um emprego presencial em tempo integral com o mesmo empregador. Eles gostam da flexibilidade, da independência e do controle que [os aplicativos] possuem.” (SUNDARARAJAM, 2018, p.227). Nesse sentido, os capítulos procedentes estabelecerão um debate com essa premissa. Estariam os jovens buscando a informalidade do trabalho nos aplicativos? Faz-se relevante uma investigação sobre a experiência e os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho em plataformas digitais. Investigar esses sentidos traz elementos importantes para refletir sobre a juventude e a forma como ela está se relacionando com o mundo do trabalho em transformação. Porém, antes disso, vale refletir sobre as especificidades que envolvem a condição juvenil e sua relação com o trabalho na atualidade.

2. Juventude, trabalho e desigualdades: uma abordagem a partir de idade, gênero e raça

Conforme argumentamos anteriormente, o trabalho nas plataformas digitais possui atravessamentos de diversas desigualdades, de modo que é possível identificar grande presença da força de trabalho juvenil, sobretudo entre os ciclistas entregadores (ALIANÇA BIKE, 2019). Investigar a experiência dos ciclistas entregadores no cotidiano das plataformas pode trazer indicativos importantes sobre a relação entre juventude e trabalho na contemporaneidade.

Como bem pontuou Mellucci (1997), a partir da juventude, é possível notar mudanças mais amplas ocorridas em nossa sociedade. Dessa forma, as experiências e desafios vivenciados na juventude são capazes de produzir conhecimento sobre como os indivíduos realizam trânsitos pela escola e pelo trabalho. Pois, experiências e trajetórias não ocorrem descoladas da realidade social, ao contrário, são delimitadas por campos de possibilidades formatados a partir de injunções estruturais e conjunturais.

O Brasil é um país que carrega marcas históricas de desigualdades que permanecem por longa duração em sua sociedade; os avanços democráticos adquiridos, com muita luta, no período recente, não foram o suficiente para eliminar as mazelas recalcitradas nas relações sociais. No entanto, permitiram à atual geração acessar direitos até então negados e constituir-se de novas maneiras, produzindo novos significados à experiência vivida.

Este capítulo retoma a discussão sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica para investigar as desigualdades vividas pela juventude brasileira no trabalho. O objetivo é explorar como os indivíduos nesse recorte etário, entre os 15 e os 29 anos, enfrentam especificidades no âmbito laboral.

2.1 A juventude como categoria social

Reconhecer os indivíduos de acordo com a sua faixa etária possibilita interpretar experiências comuns e culturas tipicamente estabelecidas por aqueles que compartilham uma mesma condição temporal (DUBET, 1996). Nesse sentido, a categoria “juventude” permite aglutinar e, de alguma forma, comparar um conjunto de situações divididas por indivíduos que estão em uma mesma faixa etária.

De modo geral, a juventude, assim como gênero e raça, é uma construção social que está ancorada no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos e em processos sociais e históricos (PERALVA, 1997). Com o advento da modernidade, os papéis sociais e a relação dos indivíduos com as instituições se transformaram, de modo que as épocas da vida sofreram

modificações concomitantemente, a ponto de concepções como infância e juventude, enquanto etapas da vida, comecem a ser diferenciadas da adultez (ARIÈS, 1981; LEVI; SCHMIDT, 1996).

Do ponto de vista formal, o Estatuto da Juventude (2015) traz uma delimitação etária específica: “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Assim, o marco etário é a dimensão objetiva do conceito de juventude. Para facilitar a compreensão da marca temporal do que é ser jovem, pode-se, também, separar a juventude em três períodos distintos: a adolescência, dos 15 aos 17 anos, fase de escolarização obrigatória, com a inserção laboral apenas sob certas condições; o período de inflexão dos 18 aos 24 anos, com o término da educação básica e, com maior frequência, o início da trajetória laboral; e dos 25 aos 29 anos, com a predominância de responsabilidades familiares mais exigentes. (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

Apesar do marco etário, o termo juventude é “impreciso e escorregadio” (ABRAMO, 2005). Essa variabilidade está ancorada na materialidade histórica e social, pois a delimitação formal da categoria varia entre diferentes lugares do globo em diferentes momentos. A história e as transformações sociais são dinâmicas, os indivíduos situados na juventude encontram-se diante de mudanças, inclusive da própria definição do que é ser jovem e como essa etapa da vida é ou deve ser vivida. Como bem nos lembra Bourdieu (1983) “*a juventude é apenas uma palavra*”, a construção social da juventude varia de acordo os padrões culturais de uma determinada época, fazendo com que a idade seja um parâmetro flexível no tempo.

Na atualidade, segundo a estudiosa da gerontologia Guita Grin Debert (2010), aparentar juventude, nessa sociedade, passa a ser quase um dever para os mais velhos. Isso envolve a adoção de certas formas de consumo e estilos de vida que são tipicamente juvenis. O processo que explica esse fenômeno cultural é o que a autora define como “descronologização da vida” (DEBERT, 2010, p. 59). A juventude passa a ser mais do que uma faixa etária específica, assim como a própria velhice, e passa a ser um valor carregado de normas de comportamento.

Essa persistência de padrões culturais juvenis em outras etapas da vida também pode ser observada nos momentos de crise e necessidade de reorganização dos projetos de vida. Se a juventude é marcada por um momento de escolhas e expectativas de futuro, segundo Debert (2010, 2021), as transformações recentes na sociedade promovem uma “adolescentização da vida” em outras fases, como a adultez e a velhice. Dessa forma, diferentes etapas da vida têm sido experimentadas como momentos de (re)definição de papéis e objetivos.

Dubet (1996), por sua vez, define que a categoria juventude pode ser interpretada a partir de dois polos: a identidade juvenil e a cultura juvenil. Para o autor, à medida que a sociedade de massas oferece autonomia para os jovens, esses vão construindo culturas comuns nas quais formam sua identidade. Segundo o autor:

A par desta lógica de competição e desempenho, há uma lógica de identificação ao grupo juvenil e a cultura. Os jovens estão ingressando em grande número na escola e na universidade, desenvolvendo sua sociabilidade e estilos de vida. A juventude é o tempo dos amores, das amizades, do distanciamento da família, dos “boicotes”, moratória e suspensão de certos constrangimentos. Assim, a experiência juvenil define-se pela tensão e pela articulação destes dois lados da ação: o da identificação com um grupo e com uma cultura de idade e o das capacidades estratégicas para se situar num espaço de distribuição de “desenvolvimento social” de expectativas. Quanto mais se desenvolve a massificação escolar, por um lado, e quanto mais se reforça a autonomia juvenil, por outro, mais podemos definir a juventude como modos de combinação dessas duas faces da experiência social.

Embora os ritos de passagem não sejam mais suficientes para definir a juventude, tal como nas sociedades tradicionais, ainda podem ser observados alguns “quase ritos” na atualidade (DUBET, 1997). Segundo Dubet (1997) esses “quase ritos” estão alinhados com alguns fatores como a transição da educação básica para o ensino superior, o primeiro salário ligado a um “emprego”, o serviço militar, experiências afetivas ou de constituição familiar. Essa dimensão cultural da concepção de juventude faz com que a categoria tenha relativa estabilidade.

Assim, entendemos que a juventude tem uma base material relacionada à idade, mas também abrange uma ampla gama de maneiras de viver. Duas dimensões analíticas foram concebidas para refletir sobre o sujeito jovem que ainda merecem destaque: condição juvenil e situação juvenil (DAYRELL; ABRAMO, 2008; ABAD, 2003; SPOSITO, 2003). A condição define-se pelo modo como a sociedade dá significado à juventude, referindo-se, assim, à condição mais abrangente de ser jovem enquanto geração. Já a situação define-se no modo como a condição juvenil é vivida a partir dos recortes de classe, gênero, raça, entre outros. Ou seja, há um reconhecimento do campo de estudos de juventude sobre a necessidade de se levar em conta múltiplas desigualdades que perpassam os indivíduos e experiências juvenis.

O campo de estudo de juventude tem recorrido à expressão “juventudes”, no plural, como forma de sinalizar as desigualdades que perpassam a situação juvenil (GUIMARÃES, 1997; CARRANO, 2000; DAYRELL, 2007; ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008; GROppo, 2016). Ainda que a literatura sobre juventude no Brasil opte cada vez mais por tal expressão, como meio de enfatizar a pluralidade de formas de ser jovem, bem como as múltiplas

expressões desta fase da vida, este estudo irá tomar a interseccionalidade como fundamento para discutir essa pluralidade subjacente à categoria.

Entre os estudos sobre interseccionalidades, a juventude é reconhecida a partir do marcador “idade” ou “geração”. As potencialidades abertas com a categoria idade na composição da matriz de opressões da interseccionalidade é reconhecida por Patricia Hill Collins. Em entrevista concedida à revista brasileira “Tempo Social”, a autora afirmou que tem direcionado esforços para dar maior centralidade à categoria idade:

Conceber a idade como categoria analítica, ao invés de definir a idade como uma categoria descritiva de análise para fins estatísticos, aponta para a utilidade da análise geracional para pensar a idade. Como a idade poderia ser uma categoria de análise importante para a interseccionalidade e por que poderia ser particularmente importante agora? Seria a idade um sistema de poder? E, se for um sistema de poder, que tipo de sistema de poder? Fundamentar meu trabalho nas necessidades de um grupo social específico, no caso, a juventude negra nos Estados Unidos, destaca a relevância de se pensar de modo mais amplo sobre a idade e a sua relação com a interseccionalidade (GUITMARÃES *et al.* 2021, p. 291).

Apesar de elementos comuns perpassarem a experiência baseada na idade, as categorias gênero, raça e classe delimitam assimetrias sociais que acenam para opressões e privilégios. Porém, antes de discutir sobre as potencialidades acerca do uso da interseccionalidade enquanto método heurístico para investigar experiências juvenis, o tópico a seguir traz algumas notas sobre a relação entre juventude e trabalho, a fim de situar o contexto no qual estão os jovens entregadores.

2.2 Notas sobre a relação entre juventude, educação e trabalho no Brasil

No Brasil, muitos jovens brasileiros experimentam esse momento da vida, participando ativamente do mundo do trabalho e, em alguns casos, frequentando a escola (GUITMARÃES, 2005; SPOSITO, 2005; CORROCHANO; ABRAMO; VENTURI, 2020). Portanto, trabalho e educação “estabelecem entre si influências recíprocas” (BRENNER; CARRANO, 2023, p. 1) que se articulam para constituir a experiência juvenil.

No Brasil do século XXI, a relação do jovem com o trabalho é marcada por alterações conjunturais, em que são observados períodos de aumento nas vagas de emprego e, conseqüentemente, maiores chances de inserção laboral, e outros períodos em que há retração econômica e diminuição das chances de afirmação do direito ao trabalho (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

O período recente da história brasileira tem apresentado duas conjunturas distintas: a primeira foi marcada pela recuperação da crise econômica vivida na década de 1990, proporcionando à juventude brasileira mais acesso à educação formal e ao trabalho nos

moldes da CLT. E a segunda, pela crise econômica e política pós-2013, agravada pela pandemia da covid-19. Ademais, articulando-se a essas mudanças de caráter mais conjunturais, a presença ou não do trabalho nas trajetórias juvenis varia segundo marcadores sociais que se interseccionam, ou seja, a inserção produtiva e a qualidade da ocupação variam segundo as idades no tempo da juventude, a origem de classe, gênero, raça e localização geográfica (CORROCHANO, ABRAMO; ABRAMO, 2017; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

O período após a Constituição de 1988, no Brasil, é marcado por intensas mudanças no sistema educacional brasileiro. A concepção de uma educação básica tomou corpo, facultando maior força para a aproximação entre ensino fundamental e ensino médio. A busca pela universalização da educação básica — com a participação de crianças e adolescentes na escola — apresentou resultados positivos no que diz respeito ao acesso. Para entender essa dinâmica progressiva em relação às prioridades do desenvolvimento dos níveis de educação recorremos a Celso Rui Beiseguel (2005), que se deteve no contexto educacional de meados do século XX, mas que suscita uma proposição que permanece atual. Em síntese, o autor argumenta que ao se ampliar um nível da educação, a pressão sobe para a ampliação do nível subsequente. Ou seja, à medida que cresce a taxa de escolarização para as crianças no ensino fundamental, aumenta a pressão para a escola de nível médio.

A conclusão da educação básica para os jovens brasileiros nascidos na virada do século - entre os anos 1990 e o início dos anos 2000 - é algo que está contemplado no campo de possibilidades dos indivíduos dessa geração. Durante esse processo de ampliação do contingente de estudantes no Brasil, o ensino fundamental tornou-se quase universal. Em 2019, a taxa de frequência escolar líquida do ensino fundamental para as crianças de 6 a 10 anos superou o índice de 95%, para as crianças entre 11 e 14 anos foi de 87% (IBGE, 2023). O período pós-década de 1990 despontou com uma crescente ampliação das matrículas na educação de nível médio (SPOSITO; SOUZA, 2014; CORTI, 2016). Se em 1990 havia 3,5 milhões de jovens matriculados/as no ensino médio, em 2000, esse número foi de 8,2 milhões. Em 2010 havia 8,4 milhões e em 2022 o número de matrículas foi de 7,9 milhões. Isso significa que houve um crescimento significativo e rápido na década de 1990, que continuou crescendo com menor intensidade durante a primeira década dos anos 2000. No período posterior, houve estagnação seguida de leve queda²⁰. Com efeito, verifica-se uma expansão da condição de estudante no interior da condição juvenil.

²⁰ Essa tendência de estagnação foi percebida por Sposito e Souza (2014, p. 38) durante meados da década de 2010. Na época as autoras já percebiam o caráter “complexo e nuançado” do ensino médio brasileiro,

Contudo, o ensino médio ainda é um nível da educação básica em que reside uma encruzilhada estrutural, “[...] o ponto no qual uns fatalmente terminam e outros verdadeiramente começam, no qual se jogam os destinos individuais à medida que podem depender da educação” (ENGUIITA, 2014, p. 10-11). Para Adriano Senkevics e Marília Carvalho (2020, p. 337):

o Ensino Médio continua um filtro de acesso ao Ensino Superior, embora não seja o mais importante para o conjunto da juventude. No entanto, sua barreira permanece de grande relevância para jovens pertencentes a segmentos sociais menos privilegiados.

Nessa etapa da educação algumas desigualdades estruturais da sociedade se acentuam, deixando visíveis as diferenças em relação aos objetivos e limites do ensino médio.

Essa maior inserção da juventude no ensino médio apresenta um crescimento feminino nesse nível educacional. Os dados apontam que as moças têm logrado maior êxito nesse segmento de ensino. Ao analisar os indicadores por sexo, percebe-se que, entre as jovens mulheres de 15 a 17 anos, 79,7% estavam frequentando o ensino médio, já entre os rapazes dessa faixa etária apresentavam taxa de frequência do ensino médio de 71%, uma diferença de 8,7 pontos percentuais (IBGE, 2023a). O abandono escolar é mais frequente entre os rapazes, sobretudo os rapazes negros (LIMA; GOMES, 2013; TOLEDO, 2022).

Há de se destacar também as desigualdades de cor/raça incidentes na frequência líquida no ensino médio. Enquanto 80,8% da/os jovens brancos/as de 15 a 17 anos ocupavam os bancos escolares do ensino médio, entre as/os jovens negras/os a taxa de 2022 foi de 71,7% (IBGE, 2023a). Na intersecção dessas desigualdades, verifica-se que as mulheres brancas jovens são as que mais concluem o ensino médio, seguida pelos homens brancos, mulheres negras e homens negros. É necessário destacar, portanto, que “[...] enquanto para brancos e amarelos a maior dificuldade é ingressar no Ensino Superior, dado que se concluiu o Ensino Médio, para os jovens negros e indígenas o principal obstáculo ainda é completar a escolarização básica.” (SENKEVICS; CARVALHO, 2020).

Além do ensino médio, o ensino superior também passou por um processo de expansão, ainda que com amplitude mais modesta e fortemente ancorado no ensino privado. As bases para esse processo se encontram nas políticas públicas de ampliação do acesso à educação superior realizadas no início do século XXI, como o PROUni - Programa Universidade para todos, FIES - Fundo de Financiamento Estudantil e o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Assim, deve-se

evidenciando as diferenças com os períodos anteriores vividos nas décadas de 1980 e 1990, onde “uma demanda reprimida encheu os bancos escolares da educação básica, inclusive do ensino médio brasileiro.”

considerar que houve uma expansão significativa da educação superior para uma geração de jovens nascidos no fim do século XX no Brasil. Ante todas as ações supracitadas, entre 2002 e 2012, dobrou o número de IES – Instituições de Ensino Superior - no país, e, embora essa expansão tenha sido fortemente marcada pela participação do setor privado, houve também um crescimento do número das instituições públicas (LIMA; CAMPOS, 2020). Ao compararmos os anos entre 2002 e 2022 verifica-se um aumento significativo no número de matriculados no ensino superior, o índice de estudantes de graduação passou de 1,5 milhões para 8,4 milhões de estudantes (IBGE, 2023a).

No intento de democratizar a educação, o Brasil dos anos 2000 produziu uma geração de jovens que passou a vislumbrar acesso ao ensino terciário. Destacam-se as políticas de ações afirmativas, embasadas na Lei 12.711 de 2012²¹, que trouxeram avanços na inserção da juventude negra e indígena na educação formal.

No entanto, conforme argumenta Senkevics (2021, p. 33) “a mesma luz que iluminou o acesso também projetou uma grande sombra sobre as desigualdades”. O autor argumenta que os aparentes avanços no nível macro escondem trajetórias de dificuldades na transição do ensino médio para o ensino superior e ônus significativos para acessar esse nível de ensino, sobretudo para a juventude das classes populares.

De maneira geral, verifica-se um prolongamento do tempo dedicado aos estudos para a os/as jovens de 15 a 17 e 18 a 24 anos (IBGE, 2023a; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018). A ausência do trabalho para esses segmentos juvenis não deve ser tomada como única explicação para entender o fenômeno dos jovens que só estudam, isso se deve também a uma maior abertura do sistema escolar, acompanhada de uma menor necessidade de que os jovens auxiliem no orçamento doméstico. Outro fator é a ocorrência de uma certa concessão consensual à escolaridade, que concede ao jovem direitos não-formais para dedicar tempo à escola, sem a concomitância com o trabalho. (LIMA; ALMEIDA, 2010; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018; SANTOS, 2018).

Fazer apontamentos sobre essas mudanças torna-se relevante não apenas como uma mera descrição de fatos, mas como uma forma de fornecer elementos para interpelar os jovens participantes deste estudo.

²¹ Sobre a participação do movimento negro, Gomes, Silva, Brito (2022, p. 5) afirmam que “A partir dos anos 2000, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de crítica ao modelo de política educacional adotado que não considerava as desigualdades raciais como parte das desigualdades escolares. As ações afirmativas como caminho possível para a diminuição dessa situação, levando a mudanças internas na estrutura do Estado, avançaram como ponto de concordância entre as diferentes organizações do movimento negro e, gradualmente, as entidades se unem no reconhecimento da urgência de implementação das cotas raciais como uma modalidade de ação afirmativa para a correção das desigualdades raciais, a curto e médio prazos, no ensino superior.”

De modo geral, apesar das políticas e ações supracitadas, verificou-se entre os entregadores uma baixa taxa de escolarização para o ensino superior, em dados coletados a partir de questionários organizados por esta pesquisa e por dados obtidos por outras pesquisas (ALIANÇA BIKE, 2019; CUT, 2021; IBGE, 2023b). Ainda que a expansão das matrículas no ensino superior tenha impactado as expectativas e trajetórias juvenis no Brasil, Corrochano (2013, p. 40) identifica as limitações dessa expansão entre os jovens dos setores populares. Após a investigação realizada com jovens de baixa renda do Município de São Paulo, a autora afirma que:

[...] mesmo diante da inegável ampliação do acesso a esse nível de ensino nos últimos anos, ainda que majoritariamente no ensino superior privado, há um contingente significativo de jovens que sequer projetava a realização desse nível de ensino, ao mesmo tempo que não encontra possibilidades de formação em outros tempos e espaços, permanecendo fortemente premidos pela necessidade de responder às necessidades materiais de existência.

Já entre os jovens dos setores populares que logram acessar o ensino terciário, tal processo de expansão do ensino superior no Brasil trouxe um significativo contingente de indivíduos que frequentam cursos noturnos e, por vezes, arcam, de forma privada, com os custos dos estudos. Trata-se de jovens que, nas palavras de Comin e Barbosa (2011, p. 75), “[...] não são, a rigor, estudantes que trabalham, mas trabalhadores que estudam”. Portanto, embora a escola seja imprescindível para os jovens, como veremos a seguir, o trabalho também é.

Ao considerar as históricas desigualdades, que são emblemáticas da frágil construção da cidadania no Brasil, o processo de transição da escola/universidade-mundo do trabalho não segue a linearidade observada nos países do norte global ao longo do *Welfare State* - ou os países que ainda mantêm resquícios dessa forma estatal. No Brasil, as trajetórias juvenis são fortemente mediadas por uma lógica de combinação entre trabalho e estudos (CORROCHANO, 2013; FRANZÓI *et al.*, 2019). Essa combinação já na educação básica responde a desigualdades de gênero presentes na sociedade, pois, para os garotos há um apelo para a inserção no trabalho remunerado feito fora da residência, ao passo que, para as meninas, há um apelo significativo para combinar o processo de escolarização com o trabalho doméstico não remunerado, em ambos os casos se verificam impactos do trabalho na escola (ARTES; CARVALHO, 2010).

De modo geral, a geração atual de jovens, nascidos entre o início da década de 1990 e o início dos anos 2000, vivenciou cenários diferentes em relação à economia brasileira, em particular no mercado de trabalho. Essas mudanças geracionais são sintetizadas por Cardoso:

A expansão do sistema educacional nos anos 1980 e, sobretudo, 1990, combinada, nessa última década, com reestruturação econômica e produtiva desindustrializante, mudou bastante esse quadro. Assistiu-se ao aumento das exigências de escolaridade para as posições superiores, com a conseqüente deterioração das probabilidades de classe dos mais escolarizados em comparação tanto com as coortes mais antigas de nascimento quanto com os próprios pais. Isto é, um homem de 25 anos com onze anos ou mais de escolaridade em 1970 estaria, com grande probabilidade, nas classes médias ou superiores urbanas. Seu filho de 25 anos, em 2000, com a mesma escolaridade, tinha chances não-desprezíveis de figurar entre as classes baixas e mesmo entre o operariado industrial. Uma proporção importante estaria desempregada.

Essa ampliação das possibilidades educacionais ecoou entre os empregadores à medida em que os processos seletivos de trabalho passaram a requisitar maiores graus de escolaridade, especialmente para a juventude (MOCELIN; SILVA, 2008; GUIMARÃES, 2016).

Frente aos avanços na escolarização da juventude, emergiu um debate complexo sobre a relação entre escola e trabalho: de um lado defendeu-se que os jovens deveriam ficar longe de atividades produtivas ao longo do processo de escolarização; de outro, que a inserção profissional traria vantagens para os jovens, além de ser uma demanda própria desses indivíduos. Mais que discutir se os jovens têm ou não permissão para trabalhar, essas mudanças demandaram a análise das condições e da qualidade do emprego, bem como sua conexão com as trajetórias educacionais e familiares. Além disso, deve-se ampliar a compreensão das disparidades sociais que afetam o acesso a esses direitos, especialmente aquelas relacionadas à renda, gênero, raça e território (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Com menor impacto, quando comparado ao passado, a inserção precoce é outro pilar do debate sobre as especificidades da relação entre juventude e trabalho (CORROCHANO; NAKANO, 2009; CORROCHANO *et al.*, 2022). Ao longo do período pós-Constituição de 1988, o número de crianças trabalhando diminuiu progressivamente. Esse fato está diretamente relacionado a diversos fatores como os programas de transferência de renda implementados ao longo da referida época, o aumento da frequência escolar, as mudanças nos valores das empresas que deixam de empregar crianças e adolescentes, o aumento da fiscalização e a mentalidade das famílias. Porém, o problema ainda permanece, sobretudo em atividades como a agropecuária, pesca e silvicultura (NASCIMENTO; KASSOUF, 2014). No que se refere a esta pesquisa, que foca nos entregadores, há o caso de um interlocutor que começou a trabalhar com entregas por volta dos 14 anos.

Além da inserção precoce, a relação jovem e trabalho também está mediada pelo seu inverso: o adiamento. A postergação da inserção laboral está associada tanto à prolongação da

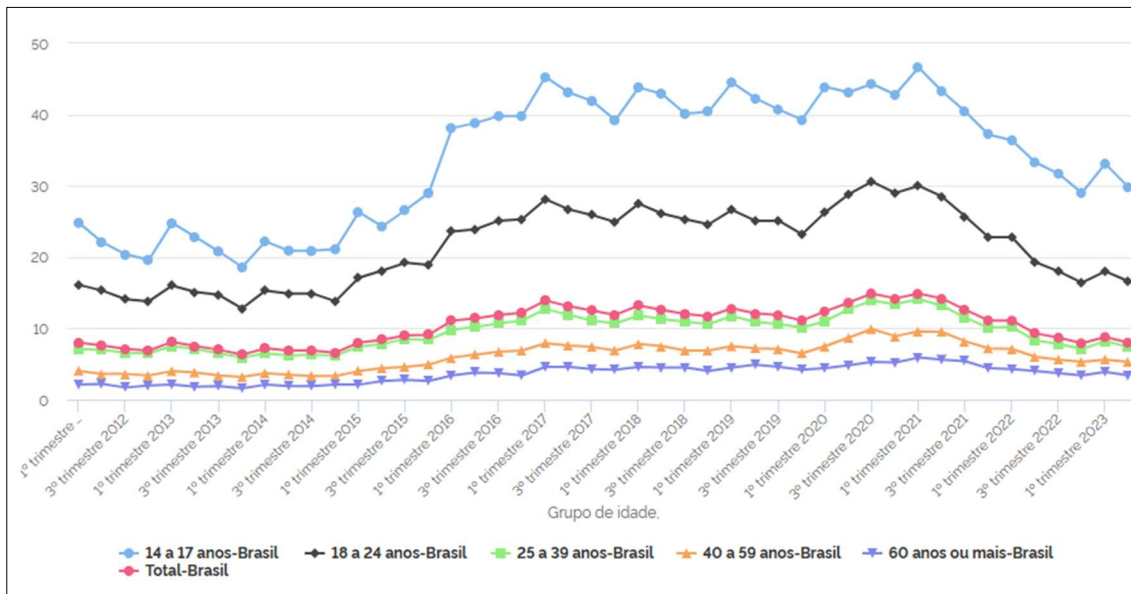
juventude, quanto às alterações no processo de transição para a vida adulta. Por mais que se possa afirmar a ocorrência de padrões distintos na transição de moças e rapazes, as quais ocorrem sob trajetórias diferentes, as mulheres têm experimentado progressivas mudanças de ordem geracional nos meios de transição para a vida adulta, impactadas sobretudo pelo acesso ao emprego (TOMAS; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2008). Além disso, a redução no número médio de filhos e o tamanho médio das famílias também contribuiu para alterações nos processos de transição escola-universidade/ mundo do trabalho na vida de mulheres e homens (BORGES, 2010).

É certo que essas alterações e especialmente a expansão dos vínculos de emprego formal, sobretudo no período entre 2004 e 2014, não significaram, necessariamente, a eliminação da heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro e a afirmação do direito ao trabalho decente para todos/todas (PICANÇO, 2015; CORROCHANO; ABRAMO, 2016; OLIVEIRA, 2018). Indivíduos com maior escolaridade, homens, autodeclarados brancos, oriundos de famílias com maior renda, possuem maior tendência a conseguir trabalhos com mais direitos e proteção social em relação a indivíduos com menor escolaridade, mulheres ou autodeclarados pretos e oriundos de famílias dos setores populares (PICANÇO, 2015).

O desemprego é outra especificidade que envolve a relação entre juventude e trabalho. Já em 2008, Cardoso (2008, p. 606) argumentava acerca do “aumento global da escolaridade da população, pois, teve como efeito, paradoxalmente, piorar as condições de entrada no mercado de trabalho dos jovens de todos os perfis educacionais”. O cenário de crise agravou esse paradoxo (BORGES, 2010; VENTURI; TORINI, 2014; PICANÇO, 2015).

No que diz respeito ao período entre 2015 e 2021, nota-se um crescimento nos índices nacionais de desemprego, alcançando sua maior taxa no terceiro trimestre de 2020, conforme é possível verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Taxa de desocupação no Brasil entre 2012–2022, segundo o critério etário



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio

Elaboração: IBGE, 2023a.

Os jovens são mais intensamente atingidos pelo desemprego: são os primeiros a perderem sua fonte de renda e os últimos a ganharem quando se inicia a recuperação econômica. Em 2012, o desemprego juvenil já era alto, ainda que este seja maior que o desemprego adulto, mesmo em contexto de crescimento econômico, no referido ano, o desemprego juvenil (18-24 anos) saiu de um patamar de 13,4% e chegou a 22,2% em 2019, posteriormente, em 2021, no cenário da pandemia, bateu 30%. Em seguida, passou a apresentar queda.

Não bastasse o desemprego, a juventude brasileira convive com índices indesejados de desalento. Os chamados "desalentados" são aqueles que têm disponibilidade e desejam trabalhar, mas, devido à escassez de oportunidades no mercado, desistiram de procurar emprego²². Nota-se que até 2014 o Brasil possuía taxas decrescentes de desalento, no entanto, o período pós-2014 o país experimenta um aumento vertiginoso nesse índice, saltando de 2 milhões para cerca de 6 milhões entre 2014 e 2020 (SABÓIA *et al.*, 2021). Com isso, Sabóia *et al.* (2020, p. 8) constataram que “o desalento é um fenômeno que vem crescendo no Brasil”. Essas pessoas são majoritariamente autodeclaradas pardas/pretas (73%), mulheres (55%), jovens (45%) com ensino fundamental incompleto (41%). O desalento, ainda, possui características geográficas relevantes, pois conforme descreve Sabóia *et al.* (2020):

²² A situação é utilizada para definir situações em que a pessoa está disponível para o trabalho e não tomou providência para conseguir emprego nos últimos 30 dias, esse grupo faz parte da “PEA potencial”, ao lado daqueles que realizaram busca efetiva por emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Apesar desse segmento representar 4,6% da PEA, são aproximadamente 4,9 milhões de pessoas

a distribuição de desalentados é concentrada, atingindo 59,9% na região Nordeste, 21,5% na Sudeste, 9,9% na Norte, 4,9% na Sul e, por fim, 3,9% na Centro-Oeste. Vale ressaltar que o Nordeste representa apenas 23,5% da PEA, enquanto o Sudeste, 45,3%. [...] A maior parte está em espaços urbanos (63%), mas chama a atenção que 37% dos desalentados estão em espaços rurais, já que, proporcionalmente, a massa de trabalhadores urbanas é bem superior à de trabalhadores rurais, 88,6% e 11,5% respectivamente.

A questão dos jovens sem estudo e sem trabalho, os chamados “nem nem”, também é emblemática da relação entre juventude e trabalho no século XXI. A crise econômica de 2008 trouxe impactos negativos para a inserção laboral entre os países desenvolvidos do norte global (SIMÕES; SANTOS; VAZ, 2013). Esses efeitos colocaram em relevo a situação social dos jovens que estavam sem estudo e sem trabalho²³. Por mais que essa condição de estar sem estudar e/ou trabalhar tenha adquirido maior visibilidade e despertado preocupação por parte as autoridades, conforme afirma Cardoso (2013, p. 293), “a incidência do fenômeno é bem mais disseminada e extensa no tempo, isto é, estar sem trabalho e fora da escola não é uma novidade nas dinâmicas social e econômica contemporâneas.” E o autor acrescenta:

Desse ponto de vista, parte do fenômeno midiaticamente tratado como novo, que estaria afetando diferenciadamente uma geração específica, agora rotulada de “geração nem nem”, na verdade, é desemprego juvenil em larga escala, ocorrendo entre jovens que já haviam deixado a escola para trabalhar e que, diante da redução das perspectivas do mercado de trabalho, já não conseguem emprego, ou decidiram, ou estão em condições (tendo em vista as salvaguardas dos estados de bem-estar na Europa ou as redes de proteção familiar) de esperar por uma ocupação num futuro melhor.

Portanto, conseguir trabalho é um desafio para os jovens. Encontrar emprego, em alguns casos, não envolve somente encontrar um empregador que possui uma demanda, conforme já advertia Nadya Guimarães (2008, p. 95), essa relação agora passa por intermediárias:

Mais ainda, sabemos hoje que dificilmente o funcionamento do mercado de trabalho poderia ser adequadamente descrito pela imagem da diáde – o empresário que recruta e o trabalhador disponível no mercado. Ao contrário, tal funcionamento requer ser representado por modelo mais complexo, já que diferentes formas institucionais hoje nele se apresentam. Tais formas, longe de convergirem apenas para os extremos dessa relação de força onde estariam o contratante e o contratado, se distribuem por várias linhas de tensão que podem ser melhor representadas como convergindo para as extremidades de outra figura, a do triângulo.

Contextos de recessão econômica tendem a afetar mais os trabalhadores jovens do que os trabalhadores mais velhos. Dados da PNAD contínua apontam que, no primeiro ano da pandemia, os jovens foram os mais afetados pelo desemprego²⁴. Além de tirar postos de

²³ os chamados NEET –abreviação em inglês de *Not currently engaged in Employment, Education or Training* — ou, no Brasil, nem nem

²⁴ AGÊNCIA IBGE. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Agência de Notícias, Redação: Alerrandre Barros. 2021. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

alguns, o contexto pandêmico intensificou o desalento juvenil. Para estes, por sua vez, houve um fechamento das portas de saída: entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020, a probabilidade de saída do desemprego despencou mais de 10 p. p. (de 39% para 28%) (SILVA; VAZ, 2020).

Os jovens geralmente trabalham em setores que foram especialmente afetados pela pandemia de covid-19 (OIT, 2020). Abramo e Sobrinho (2021), a partir de dados da Fiocruz, apontaram que dos 2 milhões de trabalhadores da saúde na “linha de frente” hospitalar, 38,4% estão na faixa etária de até 35 anos. Além disso, consideram importante lembrar que a grande maioria da juventude brasileira trabalha em situações precárias em trabalhos com pouca ou nenhuma proteção, seja de seguridade social e trabalhista ou de exposição ao vírus, de modo a ficar por sua própria conta e risco no contexto pandêmico.

No entanto, o fato é que durante a pandemia foi possível observar que vários jovens tiveram de sair para trabalhar e, por consequência, arriscar contaminar a si e aos familiares. Além dos entregadores, jovens que trabalham nos chamados “serviços essenciais” foram expostos cotidianamente ao risco de contrair a covid-19. Com pouca ou nenhuma poupança, eles não podem se permitir praticar o autoisolamento (ABRAMO; SOBRINHO 2021; CORROCHANO, 2021).

O período pós-pandêmico tem sinalizado com a diminuição do desemprego e, no caso brasileiro, com esperanças da retomada do Estado enquanto protagonista no processo de saída da crise vivenciada nos 10 anos entre 2013 e 2023. Esse período implicou desafios a toda uma geração. Diante do aumento das possibilidades de maior escolarização, crescimento da informalidade, diminuição da massa salarial e estagnação do salário mínimo por anos consecutivos, podemos questionar: como os indivíduos jovens, diante das injunções estruturais e conjunturais, atribuem sentidos e significados para o trabalho?

2.3 Sentidos do trabalho para os jovens

Os estudos que investigam as percepções, significados e sentidos do trabalho para os indivíduos orbitam em torno de um histórico debate acerca da centralidade da categoria trabalho. Vez ou outra, a discussão sobre como o capitalismo “captura” a subjetividade dos trabalhadores medeia esse debate. Assim, as transformações no universo produtivo desafiam

os pesquisadores a interpretar como os jovens percebem, se apropriam e dão sentido às possibilidades de trabalho disponíveis.

Felícia Madeira (1986), ainda na década de 1980, trouxe contribuições importantes acerca do sentido do trabalho para os jovens brasileiros. Em diálogo com a produção de sua época, a qual priorizou a ótica econômica e não observou dinâmicas familiares com a devida importância, a autora buscou verificar as relações e o sentido do trabalho “não só da ótica do capital, como é comum fazer, mas também da ótica do ator específico que está se tratando, no caso o jovem” (MADEIRA, 1986, p. 16). Segundo a autora, a chamada “identidade juvenil” — definida por ela à época — caracteriza-se como um momento em que o indivíduo obtém maior autonomia, quando comparado com a infância. Desse modo, a inserção no trabalho não responderia somente à dimensão econômica de “construção de carreira”, mas também a uma dimensão cultural e simbólica.

O trabalho entre os jovens não se limita à necessidade de sobrevivência ou à contribuição direta para o orçamento doméstico, nem à realização de uma carreira profissional, tendo, portanto, diversos outros significados. Ao fazer recortes que denotam especificidades na forma como os jovens rapazes das classes trabalhadoras articulam o trabalho à vivência da “identidade juvenil”, Madeira (1986) conclui que, mesmo entre os jovens das classes populares, a renda através do trabalho constitui poder de barganha que os permite adquirir bens como roupas e eletrônicos, além de cultivar momentos de lazer e manter vínculos de sociabilidade juvenil.

Na articulação entre juventude e masculinidades no âmbito da escola e do trabalho, Paul Willis (1991) traz contribuições para compreender os sujeitos jovens e os sentidos do trabalho. A obra de Willis (1991), com os rapazes da classe operária inglesa, intitulada *Aprendendo a ser trabalhador*, tem em vista demonstrar como há um grupo de jovens homens que se contrapõe à cultura escolar, rejeitando os valores escolares e o trabalho intelectual²⁵. Segundo o autor

No sentido, portanto, daquilo que eu argumento, que é sua própria cultura que mais eficazmente prepara alguns rapazes da classe operária para a oferta manual de sua força de trabalho, podemos dizer que existe um certo elemento de auto-condenação na adoção de papéis subordinados no capitalismo ocidental. Entretanto, esta

²⁵ Deve-se destacar também a contribuição da obra de Willis (1991) com os jovens da classe operária inglesa na área da Educação, pois realiza uma contraposição relevante às teorias da reprodução social ou cultural que compreendem a escola como instância que seleciona e legitima valores que colaboram para o processo de produção capitalista (SILVA, 1999; MAIA *et al.* 2000). Sob essas perspectivas, o aluno é considerado sujeito passivo e a escola ativa, de modo que a não-integração do sujeito a cultura escolar é fruto da ausência de conhecimentos adquiridos anteriormente ao processo da escola. O fracasso derivado dessa não-integração seria vivido como frustração e incapacidade. É como se a cultura escolar fosse percebida como superior por todos os estudantes, em relação a isso Paul Willis traz elementos que estabelecem um contraponto.

condenação é experienciada, paradoxalmente, como um verdadeiro aprendizado, como uma afirmação, como uma apropriação e como uma forma de resistência (WILLIS, 1991, p. 13)

A pesquisa etnográfica realizada pelo autor mostra a existência de uma base objetiva para tais sentimentos e comportamentos contrários à lógica hegemônica de qualificação e “sucesso” escolar. Para além de contribuir com essa tese, enfatizando o caráter ativo dos indivíduos em suas experiências, o etnógrafo britânico demonstra que nem toda situação de não-identificação com a cultura hegemônica pode ser classificada automaticamente como fracasso escolar ou profissional na perspectiva dos indivíduos. O autor conclui que, por vezes, os jovens da classe operária podem não realizar esforços para conseguir trabalhos comuns às classes médias.

O cenário de alterações na cultura do trabalho (SENNET, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016) também parece trazer impactos sobre os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho. Mais do que trajetórias não-lineares no campo laboral, José Machado Pais (2001) aponta, a partir de recortes de classe, que os jovens têm atribuído significados diferenciados aos trabalhos disponíveis.

Apesar das desilusões e o questionamento da dimensão do trabalho na vida juvenil, a atividade laboral permanece como fundamental entre os jovens (PETTERSON, 2023). Uma miríade de sentidos pode ser identificada para compreender o ponto de vista da juventude, mesmo quando um grupo trabalha em uma mesma ocupação. O estudo de Maria Carla Corrochano (2001) com jovens operários e operárias em fábricas situadas na Região do Grande ABC, em São Paulo, demonstra a ocorrência de diferentes percepções juvenis em relação ao trabalho, argumentando que a investigação desses sentidos não pode ser desatrelada do perfil individual. A partir da autora, deve-se considerar, portanto, que muito além de um sentido meramente instrumental, o trabalho tem um lugar significativo no intenso universo juvenil, no qual depositam boa parte de seus sonhos e projetos.

As contribuições de Madeira (1986) ainda ecoam em produções da atualidade sobre os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho. Entre as diversas pesquisas da área, há destaque a situação de precariedade, pobreza, exclusão e desigualdade, bem como o reconhecimento de que os jovens valorizam o trabalho e lhe atribuem um lugar central em suas vidas. Os estudos sustentam o reconhecimento da importância individual e social da atividade laboral enquanto referência para a constituição da identidade juvenil (CORROCHANO, 2009, 2013; NAKANO, 2009; ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020).

Os sentidos do trabalho também são perpassados pelas dinâmicas familiares. As tensões entre o presente e o futuro medeiam a relação sob a ótica das rupturas e continuidades

nas relações intergeracionais. Por meio do estudo das relações entre duas gerações de trabalhadores da região do ABC Paulista, Kimi Tomizaki (2005) analisa os processos complexos pelos quais se produz e se reproduz um grupo operário. A pesquisa foi conduzida na maior montadora de veículos comerciais instalada nessa região. Verificou-se que os pais têm uma imagem positiva de si, fruto das lutas da categoria e das conquistas que obtiveram ao longo da década de 1980, e, por isso, desejam que seus filhos trabalhem na mesma empresa em que atuam como operários. Por outro lado, a geração de jovens filhos desses operários vive as inseguranças impostas pelas transformações no capitalismo do século XXI. A insatisfação e desconforto revelam-se entre os jovens metalúrgicos que não desejam seguir a trajetória de seus pais, ao mesmo tempo que se deparam com um cenário de desemprego estrutural.

Pouco mais de uma década depois, Kimi Tomizaki conduziu um estudo com jovens de um bairro periférico situado na região do ABC a fim de investigar os sentidos de “ser operário” entre jovens e seus familiares (SILVA; TOMIZAKI, 2016). Diante de um cenário de permanência da precariedade no trabalho juvenil, a autora identifica a permanência do desejo das gerações mais velhas em querer que os mais novos se tornem operários, porém, no cenário recessivo, há maior dificuldade entre os jovens para inserção em trabalhos do âmbito fabril. A diminuição do poder da indústria afeta a juventude, gerando desilusões e uma percepção de que é necessário ter mais qualificação para conseguir empregos com maior proteção social.

De modo geral, as pesquisas recentes ainda reconhecem o trabalho e a educação como centrais na vida dos jovens. Sendo assim, formação/emprego/trabalho ganham centralidade nos projetos de vida (GRAF; DIOGO, 2009; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018; COSTA *et al.*, 2023). Estudos demonstram que os jovens ainda depositam suas expectativas em obter uma melhor colocação profissional através de uma melhor qualificação (ALBANAES *et al.*, 2020). O trabalho, por sua vez, apresenta-se como uma estratégia para acessar o Ensino Superior (SOUZA; VAZQUEZ, 2015).

A investigação dos sentidos do trabalho para os jovens, além de permitir a escuta dos dilemas juvenis, pode conduzir a novas pesquisas que reflitam sobre outras questões importantes como a empresa como espaço de socialização, a importância do trabalho na experiência, as transformações geracionais, o lugar dos jovens nas mudanças no mundo do trabalho, a configuração de determinados setores e, finalmente, a relação das gerações mais novas com a chamada flexibilidade no mundo do trabalho (CORROCHANO; NAKANO, 2009; CORROCHANO *et al.*, 2021).

Em um mapeamento da produção acadêmica sobre juventude no Brasil, foram identificados diversos estudos sobre os sentidos do trabalho entre a temática “juventude e trabalho” (CORROCHANO *et al.*, 2021). Parte significativa das pesquisas realizam abordagens qualitativas para refletir sobre os sentidos do trabalho ou os projetos de futuro de jovens — estudantes ou trabalhadores. Os artigos, nessa temática, orientam-se por perspectivas teóricas variadas, tais como Vygotsky, o grupo *Meaning Of Work* (MOW), pós-estruturalistas, entre outros. Alguns dos estudos que compõe a temática se posicionam de forma dualística, ressaltando a dimensão exploratória e “negativa” do capitalismo e, também, a atitude positiva de obter renda e conseguir mais elementos para a transição para a vida adulta.

Em recente levantamento de artigos sobre os sentidos do trabalho nos estudos organizacionais, a idade apareceu como um fator de destaque nas pesquisas realizadas. Embora o mapeamento do estudo tenha dado maior ênfase às revistas na área da Administração, o levantamento apontou recorrência em estudos sobre jovens que estão iniciando no mercado laboral (SÁ; LEMOS, 2017). O artigo de Sá e Lemos (2017) afirma que os sentidos do trabalho possuem potencial para ser explorado no Brasil. As autoras concluem que estudos com marcadores sociais que acumulam desvantagens no mercado de trabalho foram pouco identificados, ou seja, há uma lacuna de estudos que enfatizam os sentidos do trabalho para mulheres, pessoas negras e/ou LGBTQIAPN+.

2.3 Interseccionalidade e as conexões entre marcadores sociais

No passado, falar sobre desigualdades e trabalhadores conduzia a uma associação imediata às classes sociais e a concentração de renda, porém Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020) afirmam que o debate sobre o capitalismo tem sido reposicionado. A discussão atual tem abordado cada vez mais o desafio enfrentado por mulheres e homens, brancos e negros, para adquirir condições básicas de vida. As autoras acrescentam que está na hora de realizar abordagens que se atentem para “ambos/e” —classe e status, redistribuição e reconhecimento, assim, a conjunção de diferentes marcadores sociais de desigualdade torna-se uma ferramenta analítica para compreender experiências dos trabalhadores e trabalhadoras.

O desenvolvimento da sociologia, ao longo da segunda metade do século XX, possibilitou desvelar a importância de se pensar as desigualdades, especialmente na medida em que a disciplina foi se complexificando, indo além da reflexão sobre as classes que compõem o capitalismo. Desse modo, “várias desigualdades não só perduram como inúmeras

outras aparecem nos últimos anos” (CATTANI, 2003, p. 10). Esses “novos” registros de desigualdades inscritas nesse e em outros campos do conhecimento já estavam em um movimento ascendente entre as reivindicações populares antes de assumirem um lugar nas pesquisas (DUBET, 2003), pode-se destacar: o gênero, sexualidade, etnia/raça, idade, deficiência, local de moradia, entre outras.

As pesquisas que envolvem entregadores de aplicativos, geralmente, descrevem a condição desses trabalhadores tomando um critério de classe. Conceber trabalhadores como sujeitos envolvidos em conflitos de classe é algo significativo e necessário. As dinâmicas dos aplicativos, discutidas no primeiro capítulo, tornam o trabalho precário, de modo que a classe — como um marcador abrangente — possui um valor heurístico para o reconhecimento desses processos de exploração e conflito. Nesta tese, porém, a exploração física, as situações de discriminação, a análise das lógicas de permanência e provisoriedade, suscitaram a necessidade de pensar em marcadores sociais para além da classe e da idade. Desse modo, a interseccionalidade aparece como uma possibilidade de pensar como esses processos ocorrem de forma simultânea.

As abordagens interseccionais dos marcadores sociais contribuem para complexificar ainda mais a reflexão sobre as desigualdades e seus mecanismos (HIRATA, 2018; HILL COLLINS; BILGE, 2020). Sob essa ótica, é possível aprofundar as inter-relações entre as desigualdades e como elas se produzem para além de uma interpretação binária (HILL COLLINS, 2022). O marcador de classe deixa de ser o único meio explicativo da exploração sobre os trabalhadores, evidenciando — ou abrindo a possibilidade de conceber — idade, gênero e/ou raça no processo de exploração.

A interseccionalidade pode ser entendida como “interdependência das relações sociais de gênero, de raça e de classe enquanto relações de poder” (HIRATA, 2018, p. 15). Ou, na definição de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. p. 15):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

As diferentes estruturas de poder atuam combinadamente na experiência humana produzindo relações sociais. Apesar do poder dessas estruturas sociais, Hill Collins (2019) assevera que a reflexão sobre o processo de subjetivação dos indivíduos diante dessas

estruturas precisa tomar em conta as complexidades da capacidade de agência e autodeterminação dos indivíduos.

Apesar de tomarmos essa definição como referência para este estudo, a própria Patricia Hill Collins (2022) reconhece não haver um consenso estável sobre a operacionalização teórica da interseccionalidade. Múltiplas classificações já foram realizadas pela literatura acadêmica: paradigma, conceito, teoria ou método, demonstrando como a interseccionalidade possui uma natureza dinâmica e aberta. Por mais que um conjunto significativo de pesquisas conceda a Crenshaw (2002) a primazia da definição dessa orientação analítica, Hill Collins (2017) destaca que seu desenvolvimento possui raízes nas ideias presentes no movimento feminista negro²⁶, que desde o início da década de 1980 já denunciavam as desigualdades raciais e/ou de gênero junto aos movimentos sociais.

Dessa forma, a interseccionalidade não se propõe como uma ferramenta analítica “neutra”. Embora há décadas esse pressuposto positivista tenha caído em profundo questionamento, Hill Collins (2019, 2021, 2022a) frisa, em diversas obras, que a interseccionalidade surge como uma teoria social crítica²⁷ e engajada em uma *práxis* voltada à justiça social. Apesar de buscarmos na metodologia uma forma de analisar dados de forma compreensiva, ressalta-se que a interseccionalidade tem uma preocupação subjacente em ser uma “arma da crítica”, realizando denúncias e contribuindo para a construção de uma sociedade com mais justiça social no sentido proposto pela autora.

Ao mapear as formas como a interseccionalidade tem sido utilizada, Hill Collins (2022a) identifica três interpretações diferentes: (i) como pensamento metafórico. Quando Kimberlé Crenshaw discute as “encruzilhadas” dos sistemas de opressão ou quando Glória Anzaldúa reflete sobre as “fronteiras”, ambas estão fazendo uma interpretação metafórica das interconexões entre os marcadores sociais. As metáforas são úteis para conectar diferentes sistemas de poder e teorizar identidades políticas. Se o uso metafórico propicia novos ângulos para imaginar e conceber fenômenos distintos entre si, usar essa teorização em seu (ii) sentido

²⁶ Coletivos como o *Combahee River Collective* foram importantes nesse sentido. O referido coletivo foi uma organização feminista composta por intelectuais e ativistas como Audre Lorde, que atuou em Boston entre os anos 1974 e 1980. Esse texto é considerado uma espécie de manifesto do movimento feminista negro nos Estados Unidos, pois influenciou os trabalhos posteriores de autoras que viriam a ser referências não somente para os movimentos feministas estadunidenses, mas também para feministas de outros países (SANCHEZ, 2020).

²⁷ A criticidade em Hill Collins (2022) presente na interseccionalidade possui dois sentidos distintos e complementares: o primeiro é o mais difundido na academia e diz respeito ao movimento de colocar determinado fenômeno sob o escrutínio investigativo de suas próprias contradições. Essa concepção está presente em parte significativa do materialismo histórico-dialético. Um segundo sentido para a noção de crítico é concebê-la como necessário ou crucial para que algo aconteça, por exemplo: o trabalho ou a água, são elementos críticos para a continuidade da vida.

heurístico, “aponta para estratégias de ação sobre como avançar na resolução de problemas da vida cotidiana” (HILL COLLINS, 2022a, p. 55). Esse segundo sentido para a interseccionalidade facilitou a compreensão das desigualdades nas diferentes instituições sociais, bem como na identificação de fenômenos que podem ser explorados de forma mais ampla. E, por fim, o (iii) sentido paradigmático. Os paradigmas são grandes modelos na ciência e costumam trazer metanarrativas para descrever, analisar e, em alguns casos, explicar a ocorrência de determinados fenômenos.

Dada a necessidade de interpretar a experiência dos indivíduos em relação ao trabalho, o uso heurístico da interseccionalidade, como é descrito por Hill Collins (2022a, p. 62), apresenta algumas contribuições essenciais para uma teoria interseccional que devem ser levadas como pontos de partida para a presente tese:

O uso heurístico de “raça, classe e gênero” como um termo substitutivo e provisório para a miríade de projetos que surgiram nas disciplinas acadêmicas e entre elas catalisou uma produção intelectual considerável. Entender raça, classe e gênero como fenômenos interconectados aparentemente implicava um vago conjunto de suposições: (1) raça, classe e gênero não se referiam a sistemas de poder singulares, e sim interseccionais; (2) desigualdades sociais específicas refletem essas relações de poder de um contexto para outro; (3) identidades individuais e coletivas (grupais) de raça, gênero, classe e sexualidade são socialmente construídas em múltiplos sistemas de poder; e (4) os problemas sociais e o método para resolvê-los são fenômenos que se interseccionam de maneira semelhante. Cada uma dessas premissas serviu como ponto de partida para uma série de projetos. A interseccionalidade extraiu e expandiu o uso heurístico desses pressupostos que fundamentam os estudos de raça/classe/gênero.

Assim, a teorização interseccional pode servir como uma ferramenta para a transformação de paradigmas que precisam de renovação para compreender essa sociedade em movimento.

A interseccionalidade não opera com a noção de que ocorre uma opressão ou outra, mas que ambas podem incidir ao mesmo tempo²⁸. O debate acerca da interseccionalidade promove um avanço nos estudos sociais à medida que possibilita compreender os privilégios e opressões que incidem sobre os indivíduos. A interseccionalidade propõe superar as hierarquias de opressão (HILL COLLINS, 2015; HIRATA, 2018) reconhecendo que as opressões possuem uma situacionalidade que envolvem a inserção histórica e social dos indivíduos.

²⁸ Investigar os fenômenos de engajamento e lutas coletivas por justiça sob a perspectiva interseccional possibilita perceber os processos de superinclusão ou subinclusão das pautas e dos/das sujeitos/sujeitos nos movimentos (CRENSHAW, 2002). Os movimentos sociais, por exemplo, não constituem um grupo tão homogêneo quanto se parece ao olhar mais superficial, possibilitando eventos de superinclusão e subinclusão. A superinclusão ocorre quando, em um grupo social, um marcador da diferença se sobressai em relação a outro, mesmo quantitativamente menor. Exemplo disso é quando a experiência do homem negro é colocada em evidência por qualquer situação que discute a questão racial. Ao operar a superinclusão, ocorre a subinclusão, isto é, a menor inclusão das questões que se referem aos desafios da experiência da mulher negra.

Críticas recentes ao método interseccional têm promovido reflexões importantes sobre a condução da análise. Segundo Hirata (2018, p. 23), há necessidade de investigar as diversas relações sociais, porém elas não devem ser colocadas todas “num mesmo plano”. No sentido de analisar a situacionalidade que envolve a inserção histórica e social dos indivíduos, Hirata (2018) sugere que a interseccionalidade avalie a “geometria das formas variáveis”.

A “geometria das formas variáveis” na análise interseccional assevera que alguns marcadores sociais tendem a se sobressair em relação a outros na investigação de determinados fenômenos. Por vezes, gênero pode indicar posições sociais e ser “mais visível” do que classe e vice-versa. Ao indicar os cuidados necessários ao olhar, a partir da interseccionalidade, Hirata (2018, p. 24) afirma:

Deve-se atentar, sobretudo no que se refere à metodologia de pesquisa, quais os elementos determinantes da intersecção que devem ser analisados na sua conjunção, atentando sempre à ideia de não hierarquização das relações de poder de gênero, de raça e de classe social, ideia desenvolvida e argumentada por teóricas supracitadas, como Danièle Kergoat e Patricia Hill Collins (HIRATA, 2018, p. 24).

Embora haja vasta literatura que emprega a perspectiva interseccional para compreender a subalternização e as consequências da opressão, é possível avançar e, com a perspectiva interseccional, interpelar também aqueles que se encontram em posição de privilégio (COSTON; KIMMEL, 2010). Enquanto ferramenta para o reconhecimento, a interseccionalidade possibilita a compreensão de que as opressões e privilégios — no caso das masculinidades, envolve discutir os “dividendos patriarcais” (CONNELL, 2005) — estão interligados e possuem uma dimensão sistêmica²⁹. O reconhecimento do privilégio deve ser feito com o reconhecimento da dimensão coletiva de produção dos mesmos³⁰, isto é,

Indivíduos e sistemas estão conectados mutualmente por meio de um relacionamento dinâmico. Se usarmos essa relação como modelo para pensar sobre o mundo e sobre nós mesmos, é mais fácil trazer à tona problemas como racismo, sexismo e heterossexismo e falar sobre eles (JOHNSON, 2010, p. 82)³¹.

Ao falar sobre privilégio, a representação mais comum é a do homem, branco, heterossexual, que possui acesso às melhores posições no mercado de trabalho e consome os

²⁹ Vale considerar a advertência que faz Michael Kimmel (2018) quando afirma que a igualdade de gênero não é uma equação de soma zero, pois, à medida que as mulheres alcançam maiores direitos, os homens também são beneficiados. Para isso, o autor argumenta que países com maiores índices de igualdade de gênero são países com melhores índices de desenvolvimento humano, saúde e educação.

³⁰ A percepção da dimensão sistêmica da opressão torna a interseccionalidade um instrumento de engajamento coletivo e de combinação de grupos sociais diferentes em defesa de direitos para todos/todas/todes. Essa busca por combinação de forças tem movimentado concepções contemporâneas do movimento feminista, que pode ser vista no feminismo para os 99% (ARRUAZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Essa vertente postula a defesa e ampliação de direitos para todas as mulheres. Rechaçando o feminismo liberal, o feminismo para os 99% postula a união das mulheres – também dos homens – como um potencializador da luta política.

³¹ Tradução livre de: Individuals and systems are connected to each other through a dynamic relationship. If we use this relationship as a model for thinking about the world and ourselves, its easier to bring problems like racism, sexism, and heterosexism out into the open and talk about them. (JOHNSON, 2010, p. 82)

melhores bens disponíveis. Nesse sentido, a abordagem interseccional evidencia que nem todos os homens usufruem de vantagens da mesma maneira, que o privilégio de gênero pode ser combinado com a opressão do racismo e/ou a homofobia (KIMMEL; FERBER, 2010, HILL COLLINS, 2010; COSTON; KIMMEL, 2012).

Realizar uma análise a partir dos estudos de juventude sob uma perspectiva interseccional ainda é uma novidade. Isso porque o marcador idade, que corresponde à reflexão sobre juventude na gramática interseccional, é recente no campo da interseccionalidade. Os estudos interseccionais apresentam uma maior expressividade entre os estudos de gênero. Segundo Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 113)

A incorporação de raça, classe, nação e gênero surgiu ao longo do tempo, e esse modo de trabalhar, adicionando categorias de análise, proporciona complexidade à interseccionalidade. No entanto, a interseccionalidade permanece fortemente associada aos estudos sobre mulheres e gênero, a tal ponto que algumas pessoas partem do pressuposto de que uma análise de gênero é uma dimensão necessária dos estudos interseccionais. Docentes e estudantes de programas de estudos sobre mulheres e gênero têm sido os responsáveis pelo desenvolvimento e práticas críticas na academia. Esse fato é importante para o impacto e a visibilidade acadêmica da interseccionalidade.

Apesar disso, a própria Hill Collins reconhece as potencialidades abertas com a categoria idade na composição da matriz de opressões da interseccionalidade.

2.4 Jovens trabalhadores a partir de gênero e raça

Além de jovens, nota-se que os ciclistas entregadores são majoritariamente do sexo masculino. Pesquisas apontam que o perfil encontrado em aplicativos é de aproximadamente 95% masculino (ALIANÇA BIKE, 2019; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021). Essa representação possibilita que os debates sobre masculinidades tragam contribuições para a compreensão desses jovens.

Uma das premissas que inicialmente se busca responder à questão “O que é inerente ao masculino?”, a partir de uma distinção do feminino, foi o princípio da virilidade. Inicialmente a noção de virilidade aparece na obra de Simone de Beauvoir (2016) e, depois, aprofundado por outros autores, sobretudo franceses (BOURDIEU, 2018; CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013). O princípio da virilidade entende que a masculinidade se afirma a partir de virtudes morais e físicas. Virilidade tem origem no latim, *virilitas*, e significa “marcado pela força”. A construção social da masculinidade, a partir do princípio da virilidade, envolve tanto a demonstração de valores morais como coragem, heroísmo e honra, quanto atributos físicos como força e vigor. Logo, há uma pressuposição de que para ser homem é necessário ser marcado pela força.

Diferente dos estudo sobre a "virilidade" com raízes na literatura francófona, as investigações sobre construção e/ou assimilação dos códigos masculinos aparecem com mais evidência na literatura estadunidense. Essa vertente, oriunda da Psicologia Social e posteriormente difundida para outras áreas, concebe a construção social da masculinidade como um *set* institucional³², composto por diversas ações que devem ser assimiladas para que os rapazes sejam considerados “homens de verdade” (POLLACK, 1999; KIMMEL, 2018).

No entanto, uma perspectiva com ampla aceitação e apropriação é a que se refere à ocorrência de masculinidades hegemônicas e subalternas. A tipologia hegemônica expressa a forma mais "valorizada" de ser um homem, exigindo que todos os outros homens se posicionem em relação a ela, legitimando, ideologicamente, a subordinação das “minorias” políticas — mulheres, homens negros e homens *gays*, bissexuais, assexuais e transexuais (CONNELL; MESSERCHMIDT, 2013). Assim, entre os próprios homens podem-se identificar desigualdades “Homens de várias raças, classes e sexualidades disputam posições dentro da hierarquia de masculinidades” (HILL COLLINS, 2022b, p. 276).

O debate sobre as masculinidades hegemônicas e subalternas (KIMMEL, 1998; CONNELL, 2005; 2016; VIGOYA, 2019) preconiza que homens racializados pela sociedade possuam poucos recursos para acessar os privilégios, ou, nas palavras de Connell (2005), acessar os “dividendos patriarcais” da masculinidade hegemônica.

Segundo Hill Collins (2022b, p. 274) a masculinidade

Torna-se hegemônica, na medida que vasta maioria da população aceita ideias sobre a complementaridade de gênero que privilegiam a masculinidade de homens brancos e heterossexuais e com posses como sendo naturais, normais e irrepreensíveis.

Assim, a socióloga estadunidense sugere que os homens brancos da elite possuam maior poder para controlar as próprias definições de masculinidade, estendendo esses padrões para homens racializados de outras classes sociais.

³² Na tentativa de tentar sumarizar esses códigos masculinos, Pollack aponta que os garotos: (I) Não podem fazer nada que seja visto como “feminino”. Qualquer ação que possa vir a ser considerada como feminina deve ser evitada, tais como, dançar, rir demais, e principalmente, não demonstrar sentimentos de compaixão e carinho. Os meninos também devem (II) referenciar-se no seu próprio sucesso. Isto significa tanto um mecanismo de busca pelo sucesso econômico, quanto um meio para fazer distinção entre homens “bem-sucedidos” e “fracassados”, que também pode ser expressão de independência em contraposição à dependência. O terceiro princípio descrito pelo autor é (III) a capacidade dos homens de sair de situação de crises ou conflito com criatividade. Isto é, um “homem de verdade” não sai perdendo, nem em desvantagem, pois usa de sua argúcia para vencer e superar seus desafios. E, por fim, (IV) ele não deve se importar ou dar atenção a opiniões alheias. Isto significa não se abalar por qualquer situação e possuir capacidade própria para lidar com aquilo que o rodeia, sem revelar seus defeitos e falhas. Ao investigar os códigos de masculinidade, as pesquisas pontam também os lugares e sujeitos responsáveis por disseminar e ensinar esse código. Entre os espaços onde esse *set* institucionalizado é repassado destacam-se para a família, a escola, equipes esportivas, entidades religiosas, bares, portanto, em todos esses espaços ele é aprendido e disseminado.

Essa diversidade de formas de ser homem também possui dimensões geográficas. Após amplo mapeamento da produção sobre masculinidades na América Latina, Vigoya (2019) conclui que há uma grande diversidade de formas de ser homem, coexistentes sob o mesmo território. De modo que “[...] não há uma resposta única para definir a identidade masculina mexicana, peruana, colombiana, brasileira ou chilena; nem para definir o que seria a masculinidade hegemônica em cada país” (VIGOYA, 2019, p. 180). Pesquisas feitas no Brasil também reforçam esse argumento (PAMPLONA; BARROS, 2021). Portanto, o debate sobre masculinidades hegemônicas precisa de uma articulação cuidadosa e focalizada nos contextos e nos sujeitos envolvidos na pesquisa para produzir uma tipologia mais representativa.

A respeito dos jovens homens periféricos — perfil similar ao dos jovens deste estudo —, Toledo (2022) traz contribuições para compreender a intersecção dessas dimensões. A autora identifica que o envolvimento escolar era desvalorizado pelos pares. Isso se dava com base em performáticas de gênero que se posicionavam de forma contrária à escola e que se tomavam referências culturais de transgressão às regras como referências positivas para a definição da forma ideal de ser homem. Nesse quadro de assimilação e expressão, a autora identifica dois tipos de masculinidades, sendo a primeira mais próxima desse ideal, fundamentado na virilidade e transgressão da cultura escolar, e a segunda na aceitação das normas escolares.

Do ponto de vista simbólico, a autora ainda acrescenta que masculinidade branca e masculinidade negra tem se constituído de maneiras distintas (TOLEDO, 2022). Com base na crítica de Fanon (2008), nota-se que, enquanto o racismo visou a animalizar a população negra (restringindo-a ao âmbito biológico), reservou à população branca, sobretudo aos homens brancos, o ideal de racionalidade. Assim, pode-se realizar uma associação simbólica entre uma noção de masculinidade branca e racionalidade, e masculinidade negra e corporalidade (HOOKS, 2022), em especial no recorte juvenil³³.

De acordo com Matijascic e Silva (2016, p. 269), “para compreender as ‘juventudes’ é preciso compreender seus grupos e matizes. A juventude negra é a maior parcela entre os jovens, o que requer atenção específica”. Essa ideia muito interessa a esta tese, pois, no caso

³³ O estudo de Hill Collins (2022b) acrescenta distinções de classe e sexualidade nas imagens hegemônicas da masculinidade negra. Segundo a autora, as lógicas de afirmação da masculinidade recaem sobre esses homens produzindo uma expectativa em relação a proezas sexuais. Todavia, ao mesmo tempo que a força e a violência são usadas para oprimir esses homens, eles também podem ressignificar essas imagens para lutar e resistir. Já na classe média, esses atributos de força são suprimidos, dando lugar a uma emasculação e a uma percepção de lealdade aos brancos, a partir da ideia de um “parceiro negro”. Esse processo de supressão da força fica mais acentuado nas percepções homofóbicas que recaem sobre homens gays e bissexuais

dos interlocutores deste estudo, verifica-se que os cicloentregadores são majoritariamente negros (70%) — autodeclarados pardos (44%) ou pretos (27%).

Do ponto de vista mais amplo, o Brasil é o segundo país com mais pessoas negras no mundo, atrás apenas da Nigéria, e enfrenta problemas raciais desde a sua formação até a atualidade. Como bem pontuou Theodoro (2008, p. 80) “A sociedade brasileira parece operar com uma espécie de pacto com a desigualdade. Uma desigualdade que, como já dito, tem raízes históricas profundas e robustas, que nasce com a presença da escravidão.” Para o autor, a sociedade brasileira está estruturada sobre as desigualdades étnico-raciais (THEODORO, 2022).

A discussão sobre as relações étnico-raciais neste estudo toma como critério empírico a autodeclaração de cor utilizada pelo IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por mais que essa metodologia de classificação seja limitada diante das inúmeras formas que a população brasileira utiliza para se autodefinir³⁴, ela possibilita aglutinar grandes grupos, além de permitir estabelecer padrões mínimos de comparação em relação a outras pesquisas, de natureza quantitativa, que também investigaram os entregadores.

Duas ponderações acerca da forma como definiremos as questões raciais se fazem necessárias. Segundo Hill Collins (2022b) há uma discussão nos Estados Unidos sobre formas de definir a população negra. Por lá, o termo “*black people*” tem sido ressignificado e incorporado em algumas análises sobre as relações raciais, fenômeno semelhante ocorre no Brasil com o termo “preto”. No entanto, referir-se aos sujeitos autodeclarados pretos e pardos como pessoas negras mantém consonância com a literatura já produzida, apesar de reconhecer a provisoriidade e as possibilidades de mudança no futuro.

Outro ponto diz respeito ao uso de aspas sobre a conceito de raça. Hill Collins (2022b, p. 33–34) afirma que

[...] apesar das boas intenções, a moda atual de colocar aspas em torno do termo raça pode ser vista como outro exemplo de linguagem de exclusão disponível para os pouco privilegiados (e moralmente superiores). Meus alunos rotineiramente me perguntam porque o termo raça tem aspas em torno dele; eles fazem isso, porque eles honestamente não sabem. Apesar de bem-intencionado, esse uso geralmente indica que o autor percebe que a raça é construída socialmente e que o autor não deseja reificar a raça, tratando-a como real. Eu rejeito essa posição por dois motivos. Primeiro, por que selecionar raça por aspas e não “gênero” ou “sexualidade”? O que compõe o termo raça que a torna mais construída do que outros sistemas de poder? Em segundo lugar, apesar de sua natureza construída, os efeitos da raça permanecem reais para milhões de pessoas.

³⁴ Há fortes críticas sobre o uso da palavra pardo para definir - e substituir - um amplo conjunto de identidades raciais presentes na cultura brasileira. A palavra “pardo”, inclusive é pouco ou raramente utilizada no cotidiano da população brasileira e acaba representando amplos conjuntos de pessoas (GUIMARÃES, 2003).

Seguindo as percepções da socióloga americana, esta tese irá se referir às relações étnico-raciais e relações de raça sem o uso das aspas.

Do ponto de vista conceitual, para iniciar qualquer reflexão com base na noção de raça³⁵ é necessário considerar as controvérsias em torno do termo. Inicialmente, foi um termo cunhado pela biologia, servindo como ferramenta para classificar animais e plantas (MUNANGA; GOMES, 2016; ALMEIDA, 2018). A utilização do termo para classificar pessoas foi um desdobramento realizado na modernidade.

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018, p. 19)

Desse modo, a noção de raça opera a partir de dois sentidos diferentes (GUIMARÃES, 2003; ALMEIDA, 2018), que se cruzam e se complementam. O primeiro, relacionado à biologia, genética e afins, diz respeito às características biológicas, cujo fundamento de identidade racial é baseado em traços físicos — como a cor da pele. O segundo está relacionado à sociologia, que envolvem as características étnico-culturais, e fundamentam a identidade racial a partir de critérios como a geografia, a religião, as formas de expressão corporal ou outros costumes. Portanto, mais do que um dado da natureza, as relações étnico-raciais são construções sociais, culturais e políticas, resultado da diversidade humana e de sua capacidade de compreensão no que se refere às suas semelhanças e dessemelhanças (MUNANGA; GOMES, 2016). Nas palavras de Munanga e Gomes (2016, p. 178)

Para compreender melhor a relação entre raça e etnia, alguns estudiosos adotam a expressão “étnico/racial”. Esta é usada na tentativa de explicitar que, ao nos referirmos ao segmento negro da população brasileira, tanto a dimensão cultural (linguagem, tradições, ancestralidade) quanto a racial (características físicas visivelmente observáveis, tais como cor da pele, tipo de cabelo, etc.) são importantes e estão articuladas. Ambas devem ser consideradas em conjunto (e não separadamente) quando falarmos sobre a complexidade do que representa “ser negro no Brasil”.

A interpretação das relações étnico-raciais no Brasil precisa levar em consideração as especificidades locais. A mestiçagem e a pluralidade étnica que compõem a população brasileira faz com que essas relações, sobretudo do racismo, sejam articuladas ao fenômeno do colorismo. Segundo Devulsky (2021, p. 126)

³⁵ Enquanto este estudo busca se orientar metodologicamente a partir da interseccionalidade, tomando como referência as contribuições de autoras estadunidenses, a noção de raça irá aparecer, pois, raça é uma categoria nativa para essas autoras. Nos Estados Unidos, segundo Guimarães (2003), não se pode viver sem ter uma raça, pois ela designa uma uniformidade cultural e biológica de outro modo inexistente, mas imprescindível para possibilitar o diálogo com pessoas que se designam “negras”, “brancas”, “judias”, etc. Todos os grupos étnicos viram raça nos Estados Unidos, trata-se de um conceito nativo classificatório.

No Brasil e no mundo, os critérios para ser considerado branco são muito mais estreitos do que aqueles para ser negro, e a razão dessa clivagem decorre do fato de que as vantagens materiais sustentadas pelo discurso da superioridade branca devem ser excludentes da alteridade e normalizadoras dos traços que esse grupo carrega [...] Em uma sociedade mestiça, no qual o elemento negro é preponderante na construção das identidades, o colorismo serve como um ímã que amalgama racializados e, portanto, sujeita essas identidades ao racismo.

Da mesma forma, há uma variedade de tons de pele entre a branquitude e a negritude, uma vez que, durante o tráfico de pessoas negras escravizadas no Brasil, diversas etnias formaram esse grupo social.³⁶ Assim, o reconhecimento das vantagens concedidas a negros de pele clara não faz deles sujeitos pertencentes aos espaços de poder historicamente ocupados por brancos. A despeito da atualidade da noção de raça, Almeida (2018, p. 24) afirma que

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia — especialmente a partir do sequenciamento do genoma — tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.

Dessa forma, torna-se indispensável realizar pesquisas que enfatizem as peculiaridades da persistência de desigualdades desse tipo.

No caso brasileiro, a noção de raça foi um conceito importante para diversos estudiosos que tentaram compreender as relações raciais correntes no “laboratório de civilização”³⁷, pois, durante muito tempo tal noção foi um dos determinantes da posição social do indivíduo (GUIMARÃES, 2003) — pelo menos até o fim do século XIX.

O Brasil possui estudos tradicionais no campo das Ciências Sociais sobre as relações raciais. É importante levar em conta que, durante a ditadura militar (1964–1985), a censura coibiu, perseguiu e proibiu assuntos relacionados às discrepâncias sociais e raciais (MAIO, 2000). O discurso público era amplamente controlado pelo regime, caracterizado pela ausência de antagonismo e crítica, sendo orientado pela defesa da ditadura militar e pelo conservadorismo nas políticas e nos costumes. Esse período acentuou a hegemonia do mito da democracia racial como forma de interpretação do Brasil, discursos divergentes eram carimbados como antipatriotas e causadores de divisionismo (GOMES; SILVA; BRITO, 2021).

³⁶ Nesse sentido, Devulsky (2021, p. 126) argumenta que “O colorismo não se restringe somente ao aspecto físico, à geometria de traços; ele reflete o que há de mais pernicioso no racismo: a introdução de uma hierarquia racial que corresponde a um projeto político. É vergonhoso defender que a união de negros em torno da emancipação sociorracial impõe que sejamos todos iguais.” A autora argumenta que, assim como todos os amarelos ou indígenas possuem suas distinções internas, os negros também possuem.

³⁷ Forma de descrever as relações raciais no Brasil no início do século XX para chamar a atenção da intelectualidade da época (GUIMARÃES, 2004a)

A compreensão da condição trabalhadora no Brasil, por vezes, tem negligenciado a dimensão racial da sua constituição. Nascimento (2016) questiona os limites das análises sobre as relações sociais e econômicas que não consideram o papel que os mais de 300 anos de escravidão desempenharam, desprezando a dimensão racial da composição de classe dos trabalhadores. Para o autor: “Alguns se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para ‘ir atrás’” (NASCIMENTO, 2016, p. 609), o que implica em um embranquecimento do debate. Sendo assim:

A própria cor dos trabalhadores geralmente passava em branco nas páginas das obras. Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho (NASCIMENTO, 2016, p. 613).

Embora haja ausência das relações raciais nas fontes primária e secundária, diversos estudos, sobretudo do campo da História, reiteram a importância do olhar sobre as relações étnico-raciais nas pesquisas sobre trabalhadores/as no Brasil (COSTA, 1982; NASCIMENTO, 2016; POPINIGIS; TERRA, 2019). De uma perspectiva thompsoniana, Negro e Gomes (2006, p. 223), ao chamarem a atenção sobre o papel dos escravizados libertos na constituição da classe trabalhadora brasileira, asseveram que a investigação precisa tomar elementos empíricos do contexto local para compreender sua constituição e seus desafios,

Se a investigação empírica e a análise se detiverem na classe trabalhadora aferrada ao “sentido marxista clássico” (o operariado de carteira assinada, braços cruzados e macacão), estamos fadados a raramente encontrá-la. Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária.

Isso significa dizer: os trabalhadores têm pertencimento étnico-racial. No caso brasileiro, as desigualdades dessa dimensão acompanham as desigualdades do mundo do trabalho.

Em relação a esta tese, enfatizamos que os entregadores, por sua vez, estão inseridos nessa lógica de desigualdade racial e este estudo aspira evidenciar o papel desse, e de outros marcadores sociais, na experiência desses trabalhadores.

Em síntese, a categoria juventude, derivada do marcador social idade, possibilita compreender desafios e especificidades comuns aos indivíduos jovens no mundo do trabalho. Essas especificidades como o adiamento na inserção, desemprego, desalento, formação profissional, entre outros, variam em função de marcadores sociais como gênero, raça e classe social. A interseccionalidade é uma ferramenta com valor heurístico para a interpretação das desigualdades e da pluralidade que envolve a categoria juventude. Assim, esta pesquisa parte

do pressuposto de que as injunções estruturais e conjunturais delimitam campos de possibilidades para as experiências juvenis. Contudo, é importante destacar que a experiência também contempla os sentidos e significados elaborados pelos sujeitos.

O capítulo a seguir, último da primeira parte, traz algumas reflexões a partir da concepção de experiência em Thompson, a fim de investigar os jovens entregadores.

3. Analisando experiências a partir da intersecção das desigualdades: metodologia e métodos

Mas, como é difícil lidar com o porquê,
é preciso buscar refúgio no como

MORRISON, Toni. O olho mais azul. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

3.1 A experiência de trabalho

Há um conjunto importante de pesquisas de natureza quantitativa que exploram a condição dos entregadores (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO *et al.* 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021; IBGE, 2023). Em âmbito internacional, estudos de natureza etnográfica enfatizaram desdobramentos da uberização entre motoristas de caronas e entregas (ROSENBLAT, 2018; CANT, 2021). Essas pesquisas realizam um movimento necessário de levantamento das situações de precariedade vividas por esses profissionais. Nota-se que os entregadores possuem um perfil específico, pois trabalham mais horas que outros profissionais de segmentos formalizados e estiveram expostos a contrair o vírus da covid-19 durante períodos de contágio intensos da pandemia. Na esteira dessas pesquisas, esta tese aspira contribuir com uma abordagem qualitativa que visa apreender esses fenômenos a partir dos próprios sujeitos.

A abordagem qualitativa empenhada nesta tese procura realizar “jogos de escala” entre dimensões microssociais e macrossociais, de modo a articular elementos do cotidiano e grandes estruturas sociais produtoras de desigualdades (REVEL, 1998). Essa orientação metodológica investiga a ação e as percepções dos indivíduos como resultado da relação estabelecida entre indivíduo e sociedade. Dessa forma, a compreensão das experiências individuais requer, necessariamente, a compreensão das dimensões estruturais da sociedade.

Essa orientação metodológica constitui um recurso fecundo que possibilita a construção de sentidos sobre objetos situados entre macrodados e microdados, não os concebendo como extremos isolados, mas pertencentes a um mesmo contínuo (BRANDÃO, 2009). Os “jogos de escala” buscam superar a dicotomia entre expressões de nível macrossocial e microssocial, a fim de desvelar como a dimensão “micro” da experiência está articulada às dinâmicas que ocorrem na dimensão “macro”. (REVEL, 1998).

O estudo com foco metodológico no nível micro traz consigo um potencial de desconfiança das formulações mais gerais e, também, em relação à abstração teórica. No campo da Sociologia da Educação, é possível encontrar proposições teóricas que apresentam movimentos distintos quando confrontadas com a realidade empírica, preconizando regras

gerais (BOURDIEU; PASSERON, 2014) ou buscando as “exceções que confirmam a regra” (LAHIRE, 1997). O próprio Revel (1998, p. 16) afirma que “[...] a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos”.

A microanálise permite uma aproximação mais estreita com as categorias nativas dos sujeitos de pesquisa. Como bem pontuou Revel (1998, p. 25)

Ela [A microanálise] propõe que não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas que faça dela o indício de um trabalho ao mesmo tempo, mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança, etc.)

Assim, diferentemente das análises com foco mais geral sobre os trabalhadores, este estudo irá tomar como referência elementos que compõe a tessitura mais individual das relações entre sujeitos. Segundo Revel (1998), tal perspectiva metodológica foi influenciada por autores como o historiador E. P. Thompson e o antropólogo Clifford Geertz. Reconhecer a dimensão cultural, bem como perceber potenciais hipóteses que fogem à rigidez dos pressupostos imediatos dos poderes estruturais, não significa recusar o fato que a sociedade é fortemente hierarquizada e desigual. O olhar para as micro relações precisa estar constantemente atento ao seu próprio alcance empírico. Nas palavras de Revel (1998, p. 30)

É importante aqui ser bastante claro: os historiadores, em sua maioria, trabalham com sociedades fortemente hierarquizadas e não-igualitárias, nas quais o próprio princípio da hierarquia e da desigualdade está profundamente interiorizado. Seria ridículo negar essas realidades e fingir que as operações que acabamos de citar — circulação, negociação, apropriação — podem ser pensadas fora desses efeitos de poder. Ao contrário, eu gostaria de sugerir aqui que elas foram, de fato, maneiras de compor com os poderes; mas também que deformadores dos efeitos desses poderes, inscrevendo-os em contextos diferentes daqueles que originariamente eram os seus e submetendo-os a lógicas sociais particulares.

Mais do que uma microanálise, os dados produzidos por meio de entrevistas e inserção *in loco* possibilitaram registrar elementos do cotidiano e percepções sobre o trabalho que retratam a experiência histórica e socialmente situada.

Nesse sentido, a concepção thompsoniana de experiência traz contribuições metodológicas relevantes para a presente tese. Recorrer à perspectiva do autor em relação à categoria classe, reconhecer a trajetória de trabalhadores socialmente desvalorizados e destacar a importância de elementos culturais do período histórico na formação das subjetividades não implica uma adesão ortodoxa a todos os seus princípios. As contribuições de Thompson precisam ser ponderadas à luz da realidade brasileira, sobretudo ao estudar sujeitos que parecem “atualizar” desigualdades históricas e persistentes no mundo do trabalho – tais como gênero e classe.

Os dados coletados em entrevistas e observações de campo trouxeram um conjunto de elementos do cotidiano que permitiram enfatizar a dimensão da experiência desses trabalhadores. Para Thompson (1987, 1981), a experiência dos trabalhadores não é algo homogêneo, mas diverso e que se constrói no cotidiano das relações dos próprios trabalhadores entre si e com o contexto histórico no qual estão inseridos.

Entre as contradições adjacentes às premissas coletivas da classe, a experiência em Thompson dirige sua crítica ao determinismo econômico presentes no marxismo de natureza mais ortodoxa (THOMPSON, 1981). Segundo o autor, na concepção do marxismo, sob a perspectiva althusseriana, há uma tendência de acelerar a análise de forma a ignorar a atuação dos indivíduos. No entanto, uma leitura mais atenta de obras de Marx, por exemplo o *18 de Brumário* e *A ideologia alemã*, permitem a esquivar de certos reducionismos economicistas e epistemológicos da obra do autor alemão.

Apesar do autor ter maior reconhecimento e influência no campo da História³⁸, diversas outras áreas têm se apropriado da forma como o autor aborda as relações de classe. Ao realizar uma crítica às “ortodoxias”, a noção de experiência em Thompson busca compreender os fatos nas histórias dos trabalhadores “comuns”, afirma: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual” (THOMPSON, 1987, p. 13).

A cultura, por sua vez, é um elemento fundamental para a noção de experiência em Thompson. Sob essa acepção, a cultura aparece junto da política, da sociedade e da economia, enquanto elemento ativo na criação de “modos de vida” específicos e diferenciados (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014). Portanto, na reflexão thompsoniana, a experiência, a cultura e a economia referem-se ao “fazer-se da classe trabalhadora”, ponto de junção entre estrutura e processo. Dessa forma, o sujeito em Thompson não aparece determinado pelo econômico — *homo oeconomicus*, *homo faber* —, mas condicionado por essa estrutura. Isso permite demonstrar, como será apresentado mais detalhadamente nos capítulos seguintes, que trabalhar com entregas em aplicativos envolve muito mais do que a necessidade de sobrevivência e/ou uma racionalidade empreendedora, mas também dizem respeito a experiências tipicamente juvenis, generificadas e racializadas.

³⁸ Segundo Candido (2001), quando perguntado a Thompson, em 1976, sobre o que o levou a decidir fazer-se historiador, respondeu: “Não, por Deus! Nunca “fiz a decisão” de ser historiador. Não me lembro de haver feito nenhuma decisão desse tipo”. Candido (2001, p. 18) defende o argumento de que “sob as inspirações suscitadas pela obra de Thompson, um tratamento adequado acerca da classe operária perpassa um repensar constante sobre as tradições e experiências do próprio historiador”.

A partir da noção de experiência, os sujeitos podem ser concebidos como ativos nas mudanças da história. Conforme afirma Hill Collins (2022b, p. 128) “Qualquer que seja a forma de opressão que vivenciem — raça, classe, gênero, idade, capacidade, etnia e nação —, grupos subordinados têm um interesse pessoal de resistir a ela”. Enfatizar as percepções e a capacidade de interpretação dos próprios sujeitos permite assumir uma perspectiva que parte dos trabalhadores e valoriza as interpretações dos indivíduos sobre suas próprias experiências.

Essa ênfase na capacidade de agência dos indivíduos não significa apartá-los da história. Segundo Thompson (1981, p. 17)

A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17)

Diante da crise econômica pós-2013 e da pandemia da covid-19, essa noção de experiência apresentada por Thompson torna-se atual. Quando a crise se intensificou³⁹ e anunciou mortes, genocídio, desemprego e inflação, os jovens buscaram alternativas, como trabalhar em plataformas de aplicativos.

A busca pelos aplicativos como “saída” para a obtenção de trabalho e renda não é somente uma questão objetiva devido à crise, a noção de experiência permite se atentar para a dimensão objetiva e subjetiva para compreendermos os sujeitos e as transformações sociais. Segundo Vendramini e Tiriba (2014, p. 64)

A experiência é uma categoria com sentido histórico, capaz de apreender no campo do pensamento a síntese dos elementos da vida concreta, real, os quais dizem respeito à objetividade e à subjetividade, ao individual e ao coletivo, ao universal e ao particular. Torna-se o objeto empírico para análise dos costumes, tradições, sistema de valores. É o material sobre o qual o historiador, o sociólogo, o educador e outros estudiosos devem se debruçar para a compreensão da totalidade social. É uma categoria que propicia o entendimento das particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social.

Esse entendimento de que o indivíduo é capaz de interpretar suas próprias experiências aparece também na obra de Hill Collins (2019, p. 67) sobre o feminismo negro. A socióloga

³⁹ Além disso, essa noção de experiência se aproxima daquilo que Wright-Mills (1975, p. 9) percebe como relação da vida individual com o curso da história. As realidades da história contemporânea constituem também realidades para o êxito e o fracasso de homens e mulheres, individualmente. Quando uma sociedade se industrializa, o camponês se transforma em trabalhador; o senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma ou se desanima. Quando há guerras, o corretor de seguros se transforma no lançador de foguetes; o caixeiro da loja, em homem do radar; a mulher vive só, a criança cresce sem pai. A vida do indivíduo e a história da sociedade não podem ser compreendidas sem compreendermos essas alternativas

americana contribui com essa discussão argumentando sobre a capacidade das mulheres negras construir sentido sobre a própria experiência, conforme afirma:

A presença de saberes coletivos de mulheres negras desafia duas interpretações predominantes a respeito da consciência dos grupos oprimidos. A primeira afirma que os grupos subordinados se identificam com os poderosos e não têm interpretação independente válida de sua própria opressão. A segunda pressupõe que os oprimidos são menos humanos que aqueles que os dominam e, portanto, menos capazes de interpretar suas próprias experiências.

Desse modo, impõe-se uma oposição às interpretações que incidem na invalidação da perspectiva dos grupos em situação de precariedade. Segundo Hill Collins (2019) há uma tendência em conceber as perspectivas de grupos sociais subalternizados pelas desigualdades sociais como desprovidos de valor heurístico ou como “cópias” que reproduzem o discurso de grupos hegemônicos e tidos como “mais intelectualizados”. A autora ainda acrescenta: “E o que é mais importante: ambas as explicações sugerem que a suposta falta de ativismo político dos grupos oprimidos decorre de uma falta de consciência de nossa própria subordinação”.

Para Thompson, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem tal experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento (MORAES; MÜLLER, 2003).

A experiência é uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15).

Segundo Thompson, a compreensão da classe trabalhadora envolve olhar para os diferentes sujeitos que trabalham sem privilegiar segmentos específicos como representantes, conforme afirma: “Precisamos de mais estudos sobre as atitudes sociais de criminosos, soldados e marinheiros” (THOMPSON, 1987, p. 61).

A partir dessa perspectiva, olhando para o caso do Brasil, Chalhoub (2011) realiza um estudo importante sobre os escravizados brasileiros, desvelando as contradições na cultura e no sistema escravocrata no período anterior à abolição. Mais recentemente, a crítica realizada em torno das formas de “ganhar a vida” (ÁLVAREZ; PERELMAN, 2020, p. 8) tem se ampliado ao afirmar que:

Então, um dos objetivos deste número temático: refletir sobre o potencial de noções como “ganhar a vida” ou “formas de vida” como categorias analíticas que permitem (re)incorporar uma análise holística nos estudos sobre temas tão diversas quanto a vida de artistas independentes, vendedores ambulantes, costureiras ou pessoas que ganham seus rendimentos com roubos, o acesso dos setores populares ao crédito, as reivindicações de autonomia social e política, entre outros⁴⁰.

⁴⁰ Tradução livre de: Allí radica, pues, uno de los objetivos de este número temático: reflexionar sobre el potencial de nociones como “ganarse la vida” o “formas de vida” en tanto categorías analíticas que permitan

Portanto, a partir da perspectiva thompsoniana sobre a experiência, torna-se necessário pensar acerca do caráter contraditório e conflituoso das necessidades materiais e culturais dos sujeitos no tempo histórico em questão (MARTINS, 2014). Pra tanto, é preciso considerar a capacidade de agência dos indivíduos diante das condicionantes “objetivas” que incidem sobre eles.

Por fim, um último apontamento torna-se necessário para apresentar a noção de experiência empenhada nesta tese: a sociologia contemporânea tem colaborado com a percepção de que nem todas as dimensões da experiência dos indivíduos se agregam em torno de um “conflito fundamental”. A dominação social não unifica a experiência, haja vista os indivíduos vivem em “vários mundos ao mesmo tempo” (DUBET, 1994, p. 18). Sendo assim, a noção de experiência social se contrapõe à leitura do indivíduo enquadrado em “personagens sociais” (MARTUCCELLI, 2008).

Em termos práticos, o próprio fazer sociológico passa a ter dificuldade em conceber a sociedade como um todo coerente e determinante da conduta das ações (DUBET, 2006):

[...] a dispersão do modelo clássico implica uma multiplicidade de soluções, conduzindo algumas delas à própria ideia de sistema. São conhecidos alguns dos pares fatais da sociologia contemporânea que são outras versões deste problema: individualismo/holismo; objectivismo/subjectivismo; micro/macro...

Reconstruir a interação entre o indivíduo e a sociedade requer repensar a ideia de que o indivíduo é completamente socializado, diante da variedade de lógicas de ação. Fazer esse movimento sociológico significa reconhecer que não há “falhas” na assimilação de valores previamente estabelecidos, mas considerar outras esferas da vida na constituição da subjetividade dos sujeitos.

A incidência de estruturas mais amplas não significa dominação social absoluta e a “captura” da subjetividade nos moldes althusserianos (THOMPSON, 1986). Injunções estruturais, como o racismo e o patriarcado, ou mesmo a flexibilização e a instabilidade constantes, colocam desafios aos indivíduos, mas não determinam como os indivíduos respondem às injunções que vêm dessas estruturas.

Em síntese, a partir da concepção de experiência, parte-se da premissa de que a ação dos indivíduos não está previamente determinada e se conforma com modelos inscritos nos programas institucionais que são anteriores ao indivíduo. Essa premissa é pertinente não apenas para confrontar a ideia de que o trabalhador no neoliberalismo é um “empreendedor de

(re)incorporar un análisis holístico a los estudios sobre temas tan diversos como la vida de artistas independientes, vendedores ambulantes, costureras o personas que obtienen sus ingresos a partir del robo, el acceso de sectores populares al crédito, las demandas por la autonomía social y política, entre otras.

si”, mas também para reconhecer o papel das estruturas sociais de gênero e étnico-raciais na criação das experiências de trabalho.

3.2 Procedimentos metodológicos

Para investigar a experiência dos jovens cicloentregadores em aplicativos foram utilizadas ferramentas que auxiliaram no desenvolvimento de uma metodologia qualitativa. Além das ferramentas de produção de dados empenhadas ao longo do projeto, a intenção é apresentar um panorama de como o método foi norteado pela realidade que envolveu o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Ou seja, mais do que simplesmente descrever o método de produção dos dados, este tópico pretende discutir a relação entre fatores internos e externos à pesquisa para situar o desdobramento do estudo.

Na obra *18 de Brumário*, Marx afirma “Os homens [e as mulheres] fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Essa notável passagem traz um indicativo acerca do condicionamento social dado por uma série de circunstâncias históricas e torna essa passagem bastante sugestiva para explicar os desdobramentos desta pesquisa. O percurso metodológico de aproximação dos interlocutores foi, em grande medida, condicionado pela realidade do tempo em que o estudo foi conduzido.

O início do projeto que dá origem a esta pesquisa ocorreu no segundo semestre de 2019. Naquele momento, as expectativas criadas foram (i)limitadas pela perspectiva de iniciar um projeto de envergadura de um doutorado. A ideia inicial era realizar uma pesquisa de inspiração etnográfica, baseada em uma vivência de campo, próxima dos sujeitos da pesquisa, na tentativa de identificar aspectos do cotidiano que contrastavam com os elementos mais estruturais das plataformas, que eram informados pela literatura da época. Esse pressuposto, presente inicialmente no projeto, acompanhou o desenvolvimento da pesquisa, direcionando o olhar para aquilo que tenderia a passar despercebido pelas análises mais estruturais.

Naquele momento, havia o interesse em evidenciar as relações de gênero que, provavelmente, se manifestariam no cotidiano dos entregadores. Durante observações de campo realizadas, um dos primeiros fenômenos que chamaram a atenção, ainda em 2019, era a “densidade” de homens nos espaços onde os entregadores esperavam por pedidos. Era possível passar horas observando os entregadores chegando e saindo do ponto de espera de pedidos sem a presença de qualquer entregadora ou alguma mulher. A impressão era de que

uma observação mais longa e focalizada nas relações entre os entregadores poderia fazer emergir pontos de contato entre a construção social das masculinidades na juventude e a emergência dessas novas formas de trabalho, captados nesses pontos de espera. Realizei uma série de observações de campo, registradas em diários, acerca de moto-entregadores que atuavam na cidade de Sorocaba.

No entanto, a cidade de Sorocaba mostrou-se insuficiente para dar conta de alguns aspectos. O primeiro era que os motoboys traziam poucos indicativos de que se poderia avançar no debate sobre juventude, pois a maior parte aparentavam estar na adultez. Os ciclistas eram praticamente inexistentes na cidade. O segundo ponto levantado, logo nas primeiras observações, foi a ausência de ações grevistas, enquanto na cidade de São Paulo houve uma mobilização mais intensa. Dessa forma, a pesquisa passou a ser conduzida na capital paulista.

Uma “circunstância histórica” com a qual esta pesquisa se confrontou, para usar a expressão de Marx, ocorreu no início de 2020: a pandemia da covid-19. Com o projeto em vias de finalização, deparamo-nos com o registro do primeiro caso do vírus no Brasil em 26/02/2020, seguido da primeira morte, registrada em 12/03/2020, na cidade de São Paulo. Essa situação impactou significativamente todas as partes envolvidas na pesquisa, especialmente no primeiro ano da pandemia, quando houve alterações diretas na vida das populações que tiveram acesso ao isolamento.

Há de se destacar que a pandemia no Brasil não foi marcada por uma forte coesão social em torno das medidas de proteção. Diferentemente da Europa, que chegou a realizar *lockdowns* severos, nos quais as pessoas foram limitadas de andar nas ruas, no Brasil, o índice de isolamento social teve seu maior auge em 22/03/2020 com 62,5%⁴¹. Essa ausência de ações coordenadas promoveu uma dispersão das responsabilidades, de modo que foi possível ver expressões diferentes, por vezes antagônicas entre as partes envolvidas na pesquisa. Um exemplo dessa ausência de coesão está no fato da universidade ter parado as atividades e organizado comissões para avaliação de impactos da gripe da covid-19, enquanto os entregadores continuaram a sair às ruas, inclusive aumentando o contingente de trabalhadores.

Os primeiros impactos sobre o projeto foram sentidos com o fechamento da própria universidade. Isso fez com que a maioria das disciplinas que auxiliaram esse estudo tenham sido feitas de maneira remota. Apesar de facilitar a realização de disciplinas em outras

⁴¹ IN LOCO. Mapa brasileiro da Covid-19. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/> Acesso em 11 de maio de 2022.

universidades, a falta de contato com outros pesquisadores aumentou a sensação de isolamento e dificultou os diálogos com os pares.

Em termos de pesquisa de campo, implicações éticas passaram a delinear o caminho seguido pelo estudo. Se a ideia inicial seria fazer um acompanhamento sistemático dos jovens no espaço de trabalho, isso passou a ser cada vez mais difícil frente às demandas de isolamento e distanciamento social, bem como o aumento no índice de mortes. Entre os entregadores, no entanto, a realização dessas medidas de proteção fora pouco aplicável, conforme veremos a seguir. A necessidade de trabalhar, entre outros aspectos, foram mais determinantes.

Assim como diversas pesquisas realizadas no contexto pandêmico, este estudo delineou a estratégia de inserção no campo e a produção de dados a partir de meios eletrônicos (ABÍLIO *et al.* 2020; SILVESTRE; NETO; AMARAL, 2021; FERREIRA, 2021; ALTHEMANN, 2021; LIBERATO, 2022).

Os dados analisados e expostos neste estudo são, na maior parte dos casos, produzidos com entrevistas. Haja vista o método está diretamente relacionado com o objetivo e condicionado pelas possibilidades concretas, a busca por compreender a experiência de trabalho dos ciclistas trabalhadores de aplicativos, partindo de sua condição juvenil, direcionou o uso de entrevistas. Isso porque a aplicação de questionários *online* não pareceu uma alternativa tão viável. Diversas pesquisas que investigaram entregadores utilizando questionários *online* em um contexto pandêmico alegaram dificuldades na composição da amostra devido à baixa adesão à pesquisa.

A dificuldade na obtenção de dados das plataformas de trabalho digital também é um fator que leva a pesquisa aos sujeitos. As plataformas não disponibilizam dados sobre o número de trabalhadores ativos e a situação dos mesmos: a maioria dos trabalhos que tentam mapear o perfil e as condições de trabalho desses indivíduos realiza pesquisas empíricas junto aos próprios trabalhadores (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO *et al.* 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021; IBGE, 2023c). A própria inércia dos órgãos públicos de fiscalização, aliada ao *modus operandi* dessas plataformas, dificultam a captação, exposição de dados e realização de pesquisas de natureza documental.

Durante o período de retificação do projeto de pesquisa e início da preparação do roteiro de perguntas a ser seguido nas entrevistas, buscou-se uma aproximação informal com os sujeitos da pesquisa. De acordo com as orientações de Ferreira (2017a), que sugere a realização dessas aproximações informais, a chegada ao campo de pesquisa ocorreu tanto por meio de observações registradas em diário, quanto por atividades nas redes sociais. Desse

modo, buscou-se realizar uma entrevista com perguntas que vão além de reflexões feitas por outros estudos que inquiriram entregadores, procurando, nas interações com o cotidiano, os elementos que poderiam ser melhor explorados com perguntas, como o risco, a discriminação, os bloqueios e as interações nas redes, por exemplo.

As redes sociais foram aliadas fundamentais durante as primeiras aproximações com os interlocutores da pesquisa. Tendo em vista que o número de entregadores aumentou durante a pandemia e que não há uma formação, treinamento ou outra atividade em grupo para orientar sobre o que é necessário para começar a trabalhar nas plataformas, os grupos de *WhatsApp* e páginas no *Facebook* são criadas e mantidas por entregadores para, entre outras funções, auxiliar no cotidiano laboral. As observações nas redes e nos grupos abertos para a participação de trabalhadores e simpatizantes não demandam uma autorização para a inserção, os grupos são abertos e os *links* ficam expostos na rede. Durante o início da pesquisa, foi possível passar por mais de 10 grupos de *WhatsApp*⁴², muitas vezes os *links* para participar desses grupos circulavam nos próprios grupos.

Além de um espaço para conhecer um pouco mais a realidade dos entregadores, as páginas e grupos nas redes sociais também possibilitaram uma aproximação com outros pesquisadores que buscaram essa ferramenta para enviar questionários e convidar a participar de pesquisas, documentários e produções artísticas. Foi realizado contato com a maior parte desses sujeitos em busca de dados e de oportunidade de compartilhar impressões comuns. Alguns destes colaboraram com informações e experiências para encontrar participantes para a pesquisa e possíveis desdobramentos analíticos. Entre essas interações, ainda em 2020, houve um contato com uma produtora de documentários, à qual esta pesquisa deu suporte técnico para a produção de um curta-metragem sobre entregadores⁴³.

A aproximação dos entregadores em observações e interações informais auxiliaram na interpretação e na seleção de interlocutores que concederam depoimentos. Seguindo as orientações de Beaud e Weber (2007), a anotação de observação não consiste em um trabalho de natureza literária ou filosófica, as anotações devem estar próximas de um questionário, com a diferença que cabe ao/a pesquisador/pesquisadora formular tanto as questões quanto as respostas.

O acompanhamento das redes permitiu conhecer elementos do cotidiano e estabelecer contatos para posteriores convites para a realização de entrevistas. Apesar de encontrar

⁴² Um desses grupos serviu como base empírica para as análises realizadas por Altheman (2021).

⁴³ PANDELIVERY: quantas vidas vale o frete grátis. Diretor: Antonio Matos. Produção: Guimel Salgado. Local: São Paulo/SP. Soalma, 2020.

páginas com centenas de entregadores, fazer convites pelas redes sociais mostrou-se um caminho ineficiente e vulnerável à baixa adesão para encontrar voluntários dispostos a colaborar. Ao entrar em contato por meio de perfis do Facebook, dezenas de entregadores sequer responderam ao convite. Após algumas entrevistas, ao comentar sobre isso com os participantes, alguns jovens se manifestaram indicando uma desconfiança inicial com a abordagem no *chat* das redes sociais, devido à ocorrência de “golpes” na *internet*, o que faz da aproximação com um estranho por mensagens uma situação desconfortante no início. A postura de desconfiança é compreensível, ao participar dos grupos de entregadores, mais de uma vez ocorreram contatos de números telefônicos dizendo que eu havia recebido “brindes” ou “kits” de plataformas de aplicativos de *delivery*, pedindo, em contrapartida, dados pessoais.

Para conhecer um pouco mais de perto a realidade dos entregadores, realizei o cadastro e trabalhei como entregador ao longo de uma semana. Essa experiência possibilitou conhecer jovens para conceder entrevistas — como no caso de Júlio, Antônio e Jonas —, e principalmente para ter uma visão mais próxima da dinâmica de trabalho. A partir dessa experiência, foi possível notar a facilidade para a realização do cadastro e admissão nas plataformas, percepção ampliada com as entrevistas para a construção do tópico sobre o início nas plataformas, no capítulo 5.

A experiência das entregas trouxe dados que auxiliaram na discussão, especialmente no capítulo que descreve a rotina de trabalho. Trabalhar com entregas possibilitou captar elementos que não apareceram nas entrevistas, tais como o cansaço, a ansiedade na espera de pedidos, a dinâmica do aplicativo, formação de amizades e situações de discriminação. Apesar de ser possível encontrar dezenas de matérias jornalísticas sobre situações de violência e discriminação contra entregadores, a vivências nas ruas contribuiu nesse sentido. No trabalho como entregador, notou-se como alguns estabelecimentos realizam certos “bloqueios” e como a presença de entregadores nem sempre é bem-vinda em todos os espaços, mesmo os que requerem encomendas.

Do ponto de vista da filosofia do método, Ferreira afirma que (2017a) “os ‘dados’ sobre a realidade retratada não são colhidos, mas produzidos pelas lentes do método.” Mais do que se aproximar do real, o método possibilita construir essa representação do real. A coleta de dados é uma “via de mão dupla” que depende dos meios empregados por parte do/da pesquisador/pesquisadora no momento da investigação. Portanto, buscou-se lançar mão de diferentes ferramentas que permitissem olhar para essas micro relações sem esquecer da dimensão mais estrutural.

Apesar de amplamente utilizada há muito tempo, a entrevista ainda permanece colaborando com pesquisas nas ciências humanas. Trata-se de uma ferramenta tradicionalmente vista como capaz de captar as percepções e atitudes diante de um determinado fenômeno (VINCENT, 2011). Portanto, buscou-se frequentemente ancorar as questões realizadas nos objetivos específicos, a fim de evitar divagações e dados que pouco colaborassem para a discussão do estudo.

Mesmo diante de um cenário em que inovações no método sejam bem-vindas para arejar a forma de se aproximar dos sujeitos, sobretudo jovens, a entrevista ainda faz sentido como método de pesquisa. Ferreira (2017a, p. 21) argumenta que:

Num mundo onde as vozes juvenis raramente modelam os discursos públicos produzidos em torno das categorias “adolescência” ou “juventude” (onde ressoam com maior legitimidade as vozes de figuras como os professores, pais, especialistas, técnicos, decisores políticos, etc.), conversar com jovens e ouvir as histórias que têm para contar pela sua própria voz continua a ser uma forma privilegiada de entrar em suas vidas, de compreender as suas experiências vividas e realidades subjetivas.

As entrevistas realizadas remotamente trouxeram algumas dificuldades para a produção dos dados. Primeiro pelo fato de alguns jovens entrevistados deixarem a *webcam* desligada durante a entrevista. Nem todos se sentiram à vontade para abrir a câmera para mostrar o rosto e o espaço de onde estavam falando, isso gera um certo estranhamento, se assemelhando a pesquisas por telefone. Ao não conseguir ver a reação dos interlocutores e avaliar se estão no fim ou no começo da fala, se estão cansados ou com disposição, o processo de diálogo é dificultado. Em segundo lugar, as entrevistas de forma remota também impuseram uma dinâmica diferente das entrevistas presenciais. O meio digital torna a interação mais ruidosa, os silêncios são experimentados de forma diferente em relação à interação face a face. O silêncio parece necessitar ser preenchido o tempo todo.

Além disso, durante as observações e interações *in loco*, nota-se que a linguagem difere, os jovens tendem a trazer mais gírias e parecem ficar mais à vontade do que nas entrevistas pelo computador. Isso fica perceptível quando comparamos a etnografia realizada por Braga e Silva (2022), que também foi conduzida com ciclistas entregadores na cidade de São Paulo, na qual os jovens tendem a trazer mais expressões do cotidiano para descreverem a experiência.

O desenvolvimento do projeto contou com a participação de 12 cicloentregadores. Foi realizada uma primeira entrevista ao longo do ano de 2021 e início de 2022. Posteriormente, uma segunda entrevista foi realizada com jovens que apresentaram disponibilidade entre o segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023. Realizar duas entrevistas possibilitou captar aspectos relativos às trajetórias desses jovens nas plataformas. Essa segunda entrevista

trouxe mais dados para a produção do capítulo a seguir, sobre a caracterização dos jovens, e também do último, que discute as lógicas de provisoriedade e continuidade. Ao ter mais um momento de conversa com os jovens, temas como o perfil, informações da primeira entrevista e a continuidade ou não nas plataformas puderam ser melhor explorados.

A variação nos métodos de produção dos dados vai além de um pretensioso meio de reforçar premissas, mas uma forma de complementar as evidências sobre a experiência desses jovens. Ao combinar métodos, como o diário de campo e o relato da própria experiência (meios nos quais os dados derivam exclusivamente da perspectiva do pesquisador), com as entrevistas (meio que a produção de dados se dá na interlocução entre o pesquisador e os sujeitos) torna-se possível explorar as várias dimensões de um mesmo fenômeno.

As informações que compõem a tabela com a caracterização do perfil de cada participante foram obtidas a partir de um questionário enviado via *Google Forms* junto ao termo de consentimento. A inclusão do termo de consentimento junto ao questionário foi uma sugestão do comitê de ética em pesquisa — CEP.

O projeto que deu origem a esta tese foi aprovado pelo CEP⁴⁴ em meados de 2021. Por conta do cenário pandêmico, a aprovação do projeto passou por revisões propostas a partir de restrições estabelecidas pela própria universidade via NEVS. Esse núcleo foi responsável por avaliar os riscos epidemiológicos associados a covid-19. Para atender as exigências normativas dessa comissão, as entrevistas foram direcionadas para realização online.

O perfil dos entrevistados se assemelha ao perfil geral dos entregadores de bicicleta, como apontaram algumas pesquisas cujos resultados são explorados durante este trabalho (ALIANÇA BIKE, 2019; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021). Além disso, deve-se levar em conta que foram priorizados indivíduos jovens para a realização da pesquisa, seguindo a delimitação temática inicial.

Entre os limites da amostra de jovens que concederam entrevistas, duas ausências podem ser destacadas: a primeira é a ausência de menores de 18 anos que estavam trabalhando nos aplicativos. Tanto Rodrigo, Michael e Beni chegaram a trabalhar como entregadores sendo menores de idade, porém, no momento da entrevista já estavam na maioridade legal. Cabe destacar que as plataformas não permitem, do ponto de vista legal, o trabalho de menores de 18 anos.

A ausência de transexuais é ainda mais relevante, pois alguns dos elementos mais críticos da experiência desses jovens podem ser ainda mais intensos no caso de pessoas trans,

⁴⁴ O projeto que deu origem a esse artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar em 2021. Processo número: 40185820.8.0000.5504.

tais como: o trânsito pela cidade, as relações de solidariedade e colaboração mútua, o cultivo de elementos da cultura juvenil, situações de discriminação e as perspectivas em relação ao trabalho. *A priori*, essas experiências podem se constituir com singularidades entre os jovens transexuais.

O capítulo a seguir explora quem são esses jovens, a partir de uma distinção entre os jovens e os jovens adultos. Será possível notar que, por trás de cada jovem pedalando com seu mochilão pela cidade, há histórias, percursos de vida e estratégias pessoais que envolvem a escolha por baixar um aplicativo de uma plataforma de *delivery* e sair para trabalhar.

Parte II

Experiências de trabalho

4. Os jovens “bike-entregadores”

O presente capítulo tem como objetivo explorar quem são os sujeitos da pesquisa, ou seja, as pessoas que cederam depoimentos para esta tese.

A maioria dos entrevistados está dentro da delimitação etária adotada pelo Brasil para definir a juventude (15 a 29 anos). No desenvolvimento do projeto, foram realizadas entrevistas com 12 entregadores. Na tabela a seguir há uma breve caracterização dos participantes.

Tabela 1: Perfil dos entregadores participantes da pesquisa

Nome	Idade	Identidade de gênero	Autodeclaração cor/raça	Religião	Estado civil	Escolaridade
Michael	18 anos	Masculino	Pardo	Católica	Solteiro	Ensino Médio completo
Rodrigo	19 anos	Masculino	Pardo	Sem religião	Solteiro	Cursando ensino superior
Louise	19 anos	Feminino	Branca	Umbanda	união consensual	Cursando ensino superior
Beni	22 anos	Masculino	Pardo	Católica	Solteiro	Ensino fundamental incompleto
Paola	24 anos	Feminino	Branca	Não declarado	Solteira	Ensino Médio completo
Marcos	24 anos	Masculino	Pardo	Evangélico	Solteiro	Ensino Médio completo
Kaio	26 anos	Masculino	Preto	Evangélica	Casado	Ensino médio incompleto
Antônio	26 anos	Masculino	Preto	Católica	Solteiro	Ensino Médio completo
Livia	27 anos	Feminino	Amarela	Umbanda	Solteira	Ensino superior completo
Júlio	27 anos	Masculino	Branco	Não declarado	Solteiro	Ensino Médio completo
Mathias	29 anos	Masculino	Indígena	Deus	Solteiro	Ensino Médio completo
Jonas	32 anos	Masculino	Pardo	Sem religião	união consensual	Ensino Médio completo

Elaboração: próprio autor.

Apesar da categoria “juventude” abranger praticamente todos os sujeitos da pesquisa, é notória uma heterogeneidade interna. As experiências tendem a variar entre aqueles que estão no início da juventude e aqueles que estão no fim dessa época da vida, ou seja, as

experiências de um jovem de 19 anos possuem particularidades distintas em relação aos jovens de 29 anos. Portanto, para melhor capturar as similaridades e diferenças, propõe-se diferenciá-los a partir de duas faixas etárias: a primeira contando com os jovens entre 18 e 24 anos e a segunda situada entre 25 e os 29 anos.

Três segmentações diferentes para compreender as faixas etárias que delimitam a juventude, uma entre os 15 e os 18 anos, outra entre 19 e 24 e dos 25 aos 29 anos. Essas segmentações etárias variam entre os pesquisadores, portanto não há um consenso sobre a amplitude de cada segmentação. Logo, para fazer essa separação em dois perfis, este estudo toma como referência a própria amostra. Ao dividir os sujeitos nessas em duas faixas etárias – 18 aos 24 e 25 aos 29 – almeja-se refletir sobre as experiências comuns entre aqueles que iniciam nas plataformas e estão nas primeiras experiências laborais e aqueles que ingressam já possuindo algum acúmulo de vivências profissionais nesse ou em outro segmento.

4.1 Jovens entre 18 e 24 anos

De modo geral, a faixa etária situada entre 18 e 24 anos é composta por experiências que indicam o trânsito da educação básica para a educação superior ou do fim do ensino médio para o mercado de trabalho. Trata-se de um momento a vida juvenil em que a construção da independência em relação a família torna-se mais intensa e os “semi-ritos”, argumentados por Dubet (1996) de inserção na juventude já foram executados. Nesse momento da vida ainda estão ocorrendo as primeiras experiências de emprego, com forte presença do emprego precário, sobretudo para os setores populares.

“Michael”

Michael⁴⁵ é o mais novo entre os entrevistados, tem 18 anos, e se autodeclara pardo. Para trabalhar com entregas, o jovem desloca-se diariamente do extremo Sul da urbe (Grajaú) para trabalhar no centro-sul (Itaim Bibi, Moema e Brooklyn). O trajeto aos pontos onde fica à disposição dos aplicativos costuma ser feito de trem, tanto na ida quanto na volta do trabalho. Segundo o jovem, o deslocamento diário faz com que permaneça em uma “zona de conforto”, haja vista que os moradores da região onde reside tendem a fazer deslocamentos ainda maiores pela cidade para poder trabalhar.

⁴⁵ No momento de realizar a entrevista, Michael disse conhecer a ferramenta Google Meet, porém deixou a câmera fechada. Apesar de deixar a câmera fechada, a conversa fluiu e o jovem explorou diversos aspectos de sua experiência nas plataformas.

No momento da entrevista, o jovem já estava trabalhando em aplicativos havia pouco mais de um ano, isso significa que já atuava como entregador quando ainda estava na menoridade legal. Michael disse que nunca encontrou problema em trabalhar como entregador tendo menos de 18 anos, “as pessoas até olhavam estranho, mas nunca deu nada [sic]”. Os próprios aplicativos, do ponto de vista formal, não permitem que menores 18 anos trabalhem como entregadores, todavia, há diversos registros de adolescentes atuando nas plataformas. Em sua trajetória laboral, já trabalhou para o *Ifood*, *Rappi* e *Uber Eats* — esse último foi desativado poucas semanas depois da entrevista.

O jovem disse que mora com o pai, a mãe e mais um irmão mais velho — que também é entregador. Michael é solteiro e não tem filhos. De certa forma, a família possui papel relevante na inserção desse jovem no trabalho, antes de trabalhar com entregas, teve suas primeiras experiências laborais no bar da família. O fato de sair para trabalhar gera preocupação nos pais, embora eles estejam “um pouco acostumados”, pois ele sempre estudou à noite e chegava tarde em casa. Ao mesmo tempo, a família reitera uma perspectiva moralizadora sobre o trabalho “Eles acham esse trabalho arriscado, mas é melhor estar fazendo entrega do que estar fazendo coisa errada, pelo menos nas entregas eu estou ganhando o meu certinho.”

Michael começou a trabalhar nas plataformas de *delivery* influenciado pelo irmão mais velho. Quando seu irmão ficou desempregado, entrou nos aplicativos para fazer algum dinheiro. Michael disse que conversou com o irmão antes de começar, conseguiu uma conta de uma terceira pessoa e, ainda com 17 anos, ingressou no aplicativo como uma alternativa para gerar renda. Michael relatou que nunca “trabalhou registrado”, o jovem já trabalhou no bar da família, entregou panfleto nas ruas e também já vendeu trufas na época da escola. Para ele, ser entregador seria a “melhor opção no momento”. Conforme acrescentou: “Depois que comecei a trabalhar nos aplicativos, deu para comprar as minhas coisas, porque eu trabalhava no bar e eu ganhava pouco. Agora, trabalhando nos aplicativos consigo comprar as minhas coisas, ter uma renda, guardar um dinheiro também”.

No momento da entrevista, Michael não estava estudando, havia terminado o ensino médio em 2021. A conclusão do ensino médio foi efetuada durante o período pandêmico, praticamente todo o terceiro ano foi feito de forma remota. Disse que não gostou do modelo de ensino remoto e encontrou dificuldades para acompanhar o conteúdo. Segundo ele, foi “um tempo perdido”, pois aprendeu apenas “o básico do básico do básico”. Mas reconhece que alguns professores “se esforçaram” para ministrar aulas de qualidade e ensinar. A síntese feita

pelo jovem é de que foi bastante difícil estudar pela plataforma educacional disponibilizada pelo Estado. Além da escola, Michael disse que já fez curso de inglês. Durante a entrevista, relatou que não estava interessado em voltar a estudar no momento, mas almeja em aproximadamente um ano voltar a estudar, provavelmente fazer um curso em TI — Tecnologia da informação.

O primeiro contato com Michael foi realizado em um grupo de *WhatsApp* onde estavam Jonas e Mathias. Michael é um dos mais novos que interagem no grupo dos entregadores, contudo, de forma mais contida. Disse, ainda, ser uma pessoa “mais reservada”. O jovem disse que trabalha nas plataformas pelo menos 10 horas diárias, 6 dias por semana. Sua maior queixa é que dificilmente possui tempo para fazer outras coisas. Na época do ensino médio, em que auxiliava no bar, possuía mais tempo para ver os amigos, fazer academia e cursos, ao iniciar nos aplicativos sente que não possui mais tempo para fazer atividades de que gosta.

No tempo livre, Michael disse que costuma ficar em casa. Para ele, a vida ainda está um pouco “bagunçada” por conta do período pandêmico, de modo que ele continua se acostumando com a possibilidade de poder sair. O jovem disse que, antes da pandemia, era bastante ativo e sempre saía, mas, em fins de 2021, ainda estava se acostumando com a possibilidade de sair de casa novamente. Para os próximos anos, o jovem disse que, além de estudar TI, gostaria de trabalhar registrado “para saber como é” e, posteriormente, abrir o próprio negócio.

“Louise”

Louise⁴⁶ era jovem aprendiz de um banco e, logo que começou a pandemia, seu contrato foi encerrado e teve que procurar outro trabalho. Louise tem 19 anos, é mulher cisgênero, bissexual e se autodeclara branca. Filha de um vendedor de autopeças - que na pandemia estava trabalhando como entregador - e de uma padeira. A jovem viu no trabalho do pai, moto-entregador, uma referência para sair do desemprego e conseguir a própria renda em um cenário de adversidades.

Assim como Michael, Louise iniciou nos aplicativos ainda na menoridade legal. Quando concedeu a entrevista, disse já estar trabalhando há mais de 1 ano na plataforma *Uber*

⁴⁶ O contato com Louise ocorreu a partir de uma matéria jornalística feita com jovens entregadoras, e posteriormente, ela foi convidada para a entrevista por meio do Instagram. A entrevista foi realizada via Google Meet em um sábado de manhã em que a jovem estava em férias no mês de fevereiro.

Eats, e um pouco menos de tempo em outras. A jovem adquiriu uma bicicleta usada e “pagou a *bag* em corridas”. Ao falar sobre o início, conta que nos primeiros meses era uma das únicas mulheres fazendo entregas no centro da cidade.

Louise realizou sua formação básica somente em escola pública e interrompeu o processo formativo da educação básica no último ano do ensino médio em 2020. Afirmou que a relação com a escola sempre foi bastante intensa, pois começou a trabalhar aos 11 anos, juntamente com a mãe, que vendia lanche na cantina do colégio. Conforme afirmou: “Eu vendia lanche de manhã e eu estudava à tarde [...] e, assim, eu fiquei o ensino fundamental inteiro”.

Já no ensino médio, Louise encontrou dificuldades para realizar as atividades escolares de forma remota durante a pandemia. Seu acesso à *internet* era limitado e relatou não ter equipamentos que lhe proporcionassem condições adequadas para acompanhar as aulas. Teve de parar de estudar, porém, entre a primeira e a segunda entrevista, concluiu um curso na modalidade Enceaja. Posteriormente, em 2023, conseguiu matricular-se em um curso de psicologia – desejo que apontou no primeiro depoimento, havia concretizado no segundo.

O atual namorado de Louise também é entregador e chegaram a trabalhar juntos durante o período em que estavam se conhecendo. Os dois se conheceram em uma manifestação durante o BrequedosApps:

Louise: [...] nós estávamos fazendo uns “sandubas” para o pessoal que estava na manifestação e começamos a conversar e desde então a gente passou a conversar todo dia. Ai a gente começou a marcar, tipo, vamos se encontrar em tal hora em tal lugar para esperar tocar [pedidos no aplicativo]. E os dias que a gente começou a se conhecer foram dias que não tocava pedido para nenhum dos dois, todas as pessoas ao nosso redor recebiam pedidos, menos para nós. Passávamos várias horas por dia com o aplicativo ligado e nada. E conseqüentemente a gente ficava junto na rua esperando com o aplicativo ligado e nada, aí a gente cansou da cara um do outro e começamos a namorar [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

O namorado de Louise acompanhou as duas entrevistas com ela.

Louise relatou ter participado ativamente do movimento grevistas nos momentos em que pôde, acrescentou que acompanhou pelas redes sociais a atuação dos entregadores antifascistas e até ajudou a espalhar cartazes pela cidade fazendo a convocação dos demais entregadores para as greves.

Entre aquilo que deseja para o período vindouro, afirma que gostaria de encontrar um trabalho com registro em carteira para conseguir uma renda “mais garantida”. A jovem relatou já ter se acidentado fazendo entregas e, devido a isso, foi obrigada a passar semanas sem qualquer remuneração, assim, almeja uma atividade remunerada com registro em carteira

como “algo mais seguro e estável”. Durante a segunda entrevista, realizada um ano depois, a jovem adquiriu uma motocicleta e disse que ainda estava fazendo entregas de maneira fixa no restaurante de uma amiga, enquanto cursava o ensino superior.

“Rodrigo”

O único jovem entregador que estava estudando em nível superior tanto na primeira quanto na segunda entrevista foi Rodrigo⁴⁷. O rapaz de 19 anos, autodeclarado pardo, foi um dos poucos entrevistados que concedeu a entrevista a partir de um computador pessoal. Nascido e residente na cidade de São Paulo, no bairro do Grajaú.

Rodrigo utiliza a bicicleta própria, mas a guarda no bicicletário da estação de metrô da Vila Olimpia. Sendo assim, ele vai para o trabalho, via metrô, durante a manhã para atender aos pedidos anteriores ao almoço. Como o jovem frequenta um curso de ensino superior em EaD, Rodrigo tende a trabalhar até o período da tarde, momento em que volta para casa de ônibus. Conforme relatou, há uma dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho, considerando especialmente a mobilidade oferecida pelo transporte público. O jovem mora com a mãe e um irmão mais novo, não possui enteados nem filhos. A mãe de Rodrigo é assistente social e o pai auxiliar de manutenção.

A trajetória escolar de Rodrigo é marcada por um momento de ruptura. No início do ensino médio, o jovem se considerava um aluno “bagunceiro”, chegando a ter sua continuidade na escola colocada em risco ao participar de uma reunião que quase o fez ter de “pedir para se retirar”. Depois disso, passou a dizer para si que era necessário “dar um jeito na própria vida”, investiu mais esforços nos estudos e buscou outros lugares de formação, além da escola onde estudava. A mãe teve um papel fundamental nessa mudança, Rodrigo lembrou que ela fez “vários corres” para ele ingressar no curso técnico e na vaga como aprendiz.

Antes de trabalhar como entregador, Rodrigo, assim como outros entrevistados, já participou de um programa para jovens aprendizes. Nesse período, atuou nos Correios e conciliava o ensino médio com um curso técnico em administração, no SENAI, na região de Pinheiros. A tripla jornada realizada durante a adolescência é lembrada como um período de dificuldades, para ele era “puxado” atender as demandas do curso técnico e do ensino médio

⁴⁷ [1] O jovem foi contatado pelo *WhatsApp* no mesmo grupo em que foi realizado contato com Jonas. A entrevista foi realizada via Google Meet no período da noite. Rodrigo estava cursando o ensino superior na modalidade EaD, logo possuía alguma familiaridade com a ferramenta de comunicação remota utilizada na entrevista.

concomitantemente. “Aulas vagas” e intervalos eram utilizados para conseguir realizar todas as atividades formativas. Disse ter pensado várias vezes em desistir diante da tripla jornada: “era difícil, mas sempre coloquei na minha mente que tenho que tentar de toda forma conseguir finalizar”. Assim, conseguiu formar-se no ensino médio, técnico em administração e cumprir o contrato de aprendizagem até o fim.

Rodrigo realizou sua formação básica somente em escola pública e no momento está cursando engenharia de computação na modalidade EaD em uma universidade pública, assim, trabalha meio período e, à noite, dedica-se aos estudos. A mudança para o ensino superior, cursado em concomitância com o trabalho de entregador, é entendida como uma etapa semelhante à vivida na adolescência: deslocamentos, falta de tempo e demanda por dedicação.

Para atender as demandas da relação escola e trabalho, o jovem tenta estabelecer uma meta de tempo nas entregas e não de remuneração (como os outros entregadores geralmente fazem). Quando há maior demanda de atividades escolares, encerra logo após o almoço as atividades de entregas para conseguir realizar o deslocamento necessário até sua residência na Zona Sul.

Ao ser perguntado sobre o tempo livre, Rodrigo disse que costuma sair para ir ao *shopping* ou, raramente, jogar futebol com os amigos. No entanto, ressalta que muitas vezes sua rotina é trabalhar, estudar e ficar em casa descansando.

Com dificuldades para encontrar trabalho, ingressou nos aplicativos a partir da sugestão de um tio que estava trabalhando como entregador na época. Na primeira entrevista o jovem estava há mais de um ano trabalhando nas plataformas *Uber Eats*, *Ifood* e *Rappi*. Por mais que seja “um trabalho honesto, como qualquer outro”, reitera que ser entregador não é o que deseja para si. Trata-se de algo provisório até conseguir um emprego na área em que está estudando. A atividade nos aplicativos propicia reunir condições materiais para arcar com os custos dos estudos. No caso, embora estude em uma universidade que não cobra mensalidade, Rodrigo diz que as entregas possibilitam arcar com os custos indiretos do processo formativo.

Em diversos momentos da entrevista, Rodrigo diz ser uma pessoa carismática e supera os momentos difíceis com “um sorriso no rosto”. Ainda nesse sentido, quando perguntado sobre os maiores desafios que está enfrentando no momento, Rodrigo diz: “meu maior desafio hoje é ser uma pessoa melhor do que fui ontem”.

“Beni”

Entre todos os entregadores, Beni é o que está há mais tempo na ocupação. Aos 22 anos, trabalha com entregas desde os 15. Segundo ele, “começou bem no começo, bem na raiz”. Residente na cidade de São Bernardo do Campo, busca variar os lugares em que realiza trabalho, por vezes na própria cidade onde reside, por vezes faz entregas também na capital paulista.

O jovem trabalha como entregador desde a adolescência, sua mãe é costureira e ele era responsável por fazer as entregas das roupas que a mãe consertava. Ao mesmo tempo, passava seu número para restaurantes e estabelecimentos fazendo entregas para quem o chamasse. Com a chegada dos aplicativos no mercado - e também sua maioridade legal - Beni passou a gerar renda com entregas a partir do próprio smartphone. Além disso, o jovem estava realizando alguns trabalhos esporádicos, chamados por ele de “bicos”, em uma funilaria.

No momento, Beni disse que ainda mantém contato com a mãe, porém estava morando sozinho. Segundo o jovem, a longa jornada de trabalho faz com que fique pouco tempo em casa, “praticamente a rua está virando a minha primeira casa, geralmente eu passo mais tempo na rua do que em casa”.

Em alguns finais de semana em que não está trabalhando, Beni faz cicloturismo, junto a outros amigos ciclistas. Entre os colegas do cicloturismo, há vários entregadores. Eles possuem um grupo aberto no *Facebook* e no *WhatsApp*, no qual compartilham experiências, informações e falam sobre ciclismo. Além de Beni, Jonas e Paola também acompanham esse grupo.

Sobre a escolaridade, Beni é o que possui menos anos no sistema escolar. O jovem ainda não terminou o ensino fundamental. Sobre o período na escola, diz ter sido muito ruim e ter “sofrido muito *bullying*”. No entanto, aponta outros saberes obtidos fora do sistema escolar como valiosos:

Cara, para ser sincero, eu aprendi mais na rua do que dentro da escola, entendeu? Eu tenho que voltar a estudar? Tenho, mas, hoje em dia, o dinheiro está em primeiro lugar. É claro que é necessário, mas a gente vê aí, o pessoal que tem formação em advocacia, uma pá de coisa [sic] e está desempregado.

Ao ser perguntado se gostaria de voltar a estudar, o jovem responde que sim: “Sentir vontade, eu sinto, tá ligado? Mas hoje em dia não dá, mano. Eu falo “Ah, vou voltar a estudar”, mas logo depois eu esqueço. Os problemas nas entregas, nas ruas, dentro de casa... então eu acabo esquecendo.”

Diferentemente de outros entregadores, Beni parece valorizar o trabalho com a bicicleta, destacando que o ajuda a fazer exercícios físicos, o que o faz encontrar outras vantagens, além da econômica, para o trabalho nas plataformas. Segundo o jovem, “[nas entregas] me sinto [sic] livre em cima da *bike*, tanto que eu monto na *bike*, eu esqueço meus problemas, entendeu?”.

“Marcos”

Marcos tem 24 anos, é homem cisgênero e se autodeclara pardo. Nascido e residente na cidade de São Paulo, mora com os pais na Zona Norte da cidade. A dimensão territorial é afirmada nas redes como parte de sua identidade, pois tanto em seu perfil no Instagram, quanto na entrevista via GoogleMeet, registra seu nome acrescido da abreviatura ZN.

Além de entregador, Marcos também é youtuber. O canal do jovem tem mais de 3 mil inscritos e o vídeo mais visto apresentava mais de 20 mil visualizações. Em seu canal no YouTube, Marcos filma as entregas que faz pela cidade, seja com a bicicleta, seja com as diferentes motocicletas que adquiriu posteriormente. Ao longo da entrevista, o jovem disse que sempre quis ser youtuber e viu nos aplicativos uma possibilidade de gravar vídeos.

Acompanhando as tendências culturais juvenis, o jovem é bastante ativo nas redes sociais, faz diversas postagens semanalmente em que aparece executando acrobacias com bikes ou motos nas ruas. Também gravou alguns vídeos com colegas ouvindo músicas e fazendo consumo de bebidas alcoólicas.

O jovem concluiu o ensino médio, realizando toda a sua trajetória escolar em escolas públicas. Porém, sente que não possui formação suficiente para conseguir um bom trabalho, pois não tem ensino superior e não conseguiu fazer cursos profissionalizantes. Marcos não teve muitas experiências de trabalho antes das plataformas, relatou que durante muito tempo trabalhava com seu pai, que é feirante, e “de vez em quando” realizou alguns trabalhos com pintura residencial. Disse ter encontrado muita dificuldade em conseguir um emprego com registro em carteira, os aplicativos apareceram como uma oportunidade e ele permaneceu.

Dado que estava desempregado no momento em que a pandemia se alastrou pelo Brasil, o jovem pôde ser beneficiário do “Auxílio emergencial”. Com o dinheiro adquirido no benefício e o apoio dos pais, conseguiu comprar a bicicleta de um amigo e começou a trabalhar nos aplicativos em 2020.

Tal como outros interlocutores, Marcos tomou o apoio de familiares para ingressar nos aplicativos de *delivery*. Conforme disse: “Um primo trabalhava e disse que fazia R\$100

R\$160 reais por dia, aí eu disse “eu também quero fazer isso””. Nos mais de 3 anos, Marcos atuou em diferentes plataformas como *Ifood*, *Uber Eats* e *Rappi*. Em alguns de seus vídeos, o jovem demonstra como é o dia a dia nessas plataformas.

“Paola”

Paola⁴⁸ tem 24 anos, é mulher cisgênero, bissexual e se autodeclara branca. Nascida e residente na cidade de São Paulo. No momento da entrevista, a jovem relatou que estava morando sozinha, com duas gatas, na Zona Norte da cidade. Ela conta ainda que havia feito duas mudanças de residência em menos de um ano — passou um tempo morando no município de Itu, interior paulista, antes de voltar para a capital.

Quando a entrevista foi concedida, a jovem já não estava mais trabalhando como entregadora havia alguns meses. No período em que trabalhou como cicloentregadora ainda estava morando com a mãe, porém, com a chegada da pandemia e os diversos riscos que envolvem a atividade, entrou em conflitos no âmbito familiar e acabou deixando a atividade de entregas.

No período em que trabalhou como entregadora, ainda morava com a sua mãe e o padrasto. Esse fato é relevante, pois a mãe teve papel decisivo para que Paola deixasse de trabalhar como entregadora. A mãe sempre considerou um emprego arriscado e, em determinado momento, doou a *bag* de Paola, o que resultou na impossibilidade da jovem de continuar trabalhando nos aplicativos.

Antes de trabalhar nas plataformas de entregas, Paola trabalhou em uma rede de *fast-food*. Paola ainda acrescentou que, quando estava no restaurante, incomodava-se com o fato de passar o dia todo “presa” na loja e via no trabalho com “bike-entregas” um vislumbre de liberdade. Porém, ao comparar o trabalho nas entregas com o trabalho na rede de *fast-food*, Paola foi enfática: “em ambos se trabalha muito e se ganha pouco”.

A jovem disse que gosta muito de andar de bicicleta, isso foi um dos motivos que a levou a trabalhar nos aplicativos de entrega. Mesmo após parar com os aplicativos, ainda continua praticando o ciclismo como um *hobby*. Uma das características que a jovem considerava benéficas era trabalhar pedalando pela cidade.

⁴⁸ Paola foi contatada pelo *WhatsApp* em um grupo que reúne entregadores paulistanos. A entrevista foi realizada via *Google Meet* e a jovem manteve a câmera aberta, sendo bastante solícita na entrevista, que foi concedida em um sábado de manhã.

Paola disse que sabe fazer tatuagens, sempre gostou de desenhar e, durante a pandemia, aprofundou o aprendizado em desenho. Ao deixar o trabalho com entregas, comprou uma máquina e começou a estudar tatuagens. Foi então que a jovem começou a trabalhar em um estúdio profissional. No entanto, relatou diversas situações de subalternização e humilhações, inclusive baseadas em questões de gênero e idade, de modo que não deu continuidade no trabalho no estúdio.

A formação básica de Paola foi realizada parte em escola pública, parte em escola privada. Ao lembrar o período de estudos, disse que a escola foi um espaço no qual fez amizades e aprendeu a se relacionar com as pessoas. Disse que iniciou uma graduação presencial e parou, depois tentou fazer um curso superior na modalidade EaD e também interrompeu a formação. Mesmo não estando matriculada em uma instituição de ensino, Paola disse que costuma estudar negócios e investimentos por conta própria.

Para Paola, o trabalho nos aplicativos significou uma fase em sua vida marcada por “correrias”, um período em que se sentia “mais jovem” e que percebia haver mais energia no cotidiano. Apesar dos assédios, a jovem destaca que era agradável “estar com a molecadinha”. Nos aplicativos a jovem trabalhou nas plataformas: *Ifood*, *Uber Eats* e *Rappi*, entre 1 e 6 meses.

4.2 Jovens de 25 a 29 anos

De maneira geral, a faixa etária situada entre 25 e 29 anos é composta por experiências que indicam o trânsito realizado pelos indivíduos em direção à vida adulta. A literatura mais tradicional, que vê essas experiências de forma linear e estática, destaca que os processos que culminam na vida adulta são a conclusão dos estudos, o início da vida profissional, a constituição de moradia independente, com ou sem cônjuge, e a experiência da parentalidade. Entretanto, como mencionado no segundo capítulo, há uma literatura mais recente discutindo a não-linearidade e a inconstância desses processos de transição.

“Kaio”

O único jovem que se declarou evangélico praticante, Kaio tem 26 anos e se autodeclara preto. Nascido e residente na cidade de São Paulo, mora com a esposa e um filho no subdistrito da Brasilândia, Zona Norte da cidade. Durante a primeira entrevista, quando só havia um filho, Kaio relatou que somente ele estava trabalhando na casa, de modo que o trabalho nos aplicativos de entregas e carona eram o que estava mantendo a família. Na

segunda entrevista, com a esposa novamente grávida, ele disse que sua companheira também estava trabalhando.

Para começar a trabalhar nas entregas, Kaio deixou para trás um trabalho fixo em uma loja de conserto de celulares, no bairro de Santa Ifigênia. Trabalhando como entregador, disse ter conseguido em duas semanas fazer seu salário fixo do mês — excetuando as comissões que ganhava por aparelho. Na ocasião, com sua esposa grávida, Kaio julgou ser mais rentável trabalhar como entregador do que ficar na loja, assim iniciou nos aplicativos.

Quando começou a trabalhar com cicloentregas, o jovem começou com sua bicicleta própria. Logo em seguida comprou um motor e colocou na bicicleta. Essa decisão se deu por dois motivos. Primeiro, Kaio julga-se sedentário e disse não gostar de pedalar, além disso, o motor traz mais agilidade às entregas. Quando conseguiu melhores condições, comprou uma motocicleta para fazer entregas.

No fim de 2020, Kaio sofreu um acidente de motocicleta que o deixou internado durante dias. Durante uma viagem no fim de semana para descansar, na época trabalhando como moto-entregador, o jovem bateu sua motocicleta em um carro ao transitar por uma rodovia. No acidente, quebrou o quadril, trazendo limitações para fazer esforços físicos. Na segunda entrevista, concedida no final de 2022, Kaio disse que, durante um período de desemprego até cogitou trabalhar como cicloentregador novamente, porém sua condição física trouxe limitações para pedalar quilômetros mantendo-se sentado no banco da bicicleta.

Entre 2020 e 2022, Kaio trabalhou em diversas modalidades de aplicativos, além de passar um período trabalhando com registro em carteira. A trajetória profissional de Kaio é marcada por provisoriiedades e apostas. Somente entre 2020 e 2022 o jovem trabalhou com conserto de celulares, “bike-entregas” em aplicativos, moto-entregas em aplicativos, carona e entrega por aplicativo com carro próprio, controlador de acesso e depois voltou a trabalhar com moto-entregas. Pode-se dizer que a trajetória de Kaio nos aplicativos assumiu um sentido ascendente, ou seja, começou com uma bicicleta que já havia em sua casa e não era usada, em seguida comprou uma bicicleta motorizada, depois teve algumas motocicletas para fazer entregas, chegando a adquirir um carro próprio para trabalhar em aplicativos.

Sem saber ao certo a escolaridade dos genitores, Kaio relatou haver saído da escola durante o ensino médio por conta de dificuldades que enfrentou quando sua mãe foi morar em outra cidade e ele passou a ter que “se virar”. Conta que, durante a escola, foi um aluno que fazia “parte da zoeira” e não conseguia boas notas. Cogita voltar e terminar o ensino médio futuramente.

Nos aplicativos, já trabalhou em plataformas como a *Uber Eats*, *Ifood*, *Rappi*, *Loggi*, 99 táxi, Uber drive. Não estava engajado em nenhum coletivo. Evangélico, nas horas vagas disse que gosta de tocar instrumentos musicais, possui diversos instrumentos, todos eles são “fruto de muito trabalho”.

“Antônio”

Antônio é um jovem imigrante venezuelano de 26 anos, homem cisgênero, gay e se autodeclara preto. Nascido na cidade de Puerto Ordaz, na Venezuela, no momento da primeira entrevista estava morando de aluguel com um companheiro e um amigo em Itaquera, Zona Leste de São Paulo. Imigrante com documentos legalizados, Antônio morou anteriormente em Mogi das Cruzes, onde começou a se interessar pelo trabalho de entregador por aplicativo.

Vindo de uma família católica, Antônio realizou toda a sua trajetória escolar em escolas públicas e chegou a cursar o ensino superior em música, em seu país natal, porém não concluiu o curso. Antes de vir para o Brasil, o jovem chegou a trabalhar com musicalização em um hospital em Caracas. Na entrevista, disse ter interesse em concluir a graduação que iniciou na Venezuela. Durante o período em que esteve trabalhando em São Paulo, aproveitava os momentos em que estava à disposição dos aplicativos, para pesquisar vagas para entrar no coral do Sesc.

Antônio aponta que um dos motivos que o fez vir para o Brasil foi a crise econômica vivida em seu país. Primeiramente, o jovem estava se programando para migrar para os Estados Unidos, porém apontou que os conflitos diplomáticos entre os países do sul e do norte da América dificultaram a obtenção do visto para migrar. Para vir ao Brasil, o jovem conta que teve que trabalhar em empregos de que não gostava — como um supermercado — até juntar dinheiro o suficiente para se mudar. O jovem já conheceu mais de uma região do Brasil. Após cruzar a fronteira por meio terrestre, conheceu o estado de Roraima⁴⁹, de lá pegou um voo até São Paulo. O primeiro lugar que morou no Estado de São Paulo foi Mogi das Cruzes, onde viveu com conhecidos venezuelanos. Somente depois de dois meses, foi para a capital paulista. Em Mogi das Cruzes foi que o jovem viu os primeiros entregadores e realizou seu cadastro para trabalhar nas plataformas digitais.

Antônio trabalhava nove horas por dia como entregador durante a pandemia. Nos aplicativos ele relata que já trabalhou em plataformas como a *Uber Eats* e *Rappi*, não

⁴⁹ Roraima é o estado brasileiro com o maior número de venezuelanos no Brasil. Por ser um estado que fica na fronteira com o país vizinho, torna-se a principal “porta de entrada” dos imigrantes vindos da Venezuela. Estudos fazem denúncias importantes sobre a condição vivida por essas pessoas no estado de Roraima (VASCONCELOS, 2018; FAGUNDES, 2019).

conseguiu aprovação no *Ifood*, tanto em São Paulo quanto em Blumenau. Em nenhuma das cidades participou de coletivo ou grupo de *WhatsApp* de entregadores.

Para trabalhar no aplicativo, Antônio se deslocava de Itaquera até a Avenida Paulista para trabalhar 6 dias por semana. Geralmente suas folgas variavam entre segunda-feira ou quinta-feira, pois, “quarta e quinta são os dias mais fracos”. As folgas na segunda são motivadas pelo cansaço, como os domingos tendem a sair muitas entregas, a segunda passa a ser um dia potencialmente interessante para o jovem folgar.

Mesmo após a entrevista, o contato com Antônio continuou, no segundo semestre de 2021 o jovem foi morar em Blumenau, em Santa Catarina, inicialmente na casa de uma amiga. Na cidade catarinense, ele encontrou emprego em uma fábrica onde atuou até o início de 2022. Para obter uma renda extra, o jovem permaneceu fazendo entregas no período em que não estava trabalhando na fábrica. Após perder o emprego fixo, o jovem encontrou trabalho em um restaurante. De acordo com seu relato, o trabalho no restaurante tem sido intenso a ponto de não conseguir conciliar com a atividade de entregador, de modo a usar a bicicleta somente para se deslocar entre a ida e volta do trabalho.

A expectativa de Antônio é que a situação econômica brasileira se torne mais favorável no futuro próximo e consiga finalmente realizar sua graduação em música. Caso isso não ocorra, não descarta a possibilidade de migrar novamente e tentar uma vida em algum país da Europa ou da América do Norte.

“Júlio”

Um dos entrevistados com maior experiência no setor formal, Júlio⁵⁰ tem 28 anos, e se autodeclara branco. Nascido e residente na cidade de São Paulo, no momento da entrevista estava morando na região da Barra Funda com o pai e a mãe, estava solteiro e não tinha filhos. O jovem fazia entregas com uma bicicleta própria e variava o ponto onde começava a esperar pelos pedidos, inicialmente, na avenida paulista — ponto onde foi realizado o primeiro contato —, depois passou a atuar na região de Perdizes e, por fim, na região da Santa Cruz.

O primeiro contato com Júlio foi realizado nas ruas da cidade durante uma observação de campo, era um domingo à tarde e o primeiro dia do jovem trabalhando como entregador. Em um dos pontos de maior concentração de entregadores na Avenida Paulista, Júlio disse

⁵⁰ No momento de realizar a entrevista, Júlio disse que não conhecia a ferramenta Google Meet e assinalou preferir fazer uma chamada pelo *WhatsApp*. A entrevista pelo *WhatsApp*, apresentou alguns problemas técnicos, o som travou algumas vezes durante a entrevista e a sensação de que a entrevista estava se tornando uma espécie de “questionário aberto” foi notável.

que abandonou anos trabalhando em uma empresa de *call center*, exatamente sete anos trabalhando com teleatendimento. O jovem relatou que já estava “cansado” da rotina e decidiu sair da empresa para atuar com o aplicativo.

Em ambos os depoimentos, o jovem trouxe o papel do irmão mais velho na decisão por trabalhar com entregas. Para começar, pegou a *bag* emprestada, nas dificuldades e dúvidas iniciais, recorreu ao irmão mais velho. O irmão de Júlio começou na bicicleta e passou para a motocicleta depois de um tempo.

Sobre a escolaridade, na caracterização do perfil, assinalou que havia apenas cursado o ensino médio, porém, Júlio relatou que já iniciou e trancou cursos no ensino superior mais de uma vez. Entre os contatos informais realizados no primeiro encontro, disse ainda ter dúvidas sobre qual curso seguir, caso opte por voltar ao ensino superior.

Durante as duas entrevistas concedidas para esta tese, Júlio apresentou uma postura e um vocabulário que visavam positivar o trabalho com entregas e mencionou, em alguns momentos, ser seu “próprio chefe”. Definiu o trabalho nas entregas como uma experiência que trouxe “aprendizados”. Além disso, segundo ele, trabalhar nas plataformas em meio à pandemia foi percebido como algo “muito gratificante”, por possibilitar que muitas pessoas pudessem usufruir desses serviços, mesmo vivendo em época de distanciamento social.

Em uma segunda entrevista com o entregador, concedida no fim de 2022, o jovem disse que voltou a trabalhar com teleatendimento. Para o jovem, voltar ao setor que antes havia abandonado trouxe novos aprendizados, mas também facilidades com a experiência que adquiriu nos sete anos anteriormente.

“Lívia”

Lívia é a jovem com maior escolaridade entre os entregadores participantes da pesquisa e também com maior engajamento em movimentos sociais. Lívia⁵¹ tem 26 anos, se autodeclara amarela — ascendência japonesa — e bissexual. Nascida e residente na cidade de São Paulo, no momento da entrevista estava morando com a mãe em uma casa na Vila Sônia. A jovem se declarou como umbandista.

A jovem realizou sua formação básica parte em escola pública, parte em escola privada, nessa última com bolsa de estudos. A jovem formou-se em gastronomia e é a única interlocutora com ensino superior completo. Chegou a trabalhar em cozinha, mas não

⁵¹ A entrevista foi realizada via Google Meet e a jovem manteve a câmera fechada.

encontrou satisfação nesse espaço. Trabalhou pouco mais de um ano nas plataformas de entregas.

Ao fazer entregas durante o período mais difícil da pandemia, momento de maior tensão e riscos vividos pelos entregadores, Lívia juntou-se ao grupo “Entregadores Antifascistas”. Lívia disse que dedica o seu tempo presente ao movimento de organização da classe trabalhadora e divulgação dos riscos da plataformização do trabalho. No momento da entrevista, disse que o maior desafio que estava enfrentando era financeiro.

Lívia é uma das participantes com maior visibilidade no grupo dos Entregadores Antifascistas. Além de participar das greves, também atua junto de ocupações, como a “8 de julho”. Dado que Lívia possui conhecimentos significativos na língua inglesa, a jovem viajou para representar os Entregadores Antifascistas em um evento ocorrido na Suíça. A jovem foi contatada pelo Instagram, após uma entrevista concedida por ela a um podcast. No podcast, a jovem fez várias considerações sobre seu trabalho junto de organizações políticas e de lutas de entregadores.

“Mathias”

Mathias tem 29 anos, é homem cisgênero, heterossexual e se declara indígena. Nascido e residente na cidade de São Paulo/SP e mora na Zona Norte. O jovem disse não ter filhos e morar com a mãe e uma irmã, embora ser dele a maioria da responsabilidade pela contribuição financeira para o lar. Além dele, uma outra irmã que mora na Alemanha também colabora, ainda que de forma limitada, com o orçamento doméstico.

Diferentemente de todos os outros jovens, o entregador é o único que trabalha com entregas na própria região onde reside. Por vezes, liga o aplicativo na própria residência e espera pelos pedidos na própria casa, mas, no geral, disse ficar rodando pela região do Grajaú em busca de novos pedidos. O horário em que o jovem trabalha também surpreendeu, Mathias liga o aplicativo e trabalha durante à tarde e à noite.

O jovem também é o único entre os entrevistados que já havia trabalhado com entregas antes de entrar nos aplicativos. Mathias trabalhou durante dois anos na empresa Courrieros, que, segundo relatou, é uma das pioneiras com o trabalho de entregas feitas com bicicleta. Em 2018, o jovem trocou o emprego na empresa para trabalhar nos aplicativos. Além das entregas, Mathias também já trabalhou como operador de loja em supermercado — com atividades desde abastecimento até caixa —, trabalhou como marceneiro, cortador de frios e atuou também em telemarketing.

Mathias é um dos entrevistados que está há mais tempo nessa ocupação. Quando questionado sobre as alterações no aplicativo e nas entregas, o jovem respondeu que houve pouca alteração, havendo somente "os problemas de sempre".

Apesar de conseguir concluir o ensino médio, o percurso formativo de Mathias foi marcado por pouca linearidade. Oriundo de escolas públicas, Mathias teve duas reprovações no ensino fundamental — 6º ano e 9º ano — e chegou a parar de frequentar a escola durante o primeiro ano do ensino médio. Essa decisão foi tomada para poder trabalhar como marceneiro durante um período. Depois de alguns meses, o jovem voltou à escola para concluir o ensino médio por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos — EJA. Após passar por duas escolas diferentes, conseguiu formar-se.

Além de cursar o ensino médio, o jovem também realizou alguns cursos de curta duração, tais como “jardinagem e paisagismo” e “produção de fotografia e vídeo”, ambos no Senac/SP. O curso de jardinagem e paisagismo foi realizado durante o período que trabalhou na empresa de entregas antes das plataformas. Durante a entrevista, ressaltou que deseja voltar a se dedicar a essa área em algum momento. Já o curso de fotografia e vídeo foi realizado em 2019.

Na segunda entrevista realizada, o jovem disse que não havia ocorrido grandes mudanças em sua vida. No primeiro contato, afirmou que sairia dos aplicativos se encontrasse um emprego melhor. Já na segunda entrevista, quando perguntado se procurou trabalho durante aquele ano, o jovem relatou que não, mas estava esperançoso que o ano seguinte seria melhor.

“Jonas”

Jonas tem 32 anos, é homem cisgênero, heterossexual e se autodeclara pardo. Nascido na cidade de Embu/SP, no momento da entrevista estava morando na cidade de São Paulo, na região de Santana.

Antes de atuar nas plataformas de entrega, Jonas trabalhava em uma empresa de telemarketing, mas foi demitido pouco antes do início da pandemia. Nesse cenário, desempregado e vivendo os impactos econômicos da covid-19, Jonas viu sua vida mudar e as plataformas surgirem como uma opção. No momento da demissão, Jonas já havia experimentado o trabalho como entregador durante alguns meses. Com as contas chegando e dificuldade de colaborar com a economia doméstica somente com os benefícios concedidos

pelo Estado a sua condição de recém-desempregado, Jonas passou tornou a renda via aplicativos mais frequente.

Além de sair do trabalho, Jonas teve que trancar o curso em Educação Física que estava cursando no 6º semestre. O entregador gosta de dança e música, por vezes coloca em suas redes sociais vídeos tocando teclado, violão ou dançando. Trabalhou como instrutor em uma academia durante o período em que cursava a graduação, embora disse ter sido contratado como auxiliar. Na entrevista disse sentir falta da graduação, embora ache distante a possibilidade de concluí-la

Diferentemente da maioria dos jovens entregadores, Jonas mora com sua companheira, com a qual possui uma filha nascida em 2019. Dos entrevistados, apenas Jonas e Kaio possuem filhos. Durante a entrevista, enfatizou mais de uma vez o desejo de mudar de casa. Atualmente mora com a sogra e mais 5 pessoas na residência, isso gera incômodo e mobiliza-o em busca de renda para mudar sua situação domiciliar. Destacou que a renda obtida nos aplicativos é fundamental para manter as urgências da casa.

Para realizar as entregas, trabalha com a própria bicicleta. Embora já tenha experimentado a bicicleta elétrica oferecida por uma das plataformas, Jonas disse que não vale a relação custo e benefício. O mesmo vale para realizar entregas na modalidade de motocicleta. Segundo o entregador, seria necessário realizar um investimento que ele não tem condições de fazer no momento. Ademais, Jonas teria que tirar uma habilitação para conduzir motocicletas, algo que encareceria o processo.

Quando a pandemia passou a limitar os ganhos com os aplicativos, Jonas contou que ele e sua companheira começaram um negócio de doces. O casal utilizava a cozinha da própria casa para fazer “bolos de pote”, entre outros doces, e anunciaram em algumas plataformas digitais. No caso, ela fazia os doces e ele entregava. Jonas e a companheira chegaram a cadastrar o negócio na plataforma do *Ifood*, porém com o tempo teve dificuldades para fazer o negócio gerar uma renda estável para ambos. Diante da dificuldade de empreender com um negócio próprio, sua companheira iniciou uma graduação em pedagogia e tem realizado estágios em escolas para contribuir com o orçamento doméstico. Jonas relata que algumas dívidas foram acumuladas para realizar o empreendimento, nesse sentido tem tentado fazer o máximo de entregas possível.

Apesar de não se enquadrar na faixa etária definida pela legislação como jovem, a entrevista com Jonas foi mantida nessa tese. Jonas é um entregador com vasta experiência nos aplicativos, em ambas as entrevistas trouxe contribuições significativas sobre a dinâmica da

experiência laboral. Além disso, Jonas é membro ativo nos grupos de *WhatsApp* de entregadores do qual participa, praticamente todos os dias interage nos grupos, ajudando alguém e tirando dúvidas. Inclusive ele é citado por alguns dos outros entrevistados durante as entrevistas, sendo reconhecido como alguém que conhece bem as plataformas e suas peculiaridades. Sua experiência pode ser percebida quando questionado para quais aplicativos já trabalhou: *Uber Eats, Ifood, Rappi, AppJusto, Bee Delivery, Box Delivery, James, Daki*. Além dos vários aplicativos, Jonas relata que está sempre aberto a novas plataformas que se instalarem na cidade. Essa vasta experiência já rendeu participações em outros estudos sobre entregadores. No primeiro contato, disse que já havia concedido entrevistas para outros estudantes de graduação e pós-graduação.

5 A experiência cotidiana dos “bike-entregadores” de aplicativos na cidade

Neste capítulo, o estudo será concentrado na descrição e análise da experiência dos jovens no processo de entregas. Para isso, recorre-se a um detalhamento das atividades necessárias para executar atendimento de pedidos, seguido de uma análise dos eventos mais significativos que envolvem o cotidiano. A descrição terá como embasamento as entrevistas, minhas próprias experiências e observações do trabalho com entregas, estudos de natureza etnográfica e vídeos de entregadores no YouTube.

A execução do processo de trabalho será dividida em cinco grandes etapas, as quais incluem atividades menores. De maneira geral, as atividades de cicloentregas em aplicativos podem ser descritas em: (1) A busca por trabalho e o cadastro nas plataformas; (2) A escolha do ponto inicial e espera por pedidos; (3) O deslocamento até o estabelecimento; (4) Deslocamento até o cliente; (5) Espera pelo próximo pedido.

Figura 1: Diagrama de processo da atividade de entrega



Elaboração: próprio autor

(1) A busca por trabalho e o cadastro nas plataformas. Momento em que os jovens fazem o download do aplicativo e realizam o cadastro na esperança de conseguir um trabalho e um meio de obter acesso à renda. Essa etapa inicia-se com dados sobre as trajetórias profissionais, com o objetivo de demonstrar que os jovens não se cadastram nas plataformas por simples necessidade, mas, também, motivados por trajetórias anteriores de trabalho, muitas vezes precárias e mal remuneradas, bem como pelos critérios das plataformas que não exigem formação escolar e qualificação profissional.

(2) A escolha do ponto inicial e a espera por pedidos. Esse é um dos momentos em que os entregadores tendem a passar boa parte da jornada. O tempo à disposição dos aplicativos pode ser marcado por ociosidade e incerteza, mas, também, por encontro e sociabilidade. Enquanto aguardam os aplicativos, os rapazes praticam a "resenha", jogam, compartilham músicas, alimentos, drogas, informações e acessam as redes sociais. A descrição dessa etapa foi fortemente influenciada pelas observações de campo.

(3) Primeiro deslocamento e retirada do pedido no estabelecimento. Assim que o aplicativo "toca" um pedido, a interface gráfica informa aspectos básicos da solicitação (localização, distância e taxa de remuneração). Nesse momento o entregador pode aceitar ou recusar o pedido. Caso aceite, o mapa aberto via GPS — *Global Positioning System* — no ecrã sugere uma rota para o estabelecimento onde o pedido deve ser retirado.

(4) Segundo deslocamento e encontro com o cliente. Logo que o entregador retira o pedido no estabelecimento indicado na primeira rota, o aplicativo direciona uma nova rota até o cliente que solicitou o pedido. Assim que o entregador indica ao aplicativo que está em posse da encomenda, o cliente é informado de que o entregador está indo a seu encontro. Há, nesse momento, uma pressão implícita para que o entregador seja ágil com o pedido. Mentalmente ele realiza um cálculo do trajeto e inicia o processo. Quanto antes chegar no cliente, melhor poderá ser sua avaliação. Lembrando que a recepção do solicitante ao pedido é inesperada.

(5) Reinício do processo e espera pelo próximo pedido. Assim que o pedido é entregue ao cliente e o entregador é avaliado, ele reinicia o processo de espera pelo próximo pedido. Mais uma vez, o entregador não consegue prever quanto tempo será necessário até aparecer outro pedido no aplicativo. Alguns retornam ao

encontro dos colegas, outros esperam em algum outro ponto da cidade que julguem haver uma demanda favorável.

Nos tópicos seguintes serão descritas cada uma dessas etapas com as relações sociais que compõem a experiência desses trabalhadores, indicando elementos do cotidiano no qual emergem conflitos, sociabilidades, riscos e elementos típicos da vida juvenil que adentram a jornada laboral.

5.1 “Não que seja a melhor coisa do mundo, mas também não é a pior”: busca por trabalho e início nas plataformas

O início nas plataformas guarda particularidades em relação à forma como as pessoas buscam trabalho em geral (GUIMARÃES, 2009, 2017). Ao ser possível conseguir uma ocupação a partir do próprio *smartphone*, sem mediação de uma entrevista pessoal com o empregador ou alguma agência de intermediação, investigar o início nas plataformas indica novos elementos para a sociologia do trabalho.

Para começar a trabalhar nas plataformas de *delivery*, os jovens passam por um processo relativamente simples de ingresso. Diferentemente de outros tipos de trabalho, especialmente nos empregos do setor formal, os aplicativos fazem poucas exigências para os indivíduos interessados em começar nessa ocupação. Acessível ao toque na tela, aos interessados é solicitado um cadastro no qual são requeridos somente os dados pessoais. O cadastro pode ser feito a qualquer hora e em qualquer dia da semana. Não é necessário submeter nenhum tipo de currículo no qual constam as qualificações profissionais e experiências laborais anteriores: são demandados apenas documentos e informações pessoais.

Dessa forma, a escolaridade, a formação profissional e a experiência na área de atuação não são requisitos para conseguir ganhar dinheiro com aplicativos. Palavras como “recrutamento e seleção” não fazem parte do vocabulário de candidatos a entregadores de aplicativos, não se verificam anúncios dizendo haver ou não vagas para ser entregador — exceto para os contratados na modalidade operador logístico, também conhecido como OL. Assim, as empresas gestoras dos aplicativos mostram-se constantemente abertas para cadastrar novos entregadores, embora não estejam realmente.

Por mais que as plataformas aparentem estar constantemente abertas para o ingresso de novos trabalhadores, há uma regulação quanto à aceitação dos novos cadastros, de acordo com as necessidades próprias da plataforma, o que pode levar um tempo maior ou menor para o entregador ser aceito. Os interessados que realizaram o cadastro não são informados sobre o

processo interno e a previsão de aceite ou rejeição. O tempo para a aprovação também varia de acordo com a plataforma: enquanto alguns podem ser aceitos em algumas horas, outros podem demorar meses, ou até receber uma recusa.

Estar constantemente aberta para cadastrar novos entregadores — ou motoristas — sinaliza a estratégia de isenção de vínculo empregatício formal e responsabilização individual. A falta de transparência reforça a defesa jurídica dessas empresas, segundo a qual os entregadores não são trabalhadores contratados e subordinados, mas indivíduos supostamente livres que instalam o aplicativo e se cadastram, concordando com os termos de uso⁵². Esses termos de uso classificam os entregadores como “entregadores-parceiros” ou até simplesmente como “usuários” do aplicativo, enquanto as plataformas se denominam como “empresas de tecnologia” responsáveis pela gestão tecnológica do processo. Em algumas plataformas é necessário criar uma MEI para ter seu cadastro efetuado como entregador. Após o cadastro, é necessário apenas aguardar a aprovação para iniciar a realização das entregas. Desse modo, as formas de inserção nessas plataformas configuram espaços em que ser jovem não é necessariamente uma barreira para ingressar, mas, sim, um dos fatores que contribuem para a tendência à juvenilização.

A obtenção de trabalho envolve o encontro entre o interesse da força de trabalho e a demanda dos empregadores. No entanto, o empregador estabelece condicionantes para a seleção dos ofertantes, tais como experiência prévia em atividades laborais, formação profissional e escolaridade mínima (POCHMANN, 2000; TOMAS; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2008). A inserção da juventude no mundo do trabalho tende a conflitar com tais condicionantes. Os dados apresentados por Venturi e Torini (2014) revelam que os principais obstáculos percebidos pela juventude para conseguir um emprego são: a escassez de postos e não ter experiência profissional o suficiente. Essa necessidade de experiência prévia foi assinalada por Rodrigo:

Pra conseguir um emprego eles exigem muita coisa, você tem que ter isso, você tem que ter aquilo, experiência na carteira e tudo mais. Só que como você vai ter experiência se ninguém te dá oportunidade? Isso não só com estágio, mas tudo, né. Fora que às vezes você olha e pensa: “Está exigindo muito, o salário deve ser bom, atrativo”, mas quando você olha... o salário não condiz com aquilo que eles exigem, né? Enquanto isso o trabalho nos aplicativos é só ir lá e baixar e fazer um cadastro e boa. Não que seja a melhor coisa do mundo, mas também não é a pior. Então, tem muitos serviços aí que eu prefiro ficar nas entregas [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

⁵² Aceitar os termos de uso de maneira unilateral faz parte da natureza daquilo que Zubboff (2020) define como capitalismo de vigilância, conforme discutido no capítulo 1.

Diante desse pré-requisito da experiência prévia para conseguir um trabalho, os jovens tendem a considerar atividades laborais, com ou sem registro em carteira de trabalho, como uma experiência formativa valorizada. Mais do que simplesmente aprender um ofício, as experiências laborais conferem uma espécie de certificação de responsabilidade (COELHO; AQUINO, 2009).

Falar sobre o início nos aplicativos também conduz a uma discussão que coloca em relevo o período anterior à própria inserção nos aplicativos. Assim como Pires e Perin (2023), a pesquisa demonstrou que esses entregadores possuem uma trajetória ocupacional que revela muito da vivência dos jovens brasileiros. Entre os doze entrevistados, quatro trabalharam em *call centers* antes da inserção nos aplicativos, segmento marcado pela massiva presença juvenil (MOCELIN; SILVA, 2008). Outros dois haviam atuado como aprendizes e foram desligados por fim de contrato ou suspensão por conta da crise ocasionada pela covid-19. Dois jovens consideraram as plataformas sua primeira experiência laboral. Além desses, um passou pelo comércio antes das plataformas, uma trabalhou em restaurantes devido à formação em gastronomia (no caso, a única participante com ensino superior) e outra jovem em uma rede de *fast food* — outro segmento com ampla participação juvenil (AREND; REIS, 2009; ROSA, 2014a).

Um dos casos mais ilustrativos nesse sentido é o de Mathias, que aos 29 anos já havia passado por diversas ocupações “tipicamente juvenis” antes de ingressar como entregador:

Mathias: Antes de trabalhar com entrega eu já trabalhei de operador de loja no supermercado, operava loja, fazia abastecimento, ficava no caixa e o que precisasse fazer na loja. Também trabalhei de telemarketing, trabalhei também de marceneiro... o que mais trabalhei... cortador de frios também... e só, que eu me lembre [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo].

Percebe-se, assim, o trabalho nos aplicativos entrando como um *continuum* nas trajetórias desses indivíduos que estavam em ocupações com notabilizada presença juvenil. Do ponto de vista das ausências, verificou-se que nenhum dos interlocutores ocupavam, anteriormente, postos com proteção social e maior prestígio, como setores da indústria ou posições de liderança, e deixaram esses ofícios para ingressar nos aplicativos.

A formação escolar também é um fator de influência para o jovem conseguir trabalho. Com o aumento das expectativas de escolaridade para a geração que estudou na década de 1990 em diante no Brasil, a formação e a responsabilização individual pela formação apareceram recorrentemente nas análises sobre a relação entre educação e trabalho. Em momentos de crise, a escolaridade assume dinâmicas específicas no capitalismo. Ao longo da crise econômica brasileira pós-2014, os empregadores passaram a exigir maior qualificação

para as mesmas funções que em períodos sem crise (CORSEUIL *et al.* 2020). Esse maior requerimento de diploma aparece na fala de Louise, quando questionada acerca da procura por trabalho antes do aplicativo:

Louise: Foi bem ruim por conta dessa questão do ensino médio e por ser começo de covid, ninguém queria contratar assim, sabe? O comércio estava até botando pra rua quem já estava, então não estava pensando em contratar, vi que tipo, questão de CLT eu não iria conseguir de jeito nenhum, na época, tentei, mandei vários currículos, muitos quando acabou o meu contrato do banco [aprendiz]. Na verdade, um mês antes de acabar meu contrato do banco [aprendiz] eu já comecei a largar currículo e nada e nada, mas, sem no mínimo o ensino médio ninguém aceita [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

Concluir ao menos a formação básica concede maior escolaridade, logo, maior propensão a conseguir trabalho (POCHMANN, 2000; PICANÇO, 2015; VENTURI; TORINI, 2014), ou somente um melhor lugar na “fila do desemprego” em momentos de crise (HASENBALG, 2003).

Essa necessidade de formação para obtenção de maior empregabilidade coabita com outra lógica recente que diz respeito a desvalorização dos diplomas. Analisando as políticas neoliberais no cenário francês, Laval (2019, p. 42) argumenta que o cenário atual tem se configurado com uma “decomposição do vínculo entre diploma e emprego”. O autor sustenta que a financeirização da economia e a retração do emprego no cenário neoliberal têm modificado a relação entre diploma e emprego, de tal forma que as pessoas têm se tornado cada vez mais qualificadas educacionalmente para ter acesso a um emprego que assegure proteção social baseada nos direitos trabalhistas.

Ao refletir sobre a relação entre juventude e escola, Dubet (1996) afirma que o processo de escolarização juvenil demanda estratégias individuais para obtenção do “sucesso escolar”:

Nesse sistema, a orientação muitas vezes se baseia no fracasso e os alunos são obrigados a se comportar como estrategistas em um mercado de diplomas e qualificações. Aumentada pela massificação, esta competição individualiza estratégias e caminhos, separa vencedores e perdedores, estes últimos não podem mais culpar ninguém além de si em um sistema suficientemente aberto para oferecer formalmente as mesmas oportunidades a todos (DUBET, 1996, p. 10).

A fala de Louise sobre encarar o desemprego e encontrar trabalho nas plataformas indica uma situação frequente entre os entregadores. Diversas pesquisas que caracterizam o perfil dos entregadores (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO, 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021) constata que o desemprego é o principal motivador para o ingresso nos aplicativos. No *survey* realizado pela Aliança Bike com ciclistas entregadores paulistanos (ALIANÇA BIKE, 2019), verificou-se que pouco mais da metade dos participantes da pesquisa (59%) assinalaram que a principal motivação para ingressar nas plataformas de

aplicativo era estar em situação de desemprego. Ademais, outros 14% assinalaram que começaram a trabalhar nos aplicativos por gostar de andar de bicicleta e 11% afirmam que é uma ocupação para “fazer nas horas vagas”. Nesse sentido, alguns entrevistados chamaram a atenção para esse aspecto como elemento motivador para o ingresso nos aplicativos:

Paola: É, eu vi o pessoal fazendo, é... e eu falei pra mim mesma “vou fazer também, eu estou sem emprego” e na época eu estava desempregada, tinha acabado de sair de um emprego que eu estava, era um emprego fixo e eu estava com umas dificuldades. [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

Rodrigo: Na época eu estava precisando de dinheiro. E foi que ele [o tio] me falou, aí me falou como fazer o cadastro, como que era, aí fui uns dias com ele para aprender tudo mais. Aí comecei a fazer, estava desempregado [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

A questão etária aparece como elemento comum entre a situação que levou esses indivíduos a ingressar nas plataformas para fazer entregas com a bicicleta. No caso dos entrevistados dessa pesquisa, para os jovens entre 18 e 24 anos, a pouca experiência profissional e a baixa escolaridade são barreiras percebidas na busca de emprego no mercado formal.

Entre os cinco jovens, dois estavam cursando o ensino superior e outros dois apontaram que os aplicativos eram sua primeira experiência laboral. Esse tipo de desemprego é definido por Pochmann (2007) como “desemprego de inserção”: ainda que apenas esses aspectos não expliquem o maior desemprego juvenil, o autor considera que a falta de experiência e a baixa escolaridade acarretam dificuldades para o jovem conseguir um emprego. No caso das plataformas, diferentemente do setor formal, tais exigências não são requisitadas, tornando-se uma possibilidade significativa para a inserção de jovens com baixa escolaridade e pouca experiência laboral.

O relato do jovem imigrante Antônio também ressalta a questão do desemprego:

Antônio: Então, eu comecei no aplicativo porque eu não estava conseguindo emprego, eu morava em Mogi [das Cruzes], lá como percebi que sempre passavam entregadores de bicicleta ou moto, né [sic], eu falei: então, se eu não estou conseguindo [emprego], eu vou ter que optar por fazer entregas. [Antônio, 25 anos, preto, imigrante venezuelano, ensino médio completo]

Do ponto de vista econômico e cultural, e pensando em formas que os indivíduos têm contato com o trabalho, o relato de Antônio expõe a força da publicidade involuntária que os entregadores fazem para as plataformas por meio da *bag* no cotidiano. A atividade nos aplicativos não ocorre em um lugar fechado e isolado, sendo realizado nas ruas das cidades, logo, qualquer transeunte pelas ruas pode ver entregadores em seu cotidiano e se interessar pela ocupação.

Marcos, jovem morador da Zona Leste, encontrou nos aplicativos uma oportunidade de trabalho mais independente do que a sua experiência anterior como feirante junto à sua família. Já procurava trabalho e também encontrava dificuldades:

Marcos: Eu procurava... como falei, eu procurava e as pessoas não chamavam, sei lá, por a gente ser da favela, as pessoas não dão muita oportunidade, ainda mais que a gente não tem curso, não tem os negócios [sic], aí fica difícil pra arrumar um trampo. Aí tive a ideia de tramar nas entregas de bicicleta [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo].

Junto da questão juvenil e racial, a qual se estrutura na pouca escolaridade e experiência no setor formal, a combinação com a discriminação baseada no local de moradia surge como elemento que agrava a dificuldade para conseguir um emprego e recorrer aos aplicativos — lugar em que o local de moradia, *a priori*, não estabelece nenhuma barreira.

De maneira geral, o que se percebe, a partir desses relatos, é uma tendência dos jovens entre 18 e 24 anos em buscar trabalho nos aplicativos diante de uma situação de desemprego — aspecto comum na relação entre juventude e trabalho. A pouca experiência profissional e a baixa escolaridade são barreiras percebidas por eles na busca de emprego no mercado de trabalho formal; contudo, no caso dos aplicativos, tais fatores não representam um impedimento. Portanto, as formas de inserção nessas plataformas configuram espaços em que ser jovem não significa, necessariamente, uma barreira para o ingresso profissional, logo, são espaços com uma tendência à juvenilização.

Apesar do desemprego ser o fator mais citado nas pesquisas com entregadores como condição pregressa aos aplicativos, alguns dos interlocutores iniciam nos aplicativos ainda em empregos fixos, fazendo uma combinação entre os dois, sobretudo os jovens adultos. Esses são os casos de Kaio, de 27 anos, Mathias (29), e Jonas (32), que trabalhavam em empregos fixos — no caso de Jonas e Mathias com registro em carteira —, porém, com baixos salários, e iniciaram nas plataformas para experimentar se realmente “compensava”.

Kaio era funcionário fixo em uma loja de conserto de celulares quando decidiu ingressar nos aplicativos. Resolveu fazer um “teste” logo que sua esposa engravidou e viu a necessidade de aumentar a renda na casa:

Kaio: Trabalhava com conserto de celular na Santa Ifigênia [...], comprei essa bicicleta motorizada, chegou o motorzinho, eu mandei montar em uma bike, aí o rapaz montou tudo mais... aí fui falar com meu patrão. Cheguei pra ele e disse “Vou te fazer um pedido meio esquisito, meio estranho... você me deixa fazer um teste de iFood na rua? Se eu fizer um teste, uma semana e for bom pra mim, eu vou trabalhar no iFood”. É um pedido meio esquisito né, em lugar nenhum vai deixar fazer isso, mas beleza, ele me deu desconto e eu fui. Era uma época de final de ano, eu também estava em processo de tirar habilitação e tudo mais, daí peguei e fiz uma semana de teste, e realmente se considerar o meu salário sem comissão, eu consegui fazer em uma semana com a bicicleta motorizada, aí eu voltei nele e disse: “É o seguinte, eu não vou querer trabalhar na loja porque o iFood realmente foi bom pra mim”, fiquei

mais um mês lá pra não deixar ele na mão também, arrumei outra pessoa pra ficar no meu lugar [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Jonas, por sua vez, é homem, negro, e vive em união estável com a mãe da sua filha - que na ocasião da primeira entrevista ainda era um bebê. Assim como Kaio, Jonas tinha um emprego fixo quando teve seu cadastro aceito na plataforma: trabalhava durante a semana em um *call center* e começou nos aplicativos nos dias de folga.

Jonas: Eu me inscrevi, aí esperei e ativaram meu cadastro. Pensei “será que eu faço, será que eu não faço?”, aí o dia que eu fiquei de folga no sábado eu deixei o aplicativo ligado e não tocava nada, eu: “ah, eu acho que não deve ser lá essa grande coisa”, aí tocou no domingo, foi o meu desespero fazer a minha primeira entrega, não sabia como fazia, não sabia o que eu tinha que fazer [...] Comecei pra tentar uma renda extra pra ver se eu conseguia sair daqui da casa [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

Em ambos os casos, o trabalho nos aplicativos aparece como uma possibilidade real e de experimentação por aqueles que estavam ocupados e possuíam um vínculo empregatício. Nesse aspecto, verifica-se como a inserção nos aplicativos adentra os setores formais e recebe adesão de trabalhadores. Ou seja, a uberização não se constitui como um segmento independente, por vezes permeia nos interstícios do setor formal. Isso é possível porque aqueles que já estão empregados em ocupações CLT podem ter seus cadastros aprovados pela plataforma.

Essa possibilidade de experimentação é algo que aparece na fala de Beni ao ser perguntado sobre seu início: “É que nem todo mundo fala: É uma coisa que está ali pra fazer teste, se der certo, vai prosseguir, se não der não vai”. Kaio, por sua vez, decidiu sair da loja de conserto de celulares para seguir no aplicativo, esperando, assim, oferecer melhor condição a sua esposa que estava grávida. A ausência de um vínculo estável com a plataforma permite que esses jovens passem um tempo trabalhando no aplicativo para fazer um “teste”, “arriscar” e avaliar se vale a pena permanecer, para usar os termos do jovem. Logo, essa dimensão experimental traz indicativos para compreender a natureza dos aplicativos e a própria experiência juvenil.

Enquanto Kaio deixou um emprego fixo sem direitos trabalhistas para ingressar nos aplicativos, Mathias passou de trabalhador com registro em carteira de uma empresa de *bike-couriers* para as plataformas de aplicativos. O jovem relatou:

Mathias: Na época eu saí do fixo e fui para os aplicativos. [...] O fixo era entrega também, era uma firma que se chama, chamava “Courriers”, era, eles venderam, era pioneira no ramo de entregas de bicicletas, era tipo concorrente da Carbono Zero. Ela era pioneira. [...] Era lá na Zona Sul que eu trabalhava e recebia pouco mais do que um salário-mínimo, aí eu resolvi sair e fazer entrega no aplicativo, aí saí e fui para a [Plataforma], depois fui para a [Plataforma] e agora estou fazendo [Plataforma]. [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo]

Ao mobilizar a idade enquanto marcador social nos casos de Kaio, Mathias e Jonas, nota-se uma tendência de jovens mais velhos transitarem de outros empregos para aplicativos. Assim, enquanto os jovens buscam os aplicativos por conta da ausência de experiências laborais pregressas ou por ainda possuírem menor escolaridade, é mais recorrente entre os jovens adultos utilizar as plataformas em concomitância com emprego formal, ou mesmo deixar um emprego fixo para ingressar nas uberização.

No caso de Kaio e Jonas, essa transição de empregos ocorre sob a alegação da necessidade de conseguir o sustento para a família. Kaio e Jonas são homens negros e os únicos entrevistados que possuem filhos. Na articulação entre idade, gênero e raça, pode-se refletir sobre os sentidos da paternidade e as transformações na figura do provedor vividas por essa geração. Historicamente, a paternidade suscita discussões amplas sobre questões de masculinidades (LOBO; MIGUEL, 2020). Segundo as “imagens de controle”, no sentido discutido por Hill Collins (2022b), os homens negros são concebidos como pais irresponsáveis e ausentes, sobretudo na juventude. Para a socióloga americana, essas imagens de controle, que reforçam perspectivas racistas, são reproduzidas na indústria cultural e meios de comunicação de massa de viés sensacionalista. No entanto, quando perguntados sobre o ingresso nas plataformas, Kaio coloca a questão da paternidade em primeiro plano para responder à questão, ao passo que Jonas traz a preocupação com a família em diversos momentos ao longo das entrevistas.

Outro aspecto que relaciona as trajetórias de Kaio, Mathias e Jonas, é o fato de serem jovens não-brancos em busca de melhores condições de remuneração. No caso de Kaio e Mathias, os únicos entrevistados que trocaram ocupações minimamente estáveis em negócios por aplicativos, ambos recebiam remunerações menores antes dos aplicativos e encontraram uma possibilidade de “conseguir algo melhor”. O debate sobre a condição laboral da juventude negra no Brasil contribui para interpretar essas duas trajetórias que encontram nos aplicativos uma opção mais viável.

Nesse ponto, é válido lembrar que a estética é um fator que tende a afastar os jovens negros de alguns trabalhos no setor formal, algo que aparentemente não ocorre nas plataformas. Apesar de superado o caráter explícito da exigência de “boa aparência”⁵³, ainda hoje essa barreira permanece, por mais que seja de forma mais “velada” do que já foi no passado (NASCIMENTO, 2018). A aparência e as relações raciais no trabalho variam de

⁵³ Durante o século XX essa foi uma expressão presente nas ofertas de emprego, o requisito da “boa aparência” significou um salvo-conduto para a contratação de trabalhadores brancos, por outro lado, elemento de exclusão da população negra (NASCIMENTO, 2018; THEODORO, 2022).

acordo com a ocupação, em especial no setor de serviços. Essa questão deve assumir outras formas em segmentos dos serviços nos quais não há interações com o público, tal como a construção civil, setor em que estão mais concentrados os homens negros, por exemplo. No trabalho nas plataformas, essa barreira aparentemente não está presente no processo de admissão, o que viabiliza ainda mais a inserção dos jovens negros.

De maneira geral, ao não exigir escolaridade, formação profissional e experiência daqueles que desejam trabalhar nas plataformas de aplicativos, outros fatores como gênero, sexualidade, raça e local de moradia também são afetados na composição de classe desse segmento. Nesse sentido, os jovens negros encontram nos aplicativos um espaço no qual as estruturas sociais que operam na produção de desigualdade e exclusão estão menos presentes, pois, na combinação desses marcadores, a juventude negra enfrenta amplas dificuldades tanto no processo escolarização quanto para encontrar trabalho.

5.2 Esperando “tocar”: a escolha do ponto inicial e a espera por pedidos

Após o aceite do cadastro, o início nas plataformas depende da aquisição, aluguel ou empréstimo das ferramentas de trabalho. As empresas não fornecem os materiais necessários, cabe aos próprios entregadores providenciar e manter as ferramentas de trabalho: o *smartphone*, a *bag* e o veículo, alguns acessórios como capa de chuva, carregador de bateria ou equipamentos de proteção individual para ciclistas. Ou seja, tão logo passam a ter seu cadastro ativo, a aquisição de todos esses itens é de responsabilidade do próprio indivíduo. Há ainda a possibilidade de adquirir esses itens da própria plataforma, porém os entregadores precisam pagar por esses acessórios com ganhos obtidos na plataforma. Conforme descreveu Antônio,

Antônio: Eu tive que comprar uma maquininha, eu tive que comprar um *power bank*, carregador portátil] que eu não tinha, e eu tive que comprar máscaras, porque eu troco a máscara duas vezes ao dia [Antônio, 25 anos, preto, imigrante venezuelano, ensino médio completo]

Nesse momento, ocorre uma espécie de “terceirização”, sobre os jovens, dos custos de parte do processo produtivo. Essa demanda por aquisições é contrastante com o fato de que a condição juvenil nos setores populares é, geralmente, vivida como um momento de dificuldades financeiras, em meio a um processo de construção de autonomia e independência individuais.

Logo que o cadastro é efetivado e o jovem pode começar a fazer entregas, as dúvidas começam a surgir sobre quando irá “tocar” a primeira entrega, qual será o valor da taxa, para onde será o destino, como se apresentar no estabelecimento, como operar o aplicativo. Jonas

conta que seu primeiro dia foi um sábado, no qual não recebeu nenhum pedido durante o período em que esteve "logado", mas "tocou no domingo. Foi o meu desespero fazer a minha primeira entrega, não sabia como fazia, não sabia o que eu tinha que fazer. Depois que fiz a primeira, aí deslanchou.". As dúvidas são frequentes e os processos de formação e suporte oferecidos pela administração das plataformas para os novos entregadores são limitados ou inexistentes.

Na definição de Cant (2021, p. 60) sobre a jornada de trabalho, tomando como referência sua pesquisa autoetnográfica na *Deliveroo*, o autor argumenta que "os processos de trabalho na *Deliveroo* são simples e repetitivos". No entanto, Júlio sustenta, em seu depoimento para a tese, que somente após a quinquagésima entrega, a rotina nos aplicativos ficou mais repetitiva e as rotas foram mais familiarizadas.

Os entregadores, geralmente, se dirigem ao ponto da cidade onde julgam que a demanda, as condições da pista e o conhecimento do território serão mais favoráveis. Para conhecer mais detalhes da rotina dos entregadores, o estudo de Cant (2021) traz indicativos⁵⁴. Entretanto, diferentemente da cidade de Brighton na Grã-Bretanha onde residem aproximadamente 250 mil habitantes em área territorial de 82,39 km², a cidade de São Paulo possui pouco mais de 12,3 milhões de habitantes e 1.521 km² de extensão territorial. Isso significa que em São Paulo os deslocamentos podem ser mais longos e arriscados e há mais pontos onde os entregadores podem escolher ficar, bem como um maior mercado consumidor.

Em primeiro lugar, devido à flexibilidade inerente à atividade, não há um horário específico para a iniciação do turno de trabalho. Alguns preferem começar no período matutino, na esperança de conseguir alguma entrega referente ao café da manhã. Alguns iniciam a jornada no almoço, e outros, em menor número, trabalham somente à noite. Por mais que essa flexibilidade em relação ao início da jornada esteja posta, a maioria dos entregadores faz mais de 8 horas por dia (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO, 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020; CUT, 2021; IBGE, 2023), isso significa que o turno de trabalho da maior parte dos entregadores atende o almoço e o jantar — embora haja quem prefira a madrugada, como é o caso de Mathias.

Ao chegar no ponto de espera, geralmente em uma área central da cidade, próxima aos estabelecimentos com maior fluxo comercial nos aplicativos, o cicloentregador ativa o

⁵⁴ Nesse breve tópico serão descritos os processos da jornada de trabalho no sentido de elucidar o/a leitor/leitora sobre os processos de trabalho nas entregas. Na pesquisa de Cant (2021) essa descrição é feita em maiores detalhes. Os dados que compõe essa descrição foram obtidos em relatos dos jovens, observações in loco e durante o curto período que ocorreu uma atuação como entregador de *delivery*.

aplicativo e espera pelos pedidos do dia. Júlio falou sobre a dificuldade de começar no aplicativo:

Júlio: O começo foi muito complicado, porque no começo você assim fica próximo de outros entregadores e você via que o aplicativo deles tocava toda hora, toda hora era pedido chegando no aplicativo deles, enquanto você ficava olhando que no seu não chegava [Júlio, 27 anos, homem, branco, ensino médio completo].

Nas observações *in loco* ocorreu o acompanhamento de parte do primeiro dia de Júlio como entregador. Em um dos pontos mais movimentados da Avenida Paulista, Júlio resolveu iniciar sua jornada em uma tarde de domingo. O jovem que entrou com o apoio do irmão mais velho informou que escolheu aquele dia, pois o familiar disse que saem vários pedidos no domingo e seria um bom dia para começar. Assim que tocou a primeira entrega, o jovem pediu informações para alguns entregadores que estavam esperando pedido no mesmo espaço para saber como proceder com o aplicativo, aceitou o pedido e saiu. Após alguns minutos voltou ao mesmo ponto e relatou: “Não é tão difícil, basta pegar um pedido em um lugar e depois levar até outro”. Posteriormente, em entrevista, Júlio foi um pouco mais cauteloso e contou que no início “estava muito perdido, não conhecia nada até fazer 50 entregas”, ou seja, precisou de vários dias para adquirir o conhecimento sobre como é composta a ocupação.

Quando passei um período trabalhando na plataforma também tive dúvidas no início. Como optei por variar os pontos onde esperava pelos pedidos, por vezes encontrava dificuldade para encontrar os endereços e entender a dinâmica do aplicativo quando ocorria alguma intempérie. O apoio dos outros entregadores que compartilhavam o espaço comigo foi indispensável. Encontrei suporte, também, dos jovens que postavam vídeos no Youtube e mensagens nos grupos de *WhatsApp*.

Durante outra das observações *in loco*, um dos jovens entregadores que estava começando naquele dia relatou que ainda não sabia exatamente como fazer o trabalho, mas que acessou alguns vídeos no YouTube de entregadores trabalhando para saber como proceder. Durante a conversa mantida informalmente, o jovem, que estava em seu primeiro dia, ainda não havia realizado nenhuma entrega. Na interação ele explicou diversos procedimentos necessários para o trabalho, embora ainda inseguro se iria conseguir colocar em prática aquilo que aprendeu nos vídeos.

O conteúdo produzido pelos entregadores e divulgado no YouTube merece uma breve nota nessa descrição sobre o início nos aplicativos de entregas. Os vídeos de entregadores filmando o próprio cotidiano e descrevendo as vantagens e desvantagens da ocupação possui centenas de milhares de visualizações. Além de canais para descrever o dia a dia, há também canais que divulgam notícias sobre a categoria, conteúdo esse que circula também pelos

grupos de WhatsApp de entregadores. Desde a eclosão das plataformas em 2018, vários entregadores passaram a gravar seu cotidiano laboral e postar em seus próprios canais no YouTube. Tais vídeos mostram aos espectadores como as entregas são realizadas, além de revelar os ganhos que podem ser obtidos pelos entregadores nos diferentes aplicativos. Kaio, além de entregador, possui um canal na referida plataforma de vídeos. Segundo ele, “para poder ajudar o pessoal”.

O fato de estar gravando o cotidiano durante as entregas parece propiciar outro status para esses jovens:

Kaio: Eu lembro que uma vez eu estava gravando os vídeos com a Go Pro eu entrava nos estabelecimentos com a câmera no peito. E só de estar com a câmera no peito e ir até o estabelecimento a pessoa já reagia tipo “Pô, o cara é youtuber, estou sendo gravado”, as pessoas mudam muito na frente da câmera. Até segurança de shopping muda. Até segurança de shopping me levava até o estabelecimento, cara, isso é algo que nunca aconteceu, o cara me deu a maior instrução, foi a pessoa mais simpática possível. [...] Quando chega no estabelecimento as pessoas dão prioridade e tratam melhor, um jeito mais carinhoso [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Em seu canal, Kaio publicou 3 vídeos entre abril e junho de 2021, que oferecem dicas para ingressantes em aplicativos mais consolidados. Esse é um aspecto interessante pensando a experiência dos jovens negros (ao longo deste capítulo veremos diversos relatos de violências contra esses entregadores), pois, além da possibilidade de ser assistido na internet, a câmera aparece como um meio de obter alguma segurança diante da iminência de violência ou algum tipo de discriminação.

Outro jovem entrevistado que mantém um canal no YouTube em que compartilha vídeos sobre o cotidiano nas entregas, oferecendo dicas para outros entregadores, é Marcos. O primeiro contato com o ciclista entregador ocorreu durante uma observação de campo feita em uma manifestação. Na ocasião, Marcos estava filmando o ato e disse que iria colocar o material em seu canal no YouTube.

Durante a entrevista, o jovem declarou que sempre quis ser youtuber, e encontrou no seu dia a dia no trabalho uma forma de realizar seu desejo. Os vídeos de Marcos possuem milhares de visualizações, nos quais ele aborda cotidiano nas entregas, filma a si pedalando pelas ruas e mostra alguns dos ganhos que obtém nas plataformas.

Ambos os jovens acompanham uma tendência recente de produzir conteúdo de interesse de algum segmento da sociedade e disponibilizar em plataformas de vídeos. Essa tendência é observada também por Rosso (2022). No caso, a autora analisa conteúdos audiovisuais produzidos por jovens trabalhadoras da rede de restaurantes Madero que estão disponíveis no YouTube. Semelhante à presente tese, nota-se que o trabalho passa a ser um

insumo para produção de conteúdo na internet, além da dimensão geracional subjacente à atividade.

Outra plataforma essencial para trocas de informações entre os entregadores são os grupos no *WhatsApp*. Os cicloentregadores utilizam essa ferramenta para estabelecer vínculos de solidariedade e colaboração mútua. Esses grupos são utilizados, também, por entregadores iniciantes para sanar dúvidas que surgem durante as primeiras entregas e podem, outrossim, ser utilizados por entregadores com mais experiência que, porventura, encontrem alguma dificuldade durante o processo.

Diferentemente das atividades de trabalho realizadas em setores mais regulamentados, verifica-se que o aplicativo possui elementos operacionais que tornam o trabalho altamente automatizado, eliminando, portanto, especialistas no processo que auxiliam pessoalmente os trabalhadores iniciantes. Mesmo quando os entregadores sentem necessidade de saber mais sobre a atividade, o conteúdo que acessam é produzido pelos próprios pares, sem qualquer remuneração adicional das plataformas de *delivery*, e divulgado em canais nas mídias sociais.

A maioria desses jovens se desloca das periferias para atuar no centro da cidade. Em alguns casos, vem da periferia com a própria bicicleta pelo sistema público de transporte em horários específicos e pagam a passagem com os próprios ganhos. Entretanto, há outros que fazem o deslocamento pelo sistema de transporte e deixam a bicicleta em algum bicicletário perto do ponto da cidade onde trabalham. Os bicicletários administrados pela concessionária do metrô da capital paulista ficam na parte externa às estações de transporte da cidade, e são de uso gratuito. Já outros preferem pedalar de sua residência até o local onde atuam, o que acarreta menor custo, porém maior desgaste físico.

Para aqueles que não usam a bicicleta própria é possível alugar, por um período determinado, uma das bicicletas disponíveis nas áreas centrais da cidade. Entre as opções de aluguel, há adesão de bicicletas do sistema de compartilhamento operado pela iniciativa privada por meio de estações em diversos pontos na cidade, onde as bicicletas podem ser retiradas e devolvidas. Para fazer uso, é necessário pagar uma taxa diária ou mensal. Uma das plataformas de aplicativo de *delivery* que operam no Brasil também oferece bicicletas e patinetes elétricos para os entregadores. Todavia, essas bicicletas e patinetes precisam ser alugados mediante o pagamento de uma taxa.

Em estudo sobre as ruas do centro da cidade de São Paulo, Frehse demonstra, a partir da cidade como categoria analítica, como a rua traz indicativos das mudanças sociais na vida cotidiana e no espaço urbano (FREHSE, 2013, 2016a, 2016b; FREHSE; O'DONNELL, 2019). A rua, para a autora, pode conter vários significados, tais como espaço de desigualdade

social, de criatividade, de oscilação entre o familiar e o público, e de resistência (FREHSE, 2013). Após uma comparação entre imagens da praça da Sé no fim do século XIX e início do século XXI, a autora argumenta que a modificação que mais chamou sua atenção não é o aumento significativo na quantidade de transeuntes, mas, como a rua tornou-se um lugar onde as pessoas tentam obter recursos econômicos para a sobrevivência. A partir de uma análise pautada no ritmo e na corporalidade daqueles e daquelas que vêm e vão pelas ruas da cidade, o centro de São Paulo pode ser percebido também como um espaço em que se obtém algum recurso para sobrevivência.

Segundo a autora,

Quer se trate de artistas ou artesãos, de vendedores ou pregadores de rua, mas também dos autodenominados moradores de rua, de aposentados ou desempregados de idades e gêneros variados: em meio ao trânsito acelerado de transeuntes, automóveis e meios públicos de transporte, esses pedestres de procedências socioeconômicas, socioculturais e socioespaciais diversas compartilham sem saber, querendo ou não, um conjunto definido de técnicas corporais e um ritmo corporal. Eles ali permanecem fisicamente em regularidade linear, seja para fins de sobrevivência econômica ou em prol de laços de sociabilidade que ali se reativam dia a dia (FREHSE, 2016a, p. 115)

Os entregadores têm composto esse cenário urbano da rua na atualidade como força de trabalho que usa o espaço público como um *locus* para obtenção de meios para o próprio sustento. Entre esses sujeitos que fazem da rua um espaço para obter dinheiro estão: os engraxates e pregadores, vendedores ambulantes, artistas de rua e as pessoas em situação de rua. Sobretudo homens, mas, às vezes, também mulheres. Pessoas negras, às vezes brancas (FREHSE, 2016b). Diferentes dos trabalhadores observados por Frehse (2013, 2016a, 2016b), os entregadores de aplicativos não são totalmente autônomos, uma vez que as plataformas de aplicativos de *delivery* são empresas bilionárias que controlam e exploram a força de trabalho desses indivíduos. Constitui-se, portanto, um novo agente que utiliza a rua para ganhar dinheiro.

Fotografia 1: Entregadores à espera de pedido durante a jornada laboral



Fotografia: Rovena Rosa

Fonte: Agência Senado (2022)⁵⁵

Assim, espaços da cidade tornam-se pontos de espera e descanso para esses trabalhadores. A imagem a seguir ficou em segundo lugar no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo 2020. Durante as imersões em campo, foram observadas, várias vezes, cenas semelhantes, especialmente nas tardes mais ensolaradas na cidade.

Fotografia 2: Entregadores utilizando monumento da cidade para descanso



Fotografia: Tiago Queiroz
Fonte: ESTADÃO (2022)⁵⁶

⁵⁵ AGÊNCIA SENADO. Com vetos parciais, é sancionada lei que protege entregadores de aplicativos. Brasília. Foto: Rovena Rosa. 06/01/2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/06/com-dois-vetos-e-sancionada-lei-que-protege-entregadores-de-aplicativos>> Acesso em 8 de janeiro de 2024.

Os entregadores também expressam alterações na relação entre tempo e circulação de pessoas pela rua. Segundo Frehse (2016a, p. 115)

No momento em que, às 19h, as lojas baixam as portas e os albergues públicos já abriram as suas, aí não apenas os transeuntes, mas também a pleora de não-transeuntes desaparece das ruas e praças públicas do centro histórico paulistano. Só quem precisa ou quer dormir ali, deixa-se fisicamente com regularidade nas vias e logradouros também durante a noite.

Os entregadores modificam essa dinâmica de “encerramento” do fluxo de pessoas. Os dados demonstram que a jornada laboral dos entregadores pode incluir o período noturno, como demonstram as observações em grupos de *WhatsApp*, entrevistas e reportagens.⁵⁷ Lembrando que a legislação brasileira possui condições específicas para o trabalho noturno, algo que não se efetiva para os entregadores.

5.2.1 Na “resenha”: relações de sociabilidade

A dinâmica de funcionamento das plataformas digitais, no que tange, sobretudo, à baixa transparência da lógica algorítmica, faz com que a jornada laboral seja bastante variável. Não há garantias de que serão feitas 5, 10, 20 ou mais entregas por dia: os entregadores somente ligam o aplicativo e esperam a notificação dos pedidos. Desse modo, a jornada inclui momentos em que os jovens pedalam pelas ruas e outros momentos em que eles esperam por pedidos. O tempo de espera entre um pedido e outro é cambiável e pode demorar pouco menos de 5 minutos ou mais de 1 hora. No entanto, esse tempo de espera não se realiza como um tempo de vazio.

Nas primeiras observações de campo essa variação do tempo foi visível, tomando em conta que desde a ascensão do modelo de acumulação flexível, passando pela última grande modificação na legislação trabalhista via Lei 13.467 (CARVALHO, 2017; GALVÃO; TEIXEIRA, 2018), na qual o trabalho remunerado passa a ser cada vez mais o trabalho efetivamente realizado, certa sensação de precariedade emergia das observações dos entregadores parados no ponto de espera dos pedidos.

Durante o período em que atuei com *delivery* por aplicativo, percebi essa imprevisibilidade no cotidiano. No primeiro dia em que fiquei ativo no aplicativo, atuando em

⁵⁶ ESTADÃO. Reforma trabalhista completa quatro anos sem efeitos práticos e enfrenta informalidade, uberização e precarização, avaliam juristas. Maria Isabel Miqueletto 17/11/2021

⁵⁷ BBC. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC Brasil. Redação: Leandro Machado. São Paulo. 22/05/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340> Acesso em 10 de agosto de 2023.

uma das travessas da Avenida Rebouças, entre o período do almoço e do café da tarde de um dia útil, esperei por quase 3 horas até que o primeiro pedido fosse requisitado. Esperando solicitações no mesmo lugar em outro dia, os espaçamentos entre uma notificação e outra foram bem menores, cerca de 10 ou 15 minutos. No decorrer desse período não tive nenhuma informação oficial sobre a previsão da demanda. Essa imprevisibilidade em relação à demanda, que se torna tempo disponível não-remunerado para as plataformas, apareceu também nas entrevistas com os jovens:

Beni: O máximo que eu esperei foi no começo do ano, teve uma baixa no número de pedidos, eu chegava a ficar 1 hora, 1 hora e meia sem pedido, entendeu? Eu ficava esperando... [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Jonas: Mas falando dos aplicativos de autônomos, esse que a gente está mais acostumado, que você precisa esperar chamar... me incomoda [sic] os [problemas] de produção, precisar esperar chamar. Você fica na rua muito tempo e pensa: “‘Oxi’, não tá chamando, não tá chamando”, você acaba indo embora frustrado. [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto]

A ausência de um critério aberto que defina quando haverá pedidos para atender leva os trabalhadores de aplicativos a usar da própria imaginação para entender o algoritmo e tomar estratégias pessoais que pareçam atrair mais demandas (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017). Nesse ponto, Michael argumenta que sua estratégia é “andar”. Segundo o jovem: “Quando eu fico bastante tempo parado, eu começo a andar para ver se a demanda caiu, para ver se tem alguma coisa no aplicativo, para ver se tem algum *bug*, tem dia que o aplicativo está *bugado* ou fica sem sistema”.

Durante uma das observações de campo, presenciei um dos entregadores fazer algo semelhante: no caso, o jovem disse que desliga o celular, retira a bateria e depois conecta-se ao aplicativo outra vez. Apesar de parecer um ato banal, a incompreensão dos entregadores com os aplicativos coloca questões sobre a relação entre trabalhadores e as ferramentas no capitalismo de plataformas.

Tendo em vista essa sazonalidade do aplicativo, é comum que os entregadores passem parte do tempo esperando novos pedidos, e é nesse momento que os trabalhadores tendem a se aproximar nesses espaços. Quando Kaio foi perguntado sobre o tempo esperando por novos pedidos, o jovem respondeu ser normal ter outros entregadores esperando por pedidos no mesmo espaço: “normal, né, onde que não tem [outros entregadores]? Todo canto, né, todo canto... seja nos lugares mais movimentados, seja nos lugares “mais mortos” de pedidos”.

Um primeiro olhar embasado nas evidências recentes sugere um certo individualismo marcado pela concorrência entre os trabalhadores no neoliberalismo (SENNET, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016). Pode-se conjecturar, com base nesses pressupostos, que os

entregadores mantêm certo distanciamento entre si ou disputam espaços⁵⁸. Esses aspectos comportamentais podem ser reforçados pela própria tecnologia envolvida nas plataformas digitais (ALTHEMAN, 2021). Porém, algumas evidências colocam em dúvida o pressuposto segundo o qual os entregadores trabalham sozinhos para conseguir mais pedidos, ganhar mais dinheiro e serem “vitoriosos” na competição — contra os outros ou contra si. Boa parte desses indivíduos costuma esperar os pedidos juntos, de modo que esse tempo costuma ser de trocas de experiências que servem de apoio e suporte para a continuidade da jornada e a criação de um “ambiente de trabalho” com mais qualidade.

Essa aproximação entre os jovens torna-se “natural” ao passo que os entregadores se aglomeram nos diversos pontos. Essa constatação possui uma dimensão histórica relevante, pois durante o período da pandemia, o número de entregadores aumentou, de modo que cada vez mais era possível ver entregadores em esquinas e calçadas.

Nesse espaço em que os entregadores esperam pedidos, eles estabelecem contato entre si. Assim, questionamos como era manter-se em contato com outros entregadores à disposição das plataformas, e os jovens responderam:

Beni: Ah, ficamos falando de aplicativo, ficamos falando de entrega, onde foi fazer, fica falando de história que teve nas entregas [...] às vezes a gente pega e joga um dominó esperando, entendeu? ou fazemos assim: de quem o aplicativo tocar primeiro vai pagar um suco, um sorvete ou um lanche, nós colocávamos todos os celulares na mesa e disputávamos, quem o celular tocar primeiro o pedido vai pagar [...] nós ficamos esperando e jogando um *game* no celular, descontraindo. Isso “desestressa” um pouco do dia a dia [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Marcos: É normal, tipo, tem o horário certo para se ver, quando vai dar 11h, todo mundo chega 10 minutos antes das 11h, aí a gente fica lá na frente do shopping parado, tirando resenha com os outros, zoando os outros, entendeu? [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo]

Mathias: Às vezes a gente fica... fico esperando as entregas e fico conversando com eles, a gente fica trocando ideia, dando umas risadas, aí a gente bebe umas breja e é assim... aí nós dá uns rolezinhos, se eles tiverem querendo fazer alguma coisa nós vamos, num bar, de qualquer forma estou trampando [sic] aí é só... eu vou e volto, vou e volto, é tipo isso, eu faço a entrega e volto para trombar eles [sic]. Até a hora de ir embora e é isso... “forte abraço” para quem fica [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo].

Primeiramente, nota-se que as relações entre os *bikeboys* estão fortemente influenciadas por uma sociabilidade que se manifesta tanto no tempo disponível para o trabalho quanto nos grupos formados pelas redes sociais. Simmel (2006) define a sociabilidade como a interação entre iguais fundada em motivações afins. A sociabilidade aparece para o autor como uma “forma lúdica de sociação”, isto é,

⁵⁸ Em um dos primeiros documentários produzidos sobre a GIG Economy no Brasil, esse aspecto é explorado utilizando prints de entregadores que de certa forma “ostentavam” os rendimentos a partir de uma suposta meritocracia (GIG, 2019).

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros (SIMMEL, 2006, p. 60)

Ou seja, a interação se constitui na forma como os determinados impulsos, sentimentos e desejos — aqui entendidos por conteúdo — que estão no indivíduo são realizados. Inobstante, esse conteúdo é transformado, e por vezes produzido, na socialização entre os indivíduos. Nesse ponto, emergem formas de socialização orientadas por interesses juvenis que se materializam nas relações entre esses trabalhadores. Ademais, Simmel (2006, p. 60) afirma que “a socialização é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos em razão dos seus interesses [...] se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio do qual esses interesses se realizam”.

Dado que os cicloentregadores que atuam em plataformas digitais são em sua maioria homens (pouco mais de 95%), é comum que a sociabilidade seja uma homossociabilidade. A ideia de homossociabilidade é apresentada em alguns estudos de gênero que se dedicam à discussão do tema das masculinidades, a fim de estabelecer as relações que se estabelecem em grupos sociais em que há uma homogeneidade de gênero na formação do coletivo. No caso da homossociabilidade masculina, os homens passam a estabelecer relações entre si, carregando para as interações as normativas de gênero dominantes. Assim, nessa sociabilidade dos entregadores, marcadores de gênero e idade se efetivam de forma simultânea. Essa similitude pode funcionar como um impulso para a constituição de amizades. Vejamos o relato de Beni:

Beni: Pense, entregador é tudo louco, nem conhece o cara já chega conversando, apertando a mão e fazendo uma amizade, que é muito da hora, entendeu? Mesmo na [Avenida] Paulista ou em qualquer lugar que você for. Eu tenho uma facilidade muito grande de fazer amizade, entendeu? Então eu conheço gente de tudo quanto é lugar. Gosto de descontraír com gente diferente, saber de onde a pessoa vem, das diferentes regiões, gostos, tal e tal [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Tomando como referências as orientações de Revel (1998) presentes no terceiro capítulo da presente tese, em que sugere que o historiador “retome a linguagem dos atores que estuda”, faz-se necessário captar a fala de Marcos quando diz que “fica tirando uma resenha”⁵⁹ com os colegas e reconhecer sua dimensão expressiva. A ideia de fazer uma

⁵⁹ A “resenha” a que se refere o jovem é uma gíria bastante utilizada nos meios juvenis masculinos, sobretudo esportivos, para definir uma conversa informal entre amigos. Diferentemente da resenha acadêmica que pressupõe uma opinião crítica sobre uma determinada obra literária, a “resenha entre amigos” se dá com conversas descontraídas com o objetivo de se divertir. Resenha também pode ser sinônimo de festinha, baguncinha, esquentar, juntar os amigos para se divertir. BRAINLY. O que significa resenha entre amigos. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/26517758> Acesso em 30 de novembro de 2022; TREINAMENTO 24. O que é uma resenha entre amigos? Disponível em <https://treinamento24.com/library/lecture/read/333185-o->

"resenha" traz em si essa dimensão da homossociabilidade presente na relação entre os jovens rapazes. Em especial no "tempo livre" à disposição dos aplicativos entre um pedido e outro.

A "resenha" dos jovens entregadores, conforme destacado nos excertos acima, envolve aspectos presentes na cultura juvenil. O tempo sem entregas é um momento no qual os jovens interagem, aproveitam para "zoar", jogam, consomem alimentos ou substâncias psicoativas, ou mesmo se organizam para dar suporte uns aos outros.

A "zoeira" e a "resenha" respondem a forte presença da sociabilidade no espaço público cultivada por jovens homens. Em estudo com rapazes negros, Raquel Souza (2010) identifica "lógicas integradoras" de sociabilidade juvenil. Segundo a autora

De maneira geral, os rapazes buscavam manter uma sociabilidade na rua – na qual, às vezes, falar mal das mulheres "galinhas", jogar futebol e consumir álcool garantia certa sociabilidade e circulação entre os pares – sem que, com isso, tivessem que abrir mão de determinadas orientações recebidas da família e noutras instituições ou grupos. Portanto, nessa dinâmica eles também não estavam desobrigados de demonstrar signos de domínio e de poder, manifestos na capacidade de mostrar desenvoltura nas experiências sexuais, na possibilidade de conquistar um patamar de consumo e na afirmação da heterossexualidade, reatualizando certo imaginário de masculinidade e suas conexões com relações assimétricas de poder (SOUZA, 2010, p. 122).

Nesse sentido, Rodrigo também reforça essa questão da sociabilidade: "É que cada dia é uma coisa, a gente se ajuntava para fazer alguma coisa, para comer alguma coisa, combinávamos de ficar todo mundo lá esperando o aplicativo tocar... aí era uma brincadeira, ficar zoando um com o outro, coisas assim."

O compartilhamento de alimentos e cigarros também é diário nos pontos de espera dos jovens "bike-entregadores" de aplicativos, como é possível verificar no excerto a seguir da entrevista com Paola:

Caíque: Tem alguma coisa que vocês costumam fazer para ocupar o tempo sem pedido?

Paola: Fumar, não necessariamente maconha, fumar cigarro, ficar jogando joguinhos no celular, conversando... [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

Em diversas ocasiões notou-se que os grupos de entregadores à disposição dos aplicativos nas ruas, praças e avenidas, aproveitam o ar livre para fumar. No estado de São Paulo, e em outros estados do Brasil, está em vigência uma lei que não permite que os cidadãos fumem em local fechado (SÃO PAULO, 2009), logo, o cotidiano nas ruas escapa a essa regulação.

Outra característica dos jovens cicloentregadores paulistanos é a vestimenta utilizada no trabalho. Diferentemente de alguns trabalhadores do setor formal que são obrigados a usar uniforme da empresa que os contrata, os profissionais não recebem uniforme ou qualquer vestimenta das plataformas. Além disso, os equipamentos de segurança e as vestimentas específicas para ciclistas não são disponibilizadas pelos aplicativos, é necessário comprar com os próprios recursos.

A vestimenta utilizada por esses trabalhadores carrega elementos da cultura juvenil em sua intersecção com o gênero: camisetas de clubes de futebol, bonés, bermudas, camisetas com estampa específica do bairro onde moram; de maneira geral, roupas que marcam o visual de homens jovens da periferia (MIZRAHI, 2007). Essa questão da vestimenta e/ou da música não se aplica a todos os jovens entregadores, e a expressão dessas culturas tende a variar consoante às mudanças no perfil desses trabalhadores.

Nos momentos de “tempo livre” à disposição dos aplicativos, a música nos *smartphones* ou nas caixas de som portáteis, os jogos digitais, o uso das redes sociais, compartilhamento de alimentos, cigarros e substâncias psicoativas e os modos específicos de se vestir emulam alguns dos elementos da experiência juvenil. Refletindo sobre o tempo livre na juventude, Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 30) afirmam que

É principalmente nos tempos livres e nos momentos de lazer que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser, que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. Há uma tendência da sociedade em enxergar nessas culturas traços de marginalidade, um tempo social potencialmente negativo e, em geral, pensado em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade, naquilo que se refere à formação humana (BRENNER; DAYRELL; CARRANO 2008, p. 30).

Embora a afirmação dos autores se refira ao tempo livre como ausente do espaço de trabalho ou da escola, essa referência pode servir para interpretar a forma que os entregadores lidam com o tempo à disposição dos aplicativos. A ausência de um chefe adulto permite aos jovens expressarem-se sem qualquer tipo de controle dessa natureza, trazendo questões específicas para interpretar a relação entre a juventude e o trabalho no contexto dos aplicativos.

Essa ausência de um chefe ou estrutura organizacional que realiza uma vigilância e punição em relação aos comportamentos permite florescer vínculos entre esses rapazes, nos quais a “resenha” e a “zoeira” são parte da experiência. Durante as observações de campo e entrevistas foi possível notar que essa relação por vezes se estendia também aos transeuntes. Nesse momento, pensando na geometria das formas variáveis da interseccionalidade, a

masculinidade, enquanto dispositivo de poder, operava nas relações, e foi possível observar interações desses jovens com as mulheres passantes pelas ruas. Esse aspecto foi investigado também por Rummenig (2023) em seu estudo com ciclistas entregadores em São Paulo:

Dois séculos depois, os “profissionais do ofício de entregas por bicicleta” se notabilizavam pela importância dada à presença feminina nas ruas de São Paulo. Em especial, aos corpos voluptuosos que, segundo os ciclistas, se exibiam aos olhares masculinos, a ponto de considerarem razoável proferir despaupérios e competirem entre si pelas maiores obscenidades. As ruas, antes destinadas aos escravos e profissionais manuais, dois séculos depois transformaram-se, ao menos durante a pandemia de covid-19, nas ruas dos profissionais essenciais, categoria na qual os entregadores se incluíam. E a rara presença dos corpos femininos ainda produzia alguma excitação. O machismo, portanto, ainda compõe o imaginário desses trabalhadores/empreendedores, apreendendo a presença feminina no espaço público como uma ode à violação de direitos.

Essas relações estabelecidas entre si pelos jovens *bikeboys* foram verificadas, também, por meio das observações do cotidiano:

Ao subir pelas ruas encontrei dois entregadores sentados em um banco público de madeira, a sombra de uma árvore suavizava o sol sobre os entregadores ali sentados. [...] Depois de aproximadamente 20 minutos e nenhuma entrega, chegaram outros três jovens entregadores. Chegaram com uma caixa de som portátil, tocando o sino das bicicletas, e logo encostaram em frente a uma loja, que estava fechada desde que cheguei. Um deles, assim que chegou, deitou no baixo muro que havia nessa loja, aparentemente cansado da pedalada.

A caixa de música continuou ligada, tocava músicas de *hip hop* nacional, funk e pagode. Algumas canções os rapazes conheciam e cantavam junto, ao mesmo tempo, acendiam um cigarro ou comiam biscoitos que traziam nas bags. Há um clima notadamente juvenil no ambiente, músicas novas, a vestimenta e, principalmente, os sujeitos agrupados. O sol era forte, o banco na rua e o muro da loja fechada ofereciam uma forma de fugir do calor de mais de 32 °C.

A música se misturava as notificações dos aplicativos de *delivery* no som emitido pelas caixas portáteis, e se o smartphone do dono da caixa de música tocava, ou ele desligava a música, enquanto a caixa ficava por ali, outro jovem conectava o smartphone na caixa de música e o som continuava tocando. Entre eles, havia “brincadeiras” a respeito das músicas que eram selecionadas [Diário de campo, 09/10/2021, Rua dos pinheiros, saída da estação de metrô Fradique Coutinho].

De um ponto de vista interseccional, faz sentido que os jovens *bikeboys* estabeleçam vínculos entre si, pois a maior parte deles são homens, vivenciando a juventude, com semelhante autoidentificação de cor/raça e origem geográfica. Nesse âmbito, vivências comuns podem transformar-se em afinidades.

Na descrição realizada anteriormente podemos notar o papel do funk e do *hip hop*⁶⁰. Mais do que um elemento de união, a música alta no grupo de entregadores é expressão da cultura juvenil, especialmente daquelas advindas das periferias da cidade (SPOSITO, 1993; DAYRELL, 2002; HILL COLLINS, 2006). O funk e o RAP são manifestações da juventude

⁶⁰ A cultura hip hop, na qual o RAP faz parte, possui uma trajetória ampla que remonta à diáspora africana pelo mundo e às formas musicais desenvolvidas pela cultura negra, ao longo do tempo. Observando trajetória mais recente, alguns autores estabelecem uma linha de continuidade entre o soul, o funk e o rap, outros dão mais ênfase ao ska e ao reggae jamaicanos (NETO, 2013).

negra, originada nas ruas das cidades. No caso brasileiro, notam-se essas manifestações artísticas nos bairros distantes onde vivem os setores mais empobrecidos de São Paulo. Sob esse ponto de vista, essas músicas são produto da sociabilidade juvenil, reveladora de uma forma peculiar de apropriação do espaço urbano e do agir coletivo, capaz de mobilizar jovens em torno de uma identidade comum (SPOSITO, 1993; GUIMARÃES, 1997).

Desse modo, a produção musical negra e periférica que os jovens cicloentregadores ouvem durante a jornada laboral é parte constitutiva da forma desses jovens “lerem” o mundo, tal como chama a atenção Patricia Hill Collins (2019, p. 54). No entendimento da socióloga estadunidense, a produção musical negra também implica em uma cultura intelectual que traz contribuição para o pensamento feminista negro. Da mesma maneira que “há muito mais mulheres negras ouvindo Queen Latifah e Salt-N-Pepa do que lendo a literatura de Alice Walker e Toni Morrison”, pode-se dizer que há, de modo análogo, mais jovens entregadores ouvindo Racionais MC’s e MC Hariel do que lendo as reflexões de Silvio Almeida ou Lélia González.

A utilização da rua como espaço de sociabilidade para cultivar o gosto por expressões artísticas de RAP - *Rhythm and Poetry* -, *hip hop* e funk têm um longo histórico na cultura juvenil urbana brasileira. Embora realizado sob outras formas, diversos estudos apontam como o espaço público é utilizado pelos jovens para autoexpressão e valorização de culturas juvenis (DAYRELL, 2002; NETO, 2013; FRANÇA, 2020). No caso dos jovens cicloentregadores, verifica-se que esses jovens usam da arte como um elemento de sociabilidade e suporte para a experiência laboral.

Vale destacar que as plataformas de aplicativo realizam uma “apropriação” do espaço público, transformando-o em espaço de trabalho. No entanto, essa apropriação perversa não esgota todas as possibilidades de uso do espaço urbano, nesse caso, sobretudo, pelos jovens entregadores. “Ruas e esquinas de um mesmo bairro ou em relação aos espaços do centro traduzem diversas formas de viver, conceber e imaginar o tecido social e o uso do espaço” (SPOSITO, 1993, p. 167).

De uma perspectiva Thompsoniana, considerando os elementos culturais que envolvem a experiência dos trabalhadores (THOMPSON, 1987), nota-se que há uma capacidade inventiva nos jovens para transformar a experiência. Sem deslegitimar a opressão de classe a qual esses jovens experimentam no cotidiano com os aplicativos, há uma tendência dos jovens a cultivar elementos “tipicamente juvenis”, e fazer da rua não só um espaço laboral, mas de sociabilidade juvenil, masculina e negra.

Assim, além de usar o *smartphone* para trabalhar, os jovens entregadores utilizam o aparelho no tempo em que ficam à disposição dos aplicativos para jogar *games* e/ou acompanhar as redes sociais. Michael afirma: “[quando estou à espera de pedidos] e não faço nada, fico jogando no celular, fico jogando *Call of duty* ou outro jogo de sobrevivência que eu tenho lá”. Isso aparece tanto no relato de Michael, jovem mais novo, quanto de Jonas, interlocutor mais velho, que quando questionado acerca do tempo à disposição do aplicativo, responde:

Jonas: Até tem, a gente conversa, a gente brinca, dá risada. Aí tá parado? A gente pega o celular e vai jogar um joguinho, vai ler alguma coisa, vai ver as redes sociais, a gente tem essa liberdade para fazer isso. Ou às vezes a bicicleta está apresentando algum problema, se a gente está sem fazer nada, vai ajudar o outro que precisa de um conserto na bicicleta, fazer alguma outra coisa [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

Vale destacar, no excerto acima retirado da entrevista de Jonas, quando ele afirma que pode jogar no *smartphone*, ler alguma coisa e acompanhar as redes sociais, pois “a gente tem essa liberdade para fazer isso”. Essa dimensão da “liberdade” no trabalho para cultivar atividades associadas ao lazer evoca a reflexão para as especificidades do trabalho nas plataformas digitais. Conforme veremos no capítulo seguinte sobre os sentidos do trabalho, essa valorização da “liberdade” é recorrente e associada a outras características da uberização, tais como definir a própria jornada, quais pedidos aceitar e quais dias estabelecer como folga. Por ora, destaque para como elementos da cultura juvenil como os *games* adentram a rotina sem qualquer restrição externa.

Os *games* no *smartphone* trazem consigo uma marcação de idade e de gênero. Estudos têm demonstrado como os jogos digitais expressam a simultaneidade da intersecção entre idade e gênero dada a sua presença na experiência juvenil masculina no século XXI (ZIMBARDO; COULOMBE, 2016; KIMMEL, 2018). Dados acerca do contexto americano apontam que a expectativa é de que um garoto dispenda 10 mil horas com *games* até os 21 anos (ZIMBARDO; COULOMBE, 2016). Para efeito de comparação, um curso de bacharelado universitário demanda menos da metade desse tempo. No Brasil, de acordo com a Resolução n.º 2 de 18 de junho de 2007⁶¹, a carga horária de um curso de graduação bacharelado presencial está entre 2.400 horas e 7.200 horas quando o limite de integralização for de seis anos. A cultura *gamer* não está restrita somente aos jovens da classe média; com a popularização dos *smartphones*, os jovens da periferia também têm acessado jogos digitais.

⁶¹ Brasil. 2007. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf> Acesso em 11 de janeiro de 2024.

Mais do que um meio de entretenimento ou fantasia, os *games* também podem significar um meio pelo qual os rapazes estabelecem amizades⁶².

Para os garotos, jogar é uma forma de relaxar, passar algum tempo com os amigos e/ou se divertir. Porém, os *games* oferecem mais do que isso. Segundo Kimmel (2018), eles oferecem um mundo de fantasia, um refúgio a uma vida entediante e “emasculadora”⁶³. Os *games* abrem uma possibilidade para os rapazes evitarem as responsabilidades da adultez, como a dedicação aos estudos, às atividades domésticas, aos relacionamentos, ao envolvimento paterno e outras responsabilidades domiciliares. Essa fantasia envolve uso de violência, prestígio esportivo e sucesso em atender metas: os *games* possibilitam aos garotos ser — ou ter — o que gostariam na “vida real”.

A proximidade das gerações mais novas com os *games* tem sido apropriada pelas novas tecnologias de gestão. A “gamificação do trabalho” é um conceito que aparece na relação dos trabalhadores com o *design* e a usabilidade do aplicativo, implicando no modo como se interage e realiza a jornada laboral. Uma vez que os *games*, especialmente os mais próximos ao mercado hegemônico, reproduzem uma lógica de desafio e repetição (GUIMARO; ZUIN, 2009), a experiência cotidiana nas plataformas de aplicativos se aproxima dessas definições. Essa aproximação com os *games* também é percebida por Oliveira (2021, p. 6):

[...] como em jogos de videogame, os trabalhadores das plataformas são impulsionados discretamente, resultando em mais engajamento emocional e mais investimento na finalização de tarefas. Lembramos, ainda, que o contato com a empresa é feito majoritariamente por meio do aplicativo, sem interação humana, viabilizando que todas as atividades sejam quantificadas e transformadas em dados, sendo coletados e analisados, sugerindo, assim, a possibilidade de implementação ilimitada das estratégias gamificação.

O toque de um botão ao receber um pedido se assemelha a um jogo com objetivos. O mapa da cidade e os pontos demarcados onde deve ser feita a coleta aproxima a experiência visual e real de trabalho a de jogos digitais para smartphone baseados em localização⁶⁴. Assim, o turno de trabalho tem desafios diários, dada a imprevisibilidade no trânsito, mas os

⁶² QUEBRADA TECH. Sem futebol ou bicicleta, game ajuda jovens da periferia a fazer amigos. São Paulo. UOL. 25/03/2020. Disponível em: <https://quebradatech.blogosfera.uol.com.br/2020/03/25/juventude-da-periferia-usa-jogos-online-para-socializar-e-se-comunicar/?cmpid=> Acesso em 16 de outubro de 2023.

⁶³ Segundo Kimmel (2018), o cenário neoliberal desprovê os jovens homens dos atributos historicamente associados à masculinidade: virilidade, sucesso no espaço público e afirmação de si a partir de profissões de prestígio. O autor argumenta haver uma “emasculação”, no sentido de perder a masculinidade associada a esses atributos prestigiados, à medida que os homens já não conseguem acessar bons trabalhos e estabilidade.

⁶⁴ Esse gênero de *games* surgiu em oposição ao modelo tradicional no qual o/a jogador/a fica sentado em frente a tela do aparelho. Os jogos baseados em localização fazem com que o jogador seja obrigado a se movimentar pelo espaço para atingir os objetivos. Um dos jogos mais populares desse gênero é *Pokemon Go* (UVINHA *et al.* 2016).

bônus e metas fazem esses desafios da experiência laboral parecidos aos *games*. Em algumas plataformas, a realização de um determinado número de entregas qualifica o usuário a receber um bônus em dinheiro.

Uma perspectiva corrente para compreender a gamificação considera que é um processo que tem como objetivo estimular a produtividade. Sob essa ótica, a gamificação segue a tendência de flexibilização dos processos de trabalho como uma estratégia empresarial, que torna o trabalhador autônomo mais competitivo e, conseqüentemente, produtivo.

Tantas discrepâncias nas rendas dos entregadores são um estímulo à competição entre eles e, ao mesmo tempo, um reforço à percepção do trabalho de entrega por aplicativos como de tipo “autônomo”. As empresas estimulam ainda mais esse ambiente pela gamificação da atividade, por meio da qual tudo concorre para somar ou subtrair pontos do score do entregador. A gamificação e a gestão flexível por meio do algoritmo são aspectos fundamentais para compreender a gestão do trabalho pelas plataformas digitais. Os relatos dos trabalhadores permitem afirmar que, por meio dessa gestão flexível, diferenciada e gamificada, os aplicativos se utilizam da concorrência entre os próprios entregadores na busca por mais entregas para obter maior engajamento deles no trabalho e, portanto, maior tempo de conexão no aplicativo, o que resulta em maior tempo de trabalho não pago (CUT, 2021, p. 215).

Ou conforme afirma Abílio (2019, p. 3),

Esse é um termo que expressa a operacionalidade de regras cambiantes que tornam o engajamento no trabalho arriscado e sem garantias. A produtividade é estimulada e conquistada por meio de regras que se apresentam como desafios para o trabalhador, que envolvem premiações e, principalmente, a incerteza de se alcançar o resultado perseguido.

Esse estímulo à produtividade por meio da gamificação também produz efeitos sobre os sujeitos, que por vezes podem responder positivamente. Algumas das plataformas estabelecem um ranking de pontuação para classificar os entregadores que mais fazem entregas. A constituição e publicização dessa classificação entre os *bikeboys* tendem a trazer uma “disputa amigável”. É o que relata Beni, 22 anos, entregador que chegou ao primeiro lugar no ranking:

Beni: Eu sou o primeiro no ranking de pontos.

Caíque: E como foi isso para você?

Beni: Ah, muito da hora, entendeu? Gera uma disputa na loja entre entregadores [risos]. Uma disputa amigável, aí é muito da hora, muito gratificante.

Caíque: Pode falar um pouco mais sobre essa disputa?

Beni: Cara, disputa assim: a gente não fica brigando tipo “Ah, mano, é eu”, é cada um na sua vez, entendeu? Aí do nada chamou lá quando eu cheguei em um dia e disseram “Pô, você fez entrega pra caramba”, aí eu falei “É, eu sou o primeiro nessa bagaça, aí, mano, sou eu e ponto”, pedimos para puxar lá, estava eu e o meu amigo estava disputando, aí os caras disseram “mano, como assim você está em primeiro tal e tal”, aí nós começamos a zoar, é uma zoeira muito louca.

O estímulo a uma “disputa amigável” entre os entregadores para saber quem produz mais torna esses jovens mais motivados a intensificar seu próprio trabalho, e,

consequentemente, a produção das empresas se torna mais eficiente. Concomitantemente, essa lógica fomenta uma busca de interesses que são de natureza econômica, mas, também, cultural. De forma paradoxal, quanto mais o jovem entregador responde à lógica gamificada, mais ele pode ver seus rendimentos e os rendimentos da empresa aumentarem.

E ainda, essa disputa traz um tipo de prestígio ao entregador que está no topo do *ranking*, alimentando a “cultura da zoeira” entre os jovens. A gozação e a agitação, na prática de *games* entre jovens, é percebida em estudos realizados desde o período das *lan houses* (PEREIRA, 2010). A etnografia com jovens periféricos conduzida por Alexandre Pereira (2010) encontra resultados nessa direção. O autor argumenta que há uma dimensão lúdica e uma “cultura da zoeira” tipicamente protagonizada pelos garotos em suas relações de sociabilidade juvenil.

Sendo assim, dada a sua natureza de disputa e produção de prestígio e fracasso em meio a ficção, cultiva-se um terreno fértil para essas formas de relações. A gamificação do trabalho nos aplicativos atua na jornada diária, na relação competitiva com os pares, e nas relações tipicamente juvenis e masculinas à medida que se assemelha à lógica dos jogos de sorte ou azar.

Durante uma das observações de campo no centro da capital paulista foi possível notar essas expressões em Pablo, jovem, negro, morador de Heliópolis e cicloentregador há mais de um ano no aplicativo. Conforme registrado em diário de campo:

Após alguns minutos chega outro entregador com uma bicicleta motorizada. Ele é jovem, negro, usa um boné com a aba virada para trás, uma blusa cinza com uma calça de moletom e chinelos, cujo nome é Pablo. Ele senta-se ao meu lado, assente com a cabeça para me cumprimentar, pega o smartphone e acompanha o WhatsApp. Logo, ele me vê chegando perto e mostra um vídeo que estava vendo no *Kwai*, segundo ele, dá para fazer \$15 por semana assistindo vídeos aleatórios no aplicativo e qualificando os vídeos, acrescentou “É um dinheirinho que já ajuda né”. Ele passou boa parte do tempo mostrando para mim os vídeos que ele acessou, geralmente, conteúdos de lutas em ringues profissionais ou garotas dançando funk. [Diário de campo, 11/02/2021, Av. Paulista]

A sociabilidade é frequente durante os períodos de espera por novos pedidos, sobretudo no cotidiano do espaço de trabalho. Nos grupos de WhatsApp em que foram observadas as interações, verificou-se que os grupos trocavam mais mensagens quando os entregadores estavam na rua trabalhado do que nos horários em que os entregadores não estavam ativos no aplicativo.

Esse é um aspecto que não diz respeito somente aos entregadores, mas à grande parcela da população brasileira, especialmente aquela que possui acesso à internet. Segundo levantamento do IBGE (2020b), o acesso das redes sociais está entre as funcionalidades mais utilizadas pelos jovens que tem *smartphones* no Brasil. A internet proporciona novas formas

de contato entre pessoas, abrindo espaço para outros modos de relacionamento, em especial da juventude nas últimas duas décadas (SCHWERTNER, 2012).

Assim, a juventude tem utilizado as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas para a construção da própria identidade juvenil. Estudos mostram que a juventude atual pode ser reconhecida como "nativos digitais"⁶⁵, sem entrar no mérito semântico do conceito e suas críticas para interpretação do tempo presente (AZEVEDO *et al.* 2018). É preciso reconhecer que se trata de uma geração com mais acesso às tecnologias comerciais de informação e comunicação digital, o que modela a forma como essa geração se comunica e se identifica.

O uso do smartphone para entretenimento e comunicação no próprio espaço de trabalho, com uso mais intenso nos momentos em que não há vigilância da chefia, é um fenômeno cultural tipicamente do século XXI, posto que as gerações anteriores não sabiam o que era se conectar à internet com o próprio aparelho telefônico.

Essas interações, feitas nos interstícios do trabalho, podem adquirir outro status e constituírem-se como redes de apoio, especialmente nas redes sociais, como será explorado no tópico a seguir. Por ora, cabe o relato de um dos entregadores sobre como essas amizades constituídas no período sem entregas constituem a experiência:

Caíque: Como é essa relação com os outros entregadores no momento em que vocês esperam pelos pedidos?

Kaio: Ah, a gente conversa, claro que nem todos, alguns são mais fechados, outros já trocam mais ideia. Inclusive, eu criei uma amizade com um cara, não sei se você conheceu: o Marcelo, ele está sempre pelos grupos de entregadores. Ele é um cara que tem um *black power*, uma barbinha, magrinho, anda com uma mobilete. E assim, nós nos conhecemos em Perdizes, trabalhando. Nós estávamos esperando pedido lá no "Mac", aí nós trocamos o WhatsApp... Tanto que a primeira vez que eu me acidentei e fiquei internado em recuperação, ele foi em casa dar uma força, uma ajuda para mim, contribuiu e a gente tem amizade até hoje. E eu achava que ele morava longe, mas descobri que ele é meu vizinho de bairro, mora uns 7 km da minha casa [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

Na ausência de um suporte institucionalizado que ofereça apoio a esses trabalhadores, essas relações de sociabilidade e colaboração mútua tendem a se constituir como um esforço coletivo para permanência e sucesso na atividade. Esses vínculos de apoio e sociabilidade não se limitam ao espaço à espera dos pedidos, uma vez que nas redes sociais da internet também foi possível identificar aspectos semelhantes.

Dinâmicas de gênero também perpassam as relações de amizade na juventude. Schwertner (2012) sustenta que, mesmo com as possibilidades abertas pelas tecnologias de

⁶⁵ Trata-se de uma definição presente no início do século XXI para expressar como as gerações nascidas a partir da década de 1990 — tal como os jovens participantes dessa pesquisa — possuíam maior familiaridade com as tecnologias desde os primeiros anos de vida. Para saber mais: ver Prensky (2001).

comunicação e as transformações no século XXI, as relações de amizades entre jovens ainda mantém alguns padrões tradicionais de gênero: há mais facilidade para a formação de vínculos entre os rapazes e dificuldade na formação de laços de amizade entre meninos e meninas. Os entregadores dificilmente falaram sobre relações de amizade e companheirismo com outras entregadoras, mesmo quando estimulados por perguntas específicas sobre elas.

Júlio: Olha, pessoalmente eu não conheço, mas eu já vi mulher fazendo entrega, de carro e moto. [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto]

Jonas: Conheço, conheço. Pessoalmente assim... lá no *Daki* tem duas. A primeira tem uma coisa assim mais motorista de ônibus, nervosa e... tem uma mais mocinha, ela trabalha com a gente lá de boa, ela só desaparece, ela é tipo o mestre dos magos, do nada ela some, tipo... Cadê a Marisa, acabou o horário dela e ela não avisou para ninguém que foi embora. Ah, nos grupos de entregadores havia uma mocinha que sempre comentava, mas acho que ela parou, esses dias eu chamei ela para conversar, mas ela não me respondeu [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

A maioria dos entregadores homens entrevistados relataram não perceber diferenças entre ser entregador e ser entregadora. Essa incapacidade dos rapazes em perceberem as dificuldades das entregadoras se relaciona, também, à própria falta de interação entre os rapazes e as moças. Em depoimento a essa pesquisa, um dos rapazes pontuou:

Caíque: Você conhece alguma entregadora?

Michael: Olha, conhecer eu conheço, mas eu não falo muito não, porque eu sou mais de ficar falando com homem, né... Os caras conseguem ajudar mais, não é nem desmerecendo, nem nada, é que eu já comecei assim, eu só fiz amizade com menino, com homem, né. Eu conheço mulher que troco uma ideia tudo, mas também não é as mesmas coisas [sic]. Porque eu não sei também o que tenho, é que também é vergonha... Todo homem sabe que quando você vai conversar com homem você consegue fluir normal a conversa, mas quando você vai conversar com alguma mulher, se você tem vergonha, você trava, aí já fica meio tímido, não quer falar mais nada, aí se “tranca” naquele espaço seu, né [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

Para além da pouca interação, a percepção de desigualdade por parte dos rapazes também chama a atenção. Quando perguntados sobre as diferenças entre entregadores e entregadoras, as respostas dos rapazes contemplam dificilmente os desafios acima destacados pelas jovens.

Caíque: Você conhece entregadoras mulheres?

Michael: Conheço

Caíque: Você percebe alguma diferença no cotidiano de trabalho delas?

Michael: Assim... diferença mesmo eu não vejo, somos todos iguais na plataforma. Todos iguais na plataforma em qual sentido?

Não há diferença, ela vai chegar lá, ela vai retirar, vai entregar, deu no mesmo.

A dificuldade em perceber as questões relativas ao feminino é um dos desdobramentos da posição de privilégio masculino. Segundo Kimmel (1998, p. 105-106)

a masculinidade como uma construção imersa em relações de poder é frequentemente algo invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação àqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais

visível. Como dizem os chineses, os peixes são os últimos a descobrir o oceano. Esta questão da invisibilidade é ela mesma uma questão política: os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis àqueles que são, deste modo, privilegiados.

No entanto, a percepção sobre as mulheres pode assumir o sentido oposto, não há desigualdade, pois elas “agem iguais a nós”. Isso pode ser captado na entrevista concedida por Beni:

Caíque: Conhece mulheres entregadoras?

Beni: Conheço.

Caíque: E como você vê o cotidiano delas?

Beni: Cara, é... não tem aquilo de homem, de chegar bater na mão “eae”, é mais normal com elas, mas respeito... Antes de chegar com elas tem que pensar bem, antes de falar, para não chegar e magoar e tal.

Mas cara, eu não vejo muita diferença, entendeu? Nas entregas é normal igual ao nosso. Cheio de história, cheio de maluquice, tem umas meninas que são mais loucas que nós nas entregas. “cê é louco” [sic], já vi uma menina descendo ali na Rebouças comigo, e eu com o maior medo e a menina desceu rasgando do meu lado, fiquei “Caramba mano”, “cê é louco”.

Seja por um discurso que suprime as diferenças tentando mostrar que não há diferenças entre homens e mulheres, seja por um discurso que traz alguns estereótipos negativos, tanto o diálogo com Beni quanto Kaio evidenciam, por vias diferentes, essa incapacidade masculina de identificação dos desafios enfrentados pelas jovens entregadoras. Ademais, no discurso de Beni, há uma referência que tende a colocar entregadoras na mesma lógica de prestígio dos entregadores: “descer rasgando” a avenida em ato de exposição ao risco, como se a exposição ao risco atribuísse um lugar de prestígio semelhante ao atribuído aos rapazes.

O distanciamento e a falta de diálogo expressos pelo rapaz trazem mais uma limitação no que tange à inserção feminina nesse trabalho: as possibilidades de sociabilidade e apoio. No entanto, a postura de Michael não é uma exceção. A falta de compreensão das mulheres e a dificuldade de se comunicar e estabelecer uma relação de diálogo e aprendizado mútuo são características comuns à construção social das masculinidades. Dois aspectos presentes na construção social das masculinidades sustentam essa ausência de diálogo: (i) a ocorrência de uma sistemática dificuldade dos homens em estabelecer laços de amizade com as mulheres; (ii) A dificuldade dos homens em ouvir mulheres (KAUFMAN; KIMMEL, 2011). Na ausência de laços de amizade e escuta, os rapazes constroem espaços de homens para homens, no qual não conseguem compreender a condição feminina (KIMMEL, 2018).

O fato de que as *bikegirls* são uma minoria no espaço, aliada à dificuldade dos rapazes em estabelecerem vínculos intergênero, pode resultar em situações de importunação para com elas. Louise descreve:

Louise: Então, quando eu comecei eu era super de fazer amizade, eu sou assim, aonde eu vou eu gosto de conversar, de fazer amizade, muitos [rapazes] eu via que dava em cima de mim, eu já cortava o barato rapidinho, que eu sou dessas [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

Já Paola percebe que essas situações podem surgir por iniciativa dos colegas, mas são mais frequentes partindo de outras pessoas:

Paola: Olha, tem entregadores que também tentam te “dar ideia”, e você, sendo mulher, mesmo estando lá trabalhando... sei lá, mas por conta dos entregadores, sinto que era bem menos. Tinha uns caras que chegavam e ficavam. “Ah, você é mó gata” é algo que é antiético. A pessoa que saiu trabalhar não está ali procurando ficar com alguém. [...], mas o pior mesmo não são tanto os entregadores e é mais as pessoas na rua mesmo. Tem bastante comentário, tem bastante assédio. Tipo “Ah, uma menina fazendo entrega”. [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto]

Se, por um lado, os rapazes relatam que o tempo sem pedido é experimentado como um tempo para “resenhar com os colegas”, ouvir música ou jogar, por outro lado, a fala de Louise parece indicar o oposto. Para a jovem, o tempo à disposição dos aplicativos é vivido como um tempo

Louise: Entediante. É mais chato esperar o pedido do que trabalhar, porque tipo, você pensa: “vou resolver tal coisa da minha vida” você não pode... se quiser ir ali resolver uma coisa, não consegue porque você tem que chegar em tanto tempo no restaurante e acabou, entendeu? Também às vezes não dá para olhar o Facebook muito para não comer a bateria do celular, que você tem que cuidar da bateria do celular para não acabar. Eu andava com meu livrinho de psicologia que eu ficava lendo nas horas vagas, não conseguia ler meia página e já tocava, às vezes eu conseguia ler umas três páginas, mas geralmente dava meia página e a hora que estava incentivando já tocava pedido [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

Se o tempo à disposição dos aplicativos para eles é vivido como “resenha” e encontro, para elas, trata-se de tédio. A partir da fala de Louise, pode-se refletir como as práticas cultivadas pelos rapazes durante o tempo livre possuem dinâmicas marcadas pela homosociabilidade masculina.

5.3 Atendendo aos pedidos: primeiro deslocamento e retirada do pedido no estabelecimento

A notificação do pedido de entrega possui um som específico de acordo com a plataforma de *delivery*. Na tela do smartphone, há uma janela com o valor da entrega, a distância, o endereço e um botão para aceitar a entrega dentro de um prazo estimado. Se o entregador decide “aceitar”, abre-se automaticamente um GPS indicando o trajeto até o estabelecimento onde o pedido deve ser coletado. Os entregadores mais experientes tendem a não considerar as rotas orientadas pelo navegador de GPS e fazem seu próprio curso.

Quando o entregador chega no comércio em que irá retirar o pedido solicitado, precisa encontrar um lugar seguro para deixar a bicicleta. Após isso, deve informar ao aplicativo e ao

estabelecimento que chegou ao local. Os estabelecimentos são orientados a requisitar o entregador antes de concluir o pedido, o que pode resultar na chegada do entregador e a refeição ainda não estar pronta⁶⁶.

Como será descrito a seguir, nem sempre os entregadores são bem recebidos pelos restaurantes. Após a encomenda ser finalizada na cozinha do restaurante, o pedido é embalado e lacrado com a nota à mostra. O entregador não faz ideia do que está carregando na bolsa, exceto pela experiência olfativa. Aliás, essa é uma das contradições mais percebidas pelos entregadores: trabalhar, às vezes com fome, e sentir o cheiro da comida que carregam na bolsa.

5.3.1 Exploração física e intensificação do trabalho

Na ausência de ter um espaço adequado para espera de pedidos, descanso e/ou higiene pessoal, o clima incide diretamente sobre a experiência laboral. Há dias em que os entregadores pedalam sob sol forte, no verão a temperatura na capital paulista pode chegar a 38 °C durante o dia, cabe aos próprios trabalhadores prover meios para manter a hidratação e se proteger dos raios solares. Há também dias em que a jornada de pedalar ocorre em meio ao frio; no inverno a temperatura mínima da cidade pode chegar à 3 °C. Além disso, os agasalhos e as refeições também são de responsabilidade dos próprios entregadores. Durante as chuvas não há nenhuma restrição ou suporte das empresas para a realização do trabalho. Quando perguntada sobre o desafio de ser entregador, Paola aponta que o principal é “climático”. Segundo ela, assim que começa a chover o trânsito apresenta dificuldades, com maior risco de derrapagem.

Kaio: Eu achava que na favela tinha muito morro, até conhecer o bairro das Perdizes [risos], então assim, os morros são um desafio. E queira ou não a bike ajuda bastante para quem não tem uma fonte de renda. Mas dependendo do lugar em que você for trabalhar, as subidas cansam pra caramba, o sol também ajuda a cansar. Outra coisa: chuva também atrapalha bastante. Porque quando você está de bike pedalar de calça já é ruim, imagina de capa? [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

A exploração de classe possui suas dinâmicas específicas para dias em que o clima dificulta a realização do trabalho. Em dias de chuva, aliás, é comum que os aplicativos paguem bônus para que os entregadores se sintam estimulados a ligar o aplicativo e sair para

⁶⁶ Ao perguntar o que facilita uma entrega, Antônio fala sobre isso: “O que facilita é... o serviço... facilita com o restaurante quando o trabalho em equipe é rápido. Quando você chega e não espera nem cinco minutos e o pedido já está pronto para o início da minha corrida. Quando nós temos uma boa avaliação no aplicativo. Quando a gente chega e o cliente dá gorjeta, às vezes por ir com o pedido e chegar muito rápido. [Antônio, 26 anos, preto, ensino médio completo].

trabalhar. Nos grupos de WhatsApp, na maioria das vezes que chove, são frequentes as perguntas se haverá bônus, também conhecidos como “promoções”. As “promoções” são pagas em forma de dinheiro e geralmente o valor oferecido é maior aos domingos, feriados e dias em que a oferta de entregadores é baixa diante da probabilidade de demanda de pedidos. Durante os dias de chuva observaram-se entregadores abrigando-se sob telhados, toldos ou mesmo dentro de alguns comércios.

Por meio de observações tanto dos espaços de trabalho quanto das redes sociais, não é possível conjecturar qualquer tipo de consenso sobre trabalhar sob chuva. Identificaram-se posicionamentos diferentes: “o tempo está fechando, vou embora”, ou “com essa chuva hoje é +3 [reais por entrega], vai dar para ganhar mais”. Essa dinâmica que deixa o jovem decidir se trabalhará com essas condições reforça o pressuposto de autonomia inerente à dinâmica das plataformas, ao passo que expõe a precariedade.

Durante uma das observações nos pontos em que os jovens trabalham, foi possível acompanhar diversas trocas de informações sobre o melhor trajeto — por vezes, diferente do indicado no GPS do aplicativo. Ao longo das conversas informais, quando questionado sobre o motivo de esperar pedidos no espaço onde estava, um jovem que atuava em uma das travessas da avenida Rebouças relatou: “aqui o espaço é mais plano, cansa menos, lá na [avenida] Paulista, por exemplo, tem muita subida e descida, cansa mais”.

Ter mais conhecimento sobre o território em que trabalham é uma vantagem para os entregadores. Ao conhecer as ruas e os endereços, os jovens podem utilizar atalhos para fazer os trajetos pela cidade, evitando locais considerados de maior risco ou terrenos muito irregulares que dificultam o percurso. Esse conhecimento do espaço possibilita que esses trabalhadores gastem menos energia e obtenham melhores rendimentos.

Apesar do conhecimento sobre as rotas alternativas e a escolha de territórios mais planos para trabalhar, os jovens costumam pedalar longas distâncias cotidianamente. No levantamento realizado pela Aliança Bike com ciclistas entregadores na cidade de São Paulo, constatou-se que esses trabalhadores pedalam 40 quilômetros em média por dia, de modo que 30% informaram pedalar mais de 50 quilômetros por dia (ALIANÇA BIKE, 2019). Logo, os “bike-entregadores” paulistanos percorrem distâncias equivalentes à área de cidades como Ouro Preto em Minas Gerais ou Olinda no Pernambuco todos os dias. Vale lembrar que essa exploração ocorre a partir de um corpo⁶⁷ que é jovem, negro, masculino, periférico e com baixa escolaridade.

⁶⁷ Apesar de passar a maioria do estudo referindo-se a esses sujeitos como pessoas, tanto nessa discussão sobre o desgaste físico quanto na discussão sobre o risco, optaremos pelo uso da palavra “corpo”. Entendemos que para

Caíque: O que você acha desse trabalho?

Antônio: Então, o trabalho é muito cansativo né. [...] Então, eu às vezes folgo segunda-feira ou quinta-feira. Mas, às vezes folgo na quarta ou quinta que são os dias mais fracos. Segunda eu folgo porque de domingo, como sai bastante corrida, toca bastante o aplicativo, eu fico muito cansado. [Antônio, 26 anos, homem, preto, ensino médio completo]

Caíque: Quais os dias você trabalha?

Marcos: Quase todos os dias. Vou toda semana, de segunda a domingo. Todos os dias quando eu vou tramar é das 11h às 18h ou das 11h às 22h da noite. Esse é meu horário. Faço 6 dias por semana, até 7. Às vezes folgo um ou dois dias [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo]

O desgaste dos entregadores está intimamente ligado a própria lógica remuneratória da atividade: quanto mais entregas, maior a remuneração. Ser mais ágil, fazer entregas em menor tempo garante mais tempo livre para receber mais pedidos.

Fazer entregas com uma bicicleta motorizada ou uma motocicleta tornam essa necessidade de agilidade mais facilitada. Remetendo a uma das questões fundamentais da relação capital-trabalho, a agilidade referida pelos jovens compõe a experiência como entregador, mediando tanto o risco quanto a remuneração alcançada no fim da jornada. Ao mesmo tempo, essa agilidade pode tornar-se um fator de risco que leva a acidentes graves no trânsito. No Brasil, a Lei 12.436/2011 “veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais” (BRASIL, 2011). Contudo, algumas das empresas que prestam serviços de entrega por aplicativo descumprem essa lei quando oferecem incentivos financeiros para conclusão de um determinado número de entregas em determinado tempo, ou mesmo quando simplesmente desconsideram o risco de acidentes com bônus que estimulam os entregadores a trabalhar mais rápido (LIBERATO, 2022). Nesse caso, as companhias já implementaram um mecanismo no aplicativo que punirá os entregadores quando não conseguirem cumprir os prazos estabelecidos. Esses prazos são exíguos para esses trabalhadores. (CUT, 2021).

Quando os jovens revelam que o trabalho é cansativo, intenso, oferece trajetos longos e é necessário percorrer dezenas de quilômetros diariamente, torna-se viável uma aglutinação desses aspectos em torno da “intensificação do trabalho”. Há uma tendência em curso no capitalismo, sobretudo no cenário neoliberal, de intensificação laboral, pois, com entradas diferentes, estudos desvelam os impactos sobre a subjetividade e o corpo dos trabalhadores diante da diminuição dos empregos e a valorização da polivalência nos processos produtivos (DAL ROSSO, 2008; EHRENBERG, 2010; HAN, 2017).

refletir sobre a exploração física e a exposição aos riscos, dar maior ênfase a dimensão corporal, por meio da palavra “corpo negro”, “corpo masculino”, “corpo juvenil”, expressa com maior riqueza de sentidos a gravidade da situação vivida por essas pessoas.

Diferentemente de falar em produtividade, a intensidade do trabalho diz respeito ao envolvimento, empenho, consumo de energia pessoal e esforço do trabalhador, “se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta” (DAL ROSSO, 2008, p. 20). Sob essa percepção, Rosso (2008) identificou um processo de intensificação do trabalho em um estudo com diversos setores como bancos, comunicações, supermercados, educação, construção civil e serviço público:

Sociologicamente, o significado da questão da intensidade está no fato de que não se trata de um evento individualizado e sim de uma condição geral do trabalho contemporâneo, fixada em regras e normas de conduta, em habitualidade, constituindo um padrão de organização que, portanto, independe dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador (DAL ROSSO, 2008, p. 43)

Sadi Dal Rosso (2008) investiga profissionais de diferentes idades no setor formal para concluir que há uma tendência de menor abertura de postos de trabalho e intensificação das atividades entre trabalhadores já empregados. No caso dos entregadores, verifica-se, conforme indicam as evidências apresentadas anteriormente, que se trata de uma ocupação que já nasce com um grau de intensidade, a ponto de alguns recorrerem a motores para colocar nas bicicletas a fim de diminuir a fadiga. O aprofundamento da compreensão do intenso deslocamento pela cidade na experiência dos ciclistas entregadores pode ser realizado a partir dos marcadores sociais que formam a matriz de análise desta tese: idade, gênero e raça.

Um conjunto de pesquisas realizadas com jovens no espaço de trabalho revelam como a exploração capitalista intensifica as atividades realizadas por jovens sob uma pretensa salubridade inerente ao corpo jovem (AREND; REIS, 2009). Essa exploração intensa da força de trabalho juvenil deriva da própria percepção de que o corpo jovem é mais salubre, saudável e aguenta atividades intensas. No campo de estudos da juventude, há uma reflexão sobre a moratória vital presente na condição juvenil (MARGULIS; URRESTI, 1996; FERREIRA, 2004). A moratória vital diz respeito ao capital energético decorrente da idade, isto é, ao maior tempo de vida que a juventude possui em relação aos mais velhos, uma espécie de excedente de tempo. Trata-se de um “capital temporal” ou “capital energético” referente à idade, vinculado ao aspecto energético do corpo, conferido pela expectativa de vida do momento em questão. Disso deriva o menor autocuidado em relação aos riscos e situações que podem afetar a saúde. O que se coloca em questão nessa tese é a apropriação capitalista dessa moratória. Apesar da importância da classe social para a duração e os limites da moratória vital, os cruzamentos proporcionados por outros marcadores como gênero e raça — entre outros — em uma matriz de opressão (ANDERSEN; HILL COLLINS, 2007; HILL COLLINS; BILGE 2021) balizam duração e limitação da moratória.

O corpo se constitui como um dos principais capitais do trabalhador, sendo fonte de afirmação simbólica da masculinidade na identidade histórica social do trabalhador masculino (PIGENET, 2013). Na atualidade, do impacto promovido pela automação até a inteligência artificial, o desenvolvimento tecnológico tem colocados novos elementos para a interpretação da relação entre corpo masculino e trabalho. Além de jovem, esse corpo do entregador é masculino. O imperativo da virilidade está presente em diversos espaços de trabalho predominantemente ocupados por homens, como nos esportes, nos meios militares ou mesmo em profissões como seguranças, policiais, pilotos ou na construção civil.

O pertencimento racial também é um marcador fecundo para enquadrar os sujeitos desse estudo e interpretar o desgaste físico corporal na jornada laboral dos cicloentregadores de aplicativos, o que nos conduz para a compreensão do corpo negro nessa atividade. A relação dos corpos negros com o trabalho é histórica: desde a chegada dos africanos e africanas ao Brasil, no período da escravidão, o trabalhador negro é fortemente explorado em suas aptidões físicas. Essa exploração física também é reforçada no âmbito simbólico. Hasenbalg (1982, p. 112) investiga representações de homens negros trabalhadores em comerciais publicitários e conclui que eram retratados fazendo referência ao “trabalho rude, força e vigor físico”.

Evidentemente, ocorreram diversas transformações na sociedade brasileira nos últimos anos, trazendo alterações na realidade concreta de rapazes negros. O cenário brasileiro do século XXI despontou com avanços na democratização da educação, sobretudo da juventude negra. Incidiram também transformações na representação midiática, maior valorização da estética negra e avanços na inserção no mercado de trabalho (EUGÊNIO; SOUZA, 2017). No entanto, as conquistas desde o início do século não foram capazes de tornar igualitária a presença de pessoas negras e brancas em cargos de liderança. Estudos com executivos negros demonstram que a atual geração de rapazes negros encontra um cenário diferente para a inserção no mundo do trabalho, sobretudo nas posições de prestígio em que predomina um certo “trabalho intelectual” (JAIME, 2016). Os avanços na educação e a própria percepção estética sobre os rapazes carregam mudanças geracionais nessa assimilação social da rudeza e da força física.

Todavia, essas transformações geracionais não são tão latentes entre os rapazes negros que pedalam quilômetros em cada jornada laboral. A simultaneidade dos marcadores nos leva a refletir sobre a exploração capitalista, nesse caso do trabalho uberizado, da moratória vital da juventude negra masculina e a permanência dessas dimensões simbólicas entre os ciclistas

entregadores. O sujeito que emerge dessa intersecção seria potencialmente relevante para tipos de trabalhos precários e que requerem maior grau de intensidade no trabalho.

5.3.2 Desigualdades espaciais e conflitos com a juventude

Os jovens percorrem longas distâncias, indicando aspectos da desigualdade espacial matizada na discussão sobre o direito à cidade. Além da intensidade do trabalho, pode-se destacar que os deslocamentos dos entregadores pela cidade envolvem especificidades em torno do conflito entre centro e periferia. A presença de rapazes negros, vindos de locais periféricos, no centro da cidade e em bairros de classe média movimentam as bases da desigualdade no acesso à cidade, de modo a gerar conflitos, tais como ações discriminatórias contra esses jovens, que são parte deste cenário do capitalismo nas ruas da urbe.

Pesquisas discutem uma certa lógica de isolamento e confinamento que envolve a vida nas periferias brasileiras (DIMENSTEIN; ZAMORA; VILHENA, 2004; SOARES, 2011). Essa lógica é influenciada por fatores econômicos, sociais e urbanísticos que impactam a circulação dos moradores das periferias nas cidades em que habitam e a própria subjetividade desses indivíduos. A segregação espacial e a negação do direito à cidade desencadeiam um processo de isolamento dos sujeitos periféricos em relação às dinâmicas presentes nos centros das cidades, uma vez que a ausência de sistemas de transporte e segurança adequados dificultam as possibilidades de mobilidade. De fato, alguns dos jovens participantes da pesquisa assinalaram desconhecerem vários lugares das áreas centrais da própria cidade onde residem.

Entre os impactos subjetivos, a lógica de confinamento e isolamento presente na vida na periferia pode implicar dificuldades para a construção de experiências laborais para além do território. Conforme argumenta Soares (2011, p. 227) “Um dos sinais é sempre remetido à questão do preconceito por morarem em favelas ou comunidades de baixa renda. Os jovens das comunidades, de maneira geral, relatam receio de preencher fichas de trabalho com seus endereços verdadeiros”. Esse aspecto foi destacado anteriormente na fala do jovem Marcos, quando aponta dificuldades em conseguir um emprego por residir na periferia, ao passo que as plataformas digitais não colocam isso como um problema.

Por outro lado, as periferias são espaços em transformação. Os jovens participantes dessa tese cresceram em um cenário no qual a periferia e as favelas passaram por mudanças: a expansão do crédito e o desenvolvimento econômico brasileiro não foi sentido somente na atividade econômica e na arquitetura das áreas centrais do perímetro urbano, mas também nas

áreas distantes do centro (TOMMASI, 2016). Essas mudanças também abarcaram a cultura. Concordando com as proposições de Thompson (1981) sobre as transformações econômicas e culturais na classe trabalhadora, a definição de D’Andrea (2020) de sujeitos periféricos é emblemática nesse sentido. Para além da pobreza e da violência, que são aspectos marcantes e fundamentais para interpretar as desigualdades espaciais, há, também, muita diversidade, conforme afirma

Ainda no âmbito das *definições qualitativas de periferia*, cabe ressaltar que, com o passar do tempo, a heterogeneidade interna desse território passou a se expressar de modo cada vez mais evidente. Assim sendo, a partir do segundo quinquênio dos anos 2000, periferia, periférica e periférico passaram a ser utilizados como adjetivo por uma série de agentes sociais não necessariamente ligados à produção cultural e denotando tanto uma posição política como um estilo de vida. Nesse sentido, dando vazão à pluralidade de possíveis apropriações da experiência periférica, observou-se a Rede de Jornalistas da Periferia, a Gastronomia Periférica, LGBTs da Periferia, Perifa Geek, Perifa Fashion, Movimento Negro Periférico, Centro de Estudos Periféricos, Feminismo Periférico,¹⁰ entre outras inúmeras utilizações (D’ANDREA, 2020, p. 25).

A maioria dos locais de trabalho dos jovens está localizada em áreas mais brancas do que as periferias (SILVA, 2006). Historicamente, a cidade de São Paulo realizou um movimento de afastamento da população negra das regiões centrais⁶⁸.

No período pós-abolição, o negro foi expulso das regiões centrais da cidade, privado do mercado de trabalho que se expandia com o impulso do desenvolvimento industrial, e foi ainda perseguido, pois era considerado símbolo do não-desenvolvimento e da não-civilização. E é nesse turbilhão de modificações estruturais da cidade que ocorrem as modificações espaciais graças às quais ela vai-se definindo territorialmente; é aí que as classes sociais vão se posicionando ou sendo posicionadas pela força do poder hegemônico daqueles que conduziam as transformações urbanas (SILVA, 2006, p. 18)

Enquanto os processos de gentrificação tornam os territórios centrais mais brancos, valorizados pelo capital e com maior proteção das autoridades públicas, as periferias são espaços de moradia para a população negra — embora não somente negra —, sob condições de pobreza e violência policial (ROLNIK, 2004; SILVA, 2006). Nas palavras de Silva (2006, p. 25), “os grupos urbanos foram separados, os pobres, na periferia, com pouca infraestrutura, e os ricos, na região central, contando com os serviços que a principal cidade do Brasil poderia oferecer”. Entre esses serviços está a entrega de alimentos, refeições e medicamentos em domicílio.

O trânsito dos jovens negros em espaços da cidade “mais brancos” é tensionado por conflitos que articulam relações de gênero, raça e classe. A experiência desses jovens no centro está marcada por situações complexas, precárias e por vezes violentas. Trabalhar como

⁶⁸ Não somente a população negra foi sendo afastada do centro, mas também os imigrantes dos quais se esperava um comportamento regrado e moralizado segundo o padrão europeu (SILVA, 2006).

bikeboy nas plataformas de aplicativo de *delivery* possibilita a diversos jovens negros transitar por espaços centrais da cidade de São Paulo.

Para além dos relatos dos jovens e as matérias jornalísticas que denunciam esse fenômeno, abordar os conflitos oriundos da presença dos entregadores em espaços mais embranquecidos deriva daquilo que vi na minha própria experiência como entregador de aplicativo. Ao passar alguns dias trabalhando como entregador, foi perceptível como os espaços da cidade, em que o poder simbólico da economia e da raça se fazem presentes para incluir precariamente a juventude negra trabalhadora, impõem limitações de acesso e práticas excludentes.

Em mais de uma situação percebi um certo incômodo de seguranças, controladores de acesso e recepcionistas de edifícios com a presença dos entregadores. Durante o período em que atuei como entregador houve uma situação em que o segurança de um shopping me obrigou a deixar minha *bag* do lado de fora enquanto entrava para retirar o pedido na praça de alimentação. Quando questionado, o segurança disse que “foi uma ordem do pessoal do marketing do shopping” e que “eles estavam preocupados em deixar o espaço mais bonito”, por esse motivo, deveria deixar a minha *bag* junto a de outros entregadores na parte externa do local.

Já em uma conversa informal com outros entregadores, fui orientado a não me sentar em frente a um determinado estabelecimento; um dos jovens chegou a dizer: “o dono não gosta que a gente fique aqui na frente e o segurança geralmente vem arrumar confusão”. Uma situação semelhante é descrita por Rodrigo:

Rodrigo: Já aconteceu bastante, de tipo você chegar no local, vamos supor [sic], tem um banco perto da loja, aí o entregador chega e senta. Nisso chegar o segurança e falar: “não pode sentar”. Aí logo chega uma pessoa de classe maior [sic], senta lá e o segurança não fala nada. Para nós não pode, e para eles pode, porque eles são de classe maior, então para eles pode, nós não podemos. E já vivenciei também muitas coisas assim, tipo de preconceito no caso. Pessoas com... Chegarmos num local e as pessoas olharem torto, tipo “ah, o que essa pessoa está fazendo aqui?” Já, já vi, sei também brigas e tudo mais, tipo, não, brigas, brigas de sair na agressão e tudo mais. Algo verbal, sabe? Um xingando o outro, falando monte de coisa [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Situações semelhantes ocorrem no cotidiano da jornada laboral e circulam em âmbito virtual. Os registros de discriminação contra entregadores tendem a ser filmados por celulares de pessoas que estão por perto, câmeras de segurança, pelos próprios trabalhadores ou mesmo pelos agressores. Os tipos mais frequentes de discriminação são aquelas que se referem a origem classe, raça e/ou local de moradia dos entregadores. Posto que a maioria dos entregadores são homens negros moradores das periferias da cidade, o que se verifica é que

essas estruturas produtoras de desigualdades produzem também violências sobre esses trabalhadores.

A percepção originada na inserção no campo, somada às diversas notícias de casos de discriminação sobre entregadores, tornam relevante explorar essa dimensão da experiência dos jovens *bikeboys* de aplicativos. Com base nas entrevistas, observações de campo nas ruas e nas redes e matérias jornalísticas notou-se que os casos de discriminação e preconceitos mais comuns têm como principais vetores de agressões três agentes: (i) clientes; (ii) estabelecimentos comerciais; e (iii) externos ao processo de trabalho.

Em meio à discussão sobre a necessidade de deixar a periferia e atuar em áreas mais centrais da cidade, o jovem Kaio fala sobre a ocorrência de violências de natureza racial. O jovem argumenta que um dos problemas de trabalhar no centro é

Kaio: o desrespeito, principalmente dos residenciais, daqueles que acaba fazendo a compra no iFood é totalmente diferente, tem uns que realmente te vê com desprezo, ainda mais a gente por ser negro tem a mais a discriminação [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

E acrescentou:

Kaio: Olha, eu sempre levei esse tipo de coisa... Quando criança, quando você sofre um preconceito, você está começando a vida, você não tem muito bom entendimento de como aprender a relevar isso, de como levar isso e como encarar. Óbvio que como criança você chora, você fica triste, você se sente incapaz, e como eu mesmo já me senti. Eu mesmo já me senti dessa forma. Mas, visando já pelos dias de hoje, quando eu trabalhei como entregador, você sente quando a pessoa simplesmente não chega nem perto, “ah, deixa o negócio aí e eu pego” Digamos não é nem na fase da pandemia. Eu tento... não, eu relevo, eu só vejo como uma pessoa que não evoluiu. Porque, mano, nós estamos no século XXI. Hoje em dia ainda acontece muito ao redor do mundo, acontece, mas vai da forma como você vai saber levar, como você vai pegar isso pra si. Eu poderia pegar isso e ficar chateado e ficar para baixo, mas eu pego isso como motivação para tentar ser uma pessoa melhor cada vez mais [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

Durante a pandemia os aplicativos disponibilizaram a chamada “entrega sem contato” para evitar ações que promovessem o contágio. Todavia, o que o jovem está descrevendo é anterior a essa ação; trata-se de um distanciamento motivado por preconceitos de ordem social. De outro lado, há a resignação do jovem, que também aparece em relatos de outros entregadores.

A qualificação do que significa a discriminação no trabalho está na 111ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A partir dessa convenção pode-se definir que a discriminação no trabalho é “toda distinção, exclusão ou preferência com base em cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social cujo efeito seja anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego, ou profissão” (OIT, 1994). Outra definição importante que abarca as relações laborais está na Convenção Internacional para

Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil, que define que

Na presente Convenção, a expressão “discriminação racial” visa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência, na origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou como efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Logo, é importante fazer a distinção entre racismo, preconceito e discriminação. Primeiramente, o racismo⁶⁹ é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes culminando em desvantagens, ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial”⁷⁰. Enquanto o preconceito racial é um juízo baseado em estereótipos associados a grupos racializados que pode culminar em práticas discriminatórias, a discriminação racial “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2018, p. 25). A discriminação, por sua vez, tem como requisito o poder e a possibilidade efetiva do uso da força, e possui duas formas: a direta e a indireta. A discriminação direta ocorre no repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos motivado(s) pela condição étnico-racial. Já a discriminação indireta ocorre quando a condição racial ignorada ou são impostas regras para “neutralizar” ou ocultar a condição racial (ALMEIDA, 2018).

Se o racismo possui uma natureza estrutural na sociedade brasileira, o trabalho também se constitui como um espaço em que essa estrutura de poder se manifesta. Mesmo após mais de um século desde a abolição da escravidão, discriminação e preconceito ganham novos significados, sendo atualizados na sociedade contemporânea, e não mais como somente legados da escravidão (HASENBALG, 2005). Por conseguinte,

[...] à medida que as formas de preconceito se manifestam em ações como humilhação do outro, opressão e exclusão dos sujeitos em determinados segmentos da sociedade, nas diferentes posições ocupacionais, elas se transformam em atitudes de discriminação (NASCIMENTO, 2018, p. 19).

⁶⁹ A definição sobre o que é o racismo se modificou com o tempo. Entre o fim do século XIX e a década de 1960, o racismo era definido como uma doutrina, dogma, ideologia, ou conjunto de crenças, cujo fundamento era a crença em um determinismo racial sobre a cultura e uma hierarquia entre as raças. Porém, a partir da década de 1970 a palavra é utilizada para descrever todo o complexo de práticas, atitudes e crenças baseadas em fatores que produzem discriminação racial e, algumas vezes, frouxamente, designa também aqueles elementos que produzem desvantagens raciais (GUIMARÃES, 2004).

⁷⁰ Considerando haver várias estéticas que compõe a negritude, assim como a branquitude, o racismo no Brasil é articulado ao colorismo. As relações de mestiçagem delineiam uma forma específica de racismo entre negros de pele clara e negros de pele escura (NOGUEIRA, 2006; DEVULSKY, 2021). Por conseguinte, a afrodescendência não é o suficiente; elementos estéticos, culturais e religiosos associados a negritude fundamentam as bases da discriminação racial no Brasil.

Diante da necessidade de discutir a presença do racismo no mundo do trabalho e no interior das organizações, há um vasto campo de estudos a ser explorado e consolidado acerca dessa temática (ROSA, 2014b; GOUVÊA, 2016).

Um segundo aspecto que aparece na fala de Kaio é a resignação como forma de responder à violência racista. O jovem entregador Rodrigo também faz inferências nesse sentido: “a gente deixa pra lá...” Diante dessas vivências de discriminação, o estudo de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre o preconceito entre brancos e negros na cidade de São Paulo traz contribuições. Segundo o autor,

A importância do “preconceito de cor” no passado, como fator de ajustamento entre brancos e pretos, pode ser facilmente representada através do estudo da etiqueta das relações raciais. Atrás da cordialidade, da intimidade e mesmo da afetividade transparente nas relações sociais dos brancos com os pretos se ocultavam regras sociais, cujo reconhecimento hoje é possível. As duas regras básicas, presumivelmente, estipulavam que não seria de bom tom nem a exteriorização dos sentimentos dos brancos com relação aos pretos na presença destes; nem se isto acontecesse, que os pretos revidassem, manifestando os sentimentos reais desencadeados por semelhantes experiências. A desaprovação a ambas as condutas foi, e continua a ser em nossos dias, definida e forte. (BASTIDE; FERNANDES, 1951, p. 20)

Esse trecho que dispõe das regras de etiqueta descrita pelos autores continua presente, inclusive para explicar a fala dos jovens entregadores. Mais recentemente, Hill Collins (2022b, p. 82–83) argumenta que

As formas contemporâneas de opressão não obrigam rotineiramente as pessoas a se submeterem. Ao contrário, elas fabricam consentimento para a dominação, de modo que perdemos nossa capacidade de questionar e, assim, conspirar em meio a nossa própria subordinação. [...] essa guerra normalizada também opera por meio da infrapolítica cotidiana, por meio de uma série de mini-ataques que convencem cada um de nós a ficar em nosso lugar⁷¹.

Os estabelecimentos comerciais também produzem uma relação propícia a constrangimentos para os jovens entregadores. Pode-se verificar em três relatos de entregadores como os estabelecimentos assumem uma postura produtora de discriminação e constrangimentos:

Michael: Eu acho que tem [preconceito em relação aos entregadores] ainda mais em bairro nobre. Porque muitas vezes você entra em um restaurante para recolher um pedido e o cliente te olha dos pés à cabeça, cochicha com a pessoa que está com ela, sai de perto, eu tenho certeza. Já vi muitas pessoas fazendo isso, não só comigo, como com outras pessoas. Querendo ou não a pessoa discrimina eu [sic], mas a pessoa que vai levar a comida quando ela precisa sou eu. [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo]

⁷¹ Em contraposição a essa infrapolítica, Hill Collins (2019) defende que a população negra tenha o poder de se autodefinir. Para a autora, a autodefinição é uma das bases da política feminista negra. A partir dela, os indivíduos podem se contrapor às imagens de controle e estereótipos negativos que violam os direitos humanos e a justiça social, sobretudo para as mulheres negras.

Kaio: As pessoas meio [sic] que não te levam a sério. Uma das coisas que dificulta bastante é quando você chega lá no estabelecimento. As pessoas mal olham na sua cara, te destratam, acontece... não vamos generalizar, pois não é em todos os espaços, mas acontece, digamos assim: de cada 10, 7 isso acontece, o atendimento é horrível. Então isso chega a desanimar um pouco, mas para gente que tem foco e que tem objetivo isso não é nada [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Mathias: Ah, tem uns estabelecimentos também que não só discrimina, mas também tipo, quer “queimar” o entregador. Eles dão *dislike* ou tipo falam que o entregador... a pessoa vai de bicicleta, aí o aplicativo pergunta “ele foi de bicicleta mesmo?”, aparece para o cliente “ele foi de bicicleta mesmo?”, aí o cliente põe que sim ou que não, tem cliente que põe que não estava de bicicleta, o restaurante também consegue fazer isso de querer queimar né. [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo]

O “*dislike*” do qual fala Mathias faz parte dessa nova forma de produzir desigualdades na contemporaneidade. A sociedade contemporânea usa as tecnologias para desenvolver novas formas de controle informais, entre essas, estão as TICs que possibilitam interações avaliativas. Para Martuccelli (2022), essas tecnologias colocam novas questões acerca do anonimato urbano e do capital social. O tempo todo os trabalhadores são avaliados por clientes e estabelecimentos comerciais. Essas avaliações podem interferir na dinâmica do aplicativo, de modo que o entregador pode passar a receber menos pedidos ou ter a conta bloqueada.

Essa “digitalização do capital social” (MARTUCCELLI, 2022, p. 237) no trabalho é mediada por desigualdades estruturais da sociedade. Estudos realizados com motoristas da Uber têm demonstrado que a ferramenta de avaliação do aplicativo não é tão impessoal quanto se supõe. Pesquisas realizadas no contexto estadunidense revelam que motoristas de plataformas não-brancos ou imigrantes tendem a receber mais avaliações negativas do que seus pares brancos ou nascidos e residentes estadunidenses (SLEE, 2017; ROSENBLAT, 2018)

Sendo assim, em um trabalho que se baseia na lógica algorítmica, é necessário estar atento à reprodução de padrões culturais raciais adversos aos jovens negros que trabalham nas plataformas. Estudos que investigam o racismo algorítmico têm colocado diversas questões nesse sentido; as implicações do racismo nos algoritmos vão desde aplicativos de reconhecimento facial à filtros de fotos, passando, até mesmo, por modelos de concessão de crédito (SILVA, 2022). Livia, entregadora ativa no coletivo dos Entregadores Antifascistas, aborda essa problemática na entrevista. Embora a jovem seja uma exceção à regra, haja vista que é a única entrevistada com ensino superior e a mais engajada politicamente em movimentos de contestação dos aplicativos, é relevante colocar seu posicionamento feito na entrevista sobre esse tema.

Lívia: E eu acho que assim, o algoritmo é uma cortina de fumaça, ele só está representando ali, mas só tem um cara que está mandando, tem pessoas que estão mandando e estão programando, essas pessoas que estão programando a partir de uma orientação que elas tiveram. Então, não é que “o algoritmo ele é assim porque ele é assim”, as pessoas fizeram o algoritmo. Por que algoritmo é racista? Foi porque alguém programou desse jeito [...] Na verdade existe uma questão racial em todo tipo de algoritmo. É... talvez eu não consiga falar pra você com relação a... Tipo, isso eu já vi, por exemplo, pedir Uber, não sei se você já viu isso? A galera começou a pedir Uber em bairros diferentes e com telefones diferentes, então quem pedia do Iphone era mais caro, quem pedia com telefone quase sem bateria era mais caro, quem pedia de outro bairro mais classe C era mais barato, entendeu? Então o algoritmo não é inocente. Então se você vem de uma sociedade estruturalmente racista, pergunto: Quem são os programadores? Quantos programadores pretos você conhece? Quantas minas programadoras você conhece? Quantas pessoas trans você conhece programadoras? Se eu conheço dá pra contar em uma mão. Então quem são as pessoas que estão programando? São os homens brancos, porque esse tipo de emprego está para esse tipo de pessoa, e essas pessoas dentro de toda essa programação vão estar programando o que elas vivem. Nem é necessariamente consciente, mas a gente vive em uma sociedade estruturalmente racista, então é óbvio que câmeras de segurança, sistemas de segurança, vão ser treinados cada vez mais e o algoritmo aprende conforme ele vai se desenvolvendo, então se lá atrás ele pegou uma questão racial ali, ele vai cada vez mais pegando e vai se desenvolver pensando “Tá, é assim que eu tenho que agir”. Então ele vai focar em classificar pessoas pretas como possíveis ladrões, isso é uma questão básica de sistema de segurança [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Além dos estabelecimentos, pessoas externas ao processo de trabalho também promovem práticas que afetam negativamente esses trabalhadores. Esses jovens têm a rua como espaço laboral, logo, estão expostos ao olhar dos transeuntes. Lívia percebe um olhar “com muito dó”, carregado de uma hierarquização, vindo das pessoas, inclusive nas ruas.

Lívia: Primeiro existe uma condescendência das pessoas no geral, né. Já tive casos de pessoas olharem pra mim com muita dó, meio que assim... a pessoa não fala, mas você sabe que a pessoa está pensando “Nossa, coitada”. Tem também o fato de as pessoas olharem pra você e acharem que você está lá porque você quer, tipo “Se você não quer fazer isso, vai fazer outra coisa, então, né” E essa invisibilização no geral que as pessoas não enxergarem a gente como gente [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

O estudo de Moura (2021) com os ciclistas entregadores de aplicativos cearenses também identifica esse processo de subalternização no espaço laboral. Segundo a autora, há um “olhar marginal” (MOURA, 2021, p. 125) dos transeuntes, trabalhadores de estabelecimentos e clientes sobre os entregadores. A autora argumenta que se trata de uma das manifestações sobre grupos historicamente pobres e excluídos que são vítimas de novas formas de exploração e continuidade da marginalização.

Esse olhar descrito por Lívia também aparece na fala de Paola quando afirma que “alguns ainda olham como quem quer dizer: “nossa, parabéns, você está se esforçando”, mas alguns olhavam, tipo, “vai trabalhar, vai arrumar um emprego de gente”. É como se o fato de trabalhar em um espaço público tornasse a vida laboral desses jovens também uma propriedade pública, a ponto de receber críticas e olhares como os descritos por esses jovens.

A discriminação realizada por pessoas externas ao processo de trabalho pode ocorrer no trajeto entre a ida e a volta da jornada diária. Isso é o que relata Rodrigo. Segundo o jovem:

Rodrigo: Eu estava voltando do serviço, era uma sexta-feira, por volta de umas meia-noite e pouco. Eu estava chegando aqui em casa, o meu bilhete não estava carregando naquelas maquininhas de validar o crédito. Eu tinha colocado o crédito no aplicativo e tudo mais. Aí o motorista não queria deixar eu sair do busão [sic], na hora eu estava sem dinheiro, não tinha dinheiro. E o motorista deixou todo mundo sair do busão e não deixou eu sair do busão, e começou a falar um monte tudo mais por várias palavras de baixo calão, me humilhando e tudo mais. Eu sempre mantendo a calma, não é? E eu tipo tentando manter a calma, com medo, mas tentando manter a calma e tentando mostrar que eu carreguei o bilhete, só que não estava validando a maquininha, e ele falando, falando as palavras, tipo de baixo calão. E isso me chateou demais, falando que todo entregador, todos os entregadores, era vagabundo e tudo mais [sic]. E isso aí foi bem marcante para mim, sabe? Mas também eu voltei bem chateado para casa. Mas... é... Deus me deu força e eu estou aí [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Posteriormente, na segunda entrevista, Rodrigo disse que esse episódio foi um dos motivos para adquirir uma motocicleta e passar a outra modalidade para fazer entregas:

Rodrigo: Eu fiquei com isso na cabeça de comprar uma moto depois do que aconteceu no ônibus. Então, depois daquele dia pensei “vou ter que comprar uma moto”, porque querendo ou não você vai no horário que você quiser, não depende de busão. As vezes chega lá e vê que está fraco [de pedidos de entrega], tá chovendo, ou tem alguma coisa pra fazer e precisa voltar mais cedo, com a moto você consegue voltar mais rápido. Outra coisa, aquela *bag* grandona no ônibus não combina né, então isso é complicado. Na pandemia era mais fácil andar de ônibus, tinha menos pessoas, estava tudo fechado, praticamente era só entregador que estava usando [transporte público], eu ia de um lado para o outro e estava tudo vazio, agora você já não consegue nem entrar no busão [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Essa percepção negativa da população em relação aos entregadores foi reforçada quando ocorreram casos de roubos cometidos por falsos entregadores. Em meados de 2022 houve uma onda de assaltos cometidos por pessoas utilizando *bags* e jaquetas de aplicativos de entregas em São Paulo⁷². Essa onda gerou um conjunto de operações da polícia para identificar essas pessoas entre os entregadores. O próprio Sindicato chegou a se posicionar sobre essa questão reconhecendo que houve uma explosão nos assaltos praticados por ladrões vestidos de entregadores, porém, argumenta haver falta de controle sobre o material cedido para as entregas, como as mochilas que os profissionais levam nas costas com as marcas das empresas⁷³.

⁷² G1. Polícia de SP faz blitz para abordar entregadores após onda de assaltos com criminosos usando mochilas de app. G1. São Paulo. 29/04/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/29/policia-de-sp-faz-blitz-para-abordar-entregadores-apos-onda-de-assaltos-com-criminosos-usando-mochilas-de-app.ghtml> Acesso em 22 de dezembro de 2022

⁷³ ISTO É. Polícia de SP faz operação contra falsos entregadores após latrocínio. Isto é: dinheiro. São Paulo. 02/05/2022. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/policia-de-sp-faz-operacao-contra-falsos-entregadores-apos-latrocinio/> Acesso em 22 de dezembro de 2022

Na segunda entrevista realizada com alguns jovens entregadores, essa questão foi abordada. Os jovens perceberam mudanças na percepção das pessoas com esses episódios. No segundo depoimento concedido a esse estudo, Rodrigo foi provocado sobre esse tema e relatou:

Caíque: Ocorreram alguns casos de roubos feitos por falsos entregadores. Não sei se acompanhou isso, e aí uma das coisas que tenho escutado ouvindo um pouco os entregadores é que teve uma mudança nas abordagens policiais. Como foi isso para você?

Rodrigo: Sim, teve mudança nas abordagens policiais, como teve mudanças nas pessoas em si como um todo, tipo, parece que tipo as pessoas se viraram contra você. As pessoas passaram a olhar feio, comentava, se entrava algum lugar a pessoa começava a olhar. Tanto que é muito pessoal estava colocando na *bag* “sou entregador, não sou ladrão” essas coisas assim. Por que é igual: uns faz, acontece e todos levam a culpa, não é? [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Jonas também reconheceu essa recepção no cotidiano:

Jonas: Quando começou esse problema de falso entregador roubando, aí piorou [a discriminação]. Porque onde você passa acham que você é ladrão. Aí você pensa: “será que isso ainda acontece?” Sim, acontece. Uma vez eu estava trabalhando com o fone de ouvido, e nisso o povo acha que você não está ouvindo nada. Eu estava descendo uma ladeira e freiei por conta das irregularidades na pista, nisso passei perto de um ponto de ônibus e ouvi uma senhora dizendo para a outra “Nossa, achei que esse moleque iria te roubar”. Nisso olhei para o celular fingindo que estava procurando o endereço e vi, era comigo... [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

Para evitar qualquer tipo de “mal-entendido”, Jonas “customizou” sua *bag* com adesivos e desenhos que possibilitem a sua identificação com mais facilidade. Essa modificação da bicicleta para expressar que está trabalhando encontra sentido na materialidade, haja vista que a juventude negra e periférica que pedala com bicicletas enfrenta certa desconfiança das autoridades policiais. Isso é o que relata Andrade (2007): “a bicicleta aparece como importante, na medida em que facilita a mobilidade [...] [Mas] a bicicleta é também, na percepção policial, um dos signos distintivos do “jovem marginal””.

Durante as observações de campo, situações de revista policial foram percebidas. O primeiro incidente ocorreu durante minha experiência como entregador. Em uma conversa informal, um jovem descreveu que abordagens policiais no espaço ocorriam “de vez em quando, especialmente quando aglomeram muitos entregadores”. A segunda situação ocorreu em um dia de observações de campo em uma das praças da Avenida Paulista, quando vi dois jovens entregadores entregando seus documentos para as forças policiais conferirem. A terceira vez foi quando me deparei com um jovem que chegou ao grupo de entregadores e se queixou com os outros colegas de que os policiais o pararam enquanto ele estava a caminho para buscar o pedido. De acordo com o rapaz, a abordagem policial causou um atraso no

tempo estipulado pelo aplicativo para chegar até o estabelecimento e retirar o pedido, o que resultou na transferência do pedido para outro entregador.

Aparentemente, aspectos étnico-raciais também corroboram nesse sentido. Júlio, 27 anos, branco, por sua vez, disse que as abordagens da polícia “eram comuns”, e acrescentou: “mas vou falar pra você que eu nunca tomei [fiscalização] não. Não sei se era porque eu andava com capacete, sempre teve alguém que contou ter passado por isso, mas eu nunca passei”.

Antônio, jovem imigrante venezuelano, também relata conflitos na sua experiência na cidade. A discriminação de natureza xenófoba também foi percebida no seu processo de inserção laboral no Brasil. O jovem relatou suas situações de discriminação por conta da naturalidade venezuelana. Durante as observações de campo na cidade de São Paulo, Antônio disse que, durante as entregas, costumava entregar currículos em estabelecimentos comerciais em que buscava os pedidos. Contudo, lembrou:

Antônio: Então, naquela época foi difícil pra mim. A gente estava no momento da pandemia e eu queria trabalhar [registrado] porque eu estava já muito cansado, estava cansado de tanto rodar na rua, rodar na rua, porque, na verdade, é um desgaste físico que a gente passa. E eu queria achar um trabalho, e fazer entregas de vez em quando. Aí foi difícil porque eu entreguei, entreguei, entreguei [currículos] vão mirar [olhar], disse: a gente vai te ligar assim não sei o quê. Outros me perguntavam “mas você é de onde?” quando eu falava que eu era estrangeiro, “Há, mas está bom, pode deixar o currículo” como que para disfarçar e aí eu percebia isso. Falava, “não, eu acho que vai ser muito difícil para mim” aí desanimava um pouco [Antônio, 26 anos, imigrante venezuelano, preto, ensino médio completo].

Uma colega venezuelana de Antônio vivenciou situação similar:

Antônio: Uma amiga da Venezuela que ainda mora lá [em São Paulo], também passou por isso. Ela foi e entregou um currículo no McDonald's e a menina do RH falou, “há, mas vocês são estrangeiros? aí, não, a gente não está contratando venezuelano”. Eles ficaram assim, ela e o namorado, porque eles tinham entregado currículo, e a pessoa que fazia aquela seleção, com currículo, ligou pra ela, aí eles foram para entrevista. Aí quando eles foram para a entrevista, estava ela e o namorado dela, aí foram para a entrevista e a mulher do RH falou, mas aqui não diz que você é estrangeiro? A gente não está contratar venezuelano. Falou assim, tipo, é específico, nossa cara, aí ela fica com a minha amiga, ficou olhando para lá e a mulher não quis dar explicação nem nada. Assim a minha amiga ficou um pouco meio chateada, aí ela disse “Ah, sem problema, né? mas Deus é mais” ela falou assim, “Deus é mais, tá bom, obrigado”. E saíram. Mas eles tinha vaga e a minha amiga tinha experiência em restaurante e tudo mais. E já comigo tinha acontecido[sic] assim, tipo “Ah, você é de onde? Ah, Venezuela, então deixa o seu currículo” [Antônio, 26 anos, imigrante venezuelano, preto, ensino médio completo].

Quando a segunda entrevista foi concedida, Antônio havia se mudado para o município de Blumenau no estado de Santa Catarina. Segundo o jovem, em Santa Catarina é mais fácil sofrer discriminação no trabalho com entregas:

Antônio: Agora, quando eu cheguei aqui [em Blumenau], teve uma vez que fiz uma entrega e o senhor não queria receber a minha entrega. [...] Sempre que fiz entrega de *shopping* de todo canto aqui, sempre me tratavam com educação e tudo mais, [pois] aqui tem blumenauense que são educados, mas tem muita, muita, muita, muita gente assim [preconceituosa]. As vezes tu chega no local, eles já te olham, já me abordaram, por ser preto, por ser de fora. Muita gente em locais que eles estão trabalhando que tu chega: “Boa tarde, pode me dar uma informação?” e eles fingem que nem te escuta, nem nada. E aqui, meu, eu já levei “mijada”⁷⁴ [sic] que já aqui nessa cidade já recebi muita “mijada” que é como eles falam aqui [Antônio, 26 anos, preto, ensino médio completo].

É importante considerar que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo nunca teve tanta população vivendo fora do país de origem como na segunda década do século XXI. Estima-se que o número de migrantes internacionais tenha aumentado e alcançado 272 milhões de pessoas em 2019 (ONU, 2019). No cenário atual, o Brasil vem se tornando destino para uma grande quantidade de estrangeiros de diferentes nacionalidades, sobretudo da América, que migram de seus países à procura de novas oportunidades. Dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) indicam que entre 2015 e 2020, 4.933.920 pessoas deixaram a Venezuela, das quais 253.495 migraram ao Brasil (ACNUR, 2020). Entre os desafios enfrentados por imigrantes venezuelanos no Brasil, pode-se enumerar: o idioma, documentação, comprovação do grau de escolaridade, xenofobia, programas de capacitação, políticas públicas e transparência de dados (AILÁN, 2020).

Um conjunto de pesquisas realizadas fora do Brasil tem indicado como o trabalho nas plataformas digitais de *delivery* são ocupados em grande medida por imigrantes (CANT, 2021; VAN DOORN, 2021). Já Antunes (2020) sinaliza os obstáculos na atualidade de imigrantes conseguirem trabalho sem a existência de alguma plataforma digital. Porém, diferentemente dos imigrantes brasileiros que trabalham de forma uberizada na Europa, que tendem a possuir diploma (OLTRAMARI *et al.*, 2022), Antônio iniciou um curso técnico em contabilidade na Venezuela, mas não concluiu.

A própria forma como se estrutura o trabalho nas plataformas traz elementos para pensar a inserção de Antônio. As plataformas tornam-se uma alternativa para esses indivíduos, uma vez que aparentemente não estabelecem critérios étnico-raciais para contratação. No entanto, essa possibilidade de inserção não exclui a necessidade de discussão sobre a qualidade da ocupação e os direitos dos trabalhadores.

Essas situações experimentadas e o relato do jovem ressaltam a importância de refletir sobre o que significa o corpo dos entregadores nas ruas da cidade. Limitações na circulação

⁷⁴ Expressão utilizada em Santa Catarina para expressar: (i) quando se toma uma bronca de alguém; (ii) termo usado comumente no meio militar, que significa repreensão de um superior; (iii) resposta mal educada. DICIONÁRIO INFORMAL. Levar mijada. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/levar+mijada/> Acesso em: 25 de novembro de 2023.

de jovens negros em espaços em que o poder racial da população branca se faz presente trazem elementos para ponderar uma efetivação do pacto da branquitude (BENTO, 2022) no âmbito da cidade. Segundo Bento (2022), o pacto da branquitude compreende um conjunto de relações sociais que permitem a população branca usufruir de determinados direitos e privilégios; essas relações sociais baseadas em raça garantem hierarquizações entre indivíduos pela subalternização da população não-branca.

Para assegurar esses direitos e posições sociais, pessoas brancas tendem a agir no sentido de negar que as populações amarela, negra e indígena tenham acesso a direitos e espaços majoritariamente pertencentes à branquitude. Assim, lugares de privilégio são assegurados para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações. Nesse caso, pode-se inferir que esse pacto é reafirmado ao colocar limitações à circulação da juventude negra em determinados espaços.

A discriminação sofrida por jovens que saem das periferias e vão ao centro da cidade e outros bairros nobres não é novidade na cidade de São Paulo, basta lembrar o que significaram, do ponto de vista social, cultural e geracional, o fenômeno dos chamados “rolezinhos”. Os rolezinhos foram eventos marcados por redes sociais que reuniram jovens em espaços dedicados ao lazer e consumo, sobretudo shoppings centers, entre o fim de 2013 e o início de 2014. Os jovens, majoritariamente adolescentes entre 15 e 20 anos, se deslocavam das periferias da cidade para se encontrar em shoppings da cidade, fazendo do fenômeno social uma expressão da sociabilidade geracional (PEREIRA, 2016; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014; FARIA; KOPPER, 2017).

No entanto, alguns setores da sociedade, afetados pelo número de jovens nos grupos, tentaram acabar com os encontros, associando o fenômeno à ideia de “confusão”. Dessa forma, começaram a proibir os encontros em locais públicos, alegando a falta de segurança e o risco de roubos, por exemplo (PEREIRA, 2016). Os rolezinhos sofreram bloqueios de entidades privadas e públicas. O tema foi amplamente discutido, colocando em questão a legitimidade sobre privar determinadas pessoas de frequentar um local.

Esses encontros juvenis colocaram em evidência as relações que envolvem juventude, desigualdade e consumo, bem como tensionam as desigualdades espaciais que assolam persistentemente a sociedade brasileira⁷⁵ (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014; FARIA;

⁷⁵ Os debates construíram dois polos de tensão: de um lado, a ocupação de shopping centers como sinal de resistência política à exclusão crônica que assolaria essas populações, tradicionalmente à margem do consumo e, supõe-se, da cidadania. De outro, o processo de reificação de marcas e objetos subjacente ao ato de consumo. Não deixa de ser interessante que, se no primeiro caso é a suposta “nova classe média” o termo utilizado para referir-se aos “rolezeiros”, no segundo eles são aglutinados sob a alcunha de “pobres” (FARIA; KOPPER, 2017,

KOPPER, 2017). A jornada dos rolezinhos parece ter deflagrado a possibilidade de (re)pensar os significados dos shoppings centers na cidade, de modo a ser para além de um espaço de consumo e entretenimento, um espaço de exclusão, colocando em xeque a lógica do mercado que sempre se afirmou como livre e aberta para qualquer agente consumidor.

A questão da desigualdade racial no espaço também aparece nos rolezinhos, para Pinheiro-Machado e Scalco (2014, p. 11) “É possível ainda acrescentar: um, branco e de elite, outro, negro nas periferias. Esses “dois Brasis” não se tocam, mas, quando isso acontece, o primeiro lado usa de suas armas mais poderosas: a força policial”. De certo modo, a contenção dos jovens negros e periféricos nos shoppings também informa como a afirmação do pacto da branquitude aparece nos momentos em que a juventude negra da periferia resolve circular por esses espaços. Caso semelhante ocorre com os entregadores quando precisam circular nos shoppings onde há predominância da branquitude.

Os conflitos baseados em gênero também merecem destaque, as jovens entrevistadas não ocultaram as tensões ocorridas no cotidiano, pelo contrário, exploraram pontos de conflito e denunciaram situações em que ser mulher e entregadora foi desafiante. Esse reconhecimento é interessante em comparação com outros estudos que investigam mulheres com condições minoritárias (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999; MARQUES, 2011; LIMA, 2013; LOMBARDI, 2017; PIRES; OLIVEIRA, 2023). Pois, em algumas profissões nas quais as mulheres são minoria, especialmente em cargos com maior prestígio, as mulheres tendem a ignorar as diferenças de gênero e recorrer a um discurso individualista. O discurso individualista que promove o apagamento da identidade também foi identificado entre executivos negros de gerações mais velhas (JAIME, 2016).

Em primeiro lugar, o deslocamento pela cidade para as mulheres possui conflitos que vão além das relações interpessoais, iniciam na ausência de espaços que deem suporte ao trabalho. A ausência de um espaço para higiene pessoal prejudica em maior medida a jornada de trabalho das entregadoras. Lívia expressou-se nesse sentido, argumentando que costuma beber bastante água e enfrenta dificuldades para cumprir sua jornada de laboral devido à falta

p. 248). Essas perspectivas iniciais passaram a ser cada vez mais superadas com o avançar das pesquisas sobre o tema, de modo que análises posteriores passaram “a sugerir que não se trata de fenômenos facilmente redutíveis a um ou outro polo do debate em seus embriamentos que o problema da “inclusão social”” (FARIA; KOPPER, 2017, p. 255). Ou seja, as motivações para a ação e a forma como os rolezinhos eram concebidos pelos jovens deve ser entendida com um complexo processo das possibilidades de consumo, acesso aos espaços e limites e potencialidades do exercício da cidadania, sem deixar de considerar as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Segundo Faria e Kopper (2017, p. 249) O consumo teria uma função para além de “tangibilizar” a “melhora de qualidade de vida”. Também serviria para reduzir o “preconceito a que esses jovens são, cotidianamente, expostos. Eles acreditam que se vestindo melhor serão bem atendidos nas lojas, terão mais chances em uma entrevista de emprego ou sofrerão menos batidas da polícia”.

de banheiros disponíveis. Relato semelhante é feito pela entregadora Hannah ao canal “Nós mulheres da Periferia”:

“Não é tão fácil para a mulher fazer xixi na rua, como os meninos, por exemplo. Nessa época de pandemia, nenhum estabelecimento está deixando a gente entrar para ir ao banheiro. Malemá [sic] tem um restaurante ou outro que tem uma pia para você lavar a mão”⁷⁶

A crítica de Hannah se aproxima do relato de Louise para esta tese:

Louise: É, não só questão de cliente assim. Em questão de restaurante assim, acontecia muito de charadinha de assim, muita charadinha de “Ah, que menina linda... e bi bi bi, ba ba bá, bó bó bó” [sic] e eu ficava “uhum” [riso forçado] e ia lá para frente do restaurante esperar o pedido. Mas teve uma vez que aquele lá foi demais para mim, estava esperando em um restaurante que ainda tem lá no bairro central, e eu estava me mijando ao extremo, e eu tinha que ficar com a minha bicicleta, e não tinha como eu ficar lá dentro e com a minha bicicleta lá fora, não iria ver minha bicicleta nunca mais. Nisso, o restaurante estava vazio, só tinha eu e o cara que eu estava trabalhando na recepção do restaurante e o pessoal que estava lá na cozinha preparando os pedidos. Aí pedi para ele “Será que você poderia olhar a minha bicicleta enquanto eu vou no banheiro rapidinho?”, ele “Ah, só se tu me der um beijo”, aí eu fiquei olhando para cara dele bem séria, aí ele “Não, pode ir lá”, mas eu demorei nesse banheiro, eu me olhei no espelho, eu lavei a cara, eu demorei, demorei um tempão, eu saí para o pedido já estar pronto, eu só sair com o pedido. Aí quando eu saí ele veio e disse “ah, me desculpe”, aí eu “ah, uhum...” aí logo que sai dali já mandei, não lembro se era Uber ou iFood, eu mandei para o suporte que eu não queria mais pegar pedido naquele restaurante por questão de assédio. Eu denunciei o cara mesmo, liguei para o aplicativo, nem lembro mais qual era, eu me senti totalmente mal, como é que o cara pode fazer isso. E realmente nunca mais tocou naquele restaurante para mim naquela plataforma. Até teve uma vez quando virei OL do iFood que voltou a tocar de novo, mas aquele cara já não estava mais lá [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

A ausência de um espaço próprio para quem trabalha no aplicativo faz com que entregadores e entregadoras tenham que pedir para usar as instalações de outros estabelecimentos. Sobre esse caso de assédio, Louise disse que acionou o suporte do aplicativo. A plataforma, por sua vez, respondeu à jovem que iria comunicar o restaurante notificando que não compactuam com essas atitudes, e que aquele restaurante não iria mais chamar pedidos para ela entregar, de modo que, segundo ela, “[...] morreu aí essa história”.

O assédio sexual no trabalho é geralmente posto como um desdobramento do assédio moral no trabalho (HECKERT; JACINTO, 2021). Segundo Heckert e Jacinto (2021) podem ser considerados atos de assédio moral no trabalho a deterioração proposital das condições laborais, isolamento, atentado contra a dignidade e violência verbal, física e/ou sexual. Contudo, diferentemente do assédio moral, o assédio sexual é crime⁷⁷. Hirigoyen (2002), por

⁷⁶ MOREIRA, Jéssica. Entregadoras de apps: sem pausa para xixi e mais chance de roubo. Nós mulheres da periferia. 30/06/2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/entregadoras-de-apps-sem-pausa-para-xixi-ou-absorvente-e-mais-chance-de-roubo/> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

⁷⁷ Do ponto de vista jurídico, o assédio sexual consta no art. 216 do código penal brasileiro, no qual está definido como Art.216.Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo se o

sua vez, destaca como violência sexual condutas como assediar ou agredir sexualmente a vítima por meio de gestos, ou propostas.

Segundo Barros (1998), o assédio sexual apresenta dois tipos: assédio sexual por chantagem e o assédio sexual por intimidação. A autora destaca que o assédio sexual por chantagem

caracteriza-se por incitações sexuais importunas, de uma solicitação sexual ou de outras manifestações da mesma índole, verbais ou físicas, com o efeito de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou abuso no trabalho. (BARROS, 1998, p.2)

Já o assédio sexual por intimidação é o mais genérico e caracteriza-se por incitações sexuais inoportunas, uma solicitação sexual ou outras manifestações da mesma índole, verbais ou físicas, com o efeito de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou abuso no trabalho.

Pensando em ações para coibir essas práticas, vale lembrar que na Bélgica, desde o século passado, um decreto, em consonância com a Recomendação da Comunidade Europeia sobre proteção à dignidade do homem e da mulher no trabalho, determina que as convenções coletivas instituem cláusulas, para os setores públicos e privados, destinadas a prevenir o assédio sexual nos locais de trabalho (BARROS, 1998).

Ao longo deste capítulo, verificou-se que o trabalho nas ruas, especialmente para os homens, era um fator motivador socialmente valorizado, pois sair da periferia para atuar no centro propiciava conhecer novos espaços e desfrutar de uma certa “liberdade” No entanto, para as mulheres, trabalhar nas ruas pode indicar também um sentimento de vulnerabilidade.

Caíque: Como é trabalhar na rua para você?

Louise: [...] você está totalmente vulnerável, não é igual quem tem uma moto que você pode... tá vendo que tem alguém meio suspeito, você pega [sic] entra em uma rua e outra e acelera e vai embora, com a bicicleta não, se encostar alguém do seu lado pode te espancar, pode acontecer alguma coisa contigo, tomar sua bicicleta, é muita vulnerabilidade. Eu sentia isso a todo momento, eu sempre andava com uma faca desse tamanho para me sentir um pouco melhor, depois de um tempo veio uma *taser* e eu me sentia bem mais segura. Nunca precisei usar nenhum dos dois, graças a Deus, mas me sentia bem melhor, porque é proteção, é muito, muito... tipo, imagina você tá trabalhando a noite no bairro, pedalando no meio do nada e sentir que se alguém parar do seu lado já era para você. O fato de eu andar com algo para me proteger me dava um pouco mais de tranquilidade.

Caíque: Pode falar um pouco mais sobre essa questão da vulnerabilidade?

Louise: Principalmente por ser mulher, sabe? Até em questão de cliente que dizia “Ah, tem que subir [no apartamento]” no início eu subia em todas, eu não sabia da questão opcional de você poder dizer “não, eu não vou poder subir no seu prédio” no começo eu achava que eu tinha que subir porque eu achava que esse era o meu trabalho e eu tinha que subir e pronto, mas, na verdade, não, o cliente está pagando para a comida ir até o prédio dele. Você deve estar junto do seu veículo. Se a sua

moto ou sua bicicleta não sobe um prédio, você não vai subir, entendeu? Você não tem que abandonar o seu veículo para ir até o cliente, mas muitas vezes, muitas, muitas, muitas vezes subi em prédio e no início ocorreu algumas vezes de cliente dar em cima de mim por eu estar de frente com a porta da casa dele, ele “ah, já está aqui” e ele dar em cima mesmo, e eu me sentia muito vulnerável, estava ali, no corredor do prédio e se ele me bota para dentro da casa dele já era né. Eu sentia muita vulnerabilidade a noite e passava os carros olhando com um “zoião” e eu já encostava na *bag* e “ai meu Deus, será que eu vou ter que usar?” e já pedalava que nem o cara que corre lá... De noite era só aqui ó, sei lá quantos quilos emagreci pedalando super rápido por questão de medo de acontecer alguma coisa.

No caso das mulheres jovens, o assédio sexual pode ser interpretado como resultante da combinação de dois marcadores sociais que enfrentam opressões no trabalho: a idade (juventude) e o gênero (feminino). Pesquisas demonstram a presença do assédio contra mulheres jovens na escola (BARBOSA, 2021), no trabalho (MOURA, 2017; OLETO *et al.*, 2017) e nas redes sociais (PEREIRA; MATOS, 2015), revelando aspectos que corroboram a sensação de vulnerabilidade descrita pela jovem.

Semelhante ao que informou uma entregadora para uma reportagem realizada com a categoria⁷⁸, Lívia demonstra desconforto em trabalhar durante o período menstrual, conforme ela:

Lívia: Para mim uma das questões mais fudas é você ter que menstruar e ter que ir trabalhar, para mim isso é um absurdo. Por que quem está fazendo essa merda dessa regra? É uma pessoa que não menstrua, mas eu sou pobre, então tenho que ir trabalhar e foda-se, entendeu? [sic] Só que tenho que trabalhar em cima de uma bike, é um trabalho físico, eu estou assim... [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

As dificuldades que as entregadoras enfrentam no cotidiano das entregas por aplicativos parecem fazer efeito sobre a própria performatividade no trabalho. Na entrevista com Lívia, membra dos Entregadores Antifascistas, a jovem propôs uma definição importante para compreender sua condição enquanto minoria na ocupação:

Caíque: Como é ser entregadora?

Lívia: Cara, a mina tem que ser “casca-grossa” tem que ser aquele tipo de pessoa que não aceita ninguém que enche o saco, então as minas que eu conheço são tudo meio que esse nível, entendeu? [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Essa postura “casca-grossa” é uma das formas pelas quais as mulheres podem ter um pouco mais de segurança em um ambiente predominante masculino. Paola também endossou essa característica, segundo ela, “[casca-grossa] eu assino embaixo desse termo dela, tem que ser bem casca-grossa para suportar as dificuldades, inclusive com os colegas”.

⁷⁸ BRASIL DE FATO Precarização no serviço de delivery é mais grave entre as mulheres. Brasil de Fato. Pernambuco. Redação: Adriana Amâncio. 02/03/2021. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/03/02/precarizacao-no-servico-de-delivery-e-mais-grave-entre-as-mulheres>. Acesso em 09 de junho de 2022.

Ao estudar profissões em que os homens são maioria, Marques (2011, p. 396) identifica “estratégias de ocultação e não acentuação da feminilidade”. Essas estratégias, segundo o autor, consistem em ações que vão desde evitar assuntos que os homens consideram “típicos de mulher”, até elementos ligados à aparência.

Em contextos que tendem a assumir o ser masculino como referente das identidades profissionais, a ocultação e atenuação da feminilidade funcionará, para as mulheres, como estratégia disponível para procurarem integração nesses contextos (MARQUES, 2011, p. 400)

A postura "casca-grossa" não apenas expressa uma negação do feminino, mas também se aproxima daquilo que se manifesta na masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica sustenta-se sob uma performatividade social, segundo a qual busca-se demonstrar força, resiliência e rejeição daquilo que é socialmente considerado feminino (CONNELL, 2015). Essa aproximação das mulheres no trabalho como um mecanismo de autodefesa no espaço laboral é recorrente entre diversas ocupações em que há predominância masculina (MARQUES, 2011).

De acordo com Rodrigo, durante a pandemia a interação entre clientes e entregadores era melhor:

Beni: [...] na época da pandemia, quem estava na linha de frente, era para levar comida, esses negócio, era entregador, não é? Então, ou seja, todo mundo estava valorizando, as pessoas até tratava melhor o entregador [...] tratava bem melhor, tipo “Ah, tudo bem?” não sei o que e tudo mais. E hoje em dia nem um “bom dia” ou “boa noite” tem, é só chegou, pegou pedido e saiu fora” [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Beni argumenta o descaso de alguns clientes com o tempo dos entregadores:

Beni: E isso acontece também com cliente, às vezes a gente fica lá mó cota [sic] na frente esperando, na chuva, no sol e o cliente nem aí para isso. Nem um bom dia, boa tarde, às vezes dá, entendeu? Acho que isso que poderia mudar.” [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Ao perguntar para Jonas, o entregador relata uma situação mais crítica:

Caíque: Você percebe a ocorrência de discriminação na sua atividade?

Jonas: Às vezes... muitas vezes vem de pessoas aleatórias na rua, de cliente acontece também. Pelo menos... o que aconteceu... sabe aquele entregador que passou pelo problema lá com o gordinho⁷⁹, não vou lembrar o nome dele... O que aconteceu com ele aconteceu comigo uma vez, quando eu estava fazendo Uber. Achei que o cliente iria me bater... porque eu demorei para fazer a entrega dele. Eu peguei no Sushi aqui na Santa Inês, eu teria que passar no Tremembé para fazer a entrega, e eu não passava ali naquela época, eu não conhecia a área, ainda mais para

⁷⁹ O caso referido por Jonas é um dos casos mais conhecidos e que mais “viralizou” sobre discriminação contra entregadores. Trata-se de um conflito entre um morador de uma área nobre da cidade de Valinhos, interior de São Paulo, e um *motoboy* entregador, no qual o residente, homem branco, é gravado em vídeo por um vizinho ofendendo um entregador devido ao seu pertencimento racial e sua condição econômica. EPTV. Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos; VÍDEO. G1. 07/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghtml> Acesso em 10 de abril de 2023.

passar a noite. Eu voltei e fui por outro lugar. Lembro que o tempo de entrega era de 30 minutos, eu aumentei para 50. Quando cheguei lá para entregar o pedido, o cliente estava fungando de raiva: “Achei que não iria entregar hoje”, disse: “Calma, meu senhor, eu não conhecia o caminho”. Nisso ele veio na minha direção e já pensei “Vou levar uma agora”. Do jeito que ele pegou o pedido, ele amassou o pedido e saiu com raiva [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

Do ponto de vista formal, essa hierarquia que se estabelece na relação com os clientes é exatamente o oposto daquilo que consta nos termos de uso da plataforma. Segundo o contrato, entregadores são usuários da plataforma, tal como os clientes. No entanto, os clientes, com apoio das plataformas, estabelecem uma hierarquia em relação aos entregadores.

Ao investigar as relações de gênero no trabalho de “bike-entregas”, deve-se destacar que as experiências transgêneras também se fazem presentes nessa ocupação. Embora essa pesquisa não conte com a participação de entregadores trans, há experiências relevantes para além da cisgeneridade. Os entregadores trans também se organizam nas mídias sociais, existindo uma conta chamada "TransEntrega" no Instagram, na qual são compartilhadas experiências de pessoas transexuais que trabalham com entregas. Ações promovidas por empresas de entregas que dão suporte e estabelecem redes de apoio e trabalho são expostos nessa página.

Destacar a atuação de entregadores trans é relevante devido à própria experiência de ser transexual no Brasil. Os índices de violência contra essa população são altíssimos: o Brasil foi, pelo décimo quarto ano, o país que mais matou transexuais no mundo. Os dados indicam que somente em 2021 foram 131 transexuais assassinados, aproximadamente 1 assassinato a cada três dias. Esse é um dado subnotificado, pois nem todos os estados possuem levantamento sobre LGBTQIAPN+fobia (BENEVIDES, 2022).

O caso mais crítico nesse sentido é o do entregador Joaquim, transmasculino de 23 anos. O jovem passava de bicicleta por uma avenida na região do Morumbi, na zona sul da capital paulista, quando um carro parou ao seu lado no semáforo e o motorista começou a ofendê-lo. Mais adiante, o motorista estacionou o carro em um posto de gasolina e desceu para abordar e agredir o jovem com socos na ciclovias onde estava transitando. Após o ocorrido o homem fugiu e Joaquim foi atendido por policiais. Tanto no apoio dos policiais, quanto no atendimento no hospital, o jovem relatou situações de insensibilidade e violações de sua identidade⁸⁰.

O episódio de violência sofrido por Joaquim reforça como a associação entre trabalho nas cicloentregas e masculinidade precisa destacar a dimensão da cisgeneridade ao conceber

⁸⁰ PONTE. Entregador trans é agredido e xingado a caminho do trabalho. Ponte. Redação: Jeniffer Mendonça, 25/09/2021. Disponível em: <https://ponte.org/entregador-trans-e-agredido-e-xingado-a-caminho-do-trabalho/> Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

essa masculinidade presente na experiência desses sujeitos. Barcker (2008, p. 28) acrescenta que as normas sociais masculinas precisam fazer um recorte de sexualidade, pois

Um desvio em relação às normas de gênero pode resultar em ridículo ou em ser excluído de certos espaços [...] Para alguns jovens, definir a versão de masculinidade internalizada, projetada e vivida é uma questão de vida ou morte. Atacar, agredir ou mesmo assassinar jovens homossexuais, [transsexuais] e travestis tem-se tornado algo bastante comum em cidades do Brasil e de outros países. Se perguntarmos aos agressores por que eles praticam uma violência desse tipo, eles em geral não conseguem responder-nos, mas podemos deduzir: eles atacam aqueles que não vivem segundo suas expectativas acerca do que deve ser um homem.

O olhar para as experiências femininas e LGBTQIAPN+ contribuem no sentido de demonstrar como a masculinidade é vivida, semelhantemente a outras ocupações, como um privilégio. Privilégio aqui entendido no sentido explorado pela literatura de gênero estadunidense (COSTON; KIMMEL, 2011). Há uma homogeneidade de gênero tão grande na ocupação que os rapazes praticamente não percebem a própria condição de gênero e a condição feminina. Todavia, ser homem não garante somente vantagens, a noção de experiência a partir do recorte interseccional nos permite identificar que esses indivíduos não são somente homens cisgênero, mas, também, jovens negros.

Os deslocamentos dos jovens negros no trabalho nas plataformas não se limitam a afirmação de desigualdades historicamente recalcitrantes na sociedade brasileira, mas também proporcionar oportunidades de descoberta e estabelecimento de novos vínculos com a cidade. Quando Marcos foi perguntado sobre como era trabalhar na rua, o jovem respondeu:

Caíque: E como é trabalhar na rua?

Marcos: É bom porque você fica livre né, você vai e vem à vontade. A vantagem é que posso ser livre, gosto de andar, ficar vendo o movimento [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo]

A circulação pela rua com as entregas permite a descoberta da cidade onde habitam. Durante uma das observações de campo, uma jovem entregadora moradora da Zona Sul disse que só conheceu a Avenida Paulista após trabalhar como entregadora. De maneira similar, o jovem Beni afirmou em entrevista que

Beni: São Paulo, por exemplo, eu conheço tudo ali hoje, a Paulista, o centro velho...eu não conhecia, foi eu começar a fazer entrega que passei a conhecer. A primeira vez que eu fui fazer entregas lá, eu fiquei “nossa, que bagulho da hora, nossa que legal” era uma coisa nova, para mim, chegar e passar pelo bairro da Liberdade. Então eu com 18 anos, 19 anos nunca tinha ido [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Sendo assim, deve-se levar em conta que os jovens não estão passivos em relação à cidade, mas, na experiência com as entregas, elaboram pontos de vista e percebem aspectos que envolvem a cidade. Mesmo Júlio, que mora em uma região mais central da cidade, compartilha da mesma percepção.

Júlio: É uma coisa muito interessante, pensa comigo, o Brasil acho que tem 27 estados, a gente, São Paulo, é praticamente o centro do Brasil, o que gera a economia, São Paulo vamos dizer [sic] é o centro. Eu fico feliz porque moro no centro de São Paulo, mas mesmo assim eu passo em lugares que eu só ouvia falar pela televisão ou pelo jornal. Uma região muito interessante é a região de Perdizes com umas praças que costumam ter uma vegetação de cerrado aqui em São Paulo. Tem muita coisa interessante em São Paulo, tem índios [sic], tem monumentos antigos, tem muita coisa então que você acaba conhecendo, você acaba vendo [no trabalho como entregador] [Júlio, 27 anos, homem, branco, ensino médio completo].

A experiência do cotidiano laboral no espaço público das ruas também possui uma dimensão contemplativa da cidade. No caso de Rodrigo, essa dimensão formativa da contemplação do espaço é igualmente percebida, o fato de trabalhar nas ruas da cidade como entregador trouxe uma percepção sobre as desigualdades:

Caíque: O que mudou na sua vida desde que você começou a trabalhar nos aplicativos?

Rodrigo: Bom, o que mudou na minha vida é a forma como que eu vejo a sociedade, sabe? O que se passa pela rua, você vê um morador em situação de rua... Tipo, você vê a desigualdade grande na sociedade assim, sabe? Porque não só entregador, já vi atendente de balcão, caixa do supermercado, e aí, tipo, aquela área mais nobre, o pessoal menosprezando e tudo mais. Também já vi pessoas nobres [sic] ajudando, que já me ajudou também, como já vi muitas pessoas que já me humilhou. E é isso que eu vejo, tipo, também é a desigualdade demais no Brasil, eu vejo tipo aqui em São Paulo, mas nós sabemos que a desigualdade está no Brasil todo e no mundo todo⁸¹ [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

A resposta traz inquietações interessantes sobre a natureza formativa da experiência laboral. A convivência diária com a desigualdade o fez perceber essa dimensão. Vale notar que a pergunta era "o que mudou na sua vida desde que você começou a trabalhar nos aplicativos?", e a resposta foi a percepção das desigualdades sociais. O trabalho dos entregadores envolve estar nas ruas e interagir com pessoas de diferentes segmentos da sociedade, e também vivenciar questões sociais do próprio contexto histórico (THOMPSON, 1987).

Enquanto Rodrigo — assim como outros entregadores — pedalava pelas ruas, a população em situação de rua na capital paulista passou de 24.344 em 2019 para 31.884 ao final de 2021, representando um aumento 31%, segundo dados do Censo da População em Situação de Rua, feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS - da prefeitura⁸². Ou seja, estar nas ruas como entregador naquele momento histórico

⁸¹ Durante a segunda entrevista o jovem reiterou esse ponto de vista captado na primeira entrevista. Segundo o jovem: "Para mim significa muito trabalhar com entregas, eu aprendi muito. Falar que é só perigo estar nas ruas, não é. Como você está andando, você está vendo a rua, está vendo trânsito, vendo as pessoas. Querendo ou não você vê muita coisa, pessoas precisando de ajuda, pessoas trabalhando em farol, pedindo, e isso ajuda a abrir a mente e agradecer pelo que nós temos. Por mais que o dia esteja difícil, mas sempre agradecer."

⁸² AGÊNCIA BRASIL. SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo. Agência Brasil. Redação: Flávia Albuquerque. 24/01/2022. São Paulo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos>

específico fez o jovem perceber um fenômeno social emergente naquele contexto e percebê-lo como relevante para a sua experiência laboral e individual. O depoimento do jovem põe relevo sobre a subjetividade dos trabalhadores, bem como a capacidade de tecer críticas que envolvem aspectos econômicos e culturais da sociedade em que vivem.

Em síntese, a relação dos jovens entregadores com a cidade é permeada de complexidades. Trata-se do espaço laboral dos entregadores: espaço amplo que requer igual empenho de força física. Porém, esse trânsito vai muito além e não se limita ao empenho da força física, posto que envolve fatores de ordem cultural, como a manifestação de preconceitos, “bloqueios” nos espaços, contemplação e reflexões. Assim, os jovens entregadores não estão alheios à cidade: na experiência, eles elaboram pontos de vista e percebem aspectos que envolvem a urbe.

5.4 Para conseguir a taxa e o “like”: Segundo deslocamento e encontro com o cliente.

Após recolher o pedido no estabelecimento indicado pelo aplicativo, os entregadores colocam o pedido na *bag*, selecionam o início da entrega até o cliente e saem em direção ao local indicado pelos clientes. Tão logo o aplicativo recebe a informação que a coleta foi realizada no estabelecimento e informa a localização do cliente. Nesse momento, o entregador pode estar diante de um trajeto curto ou longo, plano ou íngreme, que pode incluir subidas e ladeiras.

Enquanto soltam as travas da bicicleta, os “bike-entregadores” calculam, com base na informação fornecida pelo GPS do aplicativo, qual melhor caminho para chegar até o cliente. Em casos em que há um entregador ao lado, compartilha-se a informação para definir qual a rota mais rápida e menos desgastante. Iniciado o trajeto entre o estabelecimento e o cliente, o entregador passa a ser totalmente responsável pelo que ocorre com o pedido. Mediante qualquer problema, ele terá que arcar com os custos do pedido.

Nesse momento ocorre o segundo trajeto pelo trânsito da cidade. Diferentemente dos motoboys, os ciclistas-entregadores tendem a realizar trajetos inferiores a cinco quilômetros. No trajeto, os ciclistas dividem o espaço com incontáveis automotores e pedestres.

Ao encontrar com o cliente, o entregador cria expectativas em relação à interação e suas consequências. Nesse momento o entregador espera receber uma boa avaliação, ou, talvez, uma gorjeta. Do ponto de vista desses trabalhadores, a boa avaliação ou a gorjeta vão

derivar do tempo que levou para entregar o pedido, o estado do pedido após o transporte e a interação com o cliente.

5.4.1 “A cada hora você tem um livramento”: os riscos de trabalhar nas ruas

Se na experiência laboral pelas ruas da cidade os jovens passam a transitar por novos lugares, conhecer pessoas, identificar desigualdades ou sofrer episódios de discriminação, deve-se levar em conta que o risco é inerente ao trânsito pela cidade. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram encontradas informações em diversas fontes apontando os perigos e a temeridade de acidentes com esses trabalhadores: matérias jornalísticas, comunicados do sindicato, documentários e artigos científicos (MOURA, 2020; CALABREZ; ALENCAR, 2022). Desde a primeira evidência, sempre questionou-se como eles percebem o risco da atividade e por que continuam trabalhando.

Primeiramente, do ponto de vista teórico, o risco possui relação direta com o temor, e os temores variam de acordo com o período histórico, a cultura, e diferentes marcadores sociais referentes a desigualdades. O risco é inerente a condição humana. Os corpos humanos situam-se entre a segurança, a fragilidade e o risco. Ainda que estejamos continuamente inovando em formas de preservar o corpo, a presença da morte relembra como a vida é precária. (BUTLER, 2019).

Assim, por mais tranquilidade e proteção que um indivíduo julgue ter, ele jamais estará completamente protegido do perigo das mais diversas manifestações, a todo momento busca-se afastar das fontes de potencial perigo (LE BRETON, 2009). No entendimento do antropólogo francês David Le Breton (2009), para lidar com o temor, os indivíduos lançam mão de um arsenal de meios para se sentirem mais seguros. Entre os componentes do arsenal de mitigadores de risco, são incontáveis as tecnologias que recaem sobre os corpos na busca de mantê-los em segurança e limitar a sua vulnerabilidade. Entre essas tecnologias estão desde rituais para afastar o medo e os sortilégios, passando por códigos de conduta de pretensão universalizável, até substâncias de efeito físico-químico sobre o corpo. Entretanto, nunca é demais ressaltar que a ciência e a tecnologia não são neutras. Subsumidas às lógicas do capitalismo, as tecnologias que diminuem o risco possuem um preço que nem todos e todas podem pagar.

Se por um lado Le Breton (2009) entende que o desenvolvimento tecnológico busca, entre outras coisas, minimizar os riscos, por outro, Ulrich Beck (2011) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo, com suas diversas tecnologias, está aumentando os riscos.

Para Ulrich Beck (2011), a "sociedade industrial de risco" não é aquela na qual as pessoas estão constantemente em perigo, mas, sim, aquela na qual o risco ocupa um lugar de destaque e potencialmente perigoso. Em síntese:

Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivo da sociedade da escassez, sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos (BECK, 2011, p. 23).

Em conformidade com a perspectiva de Beck (2011), Carmen Leccardi (2005, p. 43) afirma que

Como sabemos por nossa experiência direta, e não apenas por reflexões teóricas, essa modernidade caracteriza-se por uma dimensão de riscos globais: crise ambiental, terrorismo internacional, ameaças econômicas (mas também, por exemplo, sanitárias) de tipo planetário, novas modalidades de desigualdade social, a partir do empobrecimento crescente de áreas cada vez mais vastas do planeta, e, associadas a essa última, novas formas de subocupação com reflexos devastadores no plano existencial. Nesse cenário, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle, certeza, todos os aspectos que contribuíram para definir o perfil social da primeira modernidade.

Assim, enquanto a sociedade avança em suas premissas de modernização, em vez de se preocupar em distribuir riqueza, distribui cada vez mais seus riscos.

Os riscos podem ser invisíveis no processo de produção, porém, quando visíveis e reconhecidos passam a ser parte da economia da atividade. Dada a dimensão social do risco, este pode aumentar ou diminuir de acordo com os processos sociais de definição. (BECK, 2011). Em outras palavras, a definição de setores da sociedade sobre o risco de determinadas atividades, como o trabalho dos entregadores, por exemplo, impacta sobre essas atividades. Contudo, é relevante salientar que as definições de risco estão relacionadas às correlações entre as forças do capitalismo e sua tendência de atribuir valor monetário e mercantilizar os riscos.

Essa mercantilização dos riscos é parte inerente do trabalho nas plataformas de aplicativos de *delivery*. Seja entre os motociclistas, ciclistas ou pedestres entregadores, a ameaça física ao corpo perpassa a experiência social desses indivíduos. Em conversas informais durante as observações de campo, um jovem cicloentregador chegou a dizer que não conhece nenhum entregador que nunca tenha se acidentado. São vastos os relatos de entregadores que sofreram algum acidente durante a jornada laboral. O espaço de trabalho desses jovens é nas ruas da cidade de São Paulo, a cidade brasileira que possui a maior frota de carros e motocicletas do Brasil⁸³.

⁸³ Dos 115 milhões de veículos em circulação no Brasil, 9 milhões estão na cidade de São Paulo. Para saber mais: IBGE CIDADES. Frota de veículos. Fonte: Ministério da Infraestrutura, SENATRAN - Secretaria

A partir do relato dos entregadores, notou-se uma tendência a acostumar-se com o risco de acidente e ter de lidar continuamente com o sentimento de insegurança do trabalho. Lívia argumenta que mesmo pedalando a bastante tempo, ainda sente uma sensação de vulnerabilidade.

Lívia: É assim, São Paulo é muito violento o trânsito, geralmente você estar de bike, você é o mais vulnerável. Então, assim, eu ando de bike faz muitos anos, mas, ainda, até hoje, às vezes tem situações que dá um medo e eu me sinto vulnerável. As pessoas também são muito estressadas, as pessoas querem brigar, tipo... Não é difícil entrar nessa “*vibe*” também, sabe? Então tento não entrar [risos]. Se acontece alguma coisa eu ignoro e continuo. Eu gosto de estar na rua, mas eu me sinto desprotegida em vários sentidos assim... [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Os acidentes de trânsito são bastante lembrados pelos entregadores quando questionados sobre os riscos que envolvem ser entregador. Todos os entrevistados responderam ter sofrido algum acidente durante o percurso de alguma entrega. São vários os relatos de quedas com pedidos na *bag*, e em nenhum dos interlocutores relataram algum apoio médico providenciado pelas plataformas. Sem apoio da instituição que trabalham, os relatos indicam apoio de outros entregadores ou dos próprios clientes.

Júlio: Foi quando eu estava pedalando ali na região da Barra Funda, ali tem o shopping Bourbon, o shopping Bourbon tem duas vias sendo separadas: uma vai e uma volta. Fui pela calçada e estava saindo uma mulher do Shopping, mas assim no caminho que ela estava, ela estava para ir e eu estava vindo. Ela olhou para o lado esquerdo que é de onde vinha carro, então ela não sabia que havia um ciclista que estava indo na direção dela pela calçada, e acontece que estava chovendo um pouco na hora, quando chove a pastilha da bicicleta não gruda tanto. Então, eu vi o carro, eu freei, freei mesmo, só que ela tipo, simplesmente acelerou, e quando ela acelerou e deu na [minha] bicicleta. Eu me lasquei, me lasquei mesmo. Não deu nada bom para a bicicleta que caiu no meu pé e nada bom para o pedido que eu estava carregando nas costas. A mulher parou, me pediu perdão, perguntou se eu precisava de alguma coisa, mas falei para ela ficar em paz e eu só pensava na entrega que eu precisava fazer, eu era novo naquela época. Eu queria só fazer a entrega. Então eu fui lá, cheguei entregar o pedido para o cliente, falei para ele o que aconteceu, o cliente deu até uma gorjeta. O cara me deu cinco reais de gorjeta. Eu saí com a gorjeta na mão. Tem como pagar a gorjeta direto no aplicativo, mas tem como entregar na mão na hora do pedido. Os cinco reais é um pouquinho de nada, mas aí eu fui lá e agradei a ele. [Júlio, 27 anos, homem, branco, ensino médio completo]

No caso de Júlio, a gorjeta foi o único recurso que recebeu após o acidente, pois nem sempre os entregadores acessam os eventuais suportes que as plataformas oferecem na ocorrência dessas situações.

Sobre os riscos da ocupação, alguns depoimentos nos fornecem uma síntese para refletir sobre as várias dimensões do risco na atividade:

Caíque: Você considera seu trabalho arriscado?

Marcos: Sim, muito, muito, muito, cê é loco [sic], você tem que andar olhando o trânsito pra você e para os outros. Não falo na maldade com o cara que está no carro, mas o cara que está no carro está blindado pelo ferro, nós não. Vários parceiros já foram atropelados por carro estando de bicicleta, e os carros só dão marcha⁸⁴ [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo]

Beni: Sim, mano, nossa, muitos. Risco de roubo, risco de acidentes, risco de morte, entendeu? Mais pesado assim morte, tá ligado? [sic] Eu já tive amigo entregador que morreu nas entregas, outro amigo meu que sofreu acidente também [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Lívia: Sim, risco de vida. Vários morrem... vários... tipo morrer! Morrer por uma entrega de R\$5 reais [Livia, 25 anos, amarela, ensino superior completo]

O trabalho nas áreas nobres da cidade também parece exercer uma influência na percepção de alguns entregadores sobre o risco. O jovem Rodrigo coloca essa questão em pauta quando perguntado sobre os riscos da ocupação:

Rodrigo: O trânsito de São Paulo você sabe como é, né, ainda mais nessas avenidas principais do centro de São Paulo, que tem muita gente de área nobre, que tem carrão, tem moto de grande porte, e às vezes eles passam acelerando sem dó. Muitas vezes você vê o pessoal passando em lugar que é 80 km/h o pessoal passa a 120 km/h, 140 km/h ou mais, porque nunca para eles vai acontecer nada. A gente vê aí no jornal: “o ciclista foi morto”, aí você vai ver que é a mulher do carrão, o homem do carrão, eles pagam a fiança, vão para casa e respondem em liberdade, é isso a minha preocupação maior. Além da família, perder uma pessoa, não vai ter justiça [Rodrigo, 19 anos, pardo, ensino superior incompleto].

A observação de Rodrigo contempla um caso ocorrido semanas antes da entrevista que o jovem concedeu. Na noite do dia 10 de fevereiro de 2022, Claudemir Kauã Queiroz, de 17 anos, morreu após ser atropelado por empresário com sintomas de embriaguez. Conforme apuração, o motorista tentou fugir, mas foi impedido por outros entregadores que viram o acidente. Após a morte do jovem, ocorreu uma vigília de ciclistas em homenagem ao jovem negro que trabalhava com entregas havia cinco meses e precisava dar assistência a um filho recém-nascido⁸⁵.

Por mais que não haja cronômetros na interface gráfica de todos os aplicativos que indiquem o prazo de entrega, outros elementos da dinâmica dos aplicativos podem colocar esses trabalhadores em risco. O relato de Lívia sobre o acidente que sofreu passa por essa lógica, a jovem teve de agilizar o processo de entrega após sentir-se pressionada pelo cliente no *chat* do aplicativo:

Lívia: Já [sofri acidente], no ano passado. Eu estava no Morumbi que é um dos lugares que eu mais odeio para fazer entrega porque tem bairros que eles não são feitos para bicicleta e eles não são feitos para pobres, são bairros que transitam poucos ônibus, tem muito carro, muita subida, muito paralelepípedo e tipo, só não

⁸⁴ “Dar marcha” nesse contexto pode ser entendido como uma gíria correspondente a fugir sem prestar socorro.

⁸⁵ G1. Ministério Público do Trabalho apura circunstâncias da morte de ciclista de 17 anos atropelado em SP. G1, São Paulo, 18/02/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/18/ministerio-publico-do-trabalho-apura-circunstancias-da-morte-de-ciclista-de-17-anos-atropelado-em-sp. ghtml> Acesso em 29 de agosto de 2023.

dá, só não dá mesmo... Quando eu me acidentei eu já estava em um bairro que eu desconhecia, já era a noite, eu já estava meio pilhada do negócio das entregas, já tinha trampado [sic] demais e tal. E sempre estar pilhada porque o restaurante sempre atrasava e daí o restaurante atrasa e aí eles sempre acham que a culpa é sua né. Então o cliente começou a me bombar de mensagem. Não sei porque eles fazem essa merda que eles conseguem mandar mensagem no aplicativo, e o cara enchendo o meu saco no negócio. Aí fiquei pilhada e fui no pau para atender a pizza dele, e aí tipo escuro assim, à noite, uma lombada eu não vi, passei voando na lombada, foi assim, passei voando, fui parar lá dois metros depois, e não entreguei a pizza. Aí fiquei muito bolada tipo “Mano, não entreguei a pizza”, mas não tinha a menor condição. Assim, não aconteceu nada de grave, só me ralei inteira, mas não quebrei nada, não aconteceu nada de grave. Mas assim, nessa vibe. Nessa vibe de ter que ir logo, a gente não consegue prestar atenção em tudo se a gente está com pressa [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Já o relato de Beni corrobora essa dificuldade com os clientes do caso descrito por Lívia: cliente com pressa faz com que o entregador pedale mais rápido, entretanto o aplicativo não oferece suporte ou soluções para garantir a segurança durante o percurso. Ao perguntar a Beni quais eram as dificuldades de trabalhar nas plataformas de entregas, o jovem respondeu:

Beni: [...] esses dias sofri um acidente e a moto bateu em mim, eu estava com entrega do BK. Quando peguei e chamei uma amiga minha, eu estava no chão, e eu só conseguia pensar no pedido, com cliente. Ela foi lá e pegou o pedido, minha amiga, e foi entregar. Aí o cliente disse “Mas não era um menino que viria entregar?” Aí minha amiga falou “Ah, ele sofreu um acidente” o cara disse “É, eu vi que o pontinho ficou parado [no GPS]” aí ele começou a reclamar que o lanche estava frio e estava demorando e o pedido estava bagunçado. Isso é um negócio muito chato, um bagulho muito zoado. [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Acrescenta-se aos riscos a responsabilização desses jovens pelas próprias ferramentas de trabalho.

Apesar de reconhecerem o risco, foi possível notar que os entregadores não usavam equipamentos de segurança — capacete, cotoveleira, joelheira, luva e calçados adequados. Quando um jovem ingressa em uma plataforma de aplicativos não recebe nenhum equipamento de proteção. Esses EPIs têm um custo, o qual nem todos os entregadores arcam.

Essa lógica de responsabilização individual se aplica também no conserto dos próprios equipamentos depois de um acidente. Depois de sofrer um acidente, Beni relatou que teve de usar recursos próprios para consertar a bicicleta que usava no momento do acidente:

Beni: É uma questão muito difícil, tipo, muito prejuízo, para nós que trabalhamos na rua, não dá para ficar muito tempo parado, senão é prejuízo. Esse da moto, por exemplo, eu tive um prejuízo de R\$500 reais, tive que gastar isso para arrumar minha bike toda, então isso aí deu uma quebra, só que bola para frente, tem que lutar cada dia mais né, mano [sic]. [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Somado ao prejuízo financeiro que o jovem teve de arcar, a dinâmica dos aplicativos inviabiliza ausência do trabalho em decorrência de problemas físicos. Esse é um elemento que

vai na contramão dos direitos dos trabalhadores e da promoção da saúde. Em diversas entrevistas os jovens relataram ter de ir trabalhar sem ter condições físicas para tanto:

Caíque: Alguma vez você já foi trabalhar sem condições físicas? (trabalhar cansado ou doente)

Antônio: Sim. Foi ruim. Foi ruim. Uma vez eu tive que trabalhar cansado, eu estava até com dor no pescoço que eu não conseguia balançar a cabeça bem e tive que ir trabalhar porque tinha minhas contas para pagar e minhas responsabilidades, aí para mim foi ruim. Foi cansativo, e foi ainda mais cansativo porque eu tinha dor e não conseguia carregar muito bem a *bag* que estava pesada. Nesse dia ainda quase todos os pedidos eram grandes, dois, três pacotes, dois, três pacotes para um cliente; tocava duas, três corridas na mesma viagem, entregava um endereço e mais para frente entregava outro endereço e assim ia. Para mim foi muito cansativo, foi foda [Antônio, 26 anos, preto, ensino médio completo]

Evidentemente, a condição física pode aparecer de forma abstrata, certamente trabalhadores em diversos segmentos, sejam eles formais ou informais, podem cumprir jornadas laborais sem condições físicas. Porém, o caso dos entregadores traz especificidades ao passo que os entregadores só recebem pelo que produzem e não possuem nenhum suporte das empresas em casos de adoecimento. Essa característica é percebida por Paola, segundo a jovem:

Caíque: Alguma vez você já foi trabalhar sem condições físicas?

Paola: Sim, incontáveis vezes.

Caíque: Como é isso para você?

Paola: Olha é normal, porque até quando a gente está num trabalho, por exemplo, dentro de uma empresa [com vínculo formal], nós somos obrigados a trabalhar mesmo sem condições, estando com dor de cabeça, dor de garganta, estando com alguma coisa sei lá. Então, acabava meio que sendo normal, aí de repente você estava meio doente com uma gripe ou alguma coisa, às vezes até piorava. Aí esse é um problema da entrega, não tem essa de entregar atestado e você recebe pelos dias que você está mal. Você não está bem para trabalhar, você não faz entrega, você não ganha [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

Não ter condições mínimas de amparo em situações de saúde é uma implicação corrente entre as diversas modalidades da uberização. Um conjunto de pesquisas apontam os efeitos da dinâmica uberizada sobre a saúde dos trabalhadores, tais como acidentes, estresse e sobrecarga da jornada (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020; SILVEIRA, 2021).

O levantamento do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido no âmbito da Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente da OIT Brasil,⁸⁶ aponta que de 2012 a 2022 foram comunicados 6,7 milhões acidentes de trabalho e 25,5 mil mortes no emprego com carteira assinada. Isso significa que os acidentes de trabalho matam ao menos uma

⁸⁶ OIT BRASIL. Série SmartLab de Trabalho Decente 2023: Mortalidade no trabalho cresce em 2022 e acidentes notificados ao SUS batem recorde. Organização Internacional do Trabalho. Brasília. 29/03/ 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_874091/lang--pt/index.htm Acesso em 19 de setembro de 2023.

pessoa a cada 3h47min no Brasil⁸⁷. Ainda assim, esses números já foram mais elevados. O Ministério da Previdência Social estima que esses índices foram reduzidos em 25% se considerarmos a série histórica entre 2011 e 2021⁸⁸. Esses dados não se restringem aos acidentes ocorridos no espaço laboral, estão agregadas às ocorrências de mortes no trajeto, e acidentes que ocorrem no setor de transportes, o terceiro setor com as maiores incidências de acidentes no trabalho.

Os dados sobre acidentes laborais indicam a existência de uma articulação mortal entre rapazes negros e trabalho. Ao analisar o perfil das vítimas, nota-se que os acidentes registrados no Brasil ocorrem em maior frequência entre os homens. Dos 536.174 acidentes registrados pelo ministério, em 2021, 352.099 (66%) foram sofridos por trabalhadores do sexo masculino e 182.754 (34%) do sexo feminino. O gênero tem uma vinculação com a idade, posto que os dados mostram que, enquanto os acidentes entre as mulheres são mais recorrentes entre trabalhadoras entre os 30 e os 34 anos, para os homens, a faixa etária de maior recorrência está na juventude, entre os 18 e 24 anos.

Os dados disponibilizados pela plataforma do Ministério da Previdência Social não abarcam o marcador étnico-racial, limitando uma análise mais precisa. Porém, pensando na mortalidade no trabalho a partir de dados obtidos via Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM — e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE —, Menegon, Menegon e Kupek (2021) concluíram que a mortalidade por acidentes entre trabalhadores negros aumentou em todas as regiões do Brasil no período entre 2006 e 2015. As pesquisas identificaram também que a mortalidade de trabalhadores com menos de oito anos de estudo foi 15 vezes superior a daqueles com 12 anos de estudo ou mais. Já o estudo de Nery *et al.* (2022), realizado no contexto baiano, indica que o perfil das vítimas no estado em mortes no trabalho é masculino, juvenil e negro.

Contudo, diversos estudos discutem a importância da saúde da população negra para a preservação dessas vidas (OLIVEIRA, 2003; BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004; BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013; WERNECK, 2016). Entre os estudos sobre a saúde da população negra, há uma passagem de Batista, Escuder e Pereira (2004, p. 635) que quase duas décadas depois permanece atual e merece destaque:

⁸⁷ TST. Acidentes de trabalho matam ao menos uma pessoa a cada 3h47min no Brasil. Notícias do Tribunal Superior do Trabalho. 28/4/2023. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/acidentes-de-trabalho-matam-ao-menos-uma-pessoa-a-cada-3h47min-no-brasil-1> Acesso em 19 de setembro de 2023.

⁸⁸ BRASIL. Acidentes de Trabalho caem 25,6% no Brasil em 10 anos. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias-e-conteudos/2023/maio/acidentes-de-trabalho-caem-25-6-no-brasil-em-10-anos#:~:text=Percentualmente%2C%20em%202021%20os%20homens,mulheres%2C%2034%2C%25>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma “morte morrida”. Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada.

Nesse sentido, pode-se associar o risco vivido pelos jovens entregadores a essa possibilidade de uma morte associada ao infortúnio.

O olhar da interseccionalidade sobre os acidentes de trabalho no Brasil nos permite dimensionar com maior precisão como o risco é um elemento para compreender a experiência dos jovens negros do sexo masculino no âmbito laboral. Diferentemente das jovens mulheres ou mesmo dos jovens brancos, os rapazes negros enfrentam riscos específicos sobre o corpo em diversos espaços, entre eles o trabalho. Portanto, deve-se ponderar que essas experiências de riscos dos cicloentregadores possuem articulação com uma questão mais ampla sobre os riscos vividos no Brasil pela juventude negra masculina no ambiente laboral.

Todavia, considerando a complexidade da experiência, esses jovens não evitam necessariamente o risco, há também algumas respostas que relativizam os perigos da profissão:

Michael: Arriscado se for ver, todo trabalho é arriscado, mas se for ver o trabalho é arriscado porque depende dos outros né, porque você... trabalho de bicicleta, às vezes pego avenida, pego rua, pego marginal um pouco. Você depende de outra pessoa que está no volante ou está na moto e ela não te vê, ou você está no ponto cego e ela vira e não te vê... [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

Kaio: Olha, é bem relativo, eu nunca vi risco, o maior risco é você ter que andar na rua. Esse é o maior risco, e você ter que andar na rua com a bicicleta [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

No cotidiano das ruas ou nos grupos de WhatsApp, esses trabalhadores veem, vivem e ouvem cotidianamente relatos de violência, riscos e mortes. Ainda assim, permanecem. Portanto, a reflexão sobre o que os indivíduos fazem com aquilo que a sociedade faz deles é fundamental para compreender a relação deles com os riscos.

Não somente os acidentes fazem parte dos riscos na experiência laboral, a partir de 2020 há um risco que os entregadores contraíam a covid-19. O risco de contrair o vírus durante os anos mais severos pandemia foi real, e esses trabalhadores passaram a ser considerados “heróis” durante o período de distanciamento e isolamento social (GONSALES, MODA, ACCORSI, 2020). Enquanto parte dos brasileiros e das brasileiras trabalharam em

regime de home office, os entregadores continuaram a circular pelas ruas, possibilitando que outras pessoas mantivessem o isolamento social em suas residências.

Mesmo durante as fases mais restritivas em que diversos estabelecimentos comerciais estiveram fechados para o público, os entregadores continuaram a trabalhar. Quando o governo estadual decretou a chamada “fase roxa”,⁸⁹ em que hospitais já não possuíam leitos de Unidade de Tratamento Intensivo — UTI — o suficiente para pacientes em estado grave por conta da covid-19, os entregadores continuaram a trabalhar.

Durante o mês de abril de 2021, quando o Brasil bateu o recorde no número de mortes por conta da covid-19, foi registrado no dia 6 daquele mês um total de 4.195 mortes diárias⁹⁰. Ao conversar com o imigrante que atuava ora na região do Tatuapé, ora na avenida Paulista, notou-se a preocupação com a contaminação viral causada pela pandemia. Ao perguntar se Antônio considerava seu trabalho era arriscado, o jovem entregador respondeu que a pandemia era um risco:

Caíque: Você considera seu trabalho arriscado?

Antônio: Mais agora com esse coronavírus né. Às vezes que a gente tem que entrar para o shopping... a gente tem que deixar a *bag* em baixo. Aí o pedido que tocou passa de mão em mão. A gente está sendo portador do vírus. A gente tem que pegar o pedido da mão do atendente e colocar na *bag* que fica fora do shopping. Aí a gente tem contato com o pacote da entrega. Como eu te falei a gente fica todo dia na rua, a gente tem risco com o vírus. Agora também com essa questão do vírus evito ficar perto dos entregadores, porque nem todos que estão juntos usam máscaras. Eles tiram a máscara, começam a falar e como estão perto eles estão portando o vírus, não dá para saber, podem estar compartilhando o vírus, por isso que eu não gosto de ficar muito perto deles. Aí é uma questão de perigo aí né. [Antônio, 26 anos, homem, negro, ensino médio completo]

Apesar de circularem pelas ruas em um período crítico, nem todos os entregadores tomaram os devidos cuidados para evitar o contágio e a proliferação do vírus. Durante as observações de campo e acompanhamento da gravação de um documentário sobre os entregadores e a pandemia, verifiquei que diversos entregadores não utilizavam máscaras de proteção enquanto conversavam. No excerto acima, Antônio reitera essa observação.

Na resposta de Antônio há uma preocupação com medidas de segurança, como lavar as mãos e usar álcool em gel. No entanto, como já assinalado anteriormente, o trabalho nos aplicativos carece de uma estrutura institucional na qual os trabalhadores contem com uma torneira com água encanada e insumos de higiene para lavar as mãos. E essa ausência pode ter

⁸⁹ Para saber mais: RBA. São Paulo inicia fase roxa da quarentena após semana com 2.548 mortes por covid-19. Rede Brasil Atual, 15/03/2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/03/sao-paulo-inicia-fase-roxa-da-quarentena-apos-semana-com-2-548-mortes-por-covid-19/> Acesso em 9 de junho de 2022.

⁹⁰ BRASIL. Covid-19 no Brasil. Ministério da Saúde. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acesso em: 9 de junho de 2022.

sido fatal durante a pandemia. Na maior parte das vezes, precisam tomar as medidas sanitárias protetivas nas instalações dos restaurantes em que coletam os pedidos, o que se torna um problema, pois nem sempre os estabelecimentos oferecem insumos para prevenção ou permitem que os entregadores utilizem a infraestrutura local.

Essa ausência de uma infraestrutura que possibilite condições mínimas para manter-se na rua é um dos pontos que Lívia vê como um problema expressivo na experiência. Para a jovem entregadora,

Lívia: A questão que mais pega para mim quando a gente está entregando é não ter um banheiro que você possa usar, é o que mais me incomoda. Eu, por exemplo, tomo muita água e não ter um banheiro e a questão de você não ter um espaço né. Você sai de casa e fica o dia inteiro, “vai comer o quê?” essas coisas assim, para mim precariza mais do que a questão do salário. Porque o salário é precarizado em muitas áreas, mas a gente não ter acesso a coisas básicas é muito foda. E é real, você vai entregar comida em um prédio lá x e os caras não deixam você entrar, você pede um copo d’água e os caras não te dá, você tem que ficar caçando [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Os estabelecimentos só foram obrigados a oferecer acesso ao banheiro para os entregadores em janeiro de 2022, a partir da Lei 14.297/22. Essa lei também legislou a obrigatoriedade no fornecimento de álcool em gel enquanto perdurasse a pandemia – no caso perdurou até 5 de maio de 2023. As medidas protetivas foram uma das reivindicações dos entregadores durante as manifestações feitas nos primeiros meses da pandemia. Resultado: alguns aplicativos disponibilizaram um valor em dinheiro para o entregador comprar os próprios insumos de segurança como máscaras e álcool em gel. Este último também contém dispositivo assegurado na lei somente em 2022, embora, na prática, algumas das empresas já tivessem adotado essa medida anteriormente.

Dessa forma, é possível notar uma espécie de “terceirização da responsabilidade” colocada em prática pelos aplicativos, pois, ao fornecer somente o recurso financeiro, eles não têm nenhuma garantia de que os trabalhadores irão comprar os insumos necessários. Mais do que saber se o entregador irá comprar, os aplicativos não possuem nenhum mecanismo de controle para aferir o uso desses insumos de proteção individual para se proteger do vírus.

Deixados a própria autonomia, nem sempre os entregadores utilizavam a máscara de proteção ou realizavam a higienização das mãos com uso de álcool em gel. Em todas as observações registradas em diários de campo, foi possível verificar entregadores no ponto de espera sem a máscara.

Em primeiro lugar, a maioria dos entregadores são homens e a pandemia possui algumas especificidades nas relações de gênero que merecem relevo. Diversos são os estudos que relatam como os homens se protegem menos de eventuais riscos físicos, sendo

frequentemente mais vítimas de acidentes do que mulheres.⁹¹ Durante a pandemia, alguns estudos indicaram como os homens são mais expostos deliberadamente tanto para contrair como para contaminar outras pessoas (SOARES *et al.*, 2021). E ainda, nota-se que países liderados por mulheres foram destaque internacional positivo durante o período da pandemia, sendo exemplo para os outros países. Por outro lado, os principais representantes do negacionismo e considerados os piores gestores públicos no enfrentamento a pandemia são do sexo masculino⁹².

Em casos em que cicloentregadores se descuidaram com o uso da máscara, há de se considerar que esse trabalho acarreta significativo desgaste físico, o que pode tornar o uso da máscara algo desconfortável. Pedalar por aproximadamente 40 quilômetros por dia, 6 dias por semana, é uma tarefa bastante desgastante. Durante o período que atuei como entregador precisei andar quilômetros usando máscara de proteção, de maneira que senti mais dificuldade para respirar e o desgaste físico também foi maior.

Além disso, deve-se levar em conta a negligência dos clientes como uma variável de risco a qual os entregadores não possuem controle. Embora as plataformas de aplicativos tenham desenvolvido mecanismos no próprio aplicativo para haver “entrega sem contato” isso não foi o suficiente para proteger os entregadores. Não é raro os entregadores serem recebidos por clientes que não utilizam máscaras de proteção em suas residências, expondo-os ao risco de contaminação.

Michael ingressou nas plataformas durante a pandemia. Quando perguntado na entrevista se estava procurando trabalho no momento em que ingressou nas plataformas, ele informou que

Michael: Antes de eu entrar nas entregas eu estava fazendo curso, e como eu não consegui focar quando chegou a pandemia... Aí eu tenho sinusite e esses negócio aí [sic], eu não consigo ficar muito tempo de máscara. Para não piorar minha saúde nem nada, eu fui trabalhar nas entregas [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

O excerto acima é interessante para refletir sobre a não obrigatoriedade e o despojamento que alguns dos entregadores sentiram em relação ao uso da máscara. Pode-se contrapor esse excerto ao que disse Antônio quando relatou preocupação em trocar de máscara e ter contato com clientes ou o pedido. A lógica de descaso com a ciência e

⁹¹ CASTILHO, Ingrid. Homens são os que mais morrem de acidentes no trânsito. Ministério da Saúde. Publicado em 24/05/2019. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/homens-sao-maiores-vitimas-de-acidentes-no-transito>. Acesso em 02/11/2021.

⁹²EL PAÍS. Bachelet: “Dos 12 países que melhor enfrentaram a pandemia, nove são dirigidos por mulheres”. El País. Redação: Federico Rivas Molina. Publicado em 08/09/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-08/michelle-bachelet-dos-12-paises-que-melhor-enfrentaram-a-pandemia-nove-sao-dirigidos-por-mulheres.html> Acesso em 02/11/2021

negacionismo da pandemia (CAMPOS, 2020) fortemente reproduzida pelo presidente do Brasil na época, capilarizada em setores da sociedade civil, aparece também no discurso de alguns entregadores. Os excertos a seguir mostram como os elementos culturais da desinformação no período serviram como justificativa para esses trabalhadores continuarem saindo às ruas.

Louise: Às vezes faz chuva e faz sol no mesmo dia né. Às vezes eu saia e estava um solzão de rachar e aí quando chegava de tarde já estava uma chuva do demônio e a noite já vinha o vento. E eu não gripava, é impressionante, eu acho que a bike te dá uma imunidade, pelo fato de você pedalando e suando, de baixo de chuva e de baixo de sol, eu peguei uma imunidade muito grande, eu nunca mais me gripei depois que eu comecei a trabalhar com entrega. Fiquei muito impressionada com isso. As pessoas todas que eu conheço nas entregas, nenhum pegou covid, nenhum ficava gripado — de ficar mal. Todo mundo tinha uma imunidade muito boa, a questão de trabalhar com o clima assim, tende a deixar o cara mais protegido [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

Caíque: Você chegou a realizar isolamento na sua casa?

Júlio: Assim... aqui em casa todo mundo é saudável, saudável em que sentido: a gente não toma refrigerante, a gente não come embutido, é raro a gente comer embutido aqui em casa, às vezes salsicha, mas evito comer salsicha. Aqui em casa a gente tem costume de comer bastante legumes e frutas, conforme eu fui crescendo eu fui comendo igual aos meus pais, então é muita cenoura, feijão, laranja, verdura, então tudo isso ajuda você a ir criando uma imunidade forte para o corpo. Então, tipo, eu tomo um suco de couve, não sei se você toma suco de couve? Olha é uma maravilha. Então assim, tem coisas que você vai encontrar na natureza que vai te ajudar a proteger o teu corpo. Então eu acho que se eu peguei essa covid, eu peguei lá no começo, sabe? Em fevereiro, lá no carnaval, que... eu lembro que cheguei em casa e fiquei passando mal, mal mesmo, tive dificuldade até para dormir, aí eu tomei uns remédios caseiros e depois eu fui dormir, suei pra caramba, aí fiquei acho que um dia desse jeito, ou outro, mas depois eu fiquei melhor. Então aqui em casa, a maioria das pessoas teve um probleminha assim, mas de boa, eu até tive familiares que testaram positivo para covid, até a minha ex, ela pegou covid e se isolou com a família, mas depois voltou a trabalhar. Então assim, eu sei que isso está pegando famílias inteiras, mas graças a Deus a minha família não teve esse problema, certo? [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto]

Caíque: Como foi o período da pandemia para você?

Beni: Cara, falar que eu fiquei em casa eu não fiquei mano, porque vários entregadores continuaram trabalhando, entendeu? se você ver, você não vê relato de entregador que pegou covid. Pelo que eu soube, nenhum entregador que eu conheço pegou covid. Então, a bicicleta dá uma imunidade a mais, o sol dá uma imunidade a mais que é a vitamina D, entendeu? [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Ao longo do período pandêmico, a desinformação foi latente. O Brasil chegou ao posto de líder mundial em disseminação de *fake news* sobre tratamentos sem eficácia comprovada — especialmente com o uso da hidroxicloroquina. Essa indústria da desinformação tentou realizar uma “politização da vacinação”, acentuou os riscos e impôs graves obstáculos ao combate da pandemia (BISOL, 2020). Conforme identificaram Lima, Pires e Rangel (2020, p. 413) mesmo entre os trabalhadores que ainda se encontram em situação de maior proteção e formalidade, houve um “bombardeio”, “com ameaças e

informações desconexas relativas à suspensão de contratos e redução de salários, por parte de um governo que administra com base no trending topics do Twitter e pela difusão de fake news”.

A ausência de planejamento mais amplo e democrático sobre o isolamento social criou uma oposição entre aqueles que puderam trabalhar remotamente e aqueles que não (COSTA, 2020). Para os trabalhadores pobres que estavam nas ruas, os cuidados são mais difíceis e as condições não são as melhores. Pensar essa oposição sobre quem trabalhou de casa e quem saiu para as ruas no Brasil envolve pensar a partir de desigualdades raciais. Segundo Prates *et al.* (2021), enquanto no início de maio de 2020 a proporção de trabalhadores brancos em trabalho remoto foi de 18%, entre trabalhadores negros — pretos e pardos —, o mesmo índice foi de 9%, praticamente metade. Ao final de novembro, reduziram-se 12% entre os brancos e 6% para os negros. Os autores acrescentam que a jornada laboral em home office foi influenciada por desigualdades que também impactaram a educação:

[...] o exercício do home-office evidencia a histórica desigualdade racial ao longo das trajetórias educacionais. Embora o percentual de pessoas negras e brancas com ensino superior em situação de home-office seja muito semelhante (39,7% e 34,3%, respectivamente), o percentual de trabalhadores brancos com diploma de ensino superior (33,5%) é o dobro do de trabalhadores negros (16,6%) (PRATES *et al.*, 2021, p. 19)

Por mais que o Brasil tenha vivenciado os primeiros casos da covid-19 de maneira mais tardia que países da Ásia ou Europa, a necessidade de ficar em casa e realizar o expediente da própria casa se materializou no país como um direito de poucos. O acesso ao home office também esteve associado à natureza das atividades, tais como os setores da educação, finanças, gestão, algumas profissões liberais e alguns segmentos do setor público, todos eles marcados historicamente por desigualdades raciais (PRATES *et al.*, 2021).

Nesse ponto, os jovens relatam que esse risco de contaminação ao permanecerem circulando pelas ruas pôde implicar na transmissão do vírus para os próprios familiares:

Rodrigo: Período da pandemia para mim foi muito desafiador, sabe? É, é mesmo tempo que eu estava com medo, mas é não por mim. Porque para mim, eu sempre vou trabalhar... o problema é a minha família, minha avó, todo mundo. Eu consigo. O problema é eu pegar no caso o vírus e transmitir para eles isso que era mais uma preocupação [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

Júlio: Então, assim, eu acho interessante trabalhar na rua, ainda mais nesse momento da pandemia, você acaba ajudando muitas pessoas. Tem muita gente que nesse momento não pode fazer compra no mercado. Então, assim, além de você se colocar em risco nessa pandemia, se não fosse as entregas eu não estaria saindo de casa, posso correr o risco de trazer a doença aqui para dentro de casa, então eu vejo que os entregadores são realmente guerreiros. Se hoje você vai no mercado, assim, boa parte das pessoas no mercado são entregadores, a maioria dos entregadores fazendo compras para pessoas, entendeu? [...] Então a política aqui com os entregadores é muito desfavorável, a gente acaba recebendo, como te falei, pouco e trabalhando

muito, entendeu? Então é... é... muito complicado, mas é o que tem no momento [Júlio, 27 anos, branco, ensino médio completo].

Por outro lado, Paola disse ter evitado sair às ruas durante a pandemia, segundo a jovem:

Paola: Bom, é... para proteger a minha família e tal, eu tive que ficar em casa. Eu até cheguei a sair para fazer entrega, mas estava tudo tão estranho, todo mundo de máscara, todo mundo de luva e tal, aí minha mãe não queria que eu fizesse, eu estava morando com ela ainda. Falavam que se eu continuasse fazendo entrega na casa das pessoas eu podia pegar coronavírus, aí meio que falaram assim, por respeito a eles era melhor eu não fazer entrega [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

Se durante a pandemia os estereótipos atribuídos à juventude foram reforçados para culpabilizar esses indivíduos pela continuidade da disseminação do vírus, os dados apresentados evidenciam que vasta parcela da juventude brasileira precisou seguir trabalhando nesse período. De um ponto de vista mais amplo, é necessário ponderar as possíveis omissões e as estratégias ineficazes tomadas pelo poder público durante o período pandêmico para conter o avanço do vírus (BRASIL, 2021).

A violência urbana também é um fator de risco na experiência dos entregadores. Os riscos que envolvem o trabalho dos entregadores não se restringem ao trânsito, esses jovens trabalhadores estão expostos a múltiplos perigos oriundos da violência urbana. Isso é possível perceber a partir da fala de Antônio:

Caíque: Como é trabalhar na rua?

Antônio: Nossa, a gente está exposto a muita coisa...A rua mesmo, assim, por mais que a gente se cuide... por mais que a gente se cuide, é... a gente tem que ficar esperto com os motoristas né. Porque às vezes eles [motociclistas] peguem a ciclovia, e eles não percebem se está tendo ciclista, aí às vezes a gente corre o risco de bater. E outra, às vezes nós estamos esperando o semáforo esperando né, o sinal nosso, e tem carros que não estão cumprindo com o semáforo deles e não percebem que a gente está na nossa luz certa, aí eles passam e é perigoso; eles nem percebem que nós estamos de bicicleta. Também é... ficamos expostos com medo de ser roubados, nós ficamos na rua até 22h da noite, às vezes mais. No domingo passado eu fiquei até 23h da noite porque estava tocando bastante para mim, não estava parando de tocar o aplicativo. Aí como estava tocando e não parava eu fiquei aproveitando até 23h30, como a gente fica na rua tem umas pessoas muito isoladas, a gente fica esperando o cliente onde ele mora, a gente vai ficando preocupado que passe um cara e possa roubar [sic] a gente, possa levar o celular, as corridas em dinheiro [Antônio, 25 anos, preto, imigrante venezuelano, ensino médio completo].

Os conflitos no próprio trânsito fazem parte da rotina dos jovens entregadores. As brigas no trânsito são um dos riscos assinalados pelos *bikeboys*. Inclusive a pesquisa autoetnográfica de Cant (2021) descreve conflitos no trânsito da cidade e “ofensas gratuitas” de motoristas aos entregadores, situação relatada também entre os entrevistados dessa pesquisa.

Ao monitorar os grupos de WhatsApp dos ciclistas-entregadores, foi possível notar o compartilhamento de vídeos que registram roubos e assaltos a entregadores. A maioria desses vídeos mostram o roubo de motocicletas, mas também há filmagens de bicicletas sendo furtadas em frente a estabelecimentos comerciais enquanto os entregadores coletam os pedidos no interior das lojas. As imagens geralmente produzem revolta e indignação entre os entregadores.

Os entregadores veem a realização de entregas em locais desconhecidos ou de maior perigo como uma atitude temerária. Jonas relata uma situação em que teve uma arma apontada para suas costas durante a entrega de um pedido:

Jonas: Eu estava fazendo entrega, na época que eu comecei a perder o medo de entrar nas quebradas. Peguei um pedido no McDonalds ali na Inajar, estava escrito Brasilândia, mas o pedido eu peguei ali perto da Inajar mesmo. Pensei: “Vou entregar? Vou”. Na época eu estava com aquela bicicleta branca que você viu, ela tinha um adesivo cinza, preto e vermelho, o pessoal pensa que é o adesivo da polícia militar. Aí subi, passei em uma viela, tinha um monte de cara lá, veio um com uma arma na mão “Aí maluco, onde é que você vai?” falei “Não meu rei, vou fazer uma entreguinha aqui em cima só” Surgiu um cara de não sei aonde passando a mão nas minhas costas e eu “Nossa, e agora?” o cara perguntou: “mas onde é que é?” Eu mostrei o celular e falei: “olha é aqui em cima, só iria atravessar e entregar aqui em cima só” aí ele “Tá, vai lá, vai lá” Véio, eu tremi... Pensei: “vou perder a bicicleta, vou perder o celular, vou perder tudo”. Na hora que eu passei por lá tinha um monte de moto, pensei que fosse desmanche [de veículos]. Aí subi para entregar e o cliente mesmo falou, “O pessoal que tá aí não é daqui, porque aqui ninguém faz isso” Eu “Aí meu Deus, preciso voltar pelo mesmo lugar” Aí ele “Desce por essa rua aqui na contramão, aproveita que você tá de bike, você cai na Inajar” Quando voltei desliguei o aplicativo e vim direto para casa, cheguei aqui branco que nem um papel, aí falei para ela [a esposa] e ela começou a chorar. Ela falou que se eu ligasse o aplicativo era para ficar por aqui. Depois disso, saí e fiz duas entregas na região. Depois disso nunca mais fui para lá, só que a necessidade, né. Depois de um tempo... [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

O fim do relato indica como essa questão da violência também é um risco que promove temor também entre as famílias dos entregadores. Porém, a necessidade aparece como um mobilizador para correr riscos. Em diversos depoimentos, reconheceram que as famílias têm consciência de que a atividade é arriscada:

Jonas: Pensam que é perigoso, perigoso... foi até no dia que os caras apontaram a arma para mim lá na Brasilândia, ela falou assim “Você não quer parar, você não quer procurar um serviço registrado?” Eu até procuraria, mas vai dar na mesma. Eu vou trabalhar na rua e como registrado vai ser mesma coisa. Posso até trabalhar dentro de empresa, só que se eu tiver que sair na rua, ou se eu tiver que sair procurar trabalho na rua posso “topar” com um louco que vai apontar uma arma para mim, entendeu? [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto].

Kaio: O que a minha família pensa sobre o meu trabalho? Hum... de certa forma não sei exatamente o que eles pensam, mas todo mundo sempre falou para mim que é perigoso. [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

Paola: Hum... de falar que é perigoso, que eu não deveria fazer isso. Eu ouvia em toda a reunião de família e me perguntavam o que eu estava fazendo e eu dizia que estava fazendo entregas, eles já diziam “Ah, você não deveria estar fazendo isso

porque é perigoso” “para de fazer isso, enfim...” essa foi a principal mudança. E preocupação [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

A maioria dos jovens entrevistados concordava que a família via o trabalho nas entregas como arriscado. Contudo, a relativização e normalização do risco feita pelos entrevistados anteriormente também precisam ser levadas em conta a luz da discussão de masculinidades. As afirmações que trouxeram uma relativização dos riscos das ruas foram majoritariamente masculinas, ademais, a falta do uso das EPIs por alguns entregadores pode aludir a pesquisas que também investigaram trabalhadores homens (SALVAGNI, 2013). Salvagni (2013, p. 24) afirma que “[...] enfrentar o risco “de corpo aberto” ou sem os equipamentos de segurança necessários pode ainda garantir esta virilidade masculina pelo trabalho”. Embora transformações tenham ocorrido na forma como os homens das gerações mais novas percebem e se relacionam com o trabalho (PERTICARRARI, 2007).

Nas observações do cotidiano dos pontos de espera, bem como nos vídeos disponibilizados nos canais do YouTube de entregadores, verificou-se uma espécie de solidariedade dos agrupamentos de entregadores em relação a esses riscos de violência. Quando um entregador precisava coletar pedidos perto, era comum um pedir para o outro próximo “cuidar” da bag enquanto saía para buscar o pedido. Isso também vale para a bicicleta, caixa de música, ou outros acessórios. O fato de ficar em grupos também é um indicativo dessa segurança proporcionada pelo coletivo. Poucos entregadores esperavam por encomendas sozinhos na calçada de alguma rua; em vez disso, geralmente se reuniam em grupos de três ou mais entregadores. Nesses grupos não há nenhum tipo de divisão por aplicativo que o jovem trabalha, entregadores das diversas plataformas estabelecem uma convivência de proteção comum.

A questão da segurança é pauta de manifestação dos entregadores. Durante as paralisações de abril de 2020, tanto em São Paulo como em diversas outras localidades do Brasil, entregadores protestaram exigindo segurança contra os constantes assaltos que sofrem durante jornada laboral⁹³, sobretudo os motoboys. Ao estarem inseridos na lógica uberizada de responsabilização individual, qualquer prejuízo decorrente de episódios de violência não tem nenhuma compensação por parte das plataformas.

À vista disso, as intersecções entre as desigualdades ajudam a interpretar essas questões de riscos. Ao se tratar de pessoas que são jovens, do sexo masculino, negras e possuem baixa escolaridade, deve-se atentar ao fato de que este é o principal alvo das

⁹³ CASTANHEIRA, Tomas. Entregadores de aplicativos fazem greves por condições seguras no Brasil e no mundo. World Socialist Website [Internet]. 25/04/2020. Disponível em: <<https://www.wsws.org/pt/articles/2020/04/25/braz-a25.html>> Acesso em: 07 de março de 2023.

necropolíticas⁹⁴ no Brasil. Os casos de homicídio de homens negros são expressivos para compreender o racismo estrutural que intersecciona a juventude. Em 2018, enquanto a taxa de homicídios foi de 13,9 casos a cada 100 mil habitantes entre os não-negros, para os/as negros/as a taxa foi de 37,8. Entre 2008 e 2018 os casos de homicídios entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) caiu 12,9%, ao passo que entre a população negras os casos aumentaram 11,5% no período. Ao considerar esses dados pelo recorte etário, nota-se que 53,3% dessas vítimas de homicídio tem entre 15 e 29 anos.

Outro dado importante acerca do corpo jovem masculino e negro no Brasil é sua relação com a polícia. Diversos são os casos de jovens negros moradores — ou não — das periferias assassinados por ações da segurança privada ou pública, que efetuam políticas de morte para essa população. Segundo Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016), o número de homicídios na cidade de São Paulo diminuiu significativamente desde o início dos anos 2000, com maior tendência de queda entre 2006 e 2011. No entanto, essa tendência não é observada nas mortes decorrentes da ação policial. A investigação aponta uma desproporção na atuação das forças policiais na cidade de São Paulo, bem como um perfil específico das vítimas da violência policial: jovens, homens, negros e habitantes das áreas periféricas da cidade — perfil semelhante ao dos jovens entregadores que compõem essa pesquisa.

O cotidiano dos entregadores envolve um risco de morte, reconhecido pelos próprios jovens. Em síntese, esses dados sobre os riscos das ruas corroboram um dos argumentos centrais defendidos nesse estudo: a experiência laboral dos ciclistas entregadores efetiva elementos presentes na intersecção entre idade, gênero e raça, isto é, as formas pelas quais o racismo afeta os jovens homens no Brasil se materializam nesse trabalho. Mais especificamente nos riscos, verificam-se aproximações com as necropolíticas, porém, no âmbito da relação capital-trabalho. A masculinidade negra periférica, com sua representação de força e desassistência em relação à sua integridade física por aqueles que deveriam zelar por sua vida, traz elementos essenciais para compreender as dinâmicas da ocupação.

Ao mesmo tempo, deve-se atentar para a capacidade de agência e ação dos indivíduos diante das condições postas. Esses rapazes estão sujeitos a diversas circunstâncias que podem resultar em prejuízos materiais, lesões ou até mesmo morte. Contudo, os riscos tendem a ser

⁹⁴ Segundo Pisa (2022) “No ensaio, o conceito de necropolítica é definido como sendo o próprio campo da política, um projeto de subjugação da vida ao poder da morte. Quando pensado em termos de política institucional, ela é a própria estrutura de Estado, não de governos — mesmo que o exercício do poder se efetive por meio de macro ou micropoderes e seus agentes, dentre eles os governamentais. O racismo é o dispositivo privilegiado para regulação da morte, por fazer com que a necropolítica se efetive em suas múltiplas dimensões: deixar morrer, fazer viver de uma dada maneira e matar em larga escala é o modo de ser desta economia política da morte.”

relativizados nas observações de campo e nos depoimentos. Sobre essa dimensão dos riscos e os significados desses riscos para os entregadores, Van Doorn (2021, p. 59), afirma:

A questão é que muitos trabalhadores de plataforma nos dizem que esse tipo de trabalho é uma grande oportunidade, mesmo que discordemos. Isso significa que, enquanto tudo estiver correndo bem, receberão o seu dinheiro. Mas é diante de algo inesperado, como um acidente ou uma lesão, pneu furado ou uma bicicleta roubada, que os/ trabalhadores percebem que dependem somente de si, no máximo de amigos ou familiares, pois é esperado que assumam o risco de serem “contratados independentes”. Enquanto para alguns isso pode não ser um problema, outros são menos capazes de assumir, ou mesmo de entender, todas as responsabilidades.

A experiência de trabalho nas plataformas de *delivery* também indica desigualdades que chegam a abarcar a dimensão simbólica da ocupação. A predominância masculina na profissão tende a produzir o pressuposto de que se trata de um “trabalho de homem”, abrindo margem para o preconceito entre as mulheres que atuam como entregadoras. Conforme relatam as jovens:

Louise: Aí depois começou a tocar, consegui tirar um dinheirinho, começou a fluir melhor, mas sempre aquela coisa de preconceito. Até hoje quando chego na portaria os caras falam “e aí, meu amigo”, “não sei o quê, colega”, nem se referem a mim como mulher. Todo mundo se refere a mim como homem. Aí eu fico, tipo, “Moço, oi?” alguns se flagram e “Ah, desculpa, pensei que fosse um homem” aí eu digo, “Ah, já estou acostumada” [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

Paola: Sim, certeza, tem muito mais preconceito, como se isso não fosse trabalho de mulher. E tem pessoas que chegam e falam “Nossa, uma menina, isso não é trabalho de mulher”, “Por que você está fazendo isso?”, “Por que você não vai trabalhar em uma lojinha?” ou “Você é tão bonita, poderia estar trabalhando com outra coisa” [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto].

Ambos os depoimentos nos levam a refletir sobre o que a socióloga francesa Daniele Kergoat chama de princípio de separação. Derivado da imbricação entre as relações sociais de sexo no meio laboral, princípio de separação diz respeito ao julgamento que se faz entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Dessa forma, as profissões passam a ser generificadas e, portanto, recebem status diferentes a depender dessa associação ao masculino ou ao feminino (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Além da segregação horizontal, as pesquisas sobre as mulheres no mercado de trabalho apontam a ocorrência de uma desigualdade verticalizada. Essa segregação é definida pela literatura especializada como *glass ceiling* (teto de vidro), fenômeno que “[...] ocorre quando a maioria dos trabalhadores que ocupam os postos mais elevados de determinada profissão é formada por homens, ao passo que a maioria dos trabalhadores que ocupam os escalões mais baixos é composta por mulheres” (FERNANDEZ, 2019, p. 89). Esse fenômeno aparece na ausência de mulheres em cargos de comando, de maneira que quanto mais prestígio houver no cargo, menor a presença feminina. Um exemplo disso é a própria presidência do Brasil, que em mais de 500 anos de existência contou com apenas uma mulher

em seu comando, Dilma Roussef, que não conseguiu terminar seu mandato em razão de um processo de golpe parlamentar (NUNES; LIMA, 2021).

No caso das entregadoras, o teto de vidro possui especificidades estruturadas pela própria relação de trabalho na uberização. Posto não haver uma hierarquia formal entre os entregadores, não se verificam desigualdades formais entre os rapazes e as moças nas plataformas. Isso não significa que não ocorrem limitações, das três entregadoras entrevistadas, apenas uma se manteve mais de um ano trabalhando com entregas. Paola, por sua vez, relatou que saiu das entregas porque sua mãe considerava a atividade perigosa e um dia resolveu se desfazer da *bag* da jovem. Essa situação nos leva a questionar: quantos rapazes passaram por situação semelhante?

5.5 Até alcançar “a meta”: reinício do processo e espera pelo próximo pedido

Ocasionalmente, durante o trajeto entre o estabelecimento comercial e o cliente, podem ocorrer acidentes ou problemas com o pedido carregado na bolsa. Quando isso ocorre, os entregadores precisam entrar em contato com o suporte do aplicativo para decidir o que fazer. Nem sempre esse processo é simples: nos grupos de apoio formados no WhatsApp os entregadores trocam informações sobre os procedimentos que devem ser tomados em casos desse tipo.

Finalizado o processo, o entregador aguarda o cliente confirmar a entrega, confere se a taxa está nos ganhos diários e volta ao ponto de referência para reiniciar tudo novamente.

5.5.1 Os entregadores nas redes

A experiência dos trabalhadores das plataformas não se limita aquilo que ocorre no cotidiano das ruas, mas também no que ocorre *online* nas redes sociais. Por meio das ferramentas de comunicação digital, os entregadores organizam grupos e páginas para tratar de suas próprias questões. As interações no mundo digital são uma expressão relevante das novas formas de estabelecer vínculos de amizade⁹⁵, estudos com jovens vem pontuando essa nova forma de estabelecer vínculos desde décadas anteriores, porém, na atualidade, pode-se ver uma capilarização maior dessa forma de interagir (SCHWERTNER, 2012).

⁹⁵ Essas novas formas de vínculos sociais por meio das redes sociais da internet parecem indicar um recrudescimento daquilo que Bauman (2004) definiu como relacionamentos de bolso. A partir da chamada modernidade líquida, o autor argumenta que nossos relacionamentos mostram-se paradoxais e ambivalentes, a aceleração do tempo solicita uma espécie de relacionamento que está à mão para quando for preciso e que pode ser guardado nos momentos em que não se faz necessário.

Os grupos de WhatsApp são parte do cotidiano dos entregadores, em muitos momentos funcionam como verdadeiras ferramentas de trabalho, informando sobre a demanda dos aplicativos, sobre as melhores rotas, os problemas técnicos, espaço para o compartilhamento de notícias e para o entretenimento diante da rotina⁹⁶. De forma geral, os grupos abertos no WhatsApp, Instagram ou Facebook passam a maior parte do tempo falando sobre o cotidiano laboral.

Nesses grupos circulam informações sobre a dinâmica dos aplicativos. Diariamente são repassadas informações sobre o valor do bônus e a demanda de pedidos. Embora as empresas de aplicativos enviem diretamente aos entregadores o valor do bônus diário para entregas, o grupo funciona como uma espécie de “termômetro” para saber se vale a pena ir às ruas naquele dia ou qual aplicativo utilizar. Em dias de chuva é comum que o grupo funcione como um espaço de debate para saber se o bônus está “compensando” diante do clima.

Rodrigo: Faz parte da rotina, ajuda muito, tipo, você escutar como que está a rua. Querendo ou não, você ouve as pessoas de outro lugar, às vezes falar o está ruim, tudo mais, os pedidos. Ou seja, para você ver também como que está [as entregas], se atualizar, né? Tipo “Ah vai ter troca de *bag*”, aí eles mandam o que vai ter, isso aí e tudo mais, as trocas de informação, né? Fora os entretenimentos também né?
[Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Além disso, “ouvir como está a rua” é mais um indicativo da falta de transparência e imprevisibilidade do trabalho nas plataformas digitais.

Em dias de baixa demanda para um entregador ou outro, eles tendem a interagir no grupo compartilhando a baixa demanda de pedidos. Vale lembrar que esse período em que o entregador está disponível para o aplicativo, “à espera” de algum chamado, é um período não-remunerado. Verificou-se, também, que o grupo de WhatsApp funciona como um espaço para compartilhar as angústias da espera. Muitas mensagens relatam o excesso de tempo disponível para o trabalho, longos períodos em que “não toca” nenhum pedido nos aplicativos.

O grupo também é um espaço para compartilhar sobre o valor das entregas que o aplicativo disponibiliza. São vários os *prints* que denunciam taxas abaixo do valor considerado viável, que geram indignação entre os membros, ou taxas maiores que a média, vistas como sinal de sorte. As gorjetas também são assunto: os entregadores membros tendem a compartilhar quando recebem boas gorjetas de clientes, e quando isso ocorre, a percepção daqueles que se manifestam é positiva.

⁹⁶ No início de 2020, a série “Retratos” do UOL passou um dia em grupos de WhatsApp e Facebook investigando as interações entre os entregadores, constatando as dificuldades, mas também os momentos de colaboração e diversão entre os entregadores. EIRAS, Nathália. Meme, frustração e dicas: um dia no grupo de zap dos entregadores de app... UOL. 26/01/2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/26/entregadores-de-aplicativos-usam-grupos-para-trocar-memes-e-frustracoes.htm> Acesso em 21 de janeiro de 2022

Nos grupos também foi possível notar memes e *stickers* compartilhados entre os próprios entregadores para referir-se à experiência laboral. As observações realizadas nessa tese também identificaram esses pontos levantados por Altheman (2021) durante sua pesquisa em um grupo de WhatsApp de entregadores.

Nos grupos em que há mais moto-entregadores são compartilhados avisos de novos radares de velocidade, problemas na pista ou *blitz* da polícia são notificados nos grupos com fotos, avisos e sugestões de possíveis desvios. Em relação ao aviso sobre as abordagens policiais, é válido lembrar que a violência policial, conforme destacamos anteriormente, também deve ser considerada para interpretação desse grupo social.

Na ausência de uma chefia imediata, todos os problemas operacionais que ocorrem no cotidiano laboral devem ser resolvidos pelo “suporte” da empresa. O suporte é o canal de relacionamento onde os entregadores reportam os problemas que ocorrem, porém, os *bikeboys* entrevistados geralmente apresentaram críticas a forma como o suporte faz a mediação dos problemas cotidianos:

Kaio: [caso haja algum problema] Se você vai entrar em contato com suporte, o suporte é pior ainda. Principalmente o iFood [que] você não tem um suporte por ligação real, você tem que entrar no chat e ter que esperar, geralmente leva de 5 a 10 minutos, só que esses 5 a 10 minutos você poderia estar ou entregando, ou coletando pedido. Então tipo, você não tem uma solução real assim, em tempo real. E isso mata, desanima real, desanima o “peão”. Eu já cheguei em muito local onde eu tinha que pegar o pedido no restaurante e eu marquei chegado e o restaurante estava fechado. Aí você manda mensagem avisando o suporte e espera, espera, espera... até eles te liberarem você já desanimou. [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Júlio: E a Uber tem o suporte deles que é um pouco complicado... o suporte da uber porque dependendo da orientação que eles te derem [sic] podem te ajudar ou até mesmo te prejudicar como aconteceu comigo que no momento em que eu entrei em contato com o suporte por causa de um pedido eles acabaram me desativando [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto].

Diante da dificuldade de acessar o suporte para resolver os problemas cotidianos com o aplicativo ou mesmo com os pedidos, os grupos surgem como uma possibilidade coletiva para resolução de problemas individuais. O grupo atua como uma rede de apoio frente a um tipo de trabalho que faz um forte apelo a dimensão individual.

O medo da violência urbana também aparece entre os aspectos que envolvem a experiência nos aplicativos que podem ser identificados nas interações nas redes sociais. O risco desta ocupação pôde ser captado, em algum grau, nas observações feitas sobre as postagens na internet. As dicas são comuns entre os entregadores, discussões sobre situações em que tiveram medo e lugares em que preferem não realizar entregas são debatidos nos grupos das redes sociais.

Essa é uma característica também descrita por Cant (2021, p. 73):

Às vezes grupos também funcionam como mecanismo de autodefesa para os entregadores. Para os motoqueiros o risco de furto era bem sério. Já para os ciclistas, os assaltos eram a maior preocupação. Fosse como fosse, as trocas de mensagens se tornaram uma forma de alertar sobre os locais perigosos e potenciais ameaças.

Assim como na Inglaterra, no Brasil os grupos também colaboram como um mecanismo de autodefesa e cuidado com as próprias ferramentas de trabalho.

Em caso de furto ou roubo, os grupos no WhatsApp funcionam como redes de cooperação para encontrar bicicletas ou motocicletas. Nesses casos, os membros compartilham fotos e o contato do dono que sofreu o furto. Quando o veículo é encontrado há, em geral, uma circulação da notícia no grupo.

Outra intencionalidade que mobiliza a sociação entre os entregadores são ações de financiamento coletivo solidário. Quando um entregador não consegue recuperar a bicicleta ou a motocicleta, os grupos de WhatsApp ou páginas do Instagram, especialmente de grupos de entregadores organizados em prol da categoria, postam financiamentos solidários — as chamadas “vaquinhas” — para ajudar esses trabalhadores a comprar outro veículo para trabalhar, conforme podemos constatar na imagem a seguir. Essas ações de financiamento coletivo são similarmente compartilhadas nessas páginas em casos de acidentes, quando ocorre de algum entregador sofrer um acidente que o impossibilita de continuar a trabalhar.

Imagem 1: Postagem realizada nas redes sociais para divulgar financiamento solidário



Fonte: Grupo de WhatsApp.

Essa postagem apareceu em pelo menos dois grupos de WhatsApp de entregadores em que foram realizados alguns contatos e observações informais. Um dos aspectos que mais chama a atenção no fim da postagem é a frase “só o povo salva o povo!”. Não surpreende essa

frase aparecer no fim dessa postagem diante dessa situação e no contexto específico do início de 2022. A entregadora teve sua bicicleta roubada; contudo, os aplicativos não possuem nenhuma norma que garanta suporte a essa trabalhadora, e o poder público também não conseguiu, ao menos quando essa postagem foi realizada, regulamentar a atividade nos aplicativos e oferecer algum tipo de proteção para esse caso. Somente a solidariedade dos colegas de ocupação parece sinalizar alguma esperança.

A expressão “só o povo salva o povo” é atribuída ao Arcebispo Dom João Batista da Mota e Albuquerque. Quando nos idos de 1979 ocorreu uma grande enchente no Espírito Santo, uma ampla rede de apoio mútuo foi formada entre pessoas e entidades da sociedade civil para dar suporte às famílias afetadas pela catástrofe climática. Mas, também, essa frase pode ser uma derivação da expressão popular periférica: “Nós por nós”.

Esse fator “nós por nós” implica, em outras palavras, no objetivo da comunidade, isto é, no fazer pela comunidade e para a comunidade (LIMA, 2021). Segundo Lima (2021), por trás desse pressuposto de vivência da solidariedade na periferia, há confluência para um mesmo plano de existência, de reivindicações por direito à cidade em diferentes aspectos, da arte à moradia ou alimentação.

Há um debate que reflete sobre essas redes de solidariedade: de um lado, o reconhecimento dos resultados e a proteção de vidas com base em ações populares, ações estas que por vezes conseguem ser mais ágeis e eficientes que a própria ação do Estado e sua burocracia. Sobretudo no cenário pandêmico, foi possível notar o papel exercido pela população organizada no sentido de promover assistência para si própria (OLIVEIRA, 2020; PASSARINHO, 2021; ROSA, 2021). Por outro lado, deve-se atentar para que a valorização dessas ações da população organizada em laços de solidariedade não seja uma substituta da ação do Estado (PASSARINHO, 2021). A valorização descontextualizada das ações de solidariedade e colaboração mútua podem sugerir um discurso que deslegitima as demandas por políticas públicas. Apesar dos limites, desde a abertura democrática, um conjunto de políticas públicas que asseguraram direitos fundamentais foram sancionadas no Brasil atendendo setores historicamente alijados de direitos sociais.

Essas relações de solidariedade não se restringem aos entregadores entre si: vale fazer um breve apontamento sobre as gorjetas. A remuneração dos entregadores não conta somente com o valor pago pela plataforma sobre a entrega, mas também com as eventuais gorjetas pagas pelos clientes. Conforme supracitado, tanto nas observações de campo nos grupos de WhatsApp, quanto os vídeos de entregadores no YouTube, passando pelo próprio

posicionamento da empresa, verifica-se que as gorjetas fazem parte da remuneração e, conseqüentemente, da experiência desses jovens.

No entanto, essa valorização da gorjeta funciona como uma justificativa que pode tornar direitos que são legítimos e necessários em bônus eventuais e imprevisíveis. Essa confusão que se estabelece na remuneração, mais uma vez, sinaliza a discussão sobre a regulamentação da atividade das plataformas.

A circulação de notícias também ocorre nos grupos. Os membros compartilham entre si páginas na web com notícias jornalísticas que dizem respeito aos aplicativos, por meio do grupo é possível saber de vitórias em processos movidos por entregadores contra as empresas de aplicativos, novas leis que interferem na circulação pela cidade, matérias sobre as paralisações e mudanças nas políticas. Isso é um indicativo de outra habilidade desejável para que um entregador esteja integrado na ocupação: a leitura e interpretação de textos. Embora, a dinâmica no aplicativo não requeira profundas habilidades de interpretação de textos e dados, a participação nos grupos de WhatsApp envolve o empenho dessas habilidades.

5.5.2 Os bloqueios na conta

“Os entregadores chamam de bloqueio indevido a desativação da sua conta na plataforma de forma considerada injusta, ou quando o motivo não é informado” (LIBERATO, 2022, p.787). De maneira geral, o bloqueio da conta é a ferramenta pela qual as plataformas excluem os entregadores que não atendem às expectativas. Caso o entregador faça algo que promova uma reclamação do cliente à plataforma, ou se ele juntar algum tipo de dívida, o bloqueio é o instrumento que a plataforma aplica para que o trabalhador não consiga mais fazer entregas por ela.

Caíque: Você já “tomou” algum bloqueio?

Paola: Sim, já tomei, por nada. Eu fazia tudo certinho até que um dia eles mandaram uma mensagem falando que havia terminado a nossa parceria e que eles poderiam fazer isso a qualquer momento basicamente.

Caíque: E como você se sentiu?

Paola: Um mero nada assim, insignificante. Totalmente substituível. [Paola, 24 anos, branca, ensino superior incompleto]

Beni, por sua vez, entregador há 4 anos, descreve que já passou por bloqueio em três plataformas:

Beni: Na Uber foi uma cliente que pegou o pedido e denunciou dizendo que eu não entreguei o pedido, só que eu tinha foto do pedido, eu tinha foto tudo, mas até agora não liberou [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

E acrescenta:

Beni: Eles [as plataformas] querem saber só o lado do cliente, eles não chegam e conversam com o entregador. Então se o cliente vem e diz que não entregou o lanche, ou ele demorou, já bloqueia entendeu? [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Mathias, outro entregador com mais tempo de experiência atuando nas plataformas, também relata a ocorrência de bloqueio. Segundo o jovem:

Caíque: Você já foi bloqueado em algum aplicativo?

Mathias: Eu fui bloqueado na Rappi

Caíque: Por que?

Mathias: Por conta do meu vizinho aqui, uma vez eu entreguei pra ele, entreguei certinho uma compra, acho que uma compra de uns R\$120 reais. Aí eu entreguei a compra e fui embora. Aí passou um tempo e do nada veio [a mensagem]: “Você violou os termos da empresa, sua conta está bloqueada”. Pode ter acontecido porque eu agilizava a compra dos produtos, e o sistema dos aplicativos é meio bugado, aí eu fazia o trampo pra agiliza o máximo possível, mas fui bloqueado [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo]

O medo de exclusão da plataforma, é comum aos entregadores (LIBERATO, 2022). O medo é legítimo, pois como explicitados em diversos estudos, inclusive confirmados nessa tese, os aplicativos são a única fonte de renda da maioria desses trabalhadores (ALIANÇA BIKE, 2019; ABÍLIO *et al.*, 2020; CUT, 2021). Ser bloqueado de repente, sem qualquer justificativa ou injustamente, pode significar perder a única fonte de renda disponível para o próprio sustento — ou ainda o sustento dos dependentes.

Além disso, o bloqueio, assim como as demissões, pode gerar um sentimento de injustiça entre os entregadores. Nem sempre o cliente tem razão em suas críticas e a plataforma não possui uma instância mediadora de conflitos, logo, o entregador pode inesperadamente receber um e-mail ou uma mensagem no aplicativo relatando que o vínculo com a plataforma foi encerrado.

No entanto, os entregadores também desenvolvem seus próprios mecanismos para não ficar sem trabalho em caso de bloqueios. Quase todos os entrevistados assinalaram que possuem cadastro em mais de uma plataforma, conforme apontou um dos entregadores; caso haja bloqueio em alguma, eles recorrem a outra enquanto estão passando por bloqueios mais curtos, com o objetivo de não ficarem sem trabalhar.

Em entrevista concedida para o jornal Folha de São Paulo em 2021, Paulo “Galo”, um dos mais notáveis líderes dos Entregadores Antifascistas, explica ao jornalista os bloqueios que sofreu por se manifestar publicamente.

Agora em 2020 eu estava numa neurose tremenda assim, mano, porque era um dia que eu não queria trabalhar, era um dia que eu queria ficar em casa com a minha família, só que já era terceira água que estava atrasada, então... Era a segunda luz que estava atrasada, geladeira estava vazia, então não tinha como ficar em casa. Quando deu onze horas da noite meu pneu furou e eu estava com um pedido de um cliente. Eu liguei pra Uber, informei que eu estava com esse pedido, e que era pra Uber mandar outro entregador pegar esse pedido, que eu estava com o pneu furado,

era onze horas da noite na Vila Olímpia, não tinha borracharia, eu não ia dar conta de entregar o pedido. E a Uber disse que não tinha outro entregador por perto e que eu podia cancelar o pedido. E aí no outro dia eu fui arrumar o pneu, na hora que eu fui ligar o aplicativo pra sair pra trabalhar, eu tava bloqueado. Aí eu falei pra minha esposa e ela falou: “Pô de novo, não sei quê, e tal tal tal”, eu falei: “ah não acredito”. Eu já tava nervoso do dia passado, eu falei: “Chega mano, vou denunciar esses caras”. E o vídeo do The Intercept na época viralizou, que era um vídeo que eu falava: “Você sabe o quanto que é difícil carregar comida nas costas, de barriga vazia?”. E nessa época começou a vir gente atrás de mim. Apareci aqui, apareci ali, fui fazendo as denúncias, e de repente apareceu a revista Exame. E aí como a revista Exame eu creio que é uma revista que empresário lê mais, depois que eu apareci na revista Exame, eu nunca mais recebi pedido pelo iFood e nem pela Rappi. Meus pedido caiu, e isso a gente chama de bloqueio branco. É um bloqueio que eles não te bloqueia oficialmente para não dar um problema jurídico, que eles não tem uma causa para fazer isso aí, mas você para de receber pedidos. Normalmente quem faz greve, quem se manifesta, passa pelo bloqueio branco. E aí eu fui bloqueado e ali eu falei: “ah, já era mano, é isso, vou ter que cair mais pra dentro da luta ainda”.

O chamado “Bloqueio branco” é imposto aos entregadores sem qualquer tipo de aviso ou diálogo. Essa forma de restrição aos entregadores pode ocorrer diante de recusa às corridas, expressando o controle do trabalho nas plataformas (ABILIO, 2021). O tempo sem receber novos pedidos de entrega não é explicitado pela plataforma, aumentando a insegurança e a instabilidade em relação à jornada laboral e a renda obtida. Portanto, nota-se que, apesar dos entregadores viverem sob essa premissa de que “não possuem chefe”, eles não se encontram isentos de sanções que limitam a atividade ou penalizam de alguma forma.

Os bloqueios indevidos também são um fator de risco importante, pois diversos vídeos que circulam nas redes sociais mostram situações de violência entre entregadores e clientes devido aos bloqueios temporários ou permanentes (LIBERATO, 2022). O estudo de Liberato (2022) nos grupos de WhatsApp e em canais no YouTube de entregadores mostra que situações que podem levar a bloqueios, como clientes que não informam que receberam o pedido, pode conduzir a conflitos, inclusive violentos, entre entregadores e clientes. A instauração de mecanismos no aplicativo para evitar que clientes deem “golpes” em entregadores dizendo que não receberam o pedido são pauta, inclusive, de atos realizados por entregadores.

A mudança na legislação visando atender algumas demandas dos entregadores também estabeleceu normas que envolvem os bloqueios. A Lei 1.4297/22, sancionada em janeiro de 2022, determina que a empresa avise ao entregador sobre o bloqueio com antecedência de três dias úteis, explicando também os motivos e a fundamentação (BRASIL, 2022). Liberato (2022) aponta que após a entrada em vigor dessa lei, o iFood informou aos entregadores, por meio do aplicativo, que um dos casos em que a desativação poderia ser imediata (sem aviso prévio) seria o de não entrega do produto.

5.6 Experiências grevistas

A greve é uma das manifestações das ações coletivas mais elementares quando o assunto é solidariedade entre os trabalhadores. No que diz respeito ao movimento grevista no Brasil, Cardoso (2015, p. 500) afirma que “é fato incontestável que as greves, [...] já não têm o impacto político dos anos de renascimento do sindicalismo entre nós, mas elas não estão ausentes do cenário das lutas sindicais.”

Gradativamente, entretanto, ao longo de mais de três décadas após as lutas que culminaram no fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, mudanças que vão além da dimensão discursiva, abrangendo as práticas cotidianas, são percebidas no sindicalismo brasileiro. Ao longo do tempo, passou-se da acentuada (ainda que não exclusivamente) tendência “confrontacionista” para uma nova pragmática sindical predominantemente negociada, na qual o confronto cedia espaço para as parcerias, negociações e incentivo aos pactos sindicais (ANTUNES; SILVA, 2015; LADOSKY; RODRIGUES, 2018).

Essa atuação mais institucionalizada e considerada menos “combativa” não significou necessariamente menores ganhos; nesse processo, os trabalhadores formais tiveram, de modo geral, e sob o patrocínio do sindicalismo, ganhos salariais expressivos. A valorização do salário-mínimo no período de 2003 à 2015 resultou, segundo dados do IBGE, em um aumento real de 77%. De outra parte, o ambiente econômico favorável, o aumento do emprego formal e a estabilidade política permitiram aos sindicatos do setor privado (indústria, comércio e serviços) a conquista de ganhos reais de salário (acima da inflação) nas Convenções Coletivas (LADOSKY; RODRIGUES, 2018).

Além de heterogeneidade e autonomia, há uma desigualdade no poder dos sindicatos, especialmente entre setores mais formalizados/estruturados e os setores mais precarizados. Um dos problemas relatados pela literatura brasileira é haver uma quantidade excessiva de sindicatos abertos no Brasil.

Os sindicatos dos setores mais expostos à precariedade apresentam taxas menores de sindicalização, fazem menos greves e assimilam com mais facilidade o discurso da modernização, chegando inclusive, em alguns casos, a defender a terceirização (GALVÃO; TEIXEIRA, 2018, p. 179).

Mais recentemente, os estudos sobre o sindicalismo e as relações de classe no cenário neoliberal tem olhado para os processos emergentes de solidariedade transnacional e a dimensão da globalização contra hegemônica nas coalizões entre o sindicalismo e os novos movimentos sociais em escala transnacional (BRAGA; SANTANA, 2015).

Nesse ponto, a própria categoria juventude colabora para a reflexão dos ciclos de protestos no século XXI. Seria um equívoco pressupor que a greve é algo distante das práticas da juventude; por mais que a indústria seja o setor que lidera a realização de greves, notou-se um aumento na atividade grevista na esfera privada, em especial, no setor de serviços (LADOSKY; RODRIGUES, 2018). Segundo Braga e Santana (2015, p. 534),

Notoriamente, o setor de serviços acantona os trabalhadores mais jovens, os empregos pior remunerados, menos qualificados e com altas taxas de rotatividade da força de trabalho. Portanto, é razoável supor que este aumento das greves no setor de serviços esteja diretamente relacionado à crescente insatisfação do precariado com a fadiga do atual modelo brasileiro de desenvolvimento pós-fordista e financeirizado.

No caso dos entregadores o fenômeno vai um pouco além da questão sindical, trata-se de um segmento que não possui filiação oficial a um sindicato, pois requer um vínculo trabalhista formalizado. Vistos de longe, os entregadores podem ser reconhecidos como autônomos, autogestores e “empreendedores”. Logo, qual seria o sentido de desligar o aplicativo e ir para a rua protestar? Com as mobilizações nacionais e internacionais, esses pressupostos passaram a ser abalados.

No dia 1º de julho de 2020, os entregadores realizaram o “Breque nacional dos apps”. Essa foi a paralisação com maior adesão dos entregadores durante o período da pesquisa. Ganhando menos, fazendo mais entregas, trabalhando mais e correndo o risco de contrair a covid-19, os trabalhadores saíram às ruas de várias cidades do Brasil para protestar por melhores condições laborais. Dessa greve emergiram alguns personagens e grupos notáveis na militância da categoria que passaram a ganhar mais espaço na mídia, como os grupos “Treta no trampo”, Entregadores Antifascistas, Amabr e figuras como Paulo “Galo”, Gringo, entre outros.

Em menor escala, as greves continuaram no período posterior. Embora variável, a pauta das paralisações tende a colaborar no processo de compreensão da experiência desses trabalhadores. Entre as reivindicações estão: (i) Aumento do valor por quilômetro rodado; (ii) Aumento do valor mínimo por entrega; (iii) Fim dos bloqueios individuais; (iv) Fim da pontuação; (v) Fim da função OL; (vi) Seguro roubo-acidente.

Em geral, a maioria dos interlocutores disse que as paralisações são convenientes e necessárias para melhorar as condições dos entregadores. Dos que sonham empreender até os que não têm simpatia pelos líderes do movimento: todos argumentaram ser oportuno a melhoria das taxas de remuneração por entregas, apesar de expressarem diferentes opiniões sobre paralisar.

Acerca do paradoxo que aparece em meio às manifestações sobre os entregadores não lutarem unificadamente para serem registrados como trabalhadores CLT pelos aplicativos e, mesmo assim, buscarem melhorias que envolvem aumento na remuneração e melhores condições por parte dos aplicativos, Abílio (2022, p. 944) afirma:

Este é um debate espinhoso, enquanto, nos últimos anos, verificamos uma intensificação e mudança qualitativa nos ataques bem sucedidos aos direitos e proteções do trabalho. Entretanto, deslizar para a simples defesa de um autoengano de trabalhadores que então acreditariam serem chefes de si torna a análise no mínimo infrutífera.

A perseguição a entregadores que fazem greve também é denunciada nas entrevistas. Ao ser perguntado sobre as paralisações, Beni adverte:

Caíque: Gostaria de saber um pouco sobre as participações nas paralisações. Você participou de alguma das paralisações dos entregadores?

Beni: Eu só participei daquela mesmo, mano. Foi colocado no grupo [de WhatsApp], falei: “já que eu vou estar por lá, vou aparecer”.

Caíque: Em geral, você não participa, então?

Beni: Não mano, não gosto de ficar no meio.

Caíque: Por quê?

Beni: Porque eu tipo... eu no iFood... Você, os meninos, quem está no iFood tem o receio de ser bloqueado, entendeu? Por causa das filmagens, o iFood tem foto nossa, eles conseguem puxar quem é o entregador e tal.

Caíque: Você conhece entregadores que foram bloqueados por conta de paralisações?

Beni: Conheço, os meninos que ficam ali na Gazeta mesmo, tem uns três que foram bloqueados por causa disso.

Caíque: O que você pensa sobre isso?

Beni: Eu penso que não seria uma forma justa disso daí. Se a pessoa está lá, fazendo paralisação, é por uma melhora no aplicativo e não uma piora. Ele quer que o aplicativo note o que está acontecendo. Mas, normalmente o aplicativo não vê isso, eles acham que é algo que vai desfavorecer eles. [Beni, idade, raça, escolaridade]

A falta de transparência nos aplicativos possibilita mais do que o controle do trabalho, sendo um meio para limitar a atuação política e grevista dos entregadores. A manifestação é um direito assegurado pelas leis trabalhistas no Brasil (BRASIL, 1989), os participantes não podem ser penalizados por isso, porém, o que se verifica é a lei sendo violada por meio da tecnologia.

Há de se destacar que nem todos os entregadores sabem das paralisações. quando perguntado sobre elas, mesmo após o “breque” de 1º de julho de 2020, Antônio, jovem imigrante venezuelano, informa não saber:

Caíque: Você nunca participou?

Antônio: Não, nunca participei.

Caíque: Nem ficou sabendo?

Antônio: Nem fiquei sabendo.

Caíque: O que você pensa sobre as paralisações?

Antônio: É bom, é bom fazer. Isso porque assim, o pessoal, a região e tal, vai perceber que a gente está bem golpeado economicamente, que o aplicativo paga pouco. Às vezes que nem todo mundo quer falar, que também as pessoas têm que trabalhar porque tipo... como eu posso falar... eu percebo que as paralisações, as participações em paralisações feitas pelos entregadores que trabalham nos

aplicativos, são muito necessárias, porque... tipo... nos outros países estão pagando para aqueles que estão paralisados e sem trabalho, isso eu vi no jornal. Nos Estado Unidos eles estão dando 6 mil dólares para as famílias, e para aqueles que estão trabalhando como entregadores eles estão pagando mais de mil dólares, para quem está fazendo entregas eles estão pagando mil e pouco de dólares. E aí eles estão fazendo isso porque eles não querem ver ninguém na rua por causa do covid. Aqui no Brasil não se faz isso, aqui a única coisa que o aplicativo está pagando mesmo é a compra do álcool em gel, que nós fazemos a compra e depois mandamos uma nota fiscal, mostrando que nós fizemos a compra do... do... gel álcool que a gente compra e eles reembolsam 40 reais. E é só, é só isso. Os entregadores, faz aquela parada, aqueles textos, é porque eles não estão querendo trabalhar o dia inteiro para não dar conta das contas, não é mesmo?

Percebe-se que apesar de saber de ações grevistas, o entregador que atua na avenida Paulista, um dos pontos onde há maior concentração de entregadores na cidade, não está informado sobre elas. Isso diz muito sobre a dificuldade de articulação da categoria.

A flexibilidade que envolve o trabalho nos aplicativos, permitindo que eles criem suas próprias jornadas de trabalho, decidam quando ligar e desligar o aplicativo, também tem reflexo na organização grevista. Ao contrário da fábrica, que estipula o compromisso em “bater o ponto” em um horário e local fixos — de modo que as paralisações nesse setor envolvem parar e agrupar os trabalhadores que vão entrar na empresa para trabalhar —, nas plataformas de aplicativos a dinâmica é outra. Ao não estabelecer um compromisso pré-estabelecido com o horário e o local da jornada, os trabalhadores de aplicativos podem apoiar as paralisações sem estar de corpo presente no ato:

Michael: Oh, se eu for falar que eu participei, eu vou falar que eu nunca participei de ir no local, mas quando tem paralisação, a maioria das vezes fico em casa. Porque querendo ou não, se eu não for fazer parte da reunião, eu acho melhor ficar em casa, ao invés de eu ir lá fazer entrega. Porque querendo ou não você está desvalorizando, se você quiser valorizar seu tempo, você tem que abraçar quem quer valorizar, e não ao contrário [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

Rodrigo: Bom, eu sempre participei, só que eu não ia lá pessoalmente. Eu nunca fui para a paralisação, mas sempre quando ficava sabendo que ia ter eu ficava em casa, não ligava o aplicativo e tudo mais. Eu ficava na minha casa. [...] Porque se... se... eu acho que está ruim. Mesmo que eu não vou lá fazer o protesto, eu tento ajudar de alguma forma a protestar. Querendo ou não, não ligando aplicativo já estou protestando de alguma forma. Só que eu não gosto de ir para esse lugar, tipo de protesto, no caso, se tiver que ir, eu vou. Mas eu não sou muito a fim não. [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior]

Há quem veja a greve como “perda de tempo”, argumentando também a necessidade de trabalhar como impeditivo para participar.

Júlio: [...] sinceramente, isso aí é só para quem não tem mesmo nada para fazer. Eu sei que eu tenho coisas muito mais importantes para fazer do que perder o meu tempo aí fazendo greve. É assim, se eu estivesse cheio da grana mesmo e nada pra fazer, aí eu iria lá e ajudaria os entregadores na greve, sabe? Mas eu preciso trabalhar [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto]

Kaio: Olha... Sinceramente, eu nunca fui. Eu nunca fui pela necessidade de trabalhar. Eu sei que muitas pessoas fazem isso pela melhoria né. Mas, cara, é bem relativo, eu nem sei bem como expor o que penso em relação a isso. Do meu ponto

de vista, a manifestação, ao mesmo tempo que é uma coisa boa, é uma coisa ruim, né? Porque muitas das vezes, você perde muito tempo lá. Muitas vezes você perde muito tempo lá e nada muda, como muitas paralisações que fizeram, já fecharam muitas vezes a Paulista, já fecharam a marginal, já fecharam grandes vias de São Paulo, e até hoje o que mudaram? Nada [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Dado o caráter descentralizado do espaço de trabalho, as greves possuem dificuldade para fazer com que os entregadores não ativem o aplicativo em dias de paralisação.

Durante o ano de 2020, duas grandes paralisações da categoria, de abrangência nacional — e até internacional —, foram realizadas para contestar as condições laborais. Intitulados “BrequedossApps”, o primeiro ato aconteceu no dia 1 de julho e o segundo no dia 25 de julho. A adesão de entregadores e o apoio de usuários das plataformas, com o apoio da internet e das redes sociais, as denúncias dos trabalhadores repercutiram em diversos meios de comunicação.

Dentre as reclamações, afirmavam: que não puderam contar com um auxílio efetivo dos Aplicativos, no que se refere ao provimento de equipamentos de proteção individual - EPIs -, como álcool em gel e máscaras; que solicitaram o pagamento de licenças remuneradas para os trabalhadores que se contaminaram, ou que se contaminassem com o novo vírus e que, por isso, ficassem impedidos de continuar trabalhando, mas que, muitas vezes, não foram atendidos ou pior, foram bloqueados, por não estarem disponíveis para a realização do trabalho. Além disso, acusaram os aplicativos de reduzir as taxas de entrega, bem como de executar cortes de trabalhadores sem motivo aparente e não fornecer nenhuma explicação. Também denunciaram a displicência, ou mesmo falta de consideração, de alguns clientes que não usavam máscaras e nem álcool gel durante a efetivação da entrega (CASTRO, 2021, p. 76)

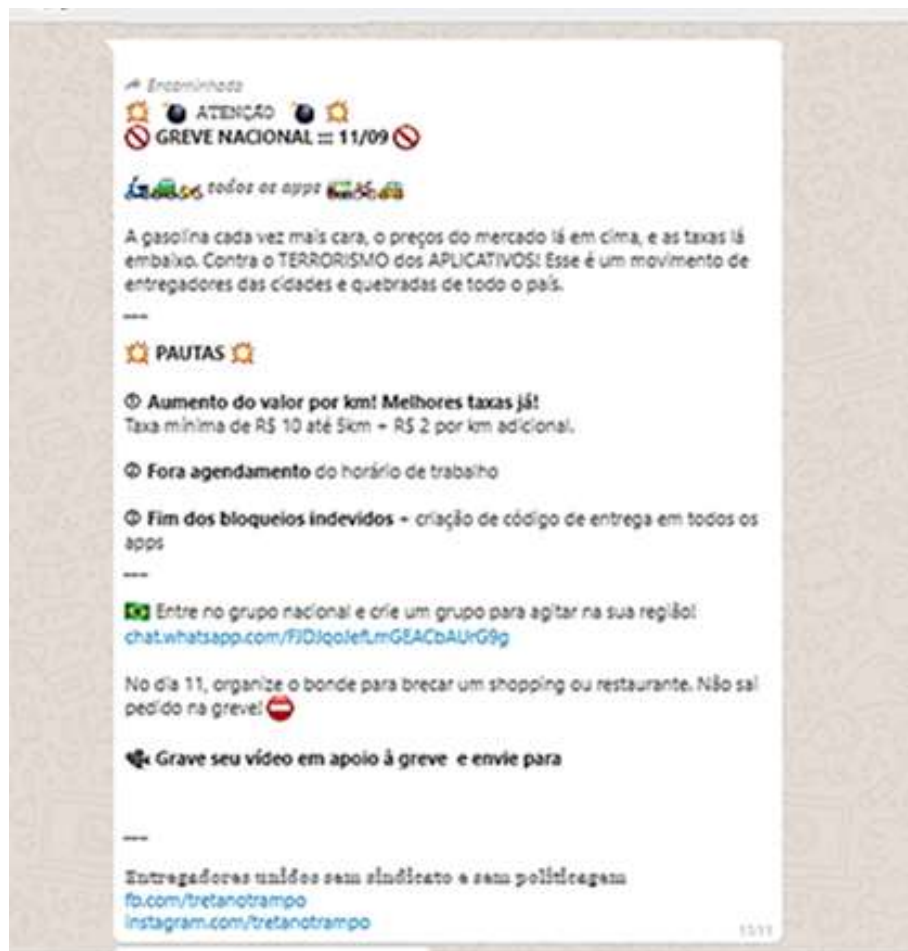
Depois de 2 anos, após mais de 22 milhões de infecções, com 619.599 óbitos registrados, a Lei 14.297 passou a garantir que a empresa também deve pagar ao entregador afastado por covid-19 uma ajuda financeira equivalente à média dos seus três últimos pagamentos mensais ao longo de 15 dias, para que ele possa cumprir o isolamento e compensar os dias que não pôde sair às ruas novamente.

De um ponto de vista mais amplo, é possível relacionar a questão do gênero, na dimensão simbólica, à ocorrência dos próprios coletivos grevistas. A começar pelo grupo denominado “Treta no trampo”, formado majoritariamente por homens entregadores. Destacase, portanto, a presença das relações de gênero como articuladoras para a interpretação da indignação e organização grevista dos entregadores. De acordo com Pillon (2013), dois valores podem ser destacados como parte da virilidade proletária: a “resistência” pela força e a violência operária. Evidentemente, não são características exclusivamente masculinas, no entanto, são fenômenos emergentes da relação entre homens e trabalho. Há uma potência existente nesse aspecto inerente à construção da masculinidade que pode ser canalizada a transformação social. Para Hill Collins (2022b), os homens, em especial os homens negros,

podem utilizar essa força e necessidade de afirmação de poder masculino para lutar contra estruturas de poder econômicas e raciais, como o capitalismo e o racismo⁹⁷.

A organização de protestos e ações de caráter coletivo também passam pela atuação das redes sociais dos entregadores. Grupos de WhatsApp e no Telegram foram criados para a divulgação de informações sobre as paralisações, como podemos conferir na imagem a seguir:

Imagem 2: Mensagem de grupo grevista compartilhada no grupo dos entregadores



Fonte: Grupo de WhatsApp, retirado em 10/10/2021

A postagem acima foi disseminada em alguns grupos para fomentar a greve de entregadores prevista para o dia 11/09/2021. Mensagens iguais a essa foram comuns durante as várias paralisações que ocorreram ao longo do ano. Os grupos foram formados, também, para discutir a realização de paralisações, todavia, o alcance dessas ações possui limites nas próprias redes.

⁹⁷ Nesse ponto, Patrícia Hill Collins (2022b) retoma a história do jogador de basquete Latrell Sprewell, que não aceitou as humilhações de seu treinador branco e se revoltou utilizando da força como um instrumento de afirmação de sua identidade negra e periférica. Outro exemplo é a atuação de Frederic Douglass em apoio ao sufrágio feminino, sendo fortemente reconhecido pelas ativistas e autoras do feminismo negro.

Alguns aspectos que compõem a mensagem merecem destaque para refletir sobre as relações de solidariedade que envolvem ações coletivas de entregadores. A inserção em um contexto digital e de comunicação via aplicativos de mensagem aparece na articulação, dado que a mensagem sugere a participação e a criação de grupos para engajamento coletivo de entregadores. A criação de vídeos em apoio à greve ocorre nesse viés. Durante as análises em páginas no Instagram de greves de entregadores, como o próprio Treta no trampo, foi possível constatar diversas publicações de vídeos de entregadores convocando outros trabalhadores para atos em defesa de melhores condições laborais.

Ao fim do texto é possível verificar a mensagem: “entregadores unidos sem sindicato e sem politicagem”. Esse é outro aspecto que cabe algumas considerações: (i) o movimento dos entregadores não é unificado em torno de uma instituição representante: trata-se de um movimento descentralizado no qual há presença de grupos autônomos que se organizam entre si. Essa descentralização ficou bastante evidente em reunião realizada pelo Ministério do Trabalho do governo Lula com representantes dos trabalhadores de aplicativos⁹⁸; (ii) As ações dos entregadores tentam se manter descoladas de figuras e partidos políticos: quando a mensagem enfatiza a ausência de “politicagem” ressalta que os entregadores se manifestam a partir de um posicionamento sem apoio a qualquer partido político. Esse distanciamento em relação aos sindicatos traz questões acerca do próprio lugar dos sindicatos na atualidade.

Em uma das observações de campo foi possível observar um aspecto no mínimo curioso sobre a ausência do sindicato. No dia 16 de abril de 2021, entregadores se organizaram para a realização de uma manifestação em frente ao Estádio Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, na Zona Oeste da cidade. A paralisação contou com a presença de milhares de entregadores, no entanto, observei poucos ciclistas, possivelmente por conta da própria região da cidade, local pouco acessível para os ciclistas entregadores. Desde a convocação para os atos, foi possível verificar nos grupos de WhatsApp uma posição contrária à presença de sindicatos; todavia, ao chegar no local, os organizadores do ato não levaram carro de som ou algo semelhante para se comunicar com os presentes. No mesmo dia e local estava ocorrendo uma manifestação do sindicato de professores da cidade em defesa

⁹⁸ Esse aspecto descentralizado foi enfatizado pelo jornalista Guilherme Amado em coluna que escreveu para contar sobre os desafios da reunião. Segundo o relato, “o governo Lula está com dificuldade para encontrar lideranças que de fato representem os trabalhadores de apps. A categoria não possui organização sindical e atua de maneira difusa, por meio de grupos no WhatsApp e em outras redes sociais”. Para saber mais: AMADO, Guilherme. Reunião de entregadores com governo teve gritaria e microfone cortado. *Jornal Metrópoles*. Coluna. 19/03/2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/reuniao-de-entregadores-com-governo-teve-gritaria-e-microfone-cortado> Acesso em 4 de setembro de 2023.

de melhores condições laborais⁹⁹. Após conversa entre manifestantes, os professores concordaram em ceder o carro de som por alguns instantes aos entregadores. O que se verificou foi uma ação quase que conjunta. Professores também discursaram no microfone, saudando e se solidarizando em palavras com os direitos dos entregadores.

Enquanto investigava a classe operária inglesa, Thompson (1987) constatava que outros recursos, para além dos grupos grevistas, propiciavam a leitura do mundo:

[...] era comum frequentar bares onde se podia escutar a leitura, em voz alta, de um panfleto ou jornal; escutar um sermão ou ouvir o discurso de um orador radical. Além das notícias de jornais que eram socializadas nas ferrarias, barbearias e tabernas, podia-se obter informações por meio dos vendedores de cartazes e dos cantores de rua. Principalmente nos momentos de efervescência política, os alfabetizados liam os periódicos para os demais companheiros de trabalho. As publicações do Parlamento também se tornavam um material pedagógico importante.” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 63)

No caso dos entregadores, os grupos de WhatsApp realizam uma função semelhante à medida que possibilitam informar os entregadores sobre possíveis atos grevistas, mudanças na legislação, mudanças nos aplicativos, entre outros aspectos.

Essa organização por meio do WhatsApp apareceu também na fala de Louise, segundo a jovem:

Louise: Ah, sim, as paralisações foram quando comecei a trabalhar [nas plataformas], eu conheci outros entregadores e já entrei em grupos de WhatsApp, começava “Há, ali tal hora o pessoal se encontra na praça tal [sic], na região onde tem tais restaurantes, e ficam lá de manhã pra esperar os aplicativos tocarem” aí a gente ia pra lá, pra esperar os aplicativos tocarem, e nisso, começavam as conversas de que o aplicativo não estava tão legal, e aí as movimentações para a greve. Nisso, fizemos a greve dos apps ali. Aí foi assim que descobri, me mobilizei junto [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

Mesmo facilitando a comunicação entre pessoas que estão distantes, a organização de atos de entregadores por meio das redes sociais também propicia conflitos na organização. É o que relata Lívia, membra do grupo Entregadores Antifascistas:

Lívia: A galera que está se organizando por meio de grupo de WhatsApp nunca olhou no olho do outro. Aquilo não acho que a gente tem que romantizar, a questão trabalhista há 50, 60 anos, porque eu acho que sempre teve a galera que boicotou e defendeu patrão, isso sempre tem, em todo lugar. Não adianta achar que naquela época era mais fácil, talvez fosse mais fácil por essa questão da comunicação, mas a comunicação está mais contra nós do que a nosso favor. Porque você, tipo assim, você está lá fazendo entrega, aí tem que parar pra responder mensagem no grupo não sei o que, aí as pessoas decidem coisas importantes, votações, no grupo de WhatsApp, aí aquele fulano que não teve tempo de ver depois vai ficar puto, assim... ficamos reféns desse bagulho e a gente não consegue ter discussões mais profundas porque tudo é muito rápido, já trocou o assunto muito rápido, já se discutiu o assunto muito rápido, mas isso é uma coisa que todos nós como sociedade

⁹⁹ EXTRA CLASSE. Entregadores e professores se unem em protesto em SP. Extra Classe, São Paulo, Redação: César Fraga, 16/04/2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2021/04/motoboys-e-professores-se-unem-em-protesto-em-sp/>. Acesso em 04 de setembro de 2023.

estamos passando agora né, então é óbvio que dificulta muito [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

O excerto acima, produzido a partir da entrevista de Lívia, enfatiza uma das dificuldades encontradas pelas lideranças do movimento para conseguir fazer da ferramenta de mensagens um meio de comunicação sem perder a dimensão democrática da organização da paralisação. Portanto, observa-se que a interação dos entregadores nos diferentes grupos de WhatsApp da categoria indica expressões das formas de sociabilidade nesse contexto histórico do século XXI. A internet e os aplicativos de mensagens fornecem meios sem precedentes para a organização dos trabalhadores, porém, há de se advertir que a internet é uma ferramenta que proporciona meios para os indivíduos estabelecerem vínculos. A finalidade desses vínculos é fruto de uma série de questões sociais, culturais, do tempo histórico em que eles estão inseridos.

A mobilização coletiva com o apoio das redes sociais na internet não é uma novidade. Desde as jornadas de junho de 2013, passando inclusive pelos “rolezinhos” citados anteriormente, é possível observar a realização de mobilizações de atores sociais jovens em busca da ocupação do espaço público que recorrem às redes sociais como estratégia de divulgação (BRAGA; SANTANA, 2015). Tanto essas ações quanto as estratégias de divulgação e engajamento sinalizam com transformações nas formas de organização e representação existentes no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea.

Cabe acrescentar, ainda, um aspecto observado em campo acerca do engajamento de apoiadores que não são entregadores com a luta da categoria. Em uma manifestação que ocorreu em frente ao prédio do MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand -, pude observar alguns jovens que se engajaram na passeata em apoio aos entregadores. Em uma conversa informal, dois rapazes me informaram ser estudantes e uma jovem disse ter saído do trabalho há pouco tempo, e lamentou ter chegado ao final do ato.

Também durante a realização da primeira paralisação nacional em 2020, apoiadores realizaram algo denominado “vomitação”, que consistiu em entrar na loja *online* em que se realiza o download do aplicativo de *delivery* e fazer avaliações negativas, deixando reclamações sobre a forma como a empresa trata os trabalhadores. Como pode ser observado na imagem retirada da página no Facebook de um dos grupos de reivindicação, as ações nas redes eram coordenadas.

Imagem 3: Sugestão de ação para clientes apoiadores da ação dos entregadores



Fonte: Página entregadores de SP no Facebook, retirado em 08/11/2022

Do ponto de vista da experiência, a partir de Thompson, investigar a formação de classe no capitalismo do século XXI requer atenção a esses aspectos comunicacionais e interativos proporcionados pela internet. Mais do que um espaço no qual se busca ou se encontra trabalho, as TICs têm integrado a estratégia de organização coletiva dos trabalhadores.

Por fim, essa comunicação pelas redes sociais não se esgota nos anúncios ou no diálogo dos organizadores, uma vez que desde a ascensão dessas ferramentas de comunicação digital, as redes vêm sendo utilizadas para manter coesão no grupo social. Recentemente, foi possível observar como as redes sociais foram capazes de promover desinformação em massa e impulsionar figuras políticas ao nível nacional e internacional¹⁰⁰. Um registro importante dessa utilização das redes como ferramenta política foi feito por Giuliano da Empoli (2019), de acordo com o autor, alguns grupos de indivíduos, nomeados por ele como “engenheiros do caos”, recorrem ao poder comunicacional das tecnologias algorítmicas para criar e disseminar narrativas falsas, criar conflitos políticos e minar a confiança nas instituições. Contudo, verifica-se com essa pesquisa a ocorrência de outros usos de ferramentas comunicacionais.

Embora as redes sociais sejam um ambiente no qual os entregadores organizam movimentos de resistência, trata-se de um espaço em que ocorre uma disputa com os donos

¹⁰⁰ Para saber mais, ver: BBC. Como o Facebook mudou a internet, o comércio e até a política. BBC BRASIL. 21/07/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966587> Acesso em 21 de setembro de 2023.

do capital. No início de abril de 2022, uma matéria jornalística assinada por Clarissa Levy, divulgada pela Agência Pública¹⁰¹, denunciou que o IFood estava contratando empresas de publicidade para realizar ações nas redes sociais que visavam desmobilizar os trabalhadores.

Segundo a reportagem, a plataforma de aplicativo contratou empresas de publicidade que utilizaram *fanpages* nas redes sociais para desmobilizar as manifestações dos entregadores. No caso, a reportagem aponta que empresas do ramo da comunicação criaram uma página no Facebook chamada “Não Breca meu trampo” e outra chamada “Garfo na caveira”, com o intuito de disseminar conteúdo voltado aos entregadores. Utilizando uma linguagem semelhante à desses trabalhadores, as páginas produziam *memes* se passando por entregadores que se posicionavam contra a participação em atos grevistas.

Mais do que criar páginas para disseminação de conteúdo, a reportagem apontou que as agências de publicidade chegaram a criar perfis falsos que se passavam por entregadores para fazer críticas no Twitter – atual X - a menções populares que defendiam as ações grevistas. A estratégia classificada como “marketing 4.0” tem o objetivo de promover uma marca ou rumores em relação a determinado assunto. Além de mensagens que visavam sabotar a greve, também tentaram modificar a narrativa em jogo acerca das reivindicações. Os conteúdos buscaram colocar a vacinação como um dos pontos prioritários do ato, pauta esta que antagonizava com o setor público e não com as plataformas de aplicativos.

A reportagem apurou ainda que as agências de publicidade chegaram a infiltrar supostos entregadores nas manifestações, com o intuito de causar tumulto e promover conflitos entre os diferentes grupos e lideranças desses trabalhadores. A reportagem teve acesso a uma reunião da agência de publicidade na qual os envolvidos trataram das ações tomadas que culminaram em conflitos no ato realizado no estádio do Pacaembu, o que teve um impacto negativo na imagem de Paulo "Galo", um dos entregadores mais combativos do movimento. Em entrevista posterior à notícia, Galo descreveu a presença de um homem que supostamente seria um entregador enrolado em uma bandeira do Brasil, com adesivos da inspiração nazista, participando do ato dos trabalhadores e causando confusão.

¹⁰¹ LEVY, Clarissa. A máquina oculta de propaganda do iFood. Agência Pública, 04/04/2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

6. Sentidos e trajetórias do trabalho nas plataformas digitais de *delivery*

A expectativa em relação à continuidade ou permanência no trabalho com entrega por aplicativo também é um elemento constitutivo da experiência dos entregadores e, também, um indicativo da própria natureza das plataformas. A análise dos significados que esses jovens atribuem à experiência adquirida nessa área auxilia na compreensão sobre a própria ocupação e, por conseguinte, elementos dessa nova arquitetura de trabalho presente no capitalismo do século XXI. Aprender esses sentidos, tomando como referência a conexão temporal entre passado, presente e futuro, auxilia a pensar sobre o que essa ocupação tem a oferecer para aqueles e aquelas que a realizam.

Enquanto o cenário atual desponta com transformações no âmbito institucional, naquilo que diz respeito à proteção social e os direitos trabalhistas, Dardot; Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo traz uma nova racionalidade. Para essa concepção “[...] o momento neoliberal caracteriza-se por um discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). Logo, “A grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto seu próprio comportamento contribui para tornar essas condições cada vez mais duras.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Tentando pensar essas transformações com base na subjetividade, Purcell; Brook (2022), ao tratarem dos motoristas uberizados na Inglaterra, argumentam sobre a importância de compreender as percepções positivadas sobre “ser o próprio chefe” como expressões contemporâneas do consentimento. Para os autores, essas formas contemporâneas de consentimento envolvem o cultivo de uma mentalidade empresarial para cuidar de si próprio e da inserção no mundo do trabalho. A aquisição dessa mentalidade empresarial é verificada e criticada por diversas obras na sociologia do trabalho (SENNET, 2005; ALVES, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016).

Ao investigar as premissas do “empreendedorismo de si” entre os entregadores entre os *bikeboys*, na cidade de São Paulo, notou-se que a percepção de empreendedor não é ratificada por todos os entregadores, fato que, em alguma medida, também foi notado por essa tese. Em uma das questões da entrevista com os entregadores, o referido autor propõe uma questão com quatro alternativas para os entrevistados se identificarem: (a) trabalhador, (b) colaborador, (c) parceiro ou (d) empreendedor. Os entregadores escolheram uma dessas definições e o autor perguntou o motivo da escolha. A pesquisa apontou que “trabalhador” e “empreendedor” foram as definições menos escolhidas pelos entregadores, ao passo que colaborador e parceiro foram mais assinalados. Os entrevistados demonstraram capacidade de

distinguir as diferentes definições, associando cada uma delas a uma condição específica. Dessa forma, alegaram que não são empreendedores, uma vez que essa definição se aplica a pessoas que têm um empreendimento próprio. Por outro lado, esses mesmos interlocutores disseram que a palavra trabalhador está associada ao emprego formal, o que também não se aplica à sua situação. Altheman (2021, p. 114) conclui:

[...] em nossa investigação, de cunho eminentemente qualitativo, não encontramos o fenômeno pesquisado em sua plena materialidade. Como não poderia deixar de ser, encontramos entregadores que pendiam ora mais, ora menos para sua corporificação.

O autor acrescenta que “neste caso, as condições objetivas de precarização do trabalho eram acompanhadas de perto pela consciência subjetiva de sua existência e eram, portanto, repudiadas pelos entregadores”.

Reconhecer o controle por parte das plataformas e a necessidade de trabalho por parte dos trabalhadores não exclui a importância de compreender as percepções desses indivíduos. Conforme identificou Dubet (2014, p. 113):

Com o princípio de igualdade, os indivíduos se perguntam sobre a justiça de sua posição na sociedade e na organização do trabalho. Colocando-se sob o princípio do mérito, eles medem a equidade da retribuição de seu trabalho, colocando-se sob o princípio do mérito, eles medem a equidade da retribuição de seu trabalho. Mas o trabalho não é redutível nem ao estatuto que oferece, nem à troca de um esforço, de uma utilidade ou de uma boa vontade por um salário. O trabalho é também o engajamento da pessoa numa atividade que lhe traz satisfações intrínsecas, prazer, felicidade, um sentimento de crescimento pessoal e liberdade; pelo lado oposto, ele lhe dá o sentimento de ser alienado, destruído, até mesmo usado quando ganha bem e ocupa uma posição considerada conveniente. Para julgar esta dimensão do trabalho, o sujeito mobiliza uma norma subjetiva que se chama correntemente de satisfação no trabalho. No entanto, não se pode englobar tudo na noção muito vaga de satisfação, pois não é o mesmo estar satisfeito com seu salário e seu estatuto ou com seu métier, sua atividade “em si”. Sendo assim, o importante é levantar os julgamentos apresentados pelos indivíduos sobre um trabalho que os preenche ou que os frustra enquanto sujeitos desejosos de se realizarem na atividade profissional.

Essa longa citação ilustra uma perspectiva sociológica de interpretação da relação entre indivíduo e trabalho. Mais do que julgar essa relação como satisfatória ou alienada, Dubet (2014) chama a atenção para a necessidade de assumir uma perspectiva compreensiva sobre o que tem valor para os trabalhadores em sua atividade. Como será discutido a seguir, a autonomia — ou liberdade, nos termos utilizados pelos entregadores — é um elemento valorizado na experiência dos jovens, sujeitos desta pesquisa.

Ao olhar para os sentidos e trajetórias no trabalho, este estudo também busca quebrar alguns pressupostos, tais como o trabalho nas plataformas ser parte de uma economia dos “bicos” – *Gig economy* –, na qual as plataformas são algo provisório por si só e que os jovens buscam essa opção devido à familiaridade com as tecnologias. Outro pressuposto que se combate nesta tese é a de que os jovens, no início de suas trajetórias, aceitam qualquer tipo de

ocupação, sem se atentarem à escolha. Ao contrário dessas ideias, esta pesquisa indica que os jovens encontram vantagens no modelo de trabalho oferecido pelas plataformas, por vezes valorizando a autonomia e a possibilidade de “fazer o próprio horário” ou “ser o próprio chefe”, sem deixar de reconhecer a precariedade e a exploração.

6.1 Sentidos da experiência de trabalho nas plataformas digitais de *delivery*

Conforme veremos a seguir, há jovens que trabalham nas plataformas para conseguir dinheiro e atender às urgências da vida familiar. Se isso é verdade para boa parte deles, sobretudo aqueles jovens que já possuem filhos, só a necessidade não explica a experiência desses indivíduos.

O sentido do trabalho é uma questão fecunda nos estudos da temática juventude e trabalho (CORROCHANO, 2004; RIZZO; CHAMON, 2010; PEREIRA; TOMIZAKI, 2016). Vasta literatura demonstra que valores como autonomia e independência são norteadores da inserção juvenil na esfera produtiva e, paralelamente a isso, esses sentidos emergem no contexto de relações precárias ou de baixo status na hierarquia organizacional. Ademais, aspectos culturais compõem essa miríade de significados, como possuir recursos financeiros para integrar-se à sociedade via consumo, fazer do espaço laboral um lugar de encontros, transitar pela cidade. Todos esses aspectos podem ser tipificados como sentidos que habitam a experiência desses indivíduos.

A presente tese contempla essa discussão e propõe elementos a partir das plataformas digitais de *delivery*. As evidências apresentadas aqui sugerem a importância de se considerar elementos de idade, gênero e raça para balizar essa questão. Enquanto os jovens brancos, sobretudo as moças, utilizaram os aplicativos para ingressar em outras atividades ou mesmo estudar, os rapazes negros, sobretudo os de menor escolaridade, utilizam os aplicativos de forma mais estável na busca por renda.

6.1.1 “Nós estamos vivendo igual *Squid Game*”: O trabalhar como necessidade

Sair diariamente de casa com uma *bag* nas costas e pedalar quilômetros pelas ruas da cidade de São Paulo realizando entregas pode expressar um dos sentidos primários do trabalho no capitalismo: a necessidade de recursos para sobreviver. Apesar de não ser o único sentido para os interlocutores, ligar um aplicativo para trabalhar, de fato, muitas vezes

significa trazer recursos para atender às necessidades e urgências mais básicas individuais e familiares.

Do ponto de vista histórico, o capitalismo realizou uma transformação gigantesca na relação dos indivíduos com a propriedade privada e os meios de subsistência. Com o processo de acumulação primitiva de capital, os trabalhadores foram, geração após geração, perdendo acesso à terra e submetendo-se a relações assalariadas para prover suas necessidades mais básicas de moradia e alimentação. A necessidade se tornou um mediador fundamental na divisão social do capitalismo e na constituição das classes sociais.

O ideário neoliberal também traz consigo um deslocamento do trabalho para a esfera da necessidade. Ao rever a obra do pensamento liberal da virada do século XIX-XX, a fim de compreender as permanências desses ideais na atualidade, Dardot e Laval (2016) constataam uma vertente da escola liberal que tende a conceber o trabalho sob a perspectiva moral, sugerindo que os direitos sociais devem ser dependentes do trabalho. Segundo essa premissa que vê o mercado como regulador da vida social, o trabalho é uma obrigação vital e “aquele que não trabalha não deve comer”. Dessa forma, a partir da lógica da “destruição criadora”, o capitalismo transpôs “o trabalho para o terreno da necessidade, quando não da própria existência humana” (VIANA; TEODORO, 2017, p. 320)

No entanto, captar esse sentido nas entrevistas é algo mais desafiador do que parece. Por mais que possa se supor que todos os indivíduos trabalham para satisfazer as necessidades mais básicas de sobrevivência em uma sociedade de mercado, expressar que está trabalhando para obter essencialidades supridas com dinheiro não foi algo recorrente nas entrevistas.

Os jovens adultos, sobretudo aqueles que já tem filhos ou moram com enteados, são aqueles que mais trouxeram a ideia do trabalho nas plataformas como um meio de “pagar as contas”.

Jonas: Hoje um dos principais desafios que a gente tem é manter a casa e a família... Tenho uma enteada de 15 anos, minha filha de 2 anos e meio, minha esposa, e eu moramos na casa da minha sogra com bastante gente, então a gente divide as contas, e o principal desafio da gente hoje é manter as contas em dia. A gente está em uma situação em que temos que escolher qual conta vai atrasar... Nós estamos vivendo igual [as personagens da série] *Squid game*¹⁰², [ou] Round 6: “Vai que vai,

¹⁰² *Squid game*, ou Round 6, é uma dorama sul-coreana original do streaming Netflix, a série acompanha um grupo de pessoas desesperadas por dinheiro que recebem um misterioso convite para participar de jogos competitivos inspirados em brincadeiras infantis. Ao final do jogo, o vencedor poderá levar para casa um prêmio milionário e resolver todas as suas dívidas. Porém, trata-se de uma disputa sangrenta, na qual os perdedores saem mortos do jogo. No ano em que foi exibido oficialmente, 2021, a obra chegou ao posto de seriado mais visto da plataforma, com milhões de acessos. Não por acaso, a série estava em seu auge quando a entrevista foi concedida por Jonas. Para saber mais: ADORO CINEMA, Round 6. <https://www.adorocinema.com/series/serie-29898/> Acesso em 14 de outubro de 2023.

não pensa em fraquejar não, se fraquejar, morre!” [Jonas, 32 anos, pardo, ensino médio completo].

Nesse caso, o trabalho nas plataformas aparece como uma forma de poder acessar direitos básicos como moradia e alimentação. A fala de Jonas é sugestiva para ponderar sobre as motivações que levaram milhões de brasileiros a circular nas ruas para trabalhar durante o período mais agressivo da covid-19: obter renda para manter as necessidades básicas. Essa renda se desdobra em acesso à alimentação e moradia, não só dos próprios trabalhadores, mas também de suas respectivas famílias. As vulnerabilidades foram ampliadas ao longo da crise vivenciada durante a pandemia da covid-19, o acesso à alimentação tornou-se mais difícil e os índices de insegurança alimentar se elevaram (JAIME, 2020).

Kaio é homem, negro, casado e ingressou nos aplicativos logo que sua esposa engravidou:

Kaio: [...] eu trabalhava na época com conserto de celular, eu sou técnico. Trabalhava com conserto de celular na Santa Ifigênia e o que me levou a trabalhar no [Plataforma] foi a necessidade de grana. Porque minha esposa estava grávida na época, então havia uma certa necessidade com a minha mulher gestante, eu precisava fazer uma renda extra, para poder suprir as necessidades que acabavam entrando por conta desse evento.

[...]

Caíque: Como você descobriu que poderia fazer entregas?

Kaio: Como eu descobri foi o seguinte, na época eu estava um pouco apertado e como a minha esposa estava grávida, a gente viu as necessidades aumentarem. Então assim, eu me perguntei: “mano, o que eu vou fazer?”. Nesse dia que eu perguntei o que iria fazer eu estava em casa, já tinha uma bike e estava com o pneu murcho, nisso mandei mensagem para um amigo e pedi a bomba para encher pneu. Quando esse amigo meu foi em casa levar a bomba, ele chegou pedalando com uma *bag* nas costas do [plataforma], aí a gente trocou ideia, olhei para *bag* dele e pensei: “É isso que vou fazer, vou começar a fazer entregas para o [plataforma]”. Nisso fui atrás de uma *bag* para mim e fazer os corres para começar nas entregas. Quando descobri que valia mais a pena foi quando eu fiz o teste e percebi que estava ganhando mais do que com conserto de celular.

Como Kaio mencionou, após descrever uma situação que considerou desgastante no trabalho com entregas: “a gente que tem família não pode se acomodar, né”.

Para além da dimensão de classe que envolve trabalhar para obter recursos, nesse cenário, o trabalho nas plataformas aparece com uma dimensão de gênero e raça relevantes. A partir das entregas, Kaio e Jonas conseguem acessar renda para exercer o papel de provedor socialmente esperado. Pois, fazer entregas por aplicativo se constitui em um meio relativamente rápido para geração de renda, uma vez que a remuneração pode ser obtida no dia ou na semana seguinte ao trabalho.

6.1.2 “Meu próprio chefe”, “meu próprio horário”, “liberdade”: percepções de autonomia e crítica à CLT

A flexibilização do sistema produtivo, discutida desde meados do século XX, persiste na uberização (ROSENBLAT, 2018), pois a emergência do trabalho nas plataformas digitais no Brasil catalisou fenômenos já preexistentes no mundo do trabalho (ABÍLIO, 2020, 2021). Os processos de exploração no capitalismo orientaram cada vez mais uma atomização das relações entre os trabalhadores, fomentando uma responsabilização individual.

Para se consolidar como um trabalho que promove a autonomia, as plataformas digitais de *delivery* estabelecem um modelo funcional que não possui horário nem pagamento pela produção pré-definidos, ao contrário do que ocorre na relação assalariada. Os entregadores são colocados diante da percepção de que são totalmente responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso financeiro o tempo todo. Cabe investigar, portanto, como esses jovens entregadores reagem a essas condições objetivas da experiência.

Ao questionar os interlocutores desta tese sobre o que mais gostavam no trabalho nas plataformas, foi comum a resposta “fazer meu próprio horário” ou “fazer meus próprios ganhos”, isto é, expressões que demonstravam valorização de uma certa autonomia. Assim como em outras pesquisas realizadas com entregadores, uma expressão apareceu recorrentemente entre alguns dos jovens entrevistados “Sou meu próprio chefe”.

A trajetória e as percepções de Mathias são ilustrativas para a reflexão a respeito da inserção do trabalhador nos aplicativos de *delivery* e, também, para pensarmos as contradições que envolvem a experiência laboral na uberização.

Após sair de um trabalho formal como entregador em uma empresa especializada na atividade de *bike-courrier*, Mathias ingressou nas plataformas sob a alegação de que o trabalho era longe de sua residência e a remuneração não valia a pena:

Mathias: [Ingressar nas plataformas] foi a melhor opção, porque eu estava cansado de trabalhar registrado, ficar ganhando salário-mínimo, e tipo ficar preso em um lugar para receber salário mínimo, e o salário não está valendo muita coisa, então foi a melhor saída que achei para conseguir me sustentar [...] as coisas melhoraram aqui em casa, porque antes com o CLT eu ganhava R\$1.000,00, R\$1.200,00, R\$1.400,00 no mês, é muito pouco isso. Já com o aplicativo eu faço em duas semanas esse valor, compensa bem mais. Não é o que eu quero para o meu futuro, mas é o que eu tenho no momento e é a melhor opção [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo]

Portanto, o jovem trocou um trabalho com registro em carteira para ingressar nas plataformas. Por mais que a maior parte dos interlocutores assinalaram buscar as plataformas diante de uma situação de desemprego – situação latente durante o cenário pandêmico – o caso de Mathias é ilustrativo e traz pontos para reflexão: (i) a remuneração no trabalho fixo

era inferior — ou semelhante — à dos aplicativos; (ii) trabalhar em um mesmo lugar é visto como sinônimo de confinamento; e (iii) a insatisfação com a morosidade no deslocamento para local de trabalho.

Primeiramente, em relação à remuneração, vale destacar que não apenas Mathias, mas a maioria dos jovens entrevistados, assinalaram receber ganhos superiores a um salário-mínimo por mês com as plataformas, se considerarmos que o salário-mínimo em 2021, momento em que a entrevista foi concedida, era de R\$1.100,00. Mathias afirmou receber com os aplicativos algo entre R\$1.750,00 e R\$ 2.000,00, portanto, faz sentido, do ponto de vista da remuneração, entender o motivo que levou o jovem a trocar o trabalho registrado pela plataforma.

Em segundo lugar, o jovem percebe o trabalho em um mesmo local como sinônimo de confinamento, pois uma das queixas foi sobre “ficar preso em um lugar para receber salário-mínimo, e o salário-mínimo não está valendo muita coisa”. A forma como Mathias se refere ao antigo emprego, definindo-o como uma forma de prisão, traz inquietações acerca da modalidade de trabalho CLT. Após sair da empresa de *bike-courrier*, Mathias ingressou em três plataformas diferentes e passou a decidir o horário que iria fazer sua rotina de trabalho e qual aplicativo que iria utilizar. É comum entre os entregadores possuir cadastro em mais de uma plataforma. Jonas, por exemplo, assinalou já ter trabalhado em 8 plataformas diferentes, várias delas com cadastros ativos concomitantemente.

Em terceiro lugar, pode-se pensar a questão da insatisfação com a morosidade no deslocamento para local de trabalho. Nas plataformas, não há uma predefinição de onde será realizada a jornada laboral, o que aparece como uma dimensão de autonomia para esses sujeitos. No quinto capítulo desta tese, foi abordado o tema do deslocamento pela cidade, as controvérsias que envolvem a circulação nas vias públicas e o fluxo de pessoas da periferia para o centro. No entanto, no caso de Mathias e na discussão que se propõe, é interessante notar como o trabalho na plataforma permite que o trabalhador decida o local onde deseja circular. Embora os entregadores atuem em locais onde há maior demanda no aplicativo, há uma abertura para escolher o ponto onde ficar à espera dos pedidos, diferentemente de grande parte dos trabalhos em geral, no qual os trabalhadores têm um local pré-determinado para atuarem. Mais do que isso, para aqueles que residem na periferia, trabalhar em áreas centrais significa realizar longos trajetos diariamente, algo que gera incômodo e suscita uma discussão sobre o próprio direito à cidade. No caso de Mathias, o jovem trabalha com o aplicativo no próprio local onde reside, recorrendo a uma bicicleta motorizada.

Entre alguns entregadores, há a percepção de que eles são uma entidade formalmente autônoma em relação aos aplicativos. Segundo Altheman (2021, p. 102)

A ideia de “não trabalhar para ninguém”, mas “fazer aplicativo” parecia estar atrelada a um modelo colaborativo em que o entregador é um membro constitutivo de um sistema mais amplo, que só funciona a partir da integração de suas partes.

A autonomia propiciada pelos aplicativos é um dos aspectos mais valorizados pelos entregadores. Durante diversas entrevistas foi recorrente a valorização da "liberdade" de sair para trabalhar ou retornar quando bem entender. Em praticamente todas as entrevistas em que os entregadores valorizavam essa autonomia, o tempo aparecia como um elemento relevante. Essa possibilidade de definir em qual momento ligar e desligar o aplicativo propicia a realização de outras demandas da vida social. Kaio afirma que esse trabalho significa:

Kaio: Liberdade, na hora que eu quiser parar, eu paro; na hora que eu quiser almoçar, eu almoço; na hora que não quiser ir trabalhar, eu não vou; na hora que quiser voltar para casa, eu volto; então isso me dá bastante liberdade para fazer aquilo que eu quiser fazer. Por exemplo, agora o meu filho está de férias da escola e no dia que não tiver ninguém para ficar com ele, eu fico de boa, sem depender da vontade de empresa nenhuma, sem precisar dar satisfação para ninguém. Aí quando a mãe dele chega do trabalho, posso ir trabalhar de boa [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

Kaio, relatou que durante algum período realizou alternâncias com a sua esposa no cuidado de seu filho, de modo que disse estar trabalhando com mais afinco nos fins de semana. A dimensão do querer também pode ser destacada nesse excerto. Repetidas vezes o jovem diz querer e, de certa forma, poder atender às suas necessidades individuais com a dinâmica laboral do aplicativo.

De fato, durante o período em que trabalhei como entregador, realizei horários distintos, sem qualquer prejuízo, exceto pela sensação de que quanto menos horas trabalhasse, menor seria minha renda obtida com a jornada. O mesmo princípio vale para o fim da jornada, poder escolher colocava sob minha responsabilidade de parar diante do cansaço ou dos riscos com a diminuição do fluxo de pessoas.

Portanto, “fazer o próprio horário” também é algo valorizado pelos jovens entregadores. Como bem relataram anteriormente, na função nuvem, o aplicativo pode ser ligado e desligado na hora e local definido pelo próprio trabalhador, isso aparece como uma vantagem, especialmente em relação ao setor formal. Em um segundo momento, Kaio ainda acrescentou:

Kaio: Hoje eu não consigo mais trabalhar em uma empresa. Desde quando eu entrei no [plataforma] eu não sei mais o que é trabalhar para os outros. Você faz o seu horário a hora que você quer, sai a hora que quer, vai para onde quiser, e volta se quiser, né. [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

O depoimento de Kaio evoca um debate importante sobre as transformações no mundo do trabalho, o lugar do trabalho CLT ou mesmo a atuação com um horário fixo. Assim como verificado por Pires e Perin (2023) com jovens cicloentregadores e também por Rangel (2019, p. 106), em investigação sobre os trabalhadores da “feirinha da madrugada”, na capital paulista, a autonomia aparece “se contrapondo justamente à inerente situação de submissão que caracteriza o trabalho assalariado”. Ou seja, não se trata de uma autonomia em relação às normas organizacionais (regras e demandas da empresa), mas uma autonomia em relação à personalidade, de não ter que “trabalhar para os outros”. As plataformas tendem a acentuar essa percepção à medida que estabelecem uma subordinação mediada pelo virtual e não pelo pessoal.

Portanto, além de poder conectar e desconectar o aplicativo quando quiser, um dos aspectos valorizados pelos entregadores é a ausência de um chefe no trabalho. Conforme destacou um dos entregadores: “Liberdade. É a palavra certa: liberdade. Porque se você trabalha CLT você acaba ficando preso dentro de uma sala, fazendo um serviço que você não gosta, para agradar um patrão que às vezes não gosta de você.” Essa crítica em relação às ocupações anteriores, em empresas cuja dinâmica laboral é mais formalizada, também aparece na percepção de Júlio, jovem que abandonou um período de sete anos em uma empresa de *call center* e decidiu “arriscar” nos aplicativos:

Júlio: Não é legal, porque você via as coisas acontecerem e não podia falar porque você era só o peão do xadrez. Lá, eu era só um número, tanto que, quando eu saí da empresa, já contrataram outro para colocar no meu lugar [...] por exemplo, com relação ao chefe, quando você tem um ótimo líder é uma coisa maravilhosa, ele te inspira, ele te faz crescer. Mas quando você não tem um líder, ele não te motiva, ele não te faz crescer... Agora nesse momento, o líder seria eu mesmo [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto]

A diferença em relação às empresas que possuem uma estrutura organizacional que exerce um poder mais perceptível por parte dos subordinados é novamente reiterada pelo jovem:

Júlio: Olha, assim, sinceramente, é um trabalho bom, pelo menos para mim. Porque sei que tem aquele risco de você trabalhar na rua, etc. e tal, mas assim, o sentimento de liberdade de você estar na rua, sem precisar ter alguém no seu pé ali, enchendo o saco, falando que você tem que fazer isso, isso e aquilo. Você é o dono da sua empresa, então você que tem que colocar as suas metas. Eu vejo que é algo difícil para mim, mas às vezes você está passando por uma fase difícil, mas você vai sair mais forte disso, então, para mim, é um aprendizado, porque eu nunca trabalhei com outras coisas, é uma experiência, entendeu? [Júlio, 27 anos, branco, ensino superior incompleto]

Um primeiro ponto a se considerar é que essa crítica (da presença do chefe em contraposição à “liberdade” oferecida pelo aplicativo) precisa ser circunscrita nas experiências de trabalho anteriores desses jovens. A maioria desses indivíduos estavam em

ocupações com qualidade inferior tais como *call centers* e redes de *fast-food* durante os primeiros anos da trajetória laboral.

Nesse mesmo sentido, Marcos acrescenta:

Caíque: E quais benefícios você percebe nesse trabalho? O que você acha que é bom?

Marcos: Acho bom o dinheiro que se faz, bem mais que trabalhar em uma firma, esses lugares aí. E eu gosto de ser livre, não gosto de ser mandado [sic]. Eu gosto de fazer entrega porque eu trabalho no aplicativo e eu trabalho só pra mim. Isso ajuda mais ainda, entendeu? [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo]

Esse desejo por maior autonomia está entre os maiores conflitos enfrentados pelos indivíduos na modernidade. Do ponto de vista da sociologia de Simmel (2005, p. 577)

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida.

Ao mesmo tempo, essa busca por autonomia envolve contradições com transformações mais amplas no capitalismo, ocorridas tanto nas formas de gestão da produção, maior flexibilização e demanda por “proatividade” no espaço de trabalho, quanto na própria cultura da “pejotização” das relações trabalhistas. Ambas incorrem em uma valorização do “empreendedor de si” que precisa gerir os próprios recursos e a própria vida, tal como uma organização capitalista (HARVEY, 1992; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Nessa dimensão, a autonomia aparece, por vezes, embaralhada ao individualismo, mais como consequência das transformações na organização do trabalho do que como resultado de decisões individuais, então o indivíduo torna-se o único responsável pelo seu próprio destino.

Do ponto de vista de gênero, as afirmações dos rapazes indicam uma valorização em não perceber uma subordinação direta. Dado o modelo de masculinidade hegemônica na sociedade, há o imperativo de que os homens devem ocupar as melhores posições sociais possíveis, de modo a não precisar se subordinar a ninguém (CONNELL, 2015). Dessa forma, é possível considerar a hipótese de que os jovens encontrem sentido na percepção de serem “donos da própria empresa”.

Ao atribuir ao entregador a responsabilidade pelo pedido, sem a presença de um chefe que supervisiona pessoalmente o trabalho, a dinâmica dos aplicativos permite que os trabalhadores se sintam responsáveis por seus erros e acertos. Michael percebe isso como uma vantagem.

Michael: [...] você não vai receber ordem né, que nem [sic], se eu fizer alguma coisa errada o erro vai ser meu, eu não vou ter que ficar ouvindo outra pessoa, entendeu? Mas mesmo às vezes errando nas entregas eu me cobro, porque é ruim né [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

A responsabilização individual pelo erro, presente na fala dos jovens, também assume um sentido que coaduna a essa valorização da autonomia, especialmente no caso do jovem que tem como experiência anterior de trabalho somente entregas de folhetos e o bar da família. No entanto, os erros nas plataformas podem ocasionar bloqueios sem justificativa e trazer transtornos para entregadores. Logo, é necessário ponderar os limites dessa valorização da responsabilização individual.

O fato de “não receber ordens” é um aspecto crucial, e tem relevância interpretativa do ponto de vista geracional. Pesquisas com jovens no espaço de trabalho constataam a presença de conflitos geracionais, violências e um certo “etarismo” mediando a relação entre os mais velhos e os mais novos (MOURA, 2017; OLETO *et al.*, 2017). A dinâmica dos aplicativos possibilita a esses jovens trabalhar sem ter de passar por constrangimentos dessa natureza, o que não significa não haja outros, conforme destacado no capítulo anterior.

Outra particularidade ressaltada pelos entregadores foi a possibilidade de fazer os próprios ganhos. Diferentemente do trabalho assalariado, que possui uma remuneração fixa por hora trabalhada e uma jornada diária com limites regulamentados, a remuneração nos aplicativos coloca os trabalhadores diante de uma situação em que o sucesso econômico está em função do empenho individual e da quantidade de pedidos recebidas. Sobre os próprios ganhos na plataforma:

Kaio: O que eu faço: quando eu saio para trabalhar, eu não saio para fazer meta de dinheiro, porque se eu fazer meta de dinheiro, eu vou olhar quanto eu fiz e eu vou parar de trabalhar. Por exemplo, se eu colocar uma meta de cem reais e eu fazer esse valor em quatro horas, eu vou olhar e vou querer parar, porque a meta já alcancei [...] Então, eu não coloco meta de dinheiro, eu coloco meta de horário. Tipo, hoje eu vou trabalhar oito horas, se eu fizer cinquenta, cem reais ou mais, eu tenho que trabalhar as oito horas diárias. Então, às vezes pode ser que eu faça mais, já teve dia no Uber [carona] que eu sai para trabalhar doze horas, e eu fiz quase mil reais. Então, é querer, é tudo persistência [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

Rodrigo: Para falar a verdade para você: as entregas em si, se você tem um objetivo a curto prazo, as entregas são um lugar em que você mais vai conseguir atingir, pois quanto mais você trabalha, mais você ganha. Agora vamos supor [sic], se você pega um bico em que seja assalariado no dia, tipo: você vem trabalhar para mim e eu te pago R\$100 reais no dia, [no trabalho com] entregas é diferente. Nas entregas você pode tanto fazer R\$100 no dia, como você não pode, mas também você pode fazer R\$300 no dia. Vai do dia, vai do esforço, vai da sorte, vai do desempenho. Se você está querendo mesmo o negócio e você só tem aquilo para fazer... igual eu, vou entrar de férias da faculdade, só vou voltar em março, então, se eu tiver foco, é uma forma fácil de conseguir do que outros serviços [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

As críticas em relação ao setor formal, concomitantes à valorização do trabalho nas plataformas, perpassam os aspectos presentes no cotidiano do emprego, tais como o “desvio de função”¹⁰³ ou as excessivas exigências frente à baixa remuneração:

Rodrigo: Fora que às vezes eles te contratam como um auxiliar administrativo, mas tem que fazer coisas de técnico de informática, tem que fazer coisas de faxineiro, cobram um monte de coisas que não condiz com o que era para fazer, e ainda querem pagar aquele salário ali. Então eles exigem um monte de coisa, mas querem pagar só aquilo ali [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

No entanto, Rodrigo percebe que há uma pressão para que ele ingresse em um trabalho com registro em carteira:

Rodrigo: É que tipo, hoje em dia as pessoas pensam que o único trabalho que vale a pena é o trabalho CLT, só carteira registrada, só [se der condições de] se aposentar, mas hoje em dia não é bem assim realmente. Claro que é uma coisa boa, sim, se acontecer alguma coisa com você ali, você tem seu INSS, tem seu... mas INSS hoje em dia você pode pagar por fora, muitas coisas hoje em dia você pode fazer por fora. Se você está nessa profissão de motoboy, eu vejo que tem muitos motoboys que tem MEI, eu não tenho MEI, mas tem muitos que tem MEI e conseguem fazer vários aplicativos, conseguem fazer outras coisas e pagam um valor no mês [de contribuição previdenciária]. Muitas pessoas que só porque você não trabalha em um trabalho registrado dizem: “Ah, porque você não procura um trabalho registrado”, mas trabalha em um trabalho que só reclama, que não é bom, mas quer que você trabalhe em um trabalho registrado. É esse tipo que eu não entendo. Se eu chegar para alguém e começar a reclamar, tudo bem, a pessoa tem o direito de falar, mas se eu não estou falando nada, é chato. Às vezes até na faculdade o pessoal chega e pergunta: “por que você não arruma um trabalho na área?”. É foda, tem coisas que não tem necessidade da pessoa se intrometer [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

Certamente as condições materiais e históricas do capitalismo do século XXI são significativas para entender essa percepção positivada sobre “ser o próprio chefe”, que se desdobra entre os entregadores. Segundo Abílio (2021, p. 944)

Para além do não esquecimento de que a própria definição de emprego já foi profunda e perversamente alterada pela Reforma Trabalhista, a compreensão dos modos de subjetivação periféricos é fundamental para compreender o lugar que o emprego formal ocupa nas trajetórias dos trabalhadores. A alta rotatividade, as desigualdades brutais, injustiças cotidianas e a herança escravocrata se perpetuam por dentro da formalidade. Quando o trabalhador diz que “não quer ter patrão”, é necessário estar aberto aos sentidos múltiplos e contraditórios que esta afirmação encerra.

Contudo, nas últimas décadas - e de maneira mais aguda no período pós-crise de 2014 - o assalariamento formal tem deixado de significar uma possibilidade concreta de mobilidade social e perdido potencial de segurança e proteção social que ocupava outrora. Esse fenômeno percebido por Rangel (2019, p. 35) como “desencantamento da condição salarial” é

¹⁰³ O chamado “desvio de função” ocorre quando o trabalhador realiza uma atividade de forma contínua que está fora do escopo do cargo que exerce. A realização de funções fora das atividades estabelecidas previamente tem base legal no Art. 483 que legisla: O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato” (BRASIL, 1943).

identificado nos setores populares. As alterações no significado do emprego formal tornaram mais plausível a positivação do trabalho autônomo e informal, bem como a elaboração de percepções mais positivas sobre atividades que ainda são estigmatizadas e cujo cotidiano é marcado pela precariedade e insegurança.

6.1.3 “É libertador, mas tem um custo”: reconhecendo os limites do vínculo com os aplicativos e o autogerenciamento subordinado

Apesar da valorização em poder fazer a própria rotina de trabalho, os jovens “bike-entregadores” reconhecem os custos e as precariedades envolvidas nessa atividade. A “liberdade” tem suas limitações, é o que assevera um dos interlocutores: “É libertador, mas tem um custo”.

Os custos a que se referem os entregadores vão desde as condições objetivas de trabalho (passando pelos riscos e dificuldades inerentes ao cotidiano) até a ausência de direitos e benefícios trabalhistas, como a contribuição previdenciária e um convênio médico para si e para seus dependentes. Jonas, por exemplo, disse ter cancelado o convênio médico de sua filha criança para arcar com custos que teve com a manutenção da bicicleta que utiliza nas entregas:

Jonas: Até tentei [manter o convênio médico], mas com um tempinho não deu certo, porque se a bicicleta tinha um problema eu tinha que consertar, aí não dava para pagar o convênio, tive que desistir de algumas coisas. [Jonas, 32 anos, pardo, ensino médio completo]

Essa percepção sobre custos que passam a ser de responsabilidade do próprio indivíduo também é percebido por Kaio. O reconhecimento dessa responsabilidade individual é definido pelo jovem como uma necessidade de “ter consciência” ou, em suas palavras, “ter cabeça” para perceber as diferenças entre os aplicativos e o emprego formal e lidar com a ausência de benefícios, inclusive previdenciários.

Kaio: Óbvio que, para você “trabalhar para si mesmo”, você precisa ter uma consciência. Você não vai ter mais o seguro-desemprego, você não vai ter lá os impostos da sua aposentadoria, você precisa ter cabeça. Para quê? para pagar a manutenção da sua bike, moto, carro, ou seja, lá o que você estiver fazendo, pagar um MEI para que você possa continuar contribuindo com a previdência social, se você quiser se aposentar. Um dia todo mundo vai precisar disso [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

As percepções de custos diferenciados em relação ao setor formal foram mais recorrentes entre os jovens adultos, aqueles entre 25 e 29 anos. Isso ocorre, possivelmente, devido às experiências progressas com trabalho em regime CLT. No entanto, os jovens entre 18 e 24 anos também reconhecem que o trabalho nas plataformas exige custos e tem suas

dificuldades. Para Louise, a possibilidade de escolher o próprio turno de trabalho não significa necessariamente trabalhar menos ou não perceber a superexploração:

Louise: Hum.. tipo [situações em que] “Ah, tô mal” e eu não precisar ir trabalhar e [não] ter que me preocupar com o chefe, com ser demitida, com esses negócios. Não vou ganhar o meu dinheiro, mas sei que estou mal e preciso descansar. Essa questão da independência que aplicativo dá é bom, né, mas, ao mesmo tempo, é por não te dar nenhuma garantia [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

Os relatos dos entregadores podem ser sintetizados pela expressão “autogerenciamento subordinado”, cunhada por Abílio (2019, p. 7). A socióloga brasileira usa a expressão para representar como essa “liberdade”, valorizada pelos entregadores, implica na responsabilização individual, sem acabar com a subordinação aos ditames das plataformas:

O autogerenciamento do trabalhador envolve a determinação de metas econômicas para si. Ou seja, o trabalhador não define quantas horas trabalha, mas quanto precisa ganhar por dia. Entretanto, a distribuição do trabalho está nas mãos da empresa; ele não só não tem garantias como não há previsibilidade sobre sua carga de trabalho. A definição da meta para si envolverá lidar permanentemente com a incerteza e estabelecer estratégias subordinadas às dinâmicas gerenciadas pela empresa-aplicativo: como mudar o horário de trabalho, estender o tempo de trabalho, buscar outros locais na cidade (ABÍLIO, 2019, p. 7).

A noção de autogerenciamento subordinado explica, do ponto de vista teórico, dois aspectos dessa relação entre os trabalhadores e as plataformas: o autogerenciamento e a subordinação. O autogerenciamento diz respeito à necessidade que esses jovens enfrentam de gerir os recursos tangíveis e intangíveis do próprio cotidiano laboral, isto é, o entregador precisa decidir sobre a qualidade das peças que ele mesmo irá comprar para fazer a manutenção dos seus próprios equipamentos, até os investimentos em previdência e convênios. Tudo isso, em segundo lugar, sendo totalmente subordinado à aleatória e desconhecida lógica de distribuição de pedidos pelas plataformas. O autogerenciamento subordinado precede as plataformas, é possível encontrá-lo no cerne dos arranjos *toyotistas* e das políticas neoliberais, mas também é estruturante de modos de vida periféricos, tecendo — de forma invisibilizada e pouco conhecida — a formação e reprodução de mercados de trabalho como o brasileiro (ABÍLIO, 2020).

A imprevisibilidade que subjaz na “liberdade” da experiência nos aplicativos não diz respeito somente à jornada de trabalho, mas é algo que passa a impactar a própria vida dos jovens:

Caíque: O que mudou na sua vida desde que você começou a trabalhar nos aplicativos?

Louise: A questão de não ter nada garantido, de não saber quanto vai ter no mês, não poder fazer uma prestação, sabe? Não poder tirar nada por não saber se você vai ter dinheiro para pagar aquilo lá, não ter garantia... isso mudou bastante, não saber quando você vai ter aquele dinheirinho garantido no mês. Agora já vai fazer dois anos que trabalho com entrega, já sei que janeiro, fevereiro e março, são os meses que todo mundo está na praia e é muito, muito, muito, extremamente fraco. Aí só

depois de abril, final de abril e começo de maio, e no inverno que o negócio bomba mesmo, sabe? Ninguém quer sair para rua e o pessoal pede [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto]

A imprevisibilidade, a variação constante nos valores pagos e as demandas de trabalho implicam em uma temporalidade diferente daquela prometida pelo trabalho protegido e regulamentado, em que a organização e alocação dos recursos pessoais são mediados com base na renda fixa mensal. Nas plataformas de *delivery*, notou-se que a pergunta “quanto você consegue ganhar por mês?” foi respondida sem consenso, gerando certa confusão entre as respostas obtidas nas entrevistas, questionários e conversas informais.

Diante de conflitos temporais entre os ganhos semanais variáveis em um mundo informado pela lógica salarial mensalista, que se manifesta nas diversas despesas ordinárias, trabalhadores e trabalhadoras submetidos a essa dinâmica inconstante passam a encontrar limitações no poder de planejar sua vida pessoal e atender suas necessidades de consumo (LIMA; OLIVEIRA, 2021b).

Essa instabilidade desencadeia o desafio de organizar essa temporalidade específica dos rendimentos e compromissos:

Caíque: O que esse trabalho significou para você?

Louise: A questão de eu poder trabalhar a hora que eu quisesse, vulgo, eu poder trabalhar toda hora, que era o que eu queria porque eu tinha que juntar dinheiro, trabalhava de madrugada, de manhã, de tarde e de noite, trabalhar direto [Louise, 19 anos, branca, ensino médio incompleto].

Michael: É bom trabalhar por conta própria, mas também você não tem tanto tempo e passa a maioria do tempo nos aplicativos. Você não tem tempo para fazer quase nada. Passo umas 10 horas mais ou menos no dia [com o aplicativo ligado]. Antes da pandemia eu ia para o meu curso, ia para a academia, fazia minhas lições do curso, tinha mais tempo para estudar ou outras coisas. Agora desde que comecei a fazer entregas eu não tenho tanto tempo [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

A busca pela autonomia no trabalho estabelece outras balizas para a discussão. De maneira geral, os trabalhadores também desejam autonomia; liberdade para fazer escolhas, diferenciar-se dos colegas, ter alguma flexibilidade nas regras (DUBET, 2014). Nesse sentido, o trabalho nas plataformas visa responder, em algum grau, a essa demanda. O desejo por autonomia no trabalho é algo observado por Dubet (2014) em uma pesquisa realizada com mais de 1.000 trabalhadores na França. No estudo, o sociólogo francês identifica entre os entrevistados um desejo por sentir-se autônomo na profissão e fazer as tarefas de sua própria maneira. Desse modo, cultiva-se um sentimento de liberdade diante de um trabalho que constantemente busca um conjunto de regras e padrões para submeter os trabalhadores e assegurar a qualidade esperada pela empresa.

Todavia, para Livia, *bikegirl* e membra atuante do grupo “Entregadores Antifascistas”, o trabalho nas plataformas possui, sim, um chefe e essa liberdade “é uma ilusão”. Conforme apontou em entrevista:

Livia: De certa forma, eu tenho um chefe, que não é uma pessoa, mas eu tenho um chefe, a gente sabe que tem.

[...]

Na verdade, isso não muda a questão de que a gente está todo mundo submetido a um mesmo sistema. Por mais que você trabalhe em uma multinacional - e ganhe muito melhor - ou por mais que você trabalhe fazendo entregas nas ruas, todos nós estamos sendo observados e vigiados através da tecnologia sobre tudo que a gente faz. Então achar que a gente tem algum tipo de liberdade em relação a isso é um tipo de ilusão. A gente só faz parte de uma engrenagem que vai girar para produzir, e isso se acelera cada vez mais.

Então isso é uma lenda que contaram, ou seja, você não tem um chefe físico, mas é muito pior ter um chefe que é um robô. E é muito pior o fato de que o verdadeiro chefe se esconde atrás de um robô [Livia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

A questão da tecnologia “por trás” da plataforma, assinalada pela jovem, suscita uma discussão sobre a transparência das plataformas. A iniciativa privada não tem modelos de negócios em que a transparência seja mediadora da relação com os trabalhadores, afinal os trabalhadores não têm acesso a todas as informações que desejarem sobre o funcionamento da instituição onde trabalham, porém, nas plataformas, a baixa transparência e uma relação distanciada são ainda mais latentes na experiência. O distanciamento entre a plataforma e os entregadores proporciona situações em que os trabalhadores recebem pedidos fora das possibilidades de atendimento. Em entrevista, Jonas relata: “Eu lembro até hoje, mano, aquele dia que fui no [rede de loja de] pet, que deu 21 reais, [para] carregar quatro pacotes [de ração] de 5 kg. Aí eu chamei o Uber, deu R\$11 ida e volta, deixei a bicicleta lá, mas sai ganhando ainda”. A ausência de transparência é discutida por outros estudos sobre o trabalho nas plataformas digitais (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017).

Livia ainda acrescenta que

Livia: Quer dizer, então não muda muito de 50 anos para cá, que “Ah, todo mundo estava na fábrica e tinha o cara que ficava lá vendo se todo mundo estava trabalhando ou não, que esse cara estava seguindo a ordem do dono” sabe? O que a gente está vivendo é só outra forma, outra expressão de como a gente é explorado, mas a exploração é a mesma, entendeu? Se não é pior, pois agora a gente não consegue ver quem é, mas a gente sabe quem é né [Livia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

A expressão “trabalho para um robô” é corriqueiramente utilizada entre trabalhadores de plataformas de aplicativos (CANT, 2021; ROSENBLAT, 2019). O próprio Cant (2021), ao descrever o cotidiano da *Deliveroo*, chama a atenção para esse aspecto. Segundo o autor, a maior parte do trabalho de supervisor de logística é automatizado em meio às funções do

aplicativo. Esse processo de gerenciamento algorítmico experimentado pelos entregadores diz respeito a uma tendência mais ampla que envolve o trabalho no capitalismo.

A relação entre oferta e demanda de entregadores é percebida pelos próprios entregadores como uma dificuldade inerente à ocupação. Durante a pandemia, o número de entregadores teve um aumento significativo que impactou diretamente o cotidiano daqueles que já estavam atuando anteriormente. Conforme identificou Jonas:

Jonas: Ninguém tinha essa ideia de sair do trabalho CLT, mas como o pessoal foi perdendo o serviço, muita gente foi migrando para o aplicativo para trabalhar de forma autônoma. O pessoal começou a perceber que dava para fazer uma grana, mas aí como os aplicativos querem abusar disso, eles começaram a manter as taxas ou até diminuir um pouquinho e isso não acompanhou a evolução do preço das coisas e isso impactou muito. Porque agora se bloqueia um entregador, tem mais centenas deles na fila para ser ativado. Tem muita gente esperando para ser ativado para trabalhar e em vez do aplicativo melhorar algumas coisas, inclusive as taxas para os motoboys ou os ciclistas, eles falam o seguinte “Ah, esse aqui não quer trabalhar, desativa esse e ativa outro” é óbvio que eles não fazem isso, eles esperam um motivo “plausível” para fazer isso, e muitas vezes não é, aí... vida que segue né [Jonas, 32 anos, pardo, ensino superior incompleto]

De modo geral, o Brasil encontrou dificuldades para estabelecer uma estratégia para garantir os empregos durante a pandemia. Da mesma forma, o benefício em dinheiro denominado “Auxílio emergencial” foi limitado para atender as necessidades de sobrevivência daqueles e daquelas que receberam. Por outro lado, o crescimento no número de pedidos de *delivery* trouxe mais interessados para a atividade. Com o aumento da oferta de trabalhadores e a desregulamentação do setor, os aplicativos passaram a deter maior poder para bloquear aqueles que não atendem às expectativas dos gestores das plataformas. Os bloqueios reforçam a arbitrariedade dos aplicativos e a subordinação dos entregadores, âmbito dessa contradição entre controle e a autonomia nas plataformas.

Ao passo que os depoimentos dos entregadores reforçam a valorização da autonomia individual nas plataformas, os interlocutores também reconhecem os custos e realizam críticas ao modelo de trabalho que exercem. Portanto, a valorização da autonomia nas plataformas coabita com críticas que encontram materialidade na responsabilização individual pelos custos da atividade, ausência de direitos sociais, ausência de estabilidade e a própria dinâmica de funcionamento dos aplicativos.

6.1.4 Para além do próprio trabalho: “responsabilidade” e independência juvenil a partir das plataformas

Para interpretar os sentidos da ocupação para os indivíduos que a realizam, por vezes, é necessário reconhecer que os trabalhadores têm idade, gênero, identidade racial. Rangel e

Magaldi (2023) argumentam que há uma dificuldade epistemológica em reconhecer que trabalhadores também são pessoas e possuem aspirações para além do trabalho.

Ter um trabalho que propicie recursos para “comprar as próprias coisas” possui um sentido imprescindível para compreender a condição juvenil no trabalho. O consumo é uma das formas pelas quais os indivíduos jovens participam e se expressam na sociedade. Por mais que não seja a única nem a mais importante dimensão da vida juvenil, o consumo tem um papel relevante nas formas de expressão da juventude, especialmente em uma sociedade capitalista (NUNES, 2007).

Se considerarmos a realidade da juventude masculina, Barcker (2008, p. 35) afirma que “em um mundo orientado para o consumo, regido por marqueteiros de massa que deliberadamente elegem os jovens como seu público-alvo, incluindo mesmo os jovens de baixa renda, essa “obrigação” masculina de trabalhar ou ganhar dinheiro torna-se exacerbada”. Assim, o dinheiro pode trazer uma sensação de independência para os rapazes:

Beni: A sensação de você pegar e fazer seu dinheiro é muito bom. Quando você tem 18 [anos] e não fica dependendo das pessoas é muito bom, mano. Você pega e faz as coisas por você mesmo, você não precisa ficar dependendo dos outros [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Para o jovem, o trabalho é um meio para “não ficar dependendo das pessoas”, isso significa que conseguir o próprio dinheiro traz satisfação na condição de independência adquirida com a atividade. Dessa forma, há razões para o jovem buscar o trabalho, ainda que precário, como uma possibilidade de conseguir dinheiro e consumir (COELHO; AQUINO, 2009).

O caso de Michael também é emblemático para pensar que escolha por trabalhar nas plataformas de aplicativo passa por uma dimensão juvenil. O jovem trabalha nas plataformas desde a menoridade legal, tendo iniciado durante o período pandêmico e permaneceu. No entanto, essa chance de consumo imediato pode se contrapor à continuidade nos estudos.

Caíque: Você sente necessidade de voltar a estudar?
Michael: No momento não, porque estou mais focado em comprar meus bagulhos assim [sic]... não sei, talvez o ano que vem eu volte a estudar, fazer algum curso para me profissionalizar [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo].

A dimensão da responsabilidade também envolve a produção de sentido na relação dos jovens com o trabalho. Em outro momento da entrevista, quando Michael foi perguntado sobre a percepção dos familiares por ele estar trabalhando nas plataformas, o jovem afirmou:

Michael: Meus pais até ficaram um pouco preocupados né, trabalhar na rua, na maioria das vezes ficar por aí até tarde, mas para mim até que era normal. Antes de começar a trabalhar, quando eu estudava à noite, sempre chegava tarde. [...] Eles acham um trabalho arriscado, mas é melhor estar fazendo entrega do que estar

fazendo coisa errada, pelo menos na entrega eu ganho meu certinho [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo]

Essa percepção juvenil que atrela o trabalho à dignidade também foi explorada por Corrochano (2004), em estudo com jovens operários. Encontrar no trabalho um sentido de honestidade e entender o trabalho como uma atividade na qual o jovem não é “confundido com “bandido”” - e pode construir uma respeitabilidade com os recursos do trabalho - responde a demandas culturais que vão além da pura racionalidade econômica.

Outro aspecto importante a ser reconhecido é que, no Brasil, o trabalho é um fator importante para que os jovens possam experimentar aspectos culturais juvenis. Se em determinadas interpretações sobre as transições entre as épocas da vida, o trabalho é visto como um marcador de transição para a vida adulta, pesquisas identificam que a obtenção de renda com atividades profissionais é uma forma pela qual a juventude pode usufruir de mercadorias de consumo e experiências da identidade juvenil (MADEIRA, 1986).

A opinião dos pais de que é melhor o jovem trabalhar nas plataformas do que “fazer coisas erradas” é fruto de percepções mais amplas que recaem sobre homens negros que moram nas periferias durante a juventude. Ao olharmos para as percepções de certo setor das Ciências Sociais no século XX, “diversos pesquisadores descrevem os jovens desempregados como uma ameaça, traçam seu perfil em tonalidades negativas e pessimistas, e advertem que eles podem a qualquer momento serem atraídos para a violência” (BECKER, 2008, p. 15). Essas percepções encontram capilaridade em diversos segmentos da sociedade, sobretudo a partir das imagens de controle que associam a juventude negra à violência (HILL COLLINS, 2022b). Dessa forma, conseguir uma ocupação significa para o jovem a construção de uma responsabilidade. Essa responsabilidade se estrutura na premissa de que o trabalho pode afastá-lo de “más influências” e mostrar sua capacidade de autocontrole, assumindo tarefas de maneira autônoma (MATTOS; CHAVES, 2006; RIZZO; CHAMON, 2010). Essa construção de independência, autovalorização e distanciamento da família pelo trabalho é algo identificado também por Tommasi (2012) em estudo com jovens da periferia de Natal.

O reconhecimento da importância desses valores para os indivíduos faz parte da crítica de Araújo e Martuccelli (2014) a concepção de um *sujeito neoliberal*. A autora e o autor entendem que, para além da competitividade e dos valores relativos ao sujeito-empresa, é necessário considerar o significado do trabalho para os indivíduos, especialmente para segmentos historicamente subalternizados. Assim, ingressar nos aplicativos não significa somente submeter-se à lógica do mercado, percebendo-se como empreendedor, mas fazer do trabalho precário um meio de afirmação de demandas sociais baseadas em critérios éticos.

A distinção entre jovens adultos e os jovens entre 18 e 24 anos apareceu como relevante para interpretar diferentes sentidos que o trabalho nas plataformas assume na experiência desses indivíduos. Trabalhar para conquistar maior autonomia e “comprar as próprias coisas” aparece com mais frequência na fala dos jovens mais novos, ao passo que trabalhar por necessidade foi mais recorrente entre os jovens adultos — sobretudo aqueles que já têm filhos. Para os primeiros, fazer entregas nas plataformas propicia meios para constituição de uma independência em relação à família, enquanto para os últimos, as plataformas são um meio de se integrar, como provedores, no seio familiar.

Essa distinção entre os jovens, que encontram no trabalho uma possibilidade de construção de independência financeira em relação à família, e os jovens adultos, que encontram na plataforma um meio de sustentar a família, possui um contraponto no caso do Mathias. A experiência de Mathias traz um contraponto a esse antagonismo e desvela o cenário de transformações e fragilidades institucionais na vida dos jovens na contemporaneidade. Aos 29 anos, o jovem adulto ainda mora na casa dos pais e vê no trabalho com entregas um meio para contribuir com o orçamento doméstico. Mathias usa os recursos obtidos nos aplicativos para atender às necessidades de seus irmãos e de sua mãe.

Mathias: Eu ajudo em casa e o que sobra eu gasto comigo e com eles também. Eu tento ajudar o máximo que eu posso, tanto ajudando a mim mesmo quanto os meus irmãos e a minha mãe. O que eles precisam de necessidade eu procuro ajudar [Mathias, 29 anos, indígena, ensino médio completo].

Portanto, a relação do jovem com trabalho traz questões sobre o atual cenário de alterações na vida juvenil contemporânea.

6.1.5 Relação com os colegas

Durante a pesquisa, focamos mais na experiência do que nos processos de trabalho, uma vez que a ênfase nos traços extraeconômicos propicia entender como as pessoas se relacionam entre si no âmbito laboral.

A primeira hipótese que norteou a organização do projeto versava sobre as relações de sociabilidade masculina e juvenil no espaço de trabalho. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível identificar aspectos tipicamente juvenis como elementos constitutivos da experiência nos aplicativos, conforme explorado no capítulo anterior.

Embora seja perceptível aos observadores externos que esses jovens estabelecem relações interpessoais, na entrevista com Rodrigo, um dos interlocutores mais novos da pesquisa, o jovem enfatiza a importância das amizades e da “resenha” como elementos

fundamentais para ir ao trabalho. O jovem relembra: “a gente ia mais para brincar, se juntar ao pessoal lá na rua”.

Assim, além de possibilitar aos jovens “fazer um dinheiro para si”, trabalhar nas plataformas também pode significar uma possibilidade de realizar encontros e manter relações de amizade:

Rodrigo: Bom, é que quando eu comecei eu era menor de idade ainda né, então para mim eu não tinha tanto uma responsabilidade, eu fazia o dinheiro mais para mim, ou seja, mudou que no começo, querendo ou não, quando você está ali, com a bicicleta, criava muita amizade com o pessoal lá na rua. Então a gente ia mais para brincar, se juntar ao pessoal lá na rua, todo mundo, aí ficava aquela “resenha” lá e tal [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

E ainda acrescenta que “É muito louco, não sei se é porque era pandemia e a gente não podia ficar junto e aí que a gente ficava junto [risos]”. Especialmente durante o período da pandemia, no qual as políticas de isolamento e distanciamento social estavam em vigor, o trabalho nas plataformas digitais de *delivery* surgiram como uma possibilidade de aplacar a solidão e manter o contato interpessoal. Portanto, o trabalho nas plataformas apareceu como um espaço minimamente “seguro” de julgamentos, uma vez que os jovens poderiam alegar estar trabalhando.

Outro aspecto fundamental desse sentido que o trabalho assumiu para esses entregadores ciclistas é a articulação com a dimensão juvenil. No capítulo anterior, já destacamos como a “resenha” é valorizada pelos jovens na experiência de trabalho nos aplicativos, no excerto acima pode-se perceber como ela pode ser mobilizadora da própria ação desses indivíduos.

Do ponto de vista da interseccionalidade, trata-se de um aspecto importante, afinal as relações de amizade e sociabilidade são elementares para a juventude masculina. Conforme afirmou Souza (2010, p. 137)

[...] grupos de amigos e colegas com os quais, ao longo do percurso de suas vidas, os jovens vão se identificando e firmando alteridades. Esse processo foi importante para entender, por exemplo, a constituição de certas conexões entre a adoção de determinados estilos juvenis, entre masculinidade e classe social e entre masculinidade e raça

Os jovens trabalharem em um ambiente no qual recebem apoio e sentem-se pertencentes é fundamental para a inserção juvenil. Estudos que analisam os sentidos do trabalho para jovens constataam que as relações com colegas de trabalho são fonte de apoio e legitimação da identidade de trabalhador (COSTA *et al.*, 2023). No entanto, em ambientes em que ocorrem “encontros geracionais”, por vezes, as relações não são necessariamente

positivas para os jovens, situações de deslegitimação por conta da idade também são características da condição juvenil no trabalho.

Cabe reiterar que o trabalho dos jovens entregadores estabelece um contraponto frente a outras possibilidades oferecidas pelas organizações do mercado formal. No cotidiano das plataformas, os jovens não precisam atuar sempre com a mesma equipe, é possível escolher os locais para atuar e os colegas com quem se quer estar junto. Do ponto de vista do sentido do trabalho, a sociabilidade e a “resenha” podem derivar dessa possibilidade de escolher as pessoas que vão dividir o espaço laboral.

Essa valorização das relações de amizade entre os jovens permite reiterar como a condição juvenil aparece de maneira estruturante no sentido atribuído ao trabalho e, conseqüentemente, na própria experiência de trabalho dos ciclistas entregadores de plataformas digitais de *delivery*. Portanto, argumenta-se que o trabalho nas plataformas não se limitou à exploração do trabalho e constrangimentos de natureza classista, de gênero, de raça, de local de moradia ou de idade. Antes disso, o cotidiano de trabalho também pode constituir-se em um espaço de amizade e apoio mútuo.

6.1.6 Andar de bicicleta

Desde a emergência da indústria e a proteção social derivada dos vínculos laborais do segmento fabril, o pensamento social tem assinalado o fato de o trabalho ser mais do que um vetor de integração social e um valor de troca, mas também uma ética que envolve percepções e sentidos (DUBET, 2014). Apesar das transformações institucionais, o trabalho ainda vocaliza expressões individuais. Dessa forma, pode-se conceber a experiência dos jovens ciclistas entregadores como uma atividade capaz de lhes assegurar satisfações intrínsecas para além do valor de troca.

Trabalhar como ciclista entregador envolve passar horas do dia deslocando-se pela cidade sobre duas rodas, logo, é quase imprescindível que os cicloentregadores gostem de pedalar pela via pública. Andar de bicicleta é concebido por grande parte da sociedade como uma espécie de esporte ou lazer. Desse modo, o trabalho nas plataformas pode operar uma espécie de conversão na qual o *hobby* tornar-se meio para obtenção de renda.

Durante as conversas, foi possível captar um significado positivo para o fato de trabalhar com bicicleta:

Lívia: Eu gosto de estar em cima da bike, sabe? Às vezes tem um cliente ou outro que é legal, que... [risos]... não é escroto, sabe? Tem um porteiro ou outro que é da hora. Dependendo do espaço que você está, com as pessoas que você trabalha, né... [...]

Cara, eu gosto muito de estar de bike, fazer minhas entregas de bike, eu sempre andei de bike, a bike é meu meio de locomoção, então para mim não é ruim eu estar na bike fazendo entrega. Para mim o que é ruim é a condição em que eu estou. Eu gosto do que eu faço, mas as condições são muito complicadas né. Então, na verdade, eu não gostaria de abrir mão disso, que é uma coisa que eu gosto porque recebo um salário de merda, ou eu nem posso falar que é um salário [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

O fato de “gostar de andar de bike” sobressalta ao excerto acima, de modo que fazer entregas com a bicicleta pode trazer satisfação ao fazer laboral. Entre esses jovens há uma valorização do fato de estar em cima da bicicleta rodando pela cidade, pois, conforme destacado no quinto capítulo, trabalhar com entregas é um meio no qual vários jovens podem sair da periferia e circular pelo centro. Para alguns desses jovens, andar de bicicleta é algo que já faziam antes mesmo de trabalharem nas plataformas.

Estudos com jovens constataam que as bicicletas são “consideradas um bem bastante valorizado” pela juventude nas periferias (ANDRADE, 2007, p. 53; PEREIRA, 2010). Andar de bicicleta é uma prática que cultivam desde a infância (TSCHOKE; RECHIA, 2012). No contexto da juventude periférica, “circular” de bicicleta é uma opção de lazer e meio para encontrar amigos. Sendo assim, pedalar é uma das práticas mais comuns a esse segmento juvenil¹⁰⁴.

Além disso, a bicicleta torna-se uma das opções de baixo custo:

[...] uma rotina marcada por grandes limitações às atividades de lazer, seja pelas precárias condições de infraestrutura da cidade, seja em virtude da falta de dinheiro. Como práticas de lazer: jogam futebol, basquete na escola, andam de bicicleta, escutam música, participam de apresentações de rap, vão a festas, namoram e paqueram (ANDRADE, 2007, p. 62)

Ademais, a jovem acena com uma dualidade relevante para compreender o sentido da experiência: gostar de fazer entregas por meio do modal ciclístico não significa aceitar as condições de remuneração oferecidas pelas plataformas. Essa dualidade permite separar coisas distintas: satisfação no trabalho e direitos do trabalhador.

Do ponto de vista da sociologia da juventude, essa articulação entre lazer e trabalho tem implicado reivindicações e mutações no mundo do trabalho por essa geração. A expressão mais visível pode ser observada na cultura empresarial caudatária do Vale do

¹⁰⁴ Mais recentemente têm emergido grupos majoritariamente juvenis e periféricos que se organizam em torno de competições de “grau”. Também conhecido como *whelling*. Esse desafio consiste em empinar a bicicleta e fazer manobras arriscadas. A prática do “grau” tem ganhado adeptos, especialmente na Zona Sul da cidade de São Paulo, e parece expressar novas formas de ocupação do espaço urbano pela juventude — sobretudo masculina e periférica. Para saber mais, ver: R7. 'Grau de bike' movimentam periferia com fenômeno da internet. Redação: André Avelar, R7, 15/11/2018. Disponível em: <https://esportes.r7.com/especiais/grau-de-bike-movimentam-periferia-com-fenomeno-da-internet-15112018#/foto/10> Acesso em 17 de outubro de 2023; TERRA. Manobras de bicicleta são ‘febre’ nas periferias. Redação: Luiz Lucas. 20 jan 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/role-de-quebrada/manobras-de-bicicleta-sao-febre-nas-periferias,05a5cffe88ab20b3752135ce44fe2baej9qn46lc.html> Acesso em: 18 de outubro de 2023.

Silício, que tem permitido a abertura para áreas de lazer, festas, torneios esportivos, jornadas mais curtas de trabalho, atividades *home office* em algumas empresas na contemporaneidade, inclusive nos escritórios de plataformas digitais¹⁰⁵. Já no caso dos entregadores, esse lazer recebe contornos de precariedade.

Em outro excerto, a valorização do trabalho com a bicicleta aparece com uma síntese de significados diferentes:

Caíque: O que esse trabalho significa para você?

Beni: Significa saúde para mim. Porque eu estou entendendo que estou fazendo exercício, ajuda na minha vida financeira, ajuda também o planeta entendeu? Não tem poluentes, você faz seu esforço [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

A associação entre a bicicleta e os benefícios para o meio ambiente tem sido recorrentes e se popularizado. Só na cidade de São Paulo, há uma expectativa acerca da realização de esforços da prefeitura no planejamento da cidade a fim de tornar o transporte público mais eficiente e as bicicletas fazerem parte desse processo de transformação dos modais de locomoção da cidade, no sentido de torná-la mais ecologicamente sustentável. Segundo Rosin (2018, p. 56), “São Paulo se notabilizou recentemente por construir o maior sistema ciclovitário permanente da América Latina”. Para o autor, as manifestações de junho de 2013 representaram o “ponto de virada” para a inserção de ciclovias e ciclofaixas permanentes na agenda urbana, especialmente de São Paulo. A partir do final de 2013, intensificou-se sobremaneira o processo de formulação e implementação de infraestrutura ciclovitária na capital paulistana.

Por mais que, por vezes, a circulação com a bicicleta seja posta como uma opção “salvacionista” para as questões ambientais no meio urbano, em cenários de alta poluição atmosférica, os ciclistas podem ser prejudicados enquanto promovem mudanças necessárias. Segundo Souza (2021), a bicicleta tem sido incluída na agenda urbana de saúde pública em função dos benefícios que possibilita. No entanto, o autor acrescenta que “em cenários com elevadas concentrações de poluentes atmosféricos, os deslocamentos ciclísticos podem produzir o resultado inverso, dentre os quais está a mortalidade prematura e doenças não-comunicáveis, acometendo sobretudo os sistemas cardiorrespiratório e vascular”. Sobre os entregadores ciclistas, o autor argumenta:

¹⁰⁵ Em meados de 2023, viralizou nas redes um vídeo em que uma trabalhadora, do escritório de uma das plataformas digitais de *delivery* em atividade no Brasil, postou um vídeo apresentando a estrutura da empresa com áreas de lazer e descanso que permitem maior bem estar no trabalho. TERRA. Sem dizer uma palavra, motoboy viraliza com vídeo sobre trabalho no iFood. Portal Terra. Redação: Tamiris Gomes. 16/05/2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/pega-a-visao/sem-dizer-uma-palavra-motoboy-viraliza-com-video-sobre-trabalho-no-ifood,87f9294945e4938d6540976a478569256nezg85w.html> Acesso em 10 de novembro de 2023.

Por conseguinte, os *green jobs* podem fomentar benefícios à cidade de São Paulo, mas prejudicar os ciclistas, ocultando um cenário de injustiça ambiental, já que aqueles que menos poluem (ciclistas) são os que mais sofrem os efeitos da poluição atmosférica emitida por terceiros (motoristas de automotores) (SOUZA, 2021, p. 149)

Com o trabalho nas entregas, também é possível desenvolver o gosto pelo pedal:

Caíque: o que mudou na sua vida desde que você começou a trabalhar nos aplicativos de entrega?

Antônio: Então eu... não estava acostumado a pedalar e pegar a bicicleta todos os dias. Assim, o que mudou... acho que estou mais em forma e emagreço muito rápido de tanto pedalar, mas mesmo assim a gente fica com muito mais energia. Tipo a bicicleta, eu costumo pedalar e quero bastante não parar de pedalar, e com o aplicativo, agora muito mais eu quero pedalar entendeu? Aí é bom também, porque a gente está exercitando o corpo né? E, ao mesmo tempo, nós estamos trabalhando [Antônio, 25 anos, preto, imigrante venezuelano, ensino médio completo].

No caso de Beni, o gosto pela bicicleta deriva, entre outras coisas, da atividade com cicloturismo. Além de entregador, o jovem utiliza a bicicleta como meio de lazer em um grupo com outros ciclistas, nos quais alguns também são entregadores. Ao discutir sobre os benefícios que o trabalho com entregas trouxe para sua vida, o jovem afirmou:

Beni: Benefícios que eu percebo é no físico, antes eu era gordo, eu pesava 110 quilos. Aí eu comecei a fazer handball, do handball eu fui para o ciclismo e foi no ciclismo que eu me tornei cicloturista e entregador. Eu viajo de bike e faço trabalho de bike, entendeu? Isso me fez gostar mais de ciclismo, me sinto livre em cima da bike, tanto que eu monto na bike, eu esqueço meus problemas, entendeu? Eu já fui para o Rio fazer entrega lá, para Aparecida, para Praia eu já descí também fazer entrega. Então eu sempre estou rodando [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto].

Destaque para a valorização do ciclismo como meio de obtenção de um corpo melhor condicionado e dentro dos padrões estéticos da sociedade. Beni e Antônio indicam a possibilidade de combinar atividades físicas e trabalho durante a experiência nos aplicativos. Vitor Ferreira (2017b) tem discutido como as políticas de corpo têm circulado entre a juventude na atualidade, informando a necessidade de modelar o “corpo perfeito”. Com base em um sentimento de controle sobre o próprio corpo, os jovens cultivam um sentimento subjetivo de empoderamento sobre o próprio corpo e identidade. Isto é

Uma ficção que, não raras vezes, vem questionar a própria sustentabilidade biológica e pôr em risco o equilíbrio homeostático do organismo. Modificar o corpo configura, assim uma tomada de posse de si próprio sobre si mesmo, celebrando perante os outros o poder de (auto)determinação e (auto)controle sobre a sua própria ação — poder esse que os jovens sabem frágil e vulnerável perante os condicionamentos que lhes são impostos na sociedade contemporânea (FERREIRA, 2017b, p. 91)

Cabe acrescentar que o jovem também destacou o valor da “liberdade”, ao apontar que “me sinto livre em cima da bike, tanto que eu monto na bike, eu esqueço meus problemas”. Sob esse viés, pode-se, mais uma vez, concluir que há uma dimensão subjetiva e individual que permeia o sentido de trabalhar nas plataformas digitais.

6.2 Ficar por mais quanto tempo? Entre desejos e possibilidades do futuro e do presente

Investigar a experiência do trabalho também envolve refletir sobre sua finitude ou, ao menos, sobre a expectativa de quando irá se encerrar o período dedicado a essa ocupação. Se as entregas em plataformas se constituem em uma atividade com baixa remuneração e condições laborais questionadas pelos próprios indivíduos, é válido perguntar: até quando eles pretendem seguir com esse trabalho?

De modo geral, os processos de inclusão e exclusão de trabalhadores no capitalismo são fortemente mediados pela lógica do mercado. “É uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação” (MARTINS, 1997, p. 28). É próprio do capitalismo baseado na força de trabalho assalariada excluir para, depois, incluir. Além disso, diversos estudos na sociologia brasileira já destacaram que o capitalismo brasileiro faz uso significativo do trabalho precário (CARDOSO, 2010; MARTINS, 1997; OLIVEIRA, 2013).

A relação baseada em exclusão e inclusão tem se modificado. Segundo Martins (1997, p. 33), “o período da passagem da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório”. Essa permanência do transitório foi identificada na vida juvenil contemporânea por Pais (2001). A instabilidade e a inconstância são fatores estruturais na modernidade, de maneira que têm se tornado regra e não exceção entre a juventude. Ao comentar sobre o trabalho de segmentos fortemente calcados na precariedade, Martins (1997) constata que esses trabalhadores podem ser identificados em processos de inclusão precária.

Para além da questão geracional, essa inclusão precária que ocorre no Brasil não acontece da mesma forma entre brancos e negros. Theodoro (2008, p. 82) analisa:

Por tudo isso é que nos parece razoável falar não de uma exclusão nos moldes do que ocorre em outros países, mas sim de uma inclusão perversa no que tange à população mais pobre. Uma inserção desigual, que faz com que parte significativa de nossa população, em sua maioria negra, assumam posições sociais indistintamente mais precárias.

É necessário reconhecer, portanto, que a sociedade brasileira, bem como sua economia, organiza-se basicamente em função da origem étnica, perpetuando desigualdades sociais e raciais que medeiam a inclusão no mundo do trabalho (THEODORO, 2008, 2022).

Essa fluidez na inserção laboral tem efeitos específicos na população juvenil, sobretudo na atualidade. As trajetórias e momentos da vida juvenil têm se modificado e

assumido novas configurações temporais, pois a desinstitucionalização dos cursos de vida tende a esmaecer a ideia da juventude como um conjunto de etapas sucessivas que alcançam o estatuto adulto. Para Leccardi (2005, p. 46-47) novas semânticas sobre o futuro são construídas em meio às trajetórias, de modo a deslocar a realização dos sentidos da vida para um tempo mais próximo, recorrendo a um “presente estendido”, em que se constroem projetos baseados em curtos arcos temporais:

Seguindo o tema abordado neste estudo, gostaria, em particular, de chamar a atenção para o papel que essas mudanças exercem sobre o colocar, ou recolocar, em questão a própria fase de vida juvenil. Por definição, com efeito, esta possui uma dupla conexão com o tempo: por um lado, é considerada uma condição provisória, destinada a desaparecer com o transcorrer do tempo; por outro, como já ressaltamos amplamente, os jovens são socialmente solicitados a construir formas positivas de relação entre seu próprio tempo de vida e o tempo social. Essa relação substanciava-se, até alguns decênios atrás (para os sujeitos do sexo masculino), em fases biográficas lineares e bem reconhecíveis: primeiramente a preparação para o trabalho, por meio da formação escolar; depois o exercício de um trabalho remunerado, fonte central de identidade e signo indiscutível da idade adulta; por fim, a aposentadoria. [...] Hoje, essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra, mas a exceção. Para os jovens, o processo de desinstitucionalização do curso da vida, que arrasta consigo igualmente o conceito de “biografia normal”, comporta o desaparecimento de um aspecto até aqui determinante na reflexão sobre a condição juvenil: a identificação da juventude como um conjunto de etapas, socialmente normativas, que conduzem progressivamente em direção ao mundo adulto. [...] Hoje, embora esses acontecimentos ainda devam, em algum momento, verificar-se, desapareceram tanto sua ordem e irreversibilidade como a moldura social que lhes garantia seu sentido global.

Dessarte, ao longo das entrevistas realizadas neste trabalho, aos jovens entregadores feitas as seguintes perguntas: “Quais são os seus projetos de futuro?”, “Por mais quanto tempo você pretende trabalhar nos aplicativos?” e “O que te faria sair do trabalho nas plataformas de aplicativo?”. As perguntas buscaram ser realizadas nessa sequência, pois, na primeira questão, uma possível saída dos aplicativos já poderia ser identificada — ou não. A segunda pergunta é um pouco mais direta para saber se o jovem já vislumbrava a possibilidade de sair desse trabalho. A terceira questão visa a analisar o que seria mais relevante nos projetos individuais do que o trabalho realizado nas plataformas.

Direcionar um olhar que investiga lógicas presentes na experiência, ou seja, nas trajetórias de curto prazo, possibilita ir além de categorias essencializantes, isso é necessário especialmente por se tratar de jovens.

Nem a dupla inatividade nem a sobreposição de atividades podem ser tomadas como situações estanques, patamares que representam pontos de partida fixos ou de chegada definitivos, e que assinalem um estado a partir do qual se pode dividir os jovens em categorias absolutas. A perspectiva da trajetória contribui para iluminar que ambas as situações são fruto do cruzamento de percursos que compõem situações cambiantes, construídas a partir de possibilidades e obliterações advindas de cada uma das dimensões que compõem a vida dos jovens: a escola, o trabalho e a

vida familiar, todas afetadas pela conjuntura econômica e política em que se desenvolvem (ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020, p. 526–527)

A partir das entrevistas, quatro lógicas emergiram para interpretação da relação dos jovens com o trabalho nas plataformas de *delivery*. Duas dizem respeito à continuidade nesse trabalho e duas de provisoriedade, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2: Lógicas de interpretação das trajetórias nas plataformas

Lógica de Provisoriiedade na ocupação	Está procurando trabalho ou expressa desejo em trabalhar na área de estudo	Júlio, Paola, Rodrigo e Louise
Lógica de Provisoriiedade na plataforma	Sair do trabalho em plataformas, porém continuar trabalhando com entregas	Livia
Lógica de Continuidade na mesma modalidade	Continuar trabalhando como entregador ciclista nas plataformas	Michael, Beni, Mathias, Jonas e Antônio
Lógica de Continuidade em outra modalidade	Continuar trabalhando nas plataformas, porém em outra modalidade de entrega	Marcos e Kaio

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa seção final procura explorar o objetivo de identificar as lógicas de permanência ou provisoriedade assumidas pelos jovens nessa experiência nos aplicativos¹⁰⁶. Mais do que categorizações, olhar para essas lógicas implica olhar para a subjetividade e agência dos indivíduos no capitalismo contemporâneo. Não é possível afirmar *a priori* que as lógicas identificadas neste capítulo diferem segundo o momento da juventude, pois tanto na provisoriedade quanto na continuidade encontram-se os jovens e os jovens adultos. Porém, notou-se que aspectos raciais e de gênero parecem balizar as lógicas de provisoriedade ou continuidade nas “bike-entregas” em plataformas digitais.

6.2.1 Provisoriiedade na ocupação

A provisoriedade é, em geral, percebida na entrevista de quase todos os jovens entregadores, uma vez que não houve nenhuma menção explícita de que o aplicativo era o trabalho que desejavam realizar futuramente. No entanto, verifica-se que, no intervalo de um ano entre o primeiro e o segundo contato, alguns jovens passaram a outras ocupações ou permaneceram procurando trabalho. A provisoriedade em relação à ocupação caracteriza os jovens que saíram do trabalho nas plataformas e estão em outras ocupações, ou estão procurando trabalho em outro segmento, nessa condição estão Júlio, Paola, Rodrigo e Louise.

¹⁰⁶ Como forma de auxiliar a compreensão das trajetórias, sugere-se recorrer ao capítulo 5 para uma percepção mais profunda sobre o perfil de cada jovem.

Há jovens que entram nos aplicativos e consideram-no como algo momentâneo. O caso de Júlio, jovem branco, com ensino médio completo e tentativas incompletas de realizar ensino superior, é o mais elucidativo para verificar isso. Após sete anos trabalhando em uma empresa de *call center*, trabalho cuja composição de classe é majoritariamente juvenil (MOCELIN; SILVA, 2008), e iniciou nos aplicativos para “arriscar”, na tentativa de conseguir um rendimento próximo daquele que recebia na empresa e, dessa forma, mudar o espaço de trabalho.

O rapaz argumenta que seu desejo é viver de produzir e vender seu próprio artesanato, para ele “o trabalho de entregador é como uma ponte também para que eu possa atingir meus objetivos e metas”. Nesse caso, arriscar e experimentar são elementos constituintes dessa ponte, posto que o jovem deixou um trabalho formal para se arriscar na informalidade nos aplicativos. Cabe, portanto, dois apontamentos sobre a lógica de provisoriedade, enquanto uma forma de arriscar e experimentar.

A ideia de risco perpassa diversos momentos desta tese, desde as experiências cotidianas até os sentidos do trabalho. Igualmente, há um sentido que o risco assume na trajetória nos aplicativos que merece ênfase: o risco que envolve o dispêndio de tempo e de energia em uma tentativa de “ganhar a vida” no mundo do trabalho. Baixar um aplicativo e começar a fazer entregas para uma plataforma em troca de dinheiro é uma forma de arriscar. No caso de Júlio, envolveu deixar um trabalho com sete anos de experiência, relativa estabilidade, para arriscar viver algo diferente nas plataformas.

Correr riscos tem sido algo socialmente valorizado pela sociedade contemporânea, em especial na governamentalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), que valoriza a postura de assumir riscos individuais. Essa valorização da ação individual coaduna ao princípio da “liberdade de escolha”, importante engrenagem de funcionamento dessa lógica. Nessa perspectiva, enfatizam e intensificam a narrativa hegemônica na qual o indivíduo é o “único responsável por seu destino” e, assim, “a sociedade não lhe deve nada” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

Por sua vez, Sanz e Pessoa (2020) afirmam que o próprio senso contemporâneo de futuro se afasta, em vários sentidos, daquele experimentado em momentos passados. E esse senso calcado em incertezas sobre o futuro tem efeitos no cotidiano do sujeito.

Ao trazer a reflexão de Margulis e Urresti (1996) sobre a moratória social da juventude, nota-se mais um elemento que contribui para compreender essa perspectiva de “arriscar” nos aplicativos. Segundo esses autores, a juventude se caracteriza como um momento em que há maior permissividade para a experimentação, a tentativa e o erro, ou seja,

é o período em que arriscar novas experiências é algo valorizado. O vínculo de Júlio pode ser visto sob essa perspectiva, pois o trabalho na plataforma possibilitou a realização da experimentação e da tentativa. Experimentar e vivenciar uma moratória social requer dos jovens recursos para tanto. No caso, Júlio (jovem que possui a moradia dos pais como suporte, não possui filhos e relatou ainda não ter se decidido sobre qual curso no ensino superior aspira realizar), está mais próximo dessa dimensão da condição juvenil na qual há permissividade para tentativa e erro. O cenário de crise e transformações na vida juvenil aparece na própria trajetória dele. Dado que as opções de trabalho não permitem construir uma carreira, resta arriscar entre ocupações que propiciem mudança.

Apesar de precário, o vínculo entre a plataforma e o jovem permite experimentar o aplicativo como essa ponte desejada e mudar para outro trabalho sem constrangimentos. Embora o aplicativo estabeleça um vínculo sem direitos trabalhistas, é interessante destacar como as plataformas possibilitam essa lógica de experimentação e constituição de uma ponte em direção a outros objetivos. A partir dessa experimentação e provisoriedade da ocupação, obtém-se alguma renda enquanto se mobilizam ações para conseguir atingir outros objetivos.

Quando perguntado sobre as vantagens de trabalhar nos aplicativos, Júlio respondeu: “o benefício que eu posso falar é que esse trabalho me deixa ser uma pessoa livre sabe? Você tem mais tempo para poder pensar nas coisas, etc., pensar na vida mesmo, pensar nos meus projetos”. Posteriormente, quando indagado sobre o que mudou em sua vida desde que começou a trabalhar nas plataformas, afirmou: “tenho mais tempo para fazer meus trabalhos, minhas artes. E isso me ajudou porque conforme eu posso ir fazendo umas entregas eu posso divulgar minha arte.”

A provisoriedade do jovem nas plataformas passa pela busca de mais tempo livre. A flexibilidade do aplicativo e a possibilidade de usá-lo como uma ponte para outro trabalho torna necessária uma crítica ao tempo dispendido no trabalho formal. Mesmo que o *call center* ofereça uma jornada mais curta de trabalho, Júlio buscou nos aplicativos uma forma de possuir mais tempo livre para divulgar seu trabalho artístico. Diante disso, é possível destacar alguns pontos para reflexão. O primeiro diz respeito à falta de tempo livre oferecida pelo setor formal. Durante a realização desta pesquisa, a carga horária em vigência pela CLT no Brasil é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, no caso de Júlio, os *call centers* trabalham em um regime específico de no máximo 6 horas diárias e 36 horas semanais. Enquanto isso, segundo dados da OCDE, países como Alemanha e Suíça assumem cargas médias de 34,4 horas semanais, já na Holanda os trabalhadores passam em média 29,2 horas por semana se

dedicando ao trabalho remunerado¹⁰⁷. Mais recentemente, o próprio Chile aprovou, em 2023, uma medida para redução da carga horária semanal de 45 para 40 horas semanais¹⁰⁸. Distante das projeções realizadas no norte global durante a revolução tecnológica do século XX e, por mais que o debate tenha avançado ao redor do mundo, no Brasil a redução da carga horária ainda não se efetivou, apesar das pesquisas brasileiras sobre tema.

Um ano e meio após a primeira entrevista, Júlio novamente foi ouvido e, desta vez, relatou o fim do trabalho nos aplicativos e a continuação de sua trajetória profissional. Ao fim do período nas plataformas, Júlio passou a trabalhar com criptoativos e mercado online. Tentando ganhar dinheiro na internet, o jovem disse ter colaborado com um amigo em um jogo que oferecia remuneração. Na ocasião, ganhou menos de um salário-mínimo fazendo isso e teve de buscar outra forma de emprego, foi então que o jovem voltou ao teleatendimento.

Por mais que a lógica de provisoriamente ofereça uma experiência de curto prazo ao jovem trabalhador, ela enfatiza o papel dos aprendizados. Sobre a experiência pregressa nas plataformas, Júlio argumenta que houve aprendizados na experiência como entregador.

Caíque: O que significou o trabalho nas entregas para você?

Júlio: Mano, para mim o trabalho nas entregas foi uma experiência nova. Eu nunca tinha trabalhado com aquilo. Comecei mais por uma inspiração do meu irmão que começou na bike e depois comprou uma moto, só que aí para mim eu não tinha essa visão. Só que aí assim... foi uma boa experiência [Júlio, 27 anos, branco, ensino médio completo]

Em um cenário no qual o jovem precisa de experiência para conseguir um trabalho com “melhores condições”, o conhecimento obtido na vivência torna-se valioso, mesmo que venha a partir de uma ocupação precária. Cabe ressaltar que, em estudo sobre jovens no mercado de trabalho, observou-se que a experiência é percebida como um "passaporte" para uma carreira (BORGES; COUTINHO, 2010), o que é relevante para os jovens que buscam emprego alcançarem uma ocupação melhor qualificada (MATTOS; CHAVES, 2006; FREIRE; SABÓIA, 2021). Esse aspecto foi abordado no quinto capítulo, que tratou do início das plataformas. Apesar de, em alguns momentos, o trabalho assumir uma perspectiva negativa, prevalece a "atitude positiva", na qual o adolescente simboliza essa experiência

¹⁰⁷ Retirado de INFOMONEY. Os 10 países com as menores jornadas de trabalho do mundo — e os salários médios. Giovanna Sutto. São Paulo. 01/05/2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/os-10-paises-com-as-menores-jornadas-de-trabalho-do-mundo-e-os-salarios-medios/> Acesso em 10 de agosto de 2023.

¹⁰⁸ Para saber mais: GLOBO. Chile reduz jornada semanal para 40h: quanto se trabalha no Brasil e no resto do mundo? BBC Brasil. São Paulo. 11/04/2023. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/futuro-do-trabalho/noticia/2023/04/chile-reduz-jornada-semanal-para-40h-quanto-se-trabalha-no-brasil-e-no-resto-do-mundo.ghtml> Acesso em 10 de agosto de 2023.

profissional como relevante para o seu presente e, sobretudo, para o seu futuro (RIZZO; CHAMON, 2010; BORGES; COUTINHO, 2010).

Júlio não vê um retorno aos aplicativos como uma possibilidade futura, embora reconheça que, dependendo da situação que estiver passando, não vê problemas em voltar, pois se trata de “um trabalho honesto”. Nessa segunda entrevista, o jovem também disse não ter interesse em tirar uma habilitação de motocicleta e passar para a categoria dos moto-entregadores, que oferece uma melhor remuneração. Essa ausência de interesse em passar para uma modalidade mais prestigiada e melhor remunerada reforça a lógica de provisoriedade na sua atuação nas plataformas.

A volta de Júlio ao *call center*, ocupação que realizava antes de se “arriscar” nas plataformas de aplicativos, captura um movimento comum da juventude na contemporaneidade que é definido metaforicamente por Pais (2001) como a “trajetória ioiô”. Segundo o autor:

O princípio da reversibilidade nos processos de transição para a vida adulta — nas vertentes educacional, profissional e conjugal — incita-nos a caracterizar metaforicamente a geração dos anos 90 como a geração ioiô. De facto, os umbrais tradicionais de transição para a vida adulta — abandono da família de origem, casamento, obtenção de emprego — são manifestamente reversíveis. As oposições estudante/não estudante, activo/inactivo, celibatário/casado encontram-se ultrapassadas por uma multiplicidade de estatutos intermédios e reversíveis, mais ou menos transitórios ou precários. As próprias sequências desses umbrais de passagem não são lineares ou uniformes: o abandono da família de origem nem sempre coincide com o fim da escolaridade ou com o casamento; a obtenção de uma experiência profissional pode ocorrer na fase de estudante; a coabitação pode ser anterior à obtenção de emprego estável. Enfim, os processos de transição são francamente heterogêneos e marcados por apreciáveis descontinuidades e rupturas (PAIS, 2003, p. 60).

Essa transitoriedade, e a volta a um lugar onde encontra maior segurança, é o que se consegue captar acerca da trajetória de Júlio.

O que se percebe são tentativas de os jovens ajustarem, em alguma medida, o trabalho a suas aspirações individuais. Segundo Pais, Cairns e Pappámikail (2005) as transformações no mercado de trabalho com maior flexibilização e precariedade, além das mudanças nas estruturas familiares, enfraqueceram as referências culturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais. Tais transformações vêm pressionando os jovens a fazerem um uso “ativo” de sua agência individual para inventar novos caminhos numa multiplicidade de opções.

A lógica de provisoriedade também pode ser aplicada quando o jovem entra para os aplicativos para obter uma renda momentânea diante do desemprego, mas sem perspectiva de

continuidade. Paola, 24 anos, branca, com ensino médio completo, vivenciou essa lógica no período em que se dedicou ao aplicativo.

Paola trabalhou por seis meses com *delivery* - inclusive no início do cenário pandêmico – com objetivo de obter renda, pois estava diante da dificuldade de conseguir um emprego. Porém, afirma que não tinha a expectativa de permanecer por muito tempo nos aplicativos. Ao falar do período trabalhado como entregadora, Paola afirma que “foi uma época boa” e refere-se à ocupação como transitória e específica em sua trajetória laboral.

A saída dos aplicativos é justificada pela jovem por dois fatores. O primeiro é orientado por questões de gênero, pois sua mãe julgou que a ocupação era muito perigosa para ela e colocou a *bag* fora do seu alcance. Segundo informou em entrevista:

Caíque: O que te fez sair dos aplicativos?

Paola: Um dos aplicativos me bloqueou, não estava caindo muita corrida para mim, minha mãe era muito preocupada, cada vez que eu saia de casa parecia que eu iria morrer, eu ia sair de casa ela já começava “aí filha não vai não” não sei o que lá, eu dizia: “ah mãe, tô indo beijo”, então esse foi um dos motivos que me fez parar. Aí minha mãe também jogou minha *bag* fora, talvez se ela não tivesse feito isso, talvez nas horas vagas eu ainda estaria [fazendo entregas] [Paola, 24 anos, branca, ensino médio completo].

Essa questão do risco permite refletir não só a dimensão de gênero presente no decorrer da trajetória nas plataformas, mas também tem indicativos dos limites de ser uma mulher branca trabalhando na ocupação, que é majoritariamente masculina e negra. A narrativa da jovem desdobra-se em elementos que vão além da relação entre trabalhador e plataforma, no caso a dimensão familiar também interfere nesse processo.

Porém, a própria dinâmica do aplicativo e sua gestão algorítmica pode levar a uma experiência calcada na lógica de provisoriedade. Além do risco da ocupação, Paola disse que o bloqueio da conta e a falta de pedidos foram aspectos que levaram a jovem a sair das plataformas. O caso de Paola não é uma exceção. Os bloqueios injustos e a baixa dinâmica, motivo de reivindicação durante as greves, levam os entregadores a abandonarem o trabalho.

Depois do trabalho como entregadora, chegou a trabalhar com tatuagens e *marketing* digital nas redes sociais. Quando perguntada sobre o que aspira fazer no futuro próximo, a jovem afirma não ter certeza se irá cursar o ensino superior novamente, por mais que sinta pressão da família para isso. Para ela, o trabalho com *marketing* no *Facebook* não precisa necessariamente de uma formação em nível superior. A jovem também ressalta o interesse em ter um negócio, possivelmente um estúdio próprio para fazer tatuagens.

Paola expressa não somente a inconstância do aplicativo, mas também a inconstância das trajetórias juvenis no trabalho. Ao longo do perfil de Paola, destacamos que a jovem encontrou limitações para cursar o ensino superior, apontou dificuldade de concentração,

TDAH, problemas de ansiedade, com passagens por setores formais com baixos salários como redes de *fast-food* antes de ingressar nas plataformas. Entre idas e vindas, a jovem passou alguns meses trabalhando nas plataformas, segmento que demonstra ter uma natureza que estimula a provisoriedade. De certa forma, além da questão de gênero, a trajetória de Paola parece constituir-se em uma síntese entre um trabalho precário com apelo provisório e uma trajetória individual que se encontra em um período de experimentação e inconstância, culminando em uma afirmação de finitude e transitoriedade.

As plataformas de aplicativo podem ser uma opção para jovens que estão realizando o processo formativo e desejam ingressar na área de estudo, constituindo, assim, uma lógica de provisoriedade. Para alguns jovens entrevistados, as plataformas se constituem como um meio de alcançar progressos e estabilidade, como um “trampolim” para o “trabalho dos sonhos”. São jovens que realizaram progressos dentro da plataforma, adquirindo uma motocicleta e se preparam para ampliar as possibilidades e ingressar em ocupações nas quais estão realizando esforços formativos. Nessa condição estão Rodrigo e Louise.

Cursando o primeiro ano da graduação em engenharia da computação, Rodrigo, jovem de 19 anos, encontrou nos aplicativos uma possibilidade para combinar trabalho e estudos. O jovem estudante ressalta que a atuação como cicloentregador responde a uma necessidade imediata de renda para manter os gastos indiretos com o curso, bem como seus gastos pessoais.

Do ponto de vista da trajetória, o trabalho nas plataformas foi a segunda experiência laboral de Rodrigo, antes disso o jovem havia trabalhado somente como aprendiz em uma empresa. O trabalho nas plataformas apareceu como uma possibilidade de momento.

O momento da vida juvenil também impacta na realização simultânea de estudo e trabalho, nota-se essa diferença ao comparar a experiência de Rodrigo com a de Jonas. Rodrigo tem 19 anos, mora com os pais, trabalha com entregas por meio período e cursa uma instituição pública. Jonas, por sua vez, tem 32 anos, mora com seu cônjuge, enteadas e uma filha, trabalha com entregas 9 ou 10 horas por dia, cursava educação física em uma universidade privada. Enquanto o primeiro segue estudando, o segundo parou o curso desde que sua filha nasceu e diz não conseguir retomá-lo devido à necessidade de colaborar com o orçamento doméstico.

O estudo quantitativo de Niquini *et al.* (2015) entre trabalhadores estudantes universitários identificou associação positiva de baixo desempenho acadêmico do sexo masculino com maiores jornadas de trabalho e demanda, além de baixo controle e apoio social no trabalho, ou seja, elementos significativos para entender a dificuldade dos entregadores em

estarem envolvidos simultaneamente com a escola e o trabalho, sem contar a vida familiar, como muitos estudos têm mostrado (ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020; CORROCHANO; ARANCBIA; MIRANDA, 2022).

Já na segunda entrevista concedida, um ano depois, Rodrigo relatou que chegou a conseguir um trabalho temporário como operador de produção em uma fábrica, o emprego decorreu de contratações para o período de sazonalidade do final de ano. Ao final do período, ele não permaneceu na empresa. Logo que saiu, voltou para o aplicativo, nessa segunda vez, utilizando uma motocicleta. Apesar de continuar trabalhando como entregador, o jovem destaca que continua procurando emprego na área em que está estudando. Assim, além de haver intensão de provisoriedade, essa relação com os aplicativos mostra-se permeada de intermitências.

Durante as duas entrevistas, Rodrigo, apontou que não deseja permanecer trabalhando como entregador por muito tempo. Tanto em fins de 2021 quanto no início de 2023, o jovem disse estar procurando trabalho, por outro lado, argumenta encontrar nas plataformas uma oportunidade de adquirir alguma renda:

Rodrigo: Então, é que hoje em dia o pessoal acha que [ser entregador] não é um serviço. Eu penso: “poxa, estou trabalhando”. A questão é, se a pessoa tiver conhecimento e saber administrar sua vida, consegue ter seu carrinho, ter sua moto. Eu conheço gente que tem moto, carro, tá tirando a própria casa e que conseguiu trabalhando com entregas e pessoas que são assalariadas que não tem. Para mim, na minha opinião, não é isso que eu quero para a minha vida. Não é isso que eu quero para o resto da minha vida. Não que eu esteja dizendo que não é um serviço bom, eu só não quero isso para o resto da minha vida, mas dá pra viver para o resto da vida disso. Mas é isso, repito, incomoda a discriminação das pessoas que trabalham registrado com quem quer trabalhar assim [Rodrigo, 19 anos, pardo, cursando ensino superior].

O jovem disse que ainda estava trabalhando como entregador e estudando no mesmo curso de ensino superior. Apesar de exceção em relação aos outros entregadores, o jovem pode ser visto como uma tendência que tem se expressado no Brasil recente: jovens, homens, negros que ingressam no ensino superior, e entre tantos desafios tem ocupado os bancos das universidades - no seu caso, estudando de forma online, precisam conciliar estudos e trabalho.

Louise também possui uma lógica de atuação nas plataformas semelhante à de Rodrigo. A jovem entrou nos aplicativos após passar por um período de desemprego, fez entregas como ciclista durante a maior parte do período pandêmico e, no início de 2022, comprou uma motocicleta para trabalhar com entregas. E, posteriormente, entrou no ensino superior.

A trajetória de Louise no mundo do trabalho se iniciou cedo. Suas primeiras experiências foram com a mãe, auxiliando-a na venda de doces na escola, nos anos de ensino

fundamental e início do ensino médio. O primeiro vínculo formal ocorreu com 16 anos, quando trabalhou como aprendiz. Conforme destacado anteriormente, a jovem buscou o emprego nas plataformas depois do término do contrato de aprendizagem e seguiu os passos do pai, que também trabalhava como motoboy em aplicativo na época em que ela começou.

Na segunda entrevista, Louise destacou que estava fazendo entregas de motocicleta durante o período diurno e cursando ensino superior no período noturno. No período de 1 ano e meio entre uma entrevista e outra, a jovem concluiu o ensino médio por meio de um programa de Enceja¹⁰⁹ e ingressou no ensino superior para cursar psicologia — o curso que já havia assinalado querer cursar desde antes de voltar a estudar.

Como forma de aumentar os ganhos e diminuir o esforço, Louise comprou uma motocicleta. No momento da entrevista, relatou que estava fazendo entregas em um restaurante e utilizava os aplicativos apenas quando gostaria de ganhar para além daquilo que recebia no restaurante. Essa transição para moto-entregas permite que os jovens consigam trabalhos fixos em estabelecimentos comerciais. Cotidianamente, em grupos de *WhatsApp* de moto-entregadores, foi possível identificar o compartilhamento de vagas fixas em estabelecimentos.

Assim como Rodrigo, Louise diz que o trabalho como entregadora é algo passageiro até conseguir um estágio em sua área de estudos. A jovem relata:

Louise: No momento, estou trabalhando fixa em um restaurante. Eu peguei esse trabalho porque comecei a fazer faculdade no início desse ano (2023), comecei a fazer psicologia de noite, e aí eu precisava de um trabalho que me liberasse no período da noite, esse trabalho no restaurante é de 10h da manhã às 17h da tarde, consigo fazer faculdade das 19h às 22h e está dando tudo certo graças a Deus [...] Estou até processando a OL que eu estava trabalhando, era muito castigo que eles davam, se faltasse um dia eles deixavam 3, 4 dias de castigo sem cair nenhuma entrega, aí não era jogo pra mim. No momento é isso, mas nunca se sabe, se precisar voltar para o aplicativo um dia a gente volta, mas no momento não estou precisando.

Caíque: E o que está sendo jogo pra você?

Louise: Jogo pra mim está sendo trabalhar em restaurante fixo porque é um dinheiro certo e uma vaga certa no momento, mas pretendo logo mais estar saindo das entregas e iniciando nos estágios. A gente sabe que o estágio não está dando muito dinheiro né, grandes coisas, mas só de sair da moto já vai ajudar bastante, não ver o perigo ali constante né [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

Destaque para a expressão “jogo”, que a jovem utiliza para explicar a relação de trabalho com os aplicativos. A expressão possibilita pensar essa dimensão do agenciamento:

¹⁰⁹ O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos — Enceja — é um programa federal realizado pela primeira vez em 2002 para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. O Enceja é realizado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação. O Exame é aplicado pelo Inep, mas a emissão do certificado e declaração de proficiência é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que firmam Termo de Adesão ao Enceja (INEP, 2023).

com um jogo mais favorável, a jovem consegue disputar com as condições objetivas, encarando-as como meio para alcançar seus objetivos pessoais e conseguir o trabalho que sonha realizar. Conforme acrescentou

Louise: É muito legal [cursar psicologia], muito bom, é o que eu sempre sonhei desde que eu comecei a estudar, eu comecei a ler sobre e sempre foi a área que eu me vi ali, sabe? Estudar o que a gente gosta é muito gratificante, diferente do ensino médio que você tem que estudar o que está ali” [Louise, 19 anos, branca, cursando ensino superior].

Na experiência laboral de Louise e Rodrigo, pode-se observar um tema bastante caro aos estudos da juventude brasileira: a combinação trabalho e estudos. Tanto nos estudos do campo da educação, quanto nos estudos de juventude, há um reconhecimento cada vez maior do lugar dessa combinação nas experiências juvenis, sobretudo considerando os países da América Latina (CORROCHANO; ARANCBIA; MIRANDA, 2022). Geralmente expresso por meio das categorias estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante, Abramo, Venturi e Corrochano (2020, p. 527) afirmam que “mais que uma “categoria”, trabalhar e estudar configura uma “situação”, que pode ser mais breve ou mais extensa e voltar a ocorrer mais de uma vez ao longo das trajetórias juvenis. A combinação estudos e trabalho possui um longo histórico no Brasil, uma vez que a juventude brasileira tem uma histórica aproximação com o mundo do trabalho (MADEIRA, 1986).

No período recente, foram observadas mudanças a partir da expansão da escolarização para as camadas populares, em especial da juventude negra e daqueles que moram em periferias urbanas (ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020). Elevar a escolaridade como forma de qualificar os jovens para facilitar o ingresso no mercado de trabalho “foi o *leitmotiv* das políticas públicas dirigidas a esse segmento populacional” nas duas primeiras décadas do século XXI no Brasil (CORROCHANO; TOMMASI, 2020, p. 354). A continuidade dos estudos, com o ingresso no nível superior, é projeto amplamente disseminado entre os jovens dessa geração (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018), inclusive para aqueles pertencentes às camadas de baixa renda, porém a inserção é permeada de desafios, tanto no campo da educação, quanto no trabalho, além das relações familiares (SANTOS, 2018).

Segundo dados da PNAD, trabalhar e estudar era a situação de 44% dos jovens cursando o Ensino Superior em 2019, isso equivale a 2,3 milhões de estudantes trabalhadores. Apesar desses avanços em relação à educação superior, o olhar da literatura para os desafios da combinação entre trabalho e estudos nesse nível de ensino, e para a necessidade de ações

públicas dirigidas a jovens nesse campo, ainda é pouco presente (VARGAS; PAULA, 2013; NIQUINI *et al.*, 2015).

De modo geral, o trabalho nos aplicativos de *delivery* apareceu para esses jovens como um meio provisório para outros objetivos, como o “trabalho dos sonhos”. Em aproximadamente um ano entre uma entrevista e outra, apesar de alterarem a modalidade em que realizam entregas, passando da bicicleta para a motocicleta, esses jovens utilizam os aplicativos como meio para manter os estudos e atingir objetivos futuros, fazendo uso da continuidade como um “trampolim” para outras ocupações.

As lógicas de provisoriedade podem indicar elementos raciais para interpretação da experiência desses jovens. Júlio, Paola e Louise se autodeclararam brancos no questionário de caracterização do perfil. Uma hipótese (que pode ser posteriormente explorada em estudos quantitativos com amostras mais robustas) diz respeito a essa provisoriedade ser maior entre os jovens brancos do que entre os jovens negros, assim como a própria branquitude se comporta diante do trabalho nas plataformas — este majoritariamente realizado por pessoas negras —, aparentemente parece haver um constrangimento e uma percepção mais negativa entre os jovens brancos investigados acerca do trabalho nas plataformas.

6.2.2 Provisoriade nas plataformas

A lógica de provisoriedade nas plataformas digitais de *delivery* foi criada para descrever trajetórias de entregadores que saem dos aplicativos, mas utilizam os saberes adquiridos no trabalho e continuam atuando com entregas sem vínculos com essas plataformas. Assim, trabalhar nos aplicativos como cicloentregador pode ser uma ponte para continuar com *delivery* de forma autônoma, sem os aplicativos.

A experiência adquirida no trabalho com os aplicativos pode ser útil para o desenvolvimento de um negócio que envolve atividades de *delivery*. Expressão dessa ponte para uma autonomia sem aplicativo, Livia é gastrônoma e trabalhou nos aplicativos como forma de encarar o desemprego após deixar um emprego formal em uma cozinha. A jovem foi a única entrevistada com ensino superior completo e relatou que o início da pandemia e o esgotamento do espaço de trabalho fizeram com que ela chegasse ao desemprego. Ao longo de pouco mais de 6 meses, justamente no período mais intenso da pandemia, a jovem trabalhou como entregadora em plataformas digitais.

Após se envolver e ser uma das protagonistas do movimento dos Entregadores Antifascistas, a jovem pôde vislumbrar outras possibilidades para além das plataformas. Nota-

se que a militância com outros entregadores e apoiadores possibilitou a ela tecer redes que a ajudaram a deixar os aplicativos e iniciar um negócio próprio.

Caíque: Como foi esse movimento de parar com os aplicativos?

Lívia: Veio, graças a Deus, por meio de toda essa movimentação dos entregadores antifascistas. A partir dessa visibilidade que a gente teve, na verdade, muita gente chegou a perceber que os entregadores eram explorados. Eu não sei se as pessoas não sabiam, ou não pensavam sobre isso. E chegaram então algumas pessoas de classe média que começaram a ter um pouquinho mais de consciência nisso e perceber que... Mano, isso é um trabalho de luxo, você ter/receber comida na porta da sua casa é um luxo. Então, se você quer ter esse luxo, você vai ter que pagar por isso, você vai ter que pagar o quanto a gente está falando que vai ter que pagar, entendeu? Aí foram aparecendo trabalhos com essas redes de outras pessoas que foram criando esquemas com outras redes de tramos que não são baseados nessa lógica, são baseados na lógica de trabalho igualitário. Hoje o que eu posso dizer é que estou com essa galera aí, e também faço as minhas entregas, eu vendo brownie e sou eu que entrego. Aí eu também cobro a minha taxa de entrega, se a pessoa quiser receber vai ser essa taxa, não é negociável, se você não quiser pagar essa taxa você vem aqui buscar entendeu? [Lívia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

A visibilidade obtida pelos Entregadores Antifascistas possibilitou a abertura de um negócio próprio. Assim, ela produz, comercializa e entrega os próprios produtos, definindo o valor da taxa de entrega. Conforme afirma, no próprio negócio pode cobrar um valor justo no *delivery* e sair da lógica comercial dos aplicativos, aliando seus ideais ao próprio trabalho.

A decisão de Lívia de abrir o próprio negócio em uma rede baseada em ativismo vai ao encontro de uma tendência observada por Corrochano e Laczynski (2021) nas periferias paulistanas: negócios que aliam engajamento coletivo a geração de renda. A referida pesquisa identificou que o perfil das jovens que buscam construir alternativas de trabalho e renda a partir de seus coletivos de pertencimento é majoritariamente feminino.

A saída escolhida por ela para deixar os aplicativos aparece como síntese de saberes adquiridos ao longo da própria trajetória: cursar o ensino superior em gastronomia, tendo com isso as técnicas necessárias para abrir um negócio na área de alimentação; trabalhar como entregadora, conhecer o necessário para trabalhar com entregas; e a atuação política para compreender os processos de exploração do aplicativo e trabalhar com uma alternativa às plataformas.

Junto à formação superior, Lívia também possui largo conhecimento em inglês, de modo que a jovem combina o tempo entre o negócio próprio com aulas particulares na língua estrangeira. Nesse ponto, Lívia expressa uma questão mais ampla que envolve a juventude contemporânea, sobretudo a juventude feminina, até mesmo de segmentos com maior escolaridade: ter que realizar mais de um trabalho.

A tripla jornada de trabalho foi uma pauta de discussão levantada inicialmente pelas feministas que estudaram a condição laboral das mulheres. No entanto, mais recentemente, a

combinação de várias atividades diferentes tem sido cada vez mais observadas nas trajetórias juvenis. Diante da precariedade e rebaixamento da massa salarial, os jovens têm recorrido a diferentes atividades para conseguir obter renda que satisfaça as necessidades. A revelia de um mundo do trabalho em que as instituições promovem estabilidade e alguma segurança financeira para os trabalhadores, o cenário atual não consegue oferecer tais garantias para todos/todas, sobretudo para a juventude. Assim sendo, as triplas jornadas em múltiplas atividades tornam-se uma saída.

Ao ser perguntada sobre os estudos, Livia disse não querer voltar à escola, embora siga estudando conteúdos que fortaleçam suas atividades na militância. A perspectiva da jovem é relevante para refletir sobre a condição social juvenil na contemporaneidade, especialmente em relação à situação de uma jovem com formação superior que atua em um setor sem garantias de direitos.

Caíque: E durante as entregas você teve interesse em estudar, isso passou pela sua cabeça?

Livia: Passou, brevemente, porque eu sempre quis fazer [Ciências] Sociais, mas me deu um desânimo muito grande em saber que eu iria estudar pra depois ficar desempregada e também se eu fosse estudar para ser professora, existem situações que a gente vive uma demonização da história em geral né. A gente não pode falar de questões que são muito importantes pra você discutir a sociedade em geral, então. Meio simples assim, você se formou, você vai ser professora e vai trabalhar na rede pública e vai ter um salário que não vai conseguir pagar suas contas, ou então você vai pra rede particular, na rede particular todo mundo é reaçã e você não pode falar das coisas simplesmente. Você tem que ficar treinando as pessoas pra passar no vestibular e é isso. Então, para que eu vou fazer isso? Durante a faculdade eu vou ter só matérias falando sobre o pensamento de europeus sociólogos que sabe se apropriam de coisas, de comunidades que eles estudam, que estão ali pra relatar só os próprios interesses. Então pra mim tudo é cagado, entendeu? Eu não vou entrar nessa para me frustrar mais ainda, pra, tipo, ver que não tem nada que eu possa fazer, tipo assim. E eu sempre estudei de forma autônoma, eu não curto muito essa coisa da universidade, da instituição [Livia, 26 anos, nipo-brasileira, ensino superior completo].

Para além das questões de gênero que envolvem a formação de Livia, que é graduada em gastronomia e cogitou realizar uma licenciatura, interessa notar como a experiência de trabalho provisória nas plataformas e as percepções de Livia sobre voltar à sala de aula acompanham a tendência de decomposição do vínculo entre diploma e emprego, fato verificado por Laval (2019), juntamente com o declínio do programa institucional descrito por Dubet (1998, 2006). Se em diversos momentos da tese sinalizamos a necessidade de pensar a desinstitucionalização do mundo do trabalho, esse processo também tem incidido sobre a instituição escolar. Os próprios jovens têm percebido que a escola passou por mudanças e a autoridade e legitimidade que outrora desfrutava está cada vez mais em declínio.

Lógica semelhante de provisoriedade nas plataformas e continuidade na ocupação de Livia também pode ser observada entre alguns entregadores que discutem suas perspectivas

futuras nos grupos de entregadores nas redes. Durante algumas observações no grupo de *WhatsApp* foi possível encontrar aqueles que desejam “empreender”, fazer o próprio cartão, se apresentar como entregador autônomo e atender alguma empresa fora do aplicativo. Além da reflexão sob o viés de resistência dessa lógica colocada em movimento por Livia, cabe uma indagação sobre a viabilidade dessa lógica para a maior parte dos jovens entregadores que não possuem formação superior e não participam ativamente de grupos de militância política.

6.2.3 Continuidade na plataforma na mesma modalidade

De forma geral, os jovens sinalizaram não querer construir uma trajetória profissional de longo prazo nos aplicativos de *delivery* — sobretudo atuando na modalidade ciclista. No entanto, para alguns, a inserção nas plataformas significa passar um longo período, inclusive mais do que a média dos outros entregadores. Nesse caso, eles podem ficar e não procurar outro trabalho, encontrar outro trabalho e permanecer nas plataformas ou mesmo permanecer e não saber quando sair. A lógica denominada continuidade na plataforma na mesma modalidade será atribuída a esses casos. Em relação a esse tema estão incluídas as trajetórias de Michael, Mathias, Beni, Jonas e Antônio.

Michael, jovem autodeclarado pardo, de 19 anos, cadastrou-se como *bikeboy* nos aplicativos em 2020 e em 2023 ainda estava atuando. O jovem considera o trabalho nas plataformas como seu “primeiro emprego”, trabalha nas plataformas desde a menoridade legal, iniciou durante o período pandêmico e continuou posteriormente.

Para o jovem, que nunca trabalhou com registro em carteira, as plataformas aparecem como uma possibilidade de ampliar as oportunidades de consumo, construindo alguma independência em relação à família. Isso é um dos elementos que envolve a própria valorização das plataformas, conforme destacado no capítulo anterior. Do ponto de vista de sua trajetória, o trabalho nos aplicativos lhe parece a opção mais rentável até o momento, pois anteriormente trabalhou entregando panfletos e, também, no bar da família.

Na experiência de Michael nas plataformas, chama a atenção a maneira como se articulam desejos e condições objetivas. Trabalhando com sua bicicleta nos aplicativos desde 2020, o jovem enfatizou diversos desejos como continuar a estudar, encontrar um trabalho registrado e ser dono do próprio negócio no futuro. Também não descarta adquirir uma motocicleta e alterar a modalidade nos aplicativos.

No sentido de tornar seu currículo mais competitivo enquanto trabalha nas plataformas, Michael diz ter interesse em realizar cursos de curta duração. O jovem entende que suas opções de trabalho são limitadas somente com o diploma do ensino médio, portanto, o trabalho nas plataformas daria certa estabilidade, flexibilidade e renda para poder estudar. Vale lembrar que, durante as paralisações promovidas pelos entregadores na pandemia, o *Ifood* investiu em campanhas de *marketing* na qual ressaltou que o modelo de trabalho oferecido pelo aplicativo tornava possível o processo formativo dos trabalhadores¹¹⁰. No entanto, somente Rodrigo e Louise fazem a combinação entre trabalho e estudos entre os jovens e, para isso, realizam uma jornada de trabalho mais curta e conta com o apoio da família para manter essa combinação¹¹¹.

Entre os sonhos e a realidade, Michael traz uma reflexão sobre o trabalho nas plataformas e a dimensão juvenil: apesar de valorizar a possibilidade de organizar a própria rotina e valorizar o dinheiro que consegue a curto prazo, Michael ainda deseja conseguir um trabalho em regime CLT.

Caíque: O que você tem pensado para os próximos anos? quais suas expectativas para o futuro?

Michael: Ah, no momento é trabalhar, daqui a uns anos conseguir um trabalho registrado pra ver como é, [pois] eu nunca trabalhei registrado. Também começar a me profissionalizar em alguma área. Eu quero fazer TI né, como eu disse. Quero aprender essas coisas, eu gosto de computador, informática e esses negócios. Mas também eu penso em ser empreendedor, abrir alguma coisa própria. Eu já trabalhei vendendo trufa, isso foi na escola que eu vendia... [Michael, 18 anos, pardo, ensino médio completo]

Enquanto Michael encontra nos aplicativos um meio para obter renda e alguma independência em relação à família, a ausência de experiência com trabalho CLT parece justificar certo desejo em “trabalhar registrado”. Conforme visto anteriormente, a valorização da autonomia e a descrença nas possibilidades da CLT foi mais recorrente entre os mais velhos – Jonas, Kaio e Mathias. Diante disso, pode-se aventar a hipótese que as experiências pregressas com emprego formal são pertinentes para a “descrença” em relação às promessas do trabalho regulamentado.

Dessa forma, estudos recentes demonstram que os projetos profissionais, sobretudo dos jovens de classes populares, não são lineares e, muitas vezes, suas aspirações nem sempre são concretizadas (GRAF; DIOGO, 2009; SALES; VASCONCELOS, 2016; NASCIMENTO;

¹¹⁰ PROPAGANDA E MÚSICA BY LALALA. *Ifood* | histórias da pandemia | 2020 | comerciais de TV. YouTube, 17 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X1GRLU-V528> Acesso em 12 de abril de 2023

¹¹¹ Vale destacar que a mãe de Rodrigo possui ensino superior completo e dá suporte para o jovem permanecer estudando, ao passo que ambos os pais de Michael não possuem ensino superior. De certa forma, pode-se inferir a influência desse aspecto, pois, conforme apontou Dayrell e Jesus (2016) a escolaridade dos pais — sobretudo da mãe — impacta na escolaridade dos filhos.

RODRIGUES, 2018; ALBANAES *et al.*, 2020; OLIVEIRA; CORROCHANO, 2021). Esses mesmos jovens demonstram medo, incertezas, inseguranças, quando o assunto é escolha profissional.

A atuação nas plataformas pode ser uma continuidade de trabalhos com entregas realizados anteriormente e que continuam nos aplicativos. Esse é o caso de Mathias, jovem autodeclarado indígena, com diploma de ensino médio. Antes de trabalhar nas plataformas, Mathias já havia trabalhado com vínculo formal como cicloentregador em uma empresa do setor, contudo, viu nas plataformas uma possibilidade de ganhar mais e se deslocar menos até o local de trabalho.

A experiência de Mathias nas plataformas diz respeito à possibilidade de trabalhar perto de casa fazendo algo que já conhece. O jovem que trabalhava com registro em carteira em uma empresa de entregas preferiu continuar na ocupação por meio dos aplicativos, justificando que era cansativo sair da Zona Norte e ir para ir até a Zona Oeste com sua própria bicicleta, todos os dias, em troca de pouco mais de um salário-mínimo.

A continuidade de Mathias nas “bike-entregas” é condicionada, entre outros fatores, à utilização de uma “bikelete” para a realização das entregas. O jovem apontou que já está no terceiro motor instalado na bicicleta para trabalhar. Quando interpelado se teria interesse em adquirir uma motocicleta para realizar as entregas, afirma que a motocicleta traria um gasto adicional desnecessário e que a bicicleta motorizada possui um custo de manutenção mais baixo, atendendo sua necessidade imediata. Conforme discutido no sexto capítulo, o desgaste físico é um dos elementos mais desafiantes para os jovens entregadores e a agilidade é um fator maximizador à realização de mais entregas. Para Mathias, esse desgaste pode ser potencializado pelo fato de trabalhar no local onde reside, considerando que a região onde mora e atua possui diversas subidas e descidas. Nesse ponto, motorizar a bicicleta traz vantagens para a continuidade na atividade de mesma modalidade.

No momento da entrevista, Mathias estava trabalhando há cinco anos como cicloentregador — considerando o período formalizado em empresa do ramo somado ao período nas plataformas. Nesse período, o jovem chegou a fazer dois cursos profissionalizantes: jardinagem/paisagismo e fotografia/produção de vídeo, apesar de não descartar trabalhar nessas áreas, continuou trabalhando nos aplicativos mesmo com os cursos. Na primeira e na segunda entrevista (realizada um ano depois), disse que, se encontrasse um emprego formal com remuneração superior ao que recebia nos aplicativos, deixaria as plataformas. Mas, ao mesmo tempo, disse que não estava dispendendo esforços à procura de

um emprego: “Não é o que eu quero para o meu futuro, mas é o que eu tenho no momento e é a melhor opção.”

A continuidade no aplicativo também pode ser motivada pela necessidade imediata de obter renda. Os períodos pós-2014 e pandêmico trouxeram dificuldades para encontrar trabalho e, conseqüentemente, obter renda via ocupação formal. Em meio à “geração *lockdown*”, Jonas, que fechou o curso no ensino superior durante a pandemia, entende que precisa desse trabalho para pagar as contas e sobreviver. Mesmo que considerasse outro trabalho, julga não possuir qualificação para adentrar em outro setor e explica: “eu não sou especialista em nada, eu sou aquele tipo de coringa, que sabe a ponta do *iceberg* de muita coisa, mas se precisar aprofundar, aí não dá, aí eu não consigo fazer muita coisa”. Na ausência de conhecimento que possa colocá-lo em outro setor e diante das dívidas, o trabalho nos aplicativos vai ganhando continuidade.

Na falta de conhecimento profissionalizante específico, Jonas vai “se especializando” nas plataformas. O entregador foi o que trabalhou em mais aplicativos de entregas diferentes: foram cerca de oito aplicativos distintos ao longo de quatro anos. “Então a gente fica meio que esperando os outros unicórnios¹¹² aparecerem. A gente foi vendo outras empresas aparecendo, mas teve empresa oferecendo tanta coisa, mas morreu antes mesmo de iniciar.”

Apesar de não conseguir identificar exatamente o que fazer, Jonas reconhece uma tendência à digitalização no mundo do trabalho.

Caíque: Quais as suas expectativas em relação ao futuro?

Jonas: Então... hoje a pandemia veio pra mostrar pra gente que você tem necessidade de mudar para o digital, a gente tem essa necessidade. Ouvi muita gente falando que quem não souber trabalhar no digital é considerado o novo analfabeto funcional. Eu estou nessa lista, eu quero fazer alguma coisa pela *internet*, mas eu não tenho noção de como fazer. É aquele lance que eu te falei, você não ser especialista em nada, o que eu posso fazer pra conseguir dinheiro ou pelo menos aparecer na *internet* pra conseguir fazer alguma coisa. Eu estou desse jeito, pensando o que eu vou fazer [Jonas, 32 anos, pardo, ensino médio completo].

Passar um longo período trabalhando nas plataformas e estabelecer uma relação de continuidade quase indeterminada possibilita a esses entregadores acumular experiências e compartilhá-las com os ingressantes. Com isso, tanto Jonas quanto Beni tendem a colaborar nos grupos de entregadores, nas redes sociais, oferecendo orientações para os iniciantes e para aqueles e aquelas que trazem dúvidas para os grupos. No caso de Jonas, a continuidade lhe proporciona um prestígio em relação a entregadores mais novos, em mais de uma entrevista,

¹¹² Na linguagem empresarial, as empresas “unicórnio” são denominadas aquelas que atingem uma valorização de 1 bilhão de dólares sem ter presença na bolsa. Ser uma empresa unicórnio é o desejo de qualquer start-up tecnológica que começa a funcionar.

jovens entrevistados como Michael, Kaio e Paola reconheceram que Jonas é um entregador que “manja muito dos aplicativos”¹¹³.

Jonas tem interesse em mudar seu cadastro para motocicleta, isto é, continuar nas plataformas, mas em uma modalidade diferente. Porém, outras necessidades momentâneas impedem-no:

Jonas: Não vou mentir, queria fazer isso [comprar uma moto]: queria. Eu não gosto de moto, eu tenho medo, mas se eu tivesse uma moto eu conseguiria fazer mais entregas e ganharia mais. Só não sei se daria muito certo por conta do valor da gasolina hoje, entendeu? [Mas entre os entregadores] É meio que considerado uma evolução. [...] Tem um menino que é um pouco mais novo do que eu, o Fábio, esses dias eu vi ele com uma moto, uma 160cc, é uma moto visada pra roubo e olha que ele estava com uma bicicleta pior que a minha, e nossa, o menino conseguiu...Então se ele consegue, eu também consigo. Só que ao invés de comprar uma moto, eu gostaria de conquistar coisas para a minha família, tipo... uma casa, um lar pra colocar as meninas e evitar coisas do tipo “Ah, fulano está mexendo nas minhas coisas”, prefiro mais isso do que mudar para uma moto. Se eu queria isso? Não vou mentir, queria, mas às vezes prefiro a bicicleta por me sentir mais seguro na bicicleta [Jonas, 32 anos, pardo, ensino médio completo].

Um dos fatores para não investir em uma motocicleta e mudar de modalidade é a economia e a conjuntura de momento. O combustível passou a significar uma variável no processo, pois o Brasil estava batendo recordes no valor por litro. A gasolina havia alcançado, em novembro de 2021, em pleno governo Bolsonaro, o preço médio de R\$ 6,74 (R\$ 7,07 corrigidos para o início de 2023). Esse foi o maior patamar registrado no século. Desde 2001, o preço corrigido do litro do combustível nunca havia ultrapassado a marca de R\$ 7.

A experiência de Jonas conduz a reflexão sobre os diferentes momentos da juventude como cicloentregador. Jonas é o entregador mais velho, no excerto acima é possível notar a força dos imperativos sociais que incidem sobre jovens adultos, sobretudo aqueles advindos das relações familiares. Imperativos menos comuns nos jovens entre 18 e 24 anos. Essa preocupação com a economia doméstica é reforçada quando o jovem é questionado sobre sair dos aplicativos.

Caíque: E por mais quanto tempo você se vê trabalhando nos aplicativos? Já se perguntou sobre isso?

Jonas: Já, mas eu não soube responder, ficou indefinido isso. [...] O que eu mais quero de verdade é conseguir conciliar as contas com a família. Tipo, conseguir pagar todas as contas e deitar tranquilo antes de dormir pensando “Meu, não tenho nenhuma conta pra pagar essa semana”, aí, sim, acho que dá pra tentar fazer outra coisa.

Ou seja, a permanência nas plataformas pode ser condicionada pela situação de momento. A variedade de plataformas em que Jonas é cadastrado possibilita a ele saber que no dia seguinte pode ligar um aplicativo e receber alguma renda que seja suficiente para

¹¹³ “manjar” nesse contexto pode ser entendido como uma gíria correspondente a ter amplo conhecimento sobre algo.

conseguir dar conta das demandas familiares. Ao imaginar que não tem uma formação nem experiência suficiente para obter um emprego com uma remuneração adequada às suas necessidades, o jovem permanece na ocupação uberizada.

Beni é um dos entregadores com maior experiência na atividade, atua desde a adolescência, quando começou a fazer entregas de bicicleta para a mãe. Depois, passou para restaurantes fixos até chegar aos aplicativos. O jovem começou a trabalhar nos aplicativos por volta de 2018, conforme ele mesmo define: “bem na raiz mesmo”. O início nos aplicativos foi motivo de satisfação:

Beni: Esses anos aí que eu era de menor [sic] eu passava fazendo as entregas para a minha mãe ou para restaurante. Eu fiz 18, aí eu comecei a me inscrever nos aplicativos. Os aplicativos era uma coisa muito nova pra mim. Na época, eu ficava “Nossa, mano, vou começar a fazer entrega pra Uber mano” Na época, era um bagulho muito da hora, entendeu? [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Portanto, o jovem trabalha com entregas desde a menoridade legal, as plataformas são uma continuidade nessa atuação. Para compreender a experiência e a trajetória de Beni, é crucial levar em conta seu perfil como balizador do campo de possibilidades disponíveis para sua atuação: de maneira geral, trata-se de um jovem negro que possui a menor escolaridade entre os entrevistados, ainda não concluiu o ensino fundamental e nunca trabalhou com registro em carteira. Nota-se a persistência do trabalho desde a menoridade legal, associada à interrupção dos estudos, como uma recorrência da “viração cotidiana” na vida juvenil. Dado que sequer haviam alcançado o ensino médio, os projetos de ingresso no ensino superior, tão mais presentes nessa geração, não aparecem em seu campo de possibilidades:

Beni: Minha experiência na escola foi muito ruim, passava muito bullying, era zoadado, era difícil mano, entendeu? Então me sinto muito mais bem na rua do que na escola. [...] [Também] parei pra ajudar meu pai, que estava com problemas de saúde, [parei para] trabalhar pra ajudar em casa [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

A trajetória de Beni traz um contraponto à tendência geral de aumento da escolaridade da juventude negra brasileira. O passado de *bullying* e exclusão do sistema escolar ocorreu em meados da década de 2010, ou seja, em um período marcado por melhores índices de conclusão do ensino fundamental pelos rapazes em relação às décadas passadas. Nesse sentido, o estudo realizado por Toledo (2022) oferece contribuições para refletir sobre padrões de masculinidade entre os meninos na periferia que ocasionam um distanciamento da cultura escolar e da própria instituição.

Ao ser perguntado sobre voltar a estudar, o jovem afirma que o trabalho e os problemas nas entregas fazem com que ele “esqueça” que sente vontade de voltar a estudar.

Caíque: Você sente vontade de voltar a estudar?

Beni: Sentir vontade, sinto, tá ligado? Mas hoje em dia não dá mano. Eu falo “Ah, vou voltar a estudar”, mas logo depois eu esqueço. Os problemas nas entregas, nas ruas, dentro de casa, então acabo esquecendo. [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Entre os 12 entrevistados, a resposta de Beni foi a mais expressiva no sentido de indicar uma continuidade nas plataformas digitais. O jovem foi um dos poucos entrevistados que não enfatizaram interesse em sair dos aplicativos:

Caíque: Por mais quanto tempo você se vê trabalhando nos aplicativos?

Beni: Não tem um tempo determinado, eu vou até onde der. Porque assim eu gosto de ganhar dinheiro pra me sustentar. Então, ganhando dinheiro pra pagar minhas contas já está de bom tamanho. Não vejo alguma coisa a mais que isso, entendeu? [Beni, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto]

Enquanto para Lívia, mulher nipo-brasileira, voltar a estudar não faria sentido em um cenário em que a escola não responde às demandas locais. Na trajetória de Beni, homem negro, mais do que não oferecer uma perspectiva de carreira, a experiência cotidiana de trabalho faz com que o jovem “esqueça” de voltar a estudar. Além disso, entende que o trabalho nas plataformas supre a necessidade para “pagar as contas” o que, para o jovem, é suficiente no momento. Mais do que isso, com as experiências de trabalho e a escolaridade que possui, acrescenta: “Não vejo alguma coisa a mais que isso”.

Dessa forma, o jovem permanece na plataforma tendo em vista sua capacidade de gerar recursos suficientes para “pagar as contas”, enquanto a formação assume um caráter secundário em sua vida. Além de expressar o cenário de fragilidades institucionais, Beni evidencia o quanto as capacidades limitadas de recursos cingem as expectativas e a conexão com o tempo futuro. Para Leccardi (2005, p. 52):

Deve-se ressaltar, desde logo, que aqueles que exprimem essa estratégia temporal parecem especialmente ricos em recursos — culturais, sociais e econômicos. Se os sujeitos dominantes de nossa época são aqueles que se diferenciam em virtude de sua capacidade de utilizar bem, em termos de poder, a velocidade e a mobilidade, esses jovens parecem trilhar esse caminho. Quem, pelo contrário, possui poucos recursos sociais e culturais parece, sobretudo, sofrer com a perda do futuro progressivo e da capacidade de propor projetos da primeira modernidade. Para esses jovens, o futuro, fora de controle, pode ser somente anulado, apagado para dar lugar a um presente sem fascínio. [...] A aceleração social torna-se, assim, de modo evidente, fonte de exclusão social, traduzindo-se em uma estaticidade passiva.

Por fim, o quinto jovem que permaneceu trabalhando nas plataformas entre uma entrevista e outra foi Antônio. O jovem imigrante venezuelano foi o único dos entrevistados que não estava morando na mesma residência no intervalo de um ano. Após oito meses atuando como entregador na cidade de São Paulo, mudou-se para Blumenau, no estado de Santa Catarina, onde conseguiu emprego em um restaurante. O restaurante é o segundo emprego na cidade catarinense, o primeiro foi em uma fábrica de tecelagem.

A continuidade na plataforma pode ocorrer mesmo após a obtenção de outro trabalho. Após chegar à região sul do país para trabalhar em uma fábrica, o jovem manteve o cadastro ativo e, assim, começou a fazer entregas de bicicleta para complementar a renda mensal. Antônio trabalhava no período da tarde na fábrica e fazia entregas pelo aplicativo de manhã e/ou horário de almoço. Ainda usava as folgas para isso, quando conseguia dedicar-se também em outros horários. No entanto, Antônio disse que sente diferenças entre atuar na cidade catarinense e na capital paulista. Segundo ele, há menos entregas para fazer com a bicicleta na cidade em que vive agora. Com menos entregas, os rendimentos totais do mês tendem a ser menores.

Contudo, a conciliação entre emprego formal e trabalho no aplicativo apresenta dificuldades. Após sair da fábrica, Antônio passou a trabalhar em um restaurante. De acordo com o depoimento, a rotina no restaurante é intensa e dificulta a continuidade nos aplicativos de *delivery*, mesmo que esteja motivado a receber um "extra" para o orçamento doméstico. Conquanto haja flexibilidade na atuação em plataformas, há de se considerar os limites físicos dos próprios trabalhadores ao tentar realizar jornadas duplas ou até triplas de trabalho.

A permanência de Antônio no aplicativo dá-se pela própria dinâmica das plataformas ao não estabelecer limites geográficos para o funcionamento. Mesmo morando em três cidades diferentes (Mogi das Cruzes, São Paulo e Blumenau), em cada uma delas o jovem conseguiu utilizar a aplicativos para trabalhar. O jovem pôde estabelecer uma continuidade na plataforma baseada na intermitência, pois mesmo parando por algum tempo para se dedicar a outras atividades, o cadastro continuou ativo. A experiência do jovem traz elementos para pensar a própria lógica da uberização e sua transitabilidade.

A continuidade de seu cadastro nas plataformas no Brasil depende da própria continuidade no país. Naquele momento, Antônio estava avaliando a situação do país. Caso se adapte à região sul, considera a possibilidade de permanecer por mais tempo. Se não, já considera a possibilidade de migrar para algum país da Europa. Vale lembrar que diversos “bike-entregadores” em países europeus são imigrantes que buscam melhores condições de vida (ROSENBLAT, 2017; CANT, 2021; VAN DOORN, 2021; MENDONÇA; WOODCOCK; GROHMANN, 2022).

Diante do exposto aqui, conclui-se que a continuidade nas plataformas aparece como uma lógica fortemente mediada pela combinação de dois marcadores: gênero e raça. Os quatro jovens que compõe essa lógica e que foram parte da análise são rapazes não-brancos – pardos, pretos ou indígena. Olhar para os aplicativos e reconhecê-los como a melhor opção ou olhar para si e não se perceber como qualificado o suficiente para encontrar um trabalho

melhor no momento tem contornos baseados em estruturas étnico-raciais presentes no mundo do trabalho.

6.2.4 Continuidade na plataforma em outra modalidade

Embora os aplicativos não possibilitem um plano de carreira, com progresso de funções ou rendimentos, os trabalhadores mobilizam ações nos limites da própria plataforma. Utilizando recursos próprios, alguns jovens adquirem veículos mais potentes — e mais caros — como forma de “progredir” nas modalidades disponíveis nas plataformas digitais. Entre os interlocutores que fizeram essa mudança, pode-se destacar: Marcos, Kaio.

A agilidade nas entregas é um dos fatores que levam os jovens a adquirirem ou alugarem uma motocicleta. Conforme discutido no capítulo sobre a experiência, a agilidade é um fator crucial para o trabalho nas entregas. Fazer uma entrega em menor tempo garante mais disponibilidade para outra, conseqüentemente, maior remuneração. Portanto, para os jovens, passar da bicicleta para a motocicleta é uma forma de adquirir melhores ganhos.

A motivação para adquirir uma motocicleta não se limita apenas à obtenção de mais ganhos financeiros nos aplicativos, mas também a um novo *status* de masculinidade. Estudos sobre as culturas juvenis periféricas mostram a motocicleta — assim como equipamentos eletrônicos, roupas de marcas luxuosas e carros — como um artefato que concede certo poder simbólico nos ciclos de consumo de rapazes periféricos (FELTRAN, 2008; TOLEDO, 2022).

As motocicletas também podem ser observadas como sinônimo de *status* entre homens jovens periféricos na produção audiovisual do chamado “funk ostentação” (NEVES, 2016), vale destacar que a música influencia não só a cultura, mas a identidade juvenil (DAYRELL, 1999). Portanto, a motocicleta possibilita a ampliação dos ganhos e, com isso, torna-se um símbolo de “ascensão”. É possível notar, então, que passar para outra modalidade mais bem remunerada nas plataformas digitais apresenta elementos culturais da juventude masculina periférica.

Os jovens enxergam a trocar de modalidade ciclista por motociclista como um progresso. Segundo Marcos:

Marcos: Antes eu nunca tinha conseguido arrumar um trabalho registrado. Aí eu mandava currículo, nas lojas, nas firmas, ninguém nunca me ligou. O pessoal gosta mais de contratar por indicação. E tem que ter um currículo bom, cursos, essas coisas, e eu não tenho, aí ficou bem difícil. Eu comecei a Ubert Eats em 2019, comecei trabalhando de bike no aplicativo. Na época, eu comprei uma bike de um parceiro, custava R\$1000 reais, eu iria pagar ele em quatro vezes, iria começar a trabalhar no aplicativo pra pagar a bike. Nisso eu trabalhei um mês na [plataforma] e eu fiz R\$300 reais, aí eu fui e devolvi a bike pra ele quando vi que não conseguiria

pagar. Na época eu já morava aqui na Zona Norte, foi quando veio a pandemia, com a pandemia veio o auxílio né, e eu pude pegar o auxílio e quitar a bicicleta, que foi a época que a gente se encontrou lá na manifestação.

Aí eu fui trabalhando, trabalhando, trabalhei um ano e meio de bicicleta mais ou menos, na Pompéia, na Paulista. Aí eu fui pedalando, pedalando, pedalando e foi quando eu consegui comprar minha primeira moto, uma Biz de 100cc da Honda. Mas essa Biz começou a dar problema, aí eu fui e tive que devolver ela na loja onde eu comprei, até perdi dinheiro, depois eu fui e com o dinheiro e comprei uma moto do meu amigo, que já era uma moto melhor, uma 160cc. E tudo isso foi bem mais rápido do que se eu tivesse trabalhando registrado [Marcos, 24 anos, pardo, ensino médio completo].

Para uma significativa parcela dos interlocutores, adquirir uma motocicleta é sinônimo de progresso, mas Kaio foi além. A trajetória de Kaio segue essa lógica. Em três anos, o jovem de 26 anos trocou a bicicleta que tinha "parada no fundo de casa" por um automóvel. Inicialmente, com o apoio da mãe, comprou um motor para a bicicleta, com o objetivo de acelerar as entregas e diminuir o desgaste. Em seguida, passou à categoria de motoboy após adquirir uma motocicleta. Por fim, adquiriu um carro que estava sendo empregado em aplicativos de transporte de passageiros e entregas via aplicativos.

Esses progressos conseguidos por Kaio são percebidos por outras pessoas como fruto de atividades que vão além do trabalho lícito com os aplicativos.

Kaio: Dentro dessa transição de três anos, muita água rolou, muita coisa aconteceu, já cogitaram até que eu era bandido. Dentro desses três anos eu praticamente troquei por vários veículos. É algo grande? Não sei, mas posso dizer que fui realizado, tá ligado? Eu fiz tudo aquilo que eu queria, mas foi muito trabalho, coisa que as pessoas não viam. Tipo, já até chegaram pra mim e disseram "o neguinho passa a fita pra mim onde você tá trampando, envolve nós lá [sic]" Aí eu sempre tirei um sarro e levei na brincadeira. Então deixa eles pensar o que eles quiser [sic], eu estou com a minha consciência limpa [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto]

O relato do jovem fornece elementos para a compreensão das relações entre a idade, gênero, raça e classe, bem como os possíveis constrangimentos que um jovem, homem, negro, pode enfrentar ao adquirir bens de maior valor agregado, como uma motocicleta ou um automóvel. Desse modo, os impactos desses progressos vão além de questões financeiras, sobretudo para os jovens negros.

Mesmo com os progressos adquiridos na plataforma, os jovens podem optar por outras possibilidades laborais. Apesar das mudanças de modalidade, Kaio encontrou um trabalho formal como segurança e deixou as plataformas por aproximadamente 8 meses durante o ano de 2022. Nesse período, também vendeu o carro que utilizava para trabalhar no aplicativo de carona. Todavia, não permaneceu no emprego e voltou para os aplicativos.

Na segunda entrevista, realizada em dezembro de 2022, quando interpelado sobre o que significa o trabalho nas plataformas, respondeu:

Kaio: Liberdade, porque, como eu havia comentado com você, eu entrei em um trabalho registrado, eu achei a renda muito pouca, muita cobrança, muito daquilo

que é desnecessário e que não condiz ao salário. Aí como eu não gosto de alguém “em cima do meu ouvido”, ainda mais sem motivo, peguei e saí fora [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

O jovem tentou conciliar o trabalho registrado com o trabalho nas plataformas, mas disse que era "fisicamente muito difícil" manter os dois. Então, após deixar o emprego registrado, Kaio voltou às plataformas, mas dessa vez para trabalhar como moto-entregador. O jovem disse que aluga uma motocicleta de baixa custo para realizar essas entregas.

Apesar das mudanças na vida familiar e laboral, Kaio não descarta a possibilidade adquirir uma motocicleta para fazer entregas. Porém, disse que o momento requer cautela. Quando concedeu a segunda entrevista, relatou que sua esposa estava grávida de seu segundo filho, portanto precisava racionalizar os ganhos. Cabe lembrar que, na primeira entrevista, ele era o único membro da casa que estava trabalhando — na época, atuando com aplicativos de carona e entregas com o carro. Na segunda interlocução, sua esposa também estava trabalhando.

Kaio tem como projeto de vida sair dos aplicativos e abrir o próprio negócio de conserto de celulares, nas palavras do próprio jovem:

Kaio: Como eu falei, eu quero ser empregador, eu quero ter a minha própria loja. [...] se eu conseguir tirar uma boa renda dos aplicativos e guardar um certo valor financeiro, eu posso pelo menos dar iniciativa no meu projeto que é ter minha própria loja [Kaio, 26 anos, preto, ensino médio incompleto].

Mesmo que tenha progredido nos aplicativos e esteja satisfeito por conseguir superar a infância difícil, o jovem nutre o sonho de ser dono do próprio negócio.

Após a categorização, foi possível notar que essas trajetórias podem indicar, para pesquisas com uma amostra de maior envergadura, que jovens negros parecem manter-se mais tempo nas plataformas, assumindo uma lógica de maior continuidade, ao passo que os jovens brancos parecem se enquadrar com mais facilidade nas lógicas de provisoriedade nas plataformas.

Os dados a seguir foram retirados da pesquisa realizada pela Aliança Bike (2019), em período anterior à pandemia. Na ocasião, questionou-se há quanto tempo os cicloentregadores estavam atuando nos aplicativos e foi possível notar que a maioria dos entregadores brancos são os que estavam trabalhando há menos de 3 meses, ao passo que a maior parte dos entregadores pretos estavam entre 3 e 6 meses. Já os poucos entregadores que, à época estavam há mais de 2 anos trabalhando como ciclistas entregadores, todos se autodeclararam pardos.

A relação desses três jovens negros com as plataformas é variável. Rodrigo segue uma lógica de provisoriedade, está cursando o ensino superior e usa as plataformas como um

"trampolim" até conseguir um emprego na área de estudos. Rodrigo já conseguiu um emprego registrado e parou de fazer entregas, porém, passou menos de 6 meses na empresa e foi desligado, voltando pela segunda vez aos aplicativos.

Antônio trabalhou como entregador durante o período que morou em São Paulo, mudou-se para Blumenau e passou a trabalhar com registro em carteira, mas, com o tempo, voltou a usar o aplicativo de maneira esporádica para complementar sua renda.

Kaio tem uma relação de continuidade com as plataformas, porém, alternando entre modalidades: começou trabalhando com bicicletas, passou para a motocicleta e, posteriormente, adquiriu um carro, com o qual trabalhou com caronas e entregas. No entanto, saiu por alguns meses para trabalhar de forma registrada como vigilante. Passou menos de um ano nessa ocupação e voltou a trabalhar nos aplicativos como moto-entregador.

Ao discutir a relação entre juventude e trabalho nas últimas duas décadas do século XXI, no Brasil, retomamos como as trajetórias juvenis não são lineares. Nota-se que os jovens que vivenciam lógicas de “ioiô” em suas trajetórias integram um modelo cultural que se manifesta na rapidez, inconstância e instabilidade. O que se verifica nos três casos é a presença dessas idas e voltas para o aplicativo. Vale destacar que se trata de três jovens homens negros, com escolaridades variadas.

Os dados (AGÊNCIA IBGE, 2022) apontam que a remuneração por hora da população branca é maior que a negra em todos os níveis de escolaridade. No ensino fundamental completo, brancos recebem em média R\$9,9 reais por hora, em contrapartida, pardos e pretos – negros – recebem R\$8,2; no ensino médio completo, essa diferença é de R\$13 (brancos) e R\$9,9 (negros). Já com ensino superior completo essa desigualdade se acentua ainda mais: enquanto brancos recebem em média R\$34,4 por hora, a população negra trabalhadora recebe R\$24,5.

Pensar sobre essas condições temporárias é relevante para refletir sobre as saídas encontradas por esses jovens diante dessas situações. Os dados indicam alguns fatores estruturais e conjunturais que afetam a permanência desses jovens nessas plataformas. A dificuldade de inserção em ocupações com remuneração superior a dos aplicativos, direitos trabalhistas, os impactos negativos sobre a economia do cenário pandêmico, a inflação, a alta nos combustíveis, o aumento no preço dos veículos são fatores que modelam as decisões desses jovens em permanecer ou não nas plataformas.

Mais do que ser minoria, os jovens cicloentregadores que se autodeclaram brancos parecem estabelecer uma relação mais aligeirada com o trabalho nas plataformas em relação

aos pares negros. Contudo, realizar uma pesquisa longitudinal ou quantitativa de maior fôlego traria uma resposta mais precisa a essa hipótese.

Assim, investigar as lógicas de provisoriedade ou permanência nas plataformas contribui com uma reflexão sobre a natureza dessa atividade. Nota-se entre os jovens o desejo por um trabalho que proporcione direitos, benefícios e uma remuneração satisfatória, ao mesmo tempo que há uma "desilusão" com as regras, hierarquias e forma de remuneração oferecidas pelo emprego formal. No que tangem as trajetórias, não se trata de uma atividade essencialmente transitória - tal como a *gig economy* sugere. No Brasil, a inclusão precária é uma tendência para diversos segmentos de jovens periféricos, sobretudo aqueles que são racializados e possuem baixa escolaridade. Há possibilidades de escolha, porém opções igualmente desprovidas de direitos que promovam uma perspectiva de carreira, prestígio e mobilidade social.

Dessa forma, trocar uma bicicleta por uma motocicleta possui uma lógica de consumo e *status*, mas também uma lógica de valor econômico. Uma vez que a possibilidade de conseguir um trabalho com melhor remuneração no setor formal parece uma realidade distante para alguns desses jovens, ganhar mais dinheiro e ainda ter que colocar menos esforço corporal na atividade é visto como uma estratégia válida para alguns dos jovens entregadores.

Considerações finais

No Brasil, a juventude experimentou novas formas de precariedade no período pós-2013 com a agudização de cenário de crise. Nesse contexto, a uberização fez emergir tecnologias que organizam, controlam e exploram - de forma centralizada e oligopolizada - essa condição de precariedade historicamente vivenciada pela juventude brasileira.

Ao analisar o passado, o presente e as perspectivas de futuro dos ciclistas entregadores em aplicativos, o investigador se depara com as questões que envolvem a vida laboral juvenil: sair do desemprego, trabalhar em um emprego precário, usar um *smartphone* para obter renda, conciliar estudo e trabalho ou desejar continuar os estudos em um futuro próximo.

Desde o modo de inserção, as plataformas mostram-se propícias ao ingresso juvenil, uma vez que, para realizar o cadastro, não são exigidas experiências pregressas de trabalho, tampouco certificações escolares. Trata-se de uma especificidade do trabalho nas plataformas ainda pouco explorada pela literatura, mas importante de ser informada e analisada. A dimensão racial é relevante nesse ponto, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro, historicamente, exclui e relega a inserção precária para a juventude negra, seja ela masculina ou feminina.

A experiência dos jovens nos aplicativos de *delivery* parece contradizer, em alguns aspectos, a percepção de que esses trabalhadores se percebem como empreendedores e corroboram aspectos da governamentalidade do *sujeito neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, esta tese concorda com as conclusões de Altheman (2021) ao dizer que os sujeitos desta pesquisa não se identificam como empreendedores, nem assumem uma posição contrária aos direitos trabalhistas. Além disso, tanto nas observações quanto nas entrevistas, foi possível notar uma relação de apoio mútuo entre os jovens trabalhadores. A experiência de trabalhar como “bike-entregador” é constantemente articulada a uma sociabilidade juvenil.

Essa tese também vai ao encontro de Corrochano e Tarábola (2023), quando argumentam, com base em Martuccelli e Araújo (2014), que o contexto latino-americano possui singularidades que dificultam a recepção integral da acepção de um *sujeito neoliberal*. Assim, “questiona-se a impressão de novidade da concepção de emergência de um sujeito neoliberal”, uma vez que “os apoios não são encontrados nas instituições; devem ser construídos, reforçados e recriados individualmente” (CORROCHANO; TARÁBOLA, 2023, p. 6), dada a fraca institucionalidade dos suportes e proteção social. Acrescenta-se ainda que a vínculos de apoio é perpassada por aspectos que envolvem idade, gênero e raça. Portanto, os dados apresentados ao longo dessa tese questionam a interpretação apresada de que os

entregadores são “empreendedores de si” e assumem uma postura gerencialista baseada em uma racionalidade econômica para agir no mundo do trabalho.

Enquanto o Brasil apresentou baixos índices de crescimento econômico e oportunidades de emprego formal, parcela da juventude encontrou uma oportunidade nos aplicativos para obter renda e trabalhar em horários mais “flexíveis”, embora sem direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Ao serem indagados sobre as vantagens de trabalhar nessa condição, a maioria dos entrevistados respondeu que a “liberdade” proporcionada pelo trabalho nas plataformas era uma das principais vantagens. Assim como assinalaram Pires e Perin (2023), o presente estudo indica que esses jovens trabalhadores se encontram diante de uma contradição entre um trabalho precário, cujo controle se dá por meio de tecnologias de gestão algorítmica, e a autonomia percebida na possibilidade de regular a própria jornada de trabalho.

Essa “liberdade”, expressa na possibilidade de “fazer o próprio horário” e “ser o próprio chefe”, revela aspectos sobre a significação do trabalho para a juventude. Para os jovens interlocutores desta tese, trabalhar sem uma chefia imediata (que pode utilizar o fator geracional como meio para assediar e afirmar hierarquias sociais) aparece como uma possibilidade satisfatória. Verifica-se a valorização da autonomia e da “liberdade” propiciada pelos aplicativos, por vezes em detrimento do trabalho legalmente protegido pela CLT, indica aspectos geracionais da relação entre a juventude contemporânea e o trabalho. Essa percepção dos jovens entregadores é a expressão mais visível de um cenário onde o trabalho nos moldes da CLT, tal como aparece disponível na segunda década do século XXI, parece não responder aos anseios e desafios desses indivíduos. Isso não significa que a juventude não deseje direitos trabalhistas, como férias remuneradas, décimo terceiro salário e outros direitos, mas sinaliza a necessidade de um debate mais amplo sobre a inserção profissional e os vínculos laborais na atualidade.

A inserção nas plataformas de aplicativos ocorre em uma complexa relação entre o setor formal e o informal. Esta tese reforça que a fronteira entre tais setores recebe novo significado, tornando-os intrincados. Os dados indicaram que a inserção nessas plataformas não se explica somente pela “necessidade”, nem somente pela “escolha”. Lógicas até então entendidas como antagônicas passam a conviver juntas entre as estratégias dos jovens frente ao desafio da sobrevivência e do trabalho.

Ao se debruçar sobre os sentidos e trajetórias desses jovens, é possível tecer algumas reflexões sobre o setor formal, especialmente considerando as disputas em torno da intenção de formalizar o trabalho nos aplicativos. Os casos de: Júlio (que após 7 anos em um *call*

center decidiu sair para trabalhar nos aplicativos), Mathias (que deixou um ano como entregador ciclista com registro em carteira para trabalhar nos aplicativos) e Kaio (que disse não conseguir trabalhar mais no setor formal), trazem indicativos essenciais para interpretar os sentidos do trabalho nas trajetórias desses jovens. As hierarquias organizacionais, a imposição jurídica e cultural da subordinação, a jornada de 44 horas semanais, o salário fixo, o valor remuneratório médio, o deslocamento até o trabalho, são alvos de críticas entre os e as jovens interlocutores desse estudo. Particularmente no caso desses três jovens, verificaram-se ações no sentido de deixar postos formais para “arriscar” nos aplicativos. Refletir sobre essa transição do formal para o informal não diz respeito somente às vantagens da informalidade e das plataformas, mas também as próprias limitações do trabalho CLT.

O caráter precário dos aplicativos, frequentemente percebido pelos próprios trabalhadores, sugere que os jovens experimentam o trabalho como algo provisório. A própria concepção de *GIG economy* preconiza que a atuação desses indivíduos nos aplicativos seja algo transitório e de menor valor, do ponto de vista da trajetória profissional. Durante as entrevistas, foi possível identificar jovens que vivem o trabalho nos aplicativos usando uma lógica de trampolim, ou seja, uma plataforma temporária para chegar a outro destino. Dizer que um trabalho pode funcionar como uma passagem não é uma novidade, pesquisas constataram jovens trabalhando também no setor informal ou de serviços nesse viés passageiro (PAIS, 2001; CASACA, 2015; GUIMARÃES; MATELETO; BRITO, 2018).

A lógica de provisoriedade, seja ela em relação ao trabalho com cicloentregas ou às plataformas, aparece com maior recorrência entre jovens que almejam trabalhar com profissões vinculadas a culturas juvenis mais contemporâneas. No caso de Júlio, as plataformas seriam uma ponte para trabalhar com sua própria arte, pois, ao longo do período da pesquisa, o jovem chegou a usar *games* como fonte de renda; Paola deseja abrir um estúdio próprio de tatuagens; Livia usou as plataformas como um trampolim para abrir seu próprio negócio de alimentação. Esses dados estão em consonância com as contribuições de Vítor Ferreira (2017), quando identificou uma tendência de articulação entre a esfera das culturas juvenis e as opções e expectativas profissionais, configurando novas formas de inserção ocupacional. Segundo o autor:

Conscientes de que existem menos possibilidades em ter uma carreira profissional entendida como uma trajetória, com estádios de progressão lineares e claramente demarcados, [...] cada vez mais jovens se manifestam dispostos a explorar o potencial de empregabilidade de suas práticas de lazer e prazer de todos os dias, que integram habilidades aprendidas informalmente, por brincadeira (FERREIRA, 2017, p. 476-477)

Porém, há de se destacar a dimensão racial que perpassa a visão desse uso do aplicativo como trampolim, quando se atenta à combinação entre culturas juvenis e trabalho, dado que Júlio e Paola são jovens brancos e Livia possui ascendência japonesa e declara-se amarela. Não foram constatadas experiências semelhantes entre os jovens negros.

Rodrigo e Louise destacam outra faceta do trampolim realizado nos aplicativos. Ambos os jovens alegaram trabalhar nas plataformas para pagar despesas com estudos e obter renda até conseguir um trabalho na área da graduação. Quando concederam a entrevista, ambos estavam com menos de 20 anos de idade. A dupla é parte de uma geração que tem vislumbrado maiores possibilidades de acesso ao ensino superior.

As trajetórias de Rodrigo, Antônio e Kaio são expressões daquilo que Pais (2001) define como trajetórias ioiô, porém realizada no âmbito das plataformas. Diferentemente de Júlio, que saiu do emprego formal, trabalhou como entregador para “arriscar” e voltou para o emprego formal, os três jovens fazem um movimento inverso: vão das plataformas para o setor formal, passam um tempo atuando em regime CLT, e por fim voltam para as plataformas. Nesse caso também cabe acrescentar mais uma evidência que sugere o atravessamento da dimensão racial nessas trajetórias, pois, Júlio, que faz essa trajetória ioiô entre *formal-plataformas-formal*, é um jovem branco, ao passo que Rodrigo, Antônio e Kaio, que fazem o inverso, *plataformas-formal-plataformas*, são rapazes negros.

Há também aqueles que investem em veículos para acessar modalidades mais rentáveis como moto-entregas ou caronas. A continuidade na plataforma em uma modalidade que permite melhor remuneração também pode ser vista sob a ótica da estratégia individual posta pela antropologia do trabalho em Silva (2018). Diante da dificuldade de acessar trabalhos com melhor remuneração, os jovens utilizam as próprias plataformas como meio de ascensão. Alguns *bikeboys* passam a adquirir uma motocicleta e migram para a modalidade de moto-entregas, em que a remuneração é maior e, segundo eles próprios, o esforço corporal cotidiano é menor.

À revelia da noção de “bico” e provisoriedade, esta tese identificou indivíduos que permanecem nas plataformas, por vezes sem perspectiva de sair. Trata-se de indivíduos que não vislumbram a possibilidade de obter um trabalho que ofereça uma remuneração maior do que a auferida. Ou até conseguem um emprego fixo, mas permanecem atuando nas plataformas para complementar a renda. Nessa lógica de atuação, estão, majoritariamente jovens, homens, negros.

A expectativa de conseguir algo além dos aplicativos aparece em quase todos os respondentes, porém esse desejo apresentou complexidades. Os depoimentos indicam que, em

geral, os jovens têm interesse em permanecer na plataforma até conseguirem um trabalho que ofereça uma remuneração melhor ou uma saída via empreendedorismo. No entanto, as condições objetivas do mercado de trabalho brasileiro na atualidade não têm conseguido oferecer empregos com salários que permitam a esses jovens auferir rendimentos superiores ao que conseguem nas plataformas. Já nos casos em que os jovens estão estudando, a atividade de entregas aparece como um trampolim até os entregadores estudantes conseguirem um trabalho na área a que se dedicam.

Os dados produzidos nesta tese indicam que permanência e provisoriedade têm gênero e raça nessa ocupação. Entre as jovens mulheres, há uma provisoriedade maior, assim como para os rapazes brancos. Por outro lado, para os rapazes negros, sobretudo aqueles que possuem menor escolaridade, há maior tendência à permanência na atividade, seja como ciclistas, seja na modalidade de moto-entregas.

Atuar de maneira provisória ou permanente envolve colocar o próprio corpo em risco e o cotidiano laboral investigado, de modo geral, envolve múltiplos riscos. Com frequência, a reflexão sobre os entregadores enfatiza que se trata de um trabalho que oferece periculosidade para sua execução¹¹⁴. Esses trabalhadores podem se acidentar no trânsito, enquanto carregam a refeição dos clientes. As famílias temem pela vida do filho, irmão e/ou marido que pedala pelas ruas com a *bag* nas costas. Assim, o cotidiano dos entregadores reitera um lugar no mundo do trabalho onde a juventude negra masculina convive frequentemente com o risco de acidentes, corroborando o perfil com maiores índices de acidentes no trabalho: jovem, masculino e negro. Nota-se a continuidade de processos de exploração do capitalismo brasileiro. Os interlocutores não se encontram passíveis a isso. Apesar de reconhecerem o risco de acidentes, alguns trabalhadores relativizam ou normalizam esse risco.

No decurso da investigação, captou-se também a reação desses rapazes diante dos riscos da pandemia da covid-19. Em um cenário de culpabilização dos jovens pela disseminação do vírus, a juventude periférica permaneceu saindo às ruas para trabalhar (OLIVEIRA; CORROCHANO, 2023). As observações de campo, assim como as entrevistas, indicam que a experiência de trabalhar na pandemia não envolve somente medo, mas também comportamentos de risco e percepções negadoras da doença. Nesse ponto, intersecção dos

¹¹⁴ Um conjunto de referências em múltiplas linguagens supracitadas nessa tese sinalizam esse aspecto no trabalho dos entregadores: BBC. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC Brasil. Redação: Leandro Machado. São Paulo. 22/05/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340> Acesso em 10 de agosto de 2023; documentários: PANDELIVERY: quantas vidas vale o frete grátis. Diretor: Antonio Matos. Produção: Guimel Salgado. Local: São Paulo/SP. Soalma, 2020.

marcadores indica aspectos que possibilitam compreender a permanência desses homens jovens nas ruas durante a pandemia, pois, ao mesmo tempo que esse recorte da juventude negra teve negado o direito ao *home office*, os homens assumiram uma postura de maior descuido e descaso diante dos riscos da gripe do coronavírus.

O risco da violência urbana também se mostrou presente. Ao atuar nas ruas, os jovens encontram-se propensos a situações de furto, roubo, discriminações e várias formas de assédio. O risco é real, como bem pontuou uma entregadora: “É risco de morte”. Contudo, verificaram-se diferenças de gênero tanto na vivência, como nas formas de perceber ou lidar com essas formas de violência. Os “dividendos patriarcais” tornam a relação com a rua menos tensa para os rapazes quando comparamos aos relatos das moças. Para as *bikegirls*, circular pela cidade envolve lidar com assédios em diversos espaços, ausência de outras mulheres para estabelecer vínculos de sociabilidade e temor pela violência urbana.

Diante da precariedade do trabalho, alguns fenômenos, que podem ser tidos como efêmeros na experiência, carregam elementos típicos da cultura juvenil. Nos pontos onde ficam à disposição dos aplicativos, onde a composição de classe é majoritariamente jovem, ações tipicamente juvenis foram verificadas, como jogar nos *smartphones*, tecer redes de amizades (no espaço de trabalho e no espaço virtual), colocar músicas presentes na cultura de seu tempo para tocar nos aparelhos durante os momentos em que estão juntos. Assim, cultivam-se práticas comuns ao tempo livre juvenil. Todavia, somente a condição juvenil não explica a experiência por si só, gênero e raça, por vezes, articulam a essas formas de sociabilidade.

Apesar da condição precária de trabalho, esses trabalhadores também se opõem a essas formas de exploração, utilizando ferramentas comuns aos mais jovens. Integrantes de uma geração que cresceu com as possibilidades abertas pelos *smartphones* e pela *internet*, os entregadores usam as redes sociais para produzir engajamento e organização coletiva em vários sentidos. Assim, as greves e movimentos suscitam aspectos relacionados ao gênero e à idade. Os entregadores ciclistas realizam atos junto dos motociclistas (perfil mais adulto), porém, o uso das tecnologias de comunicação aparece como elementos fundamentais na organização de classe do movimento, reforçando aspectos geracionais que envolvem novas formas, com as quais os trabalhadores se organizam para lutar. Ademais, as mobilizações coletivas dos entregadores também requerem maior aprofundamento por pesquisas posteriores. As primeiras impressões causadas por esta pesquisa sugerem a existência de fragmentação e diversidade na organização e nas pautas.

Os usos das redes sociais para o compartilhamento de informações, entretenimento, encontro, solidariedade, engajamento e organização revelaram a existência de uma lógica de “nós por nós”, relevante para a compreensão da experiência. No contexto dos entregadores, a expressão “só o povo salva o povo”, captada por esta pesquisa, pode significar união e independência para uma juventude masculina negra e periférica que encontrou nos aplicativos uma forma de ganhar algum dinheiro dependendo do próprio esforço, em um cenário de desamparo institucional.

As relações sociais que os jovens estabelecem entre si trazem elementos para compreender o trabalho nas plataformas e os “modos de vida periféricos” na experiência laboral. Na sociabilidade estabelecida entre esses sujeitos reside, em parte, a “liberdade” com a qual definem o trabalho. Nas interações entre pares tecidas nas ruas, calçadas, canteiros e bancos de praças que esses trabalhadores trocam informações sobre o cotidiano, dimensionam as “metas” diárias, estabelecem estratégias e fazem a “resenha” com os colegas. Apesar de parecer algo efêmero, quando pensamos sobre o que significam as plataformas e suas formas de precarização, a sociabilidade juvenil produzida no espaço público sob a uberização traz consigo elementos para refletir sobre a relação entre juventude e trabalho. Conforme observamos em campo e relatamos nesta pesquisa, os entregadores fazem do tempo à disposição das plataformas momentos de criação de vínculos e cultivo de práticas comuns à juventude masculina. Enquanto no setor formal, a juventude fica à mercê de assédios e conflitos geracionais, nos bancos de praça e calçadas de esquina são tecidas as vivências entre iguais. “A gente ia mais para brincar, se juntar ao pessoal lá na rua”, disse um dos interlocutores. Essa dimensão da sociabilidade se fez presente e crucial para eles também no período pandêmico de isolamento e distanciamento social.

A intersecção do gênero trouxe contribuições para a interpretação da experiência desses jovens trabalhadores. Para além de ser maioria no espaço laboral, a pesquisa indica elementos simbólicos e de ação individual na experiência que propiciam um tipo de pertencimento maior à ocupação para os rapazes negros. Nas relações tecidas no trabalho, verificou-se uma persistência de elementos comuns à masculinidade juvenil, desde os vínculos homosociabilidade até as “resenhas” de amigos, passando pela forma como se apropriam do tempo à disposição das plataformas.

Existem também as questões específicas das “bike-entregas”, como o medo de andar nas ruas, a percepção negativa da família sobre o trabalho, a ausência de direitos que promovem equidade e a falta de espaços que ofereçam serviços específicos. É importante atentar à maneira como essas trabalhadoras reagem a essa experiência generificada.

A lógica de provisoriedade também parece mais próxima das jovens mulheres. Dados os limites desta tese, sugere-se que essa questão da permanência das mulheres nas plataformas de *delivery* seja investigada com uma pesquisa com uma amostra mais ampla. O que se percebe com este estudo é que as jovens mulheres encontram na ocupação alguns limites estruturais de discriminações baseadas em gênero, bem como encontram outras saídas a partir da maior escolaridade que possuem.

Aspectos étnico-raciais também merecem relevo nestas considerações finais. Esses jovens entregadores são na maior parte dos casos autodeclarados pardos ou pretos — negros — e suas trajetórias corroboram a histórica exclusão e violência na economia brasileira para esse grupo étnico. Neste estudo, verificou-se que esse trabalho é uma opção viável para a população negra que vivencia uma negação de direitos básicos no país, à medida que não exige altos índices de escolaridade, experiência profissional ou “boa aparência” (NASCIMENTO, 2016; THEODORO, 2022).

Os dados apresentados durante a tese reafirmam que se trata de uma ocupação na qual a exploração do trabalho é expressiva e reforça a histórica ausência de direitos trabalhistas da população negra brasileira. Se o racismo estrutural se manifesta nas instituições reproduzindo sistemáticas formas de violência sobre a população negra, a inclusão precária oferecida pelos aplicativos mantém essa forma de violência sistemática, seja por seus meios formais — negando direitos, proteção e bem-estar laboral — seja pelas dinâmicas informais — relação com os clientes, colegas de trabalho e com as próprias plataformas. Assim, os jovens entregadores passam por constrangimentos em espaços onde buscam pedidos, não conseguem empregos satisfatórios quando tentam, ao mesmo tempo que a maioria da população brasileira nega que seja racista¹¹⁵. Ademais, conforme indicamos anteriormente, as trajetórias ocorrem de forma diferente a depender da autodeclaração racial do indivíduo, sendo mais curta nas plataformas e direcionada para o setor formal para os jovens brancos e mais alongada nos aplicativos para a juventude negra.

Os dados apresentados nesta tese também podem colocar em discussão o conceito de necropolítica. O conceito tem origem na discussão sobre a atuação do Estado cujas bases estão em projetos coloniais, nos quais o racismo é uma das estruturas operantes. No Brasil, a

¹¹⁵ Em pesquisa realizada em 1988, no centenário da Abolição, foram encontrados dados sintomáticos acerca dessa incapacidade de reconhecimento do racismo no Brasil: 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito. Mas, ao serem perguntados se conheciam pessoas e situações que revelavam a discriminação racial no país, 98% dos participantes responderam “sim”. Comentando essa pesquisa em entrevista, Lília Schwarcz afirma que “A conclusão informal era que todo brasileiro parece se sentir como uma ‘ilha de democracia racial’, cercado de racistas por todos os lados”. HAAG, Carlos. Lília Schwarcz: Quase pretos, quase brancos. Entrevista. Revista Fapesp. Ed. 134. Abril, 2007. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/quase-pretos-quase-brancos/>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

necropolítica é identificada como fenômeno que ajuda a entender a violência e o descaso com a juventude negra. Os dados desta tese sugerem a ocorrência desse descaso no âmbito do trabalho. Os rapazes que morrem nas ruas trabalhando em cicloentregas não recebem proteção do Estado, mas também não recebem apoio do capital ao qual trabalham. Disso pode-se inferir, de maneira hipotética, a ocorrência de “necropolíticas do capital” para se referir às (in)ações institucionais, no sentido de desassistir o cuidado sobre a vida dos trabalhadores.

Portanto, ao tomar a juventude como a ponta do *iceberg* de mudanças mais amplas na sociedade, analisar as experiências dos jovens trabalhadores de *delivery* indica que as expectativas em relação à CLT, à perspectiva de construção de independência via trabalho e às próprias condições laborais disponíveis para a juventude apresentam especificidades no período contemporâneo, sinalizando alterações e permanências.

Referências

- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, Chile, v.18, n.3, p.1-11, dez, 2019.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.3, p. 579-597, set.–dez. 2020.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo In: MARQUES, Léa. (Org.) **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021a.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.) **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021b.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 24, p. 30-45, 2022.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021.
- ABILIO, Ludmila Costhek *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, p. 1-21, 2020.
- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, Helena Wendel; CORROCHANO, Maria Carla; VENTURI, Gustavo. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.3. p.-523-542, set.–dez. 2020.
- AGÊNCIA IBGE. Em 2021, país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Redigido por: Vínicius Britto. Agência IBGE. 02/12/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados> Acesso em 10 de agosto de 2023.
- AILÁN, Elisandra Rodrigues Araújo de. Inserção laboral de imigrantes venezuelanos em Curitiba: desafios e possibilidades. Monografia de pós-graduação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Lapa, Paraná. 2020. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24396/1/CT_GPM_VII_2019_13.pdf Acesso em 03 de jan. de 2023.
- ALBANAES, Patrícia *et al.* Desenvolvimento de carreira e projetos profissionais de cotistas de uma universidade federal brasileira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, v.21, n.1, jan./jun. 2020
- ALCADIPANI, Rafael. Violência e masculinidade nas relações de trabalho: imagens do campo em pesquisa etnográfica. **Cadernos Ebape**, v.8, p. 92-110, 2010.

ALIANÇA BIKE. 2019. **Pesquisa do Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo**. Associação Brasileira do Setor de Bicicletas. Disponível em: http://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf > Acesso em mai de 2020.

ALMEIDA, Maria Sidalina. A transição da escola para o mundo do trabalho constituída em objecto de estudo: uma abordagem teórico-metodológica. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 34, n. 94, p. 385-400, set.-dez., 2014

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Etnográfica Press, 1995

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHEMAN, Eduardo. Empreendedorismo de si no capitalismo de plataforma: um estudo com entregadores ciclistas em São Paulo. In: CALLIL, Victor; COSTANZO, Daniela. (Org.). **Desafio**: estudos de mobilidade 4. São Paulo: CEBRAP, pp. 69-120, 2021.

ÁLVAREZ, Maria Inés Fernández; PERELMAN, Maurício. Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida. **Cuadernos De antropología Social**, Buenos Aires, n.51, p. 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <[https://www.dntemdebate.com.br/o-crescimento-da-pea-e-a-reducao-do-hiato-de-genero-nas-taxas-de-atividade-no-mercado-de-trabalho/#:~:text=O%20Brasil%20apresentou%20um%20grande,PEA\)%20nas%20%C3%BAltimas%206%20d%C3%A9cadas.&text=A%20linha%20do%20gr%C3%A1fico%201,sexos%20na%20popula%C3%A7%C3%A3o%20economicamente%20ativa.](https://www.dntemdebate.com.br/o-crescimento-da-pea-e-a-reducao-do-hiato-de-genero-nas-taxas-de-atividade-no-mercado-de-trabalho/#:~:text=O%20Brasil%20apresentou%20um%20grande,PEA)%20nas%20%C3%BAltimas%206%20d%C3%A9cadas.&text=A%20linha%20do%20gr%C3%A1fico%201,sexos%20na%20popula%C3%A7%C3%A3o%20economicamente%20ativa.)> acesso em 26 de janeiro de 2022.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe Bruner. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v.22, n.1, p.59-71, jan./abr. 2020.

ANDERSEN, Margaret L.; HILL COLLINS, Patrícia. Why race, class, and gender still matter. In: ANDERSEN, Margaret L.; HILL COLLINS, Patrícia. (orgs.) **Race, class e gender**: an anthology. 6ª Ed. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

ANDRADE, Carla Coelho. Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia no Distrito Federal. 275 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2007.

ANTUNES Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy ; NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. *et al.* (org.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador , v. 28, n. 75, p. 511-527, dez. 2015.

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. **Desafios comunes**. Retratos da sociedad chilena y sus individuos. Santiago: LOM, 2012.

AREND, Sílvia Maria Fávero; REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: adura face do trabalho flexível. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.142-151, jul./dez. 2009.

ARIES, Philipe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Porto Alegre: LTC; 1981.

ARTES, Amélia Cristina Abreu; CARVALHO, Marília Pinto de. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.34, jan./jun., 2010.

AZEVEDO, Daniela Simone de *et al.* Letramento digital: uma reflexão sobre o mito dos “nativos digitais”. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 615–625, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/89222>. Acesso em: 8 maio. 2023.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugênia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; MOURA, Rodrigo Leandro de. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 45, n. 1, abr. 2015.

BARBOSA JR., Francisco de Assis. **Gig economy e contrato de emprego**: aplicabilidade da legislação trabalhista aos vínculos de trabalho da nova economia. São Paulo: LTr, 2019

BARBOSA, Mauriceia Rodrigues. Assédio sexual em uma escola pública do município de Abaetetuba/PA. **Revista Diversidade e Educação**, v.9, n. Especial, p.110-127, 2021.

BARCKER, Gary. **Homens na linha de fogo**: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

BARROS, Alerrandre. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Agência de Notícias. 2021. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em 24 de janeiro de 2022.

BARROS, Alice Monteiro de. O assédio sexual no direito do trabalho comparado. **Gênesis – Revista de Direito do Trabalho**, Curitiba, v. 70, p. 503, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **CEBRI**, Rio de Janeiro, v.1, a.1, jan/mar. 2022.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Preconceito racial em São Paulo**. São Paulo: Instituto de administração da faculdade de ciências econômicas e administrativas da Universidade de São Paulo, 1951.

BATISTA, Luís Eduardo ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.38, n.5, p.630-636, 2004.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araujo. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, out/dez 2013.

WEBER, Florence; BEAUD, Stéphane Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livros, 2005.

BENEVIDES, Bruna G. (org.) **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito drag; ANTRA, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Gustavo. Sindicalismo ajustado ao neoliberalismo: os metalúrgicos do sul fluminense. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 371-387, maio 2017.

- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. *revista de ciências sociais. Política & Trabalho*, João pessoa, v.1, n. 53, p. 72–89, 2021.
- BISOL, Jairo. Comunicação breve: Politização da vacina é irresponsabilidade sanitária. **Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v.9, n.4, p.192-198, out./dez., 2020
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, set./dez. 2010.
- BORGES, Regina Célia P.; COUTINHO, Maria Chalfin. Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v.11 n.2 jul/dez. 2010.
- BOSMAN, R.; ROGERS, R. You are what you can acess: sharing and colaborative consumption on line. **Journal of business Research**, v. 67, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.
- BRAGA, Adriana Andrade; CARAUTA, Alexandre Augusto Freire. Futebol, gênero e homosociabilidade nas redes sociais: a masculinidade no circuito comunicacional do WhatsApp. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.165-190, jan./abr. 2020.
- BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, Salvador , v. 28, n. 75, p. 529-544, dez. 2015 .
- BRAGA, Ruy; SANTOS, Douglas. “Os sentidos do uberismo: juventude e plataformização do trabalho na cidade de São Paulo durante a pandemia”. In: Orgs.: SINGER, André, ARAÚJO, Cicero, RUGITSKY, Fernando. **Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.
- BRANDAO, Zaia. Os jogos de escalas na sociologia da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 607-620, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/15.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2023.
- BRANDÃO, Zaia. Escola de tempo integral e cidadania escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 97-108, abr. 2009.
- BRASIL. 1943. Decreto-Lei Nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM Acesso em 14 de fevereiro de 2024.
- BRASIL. 1989. Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- BRASIL. 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 22 de janeiro de 2022.
- BRASIL. 2010. Expansão. Reestruturação e expansão das Universidades Federais. Ministério da Educação. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em 22 de janeiro de 2022.
- BRASIL. 2020. Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm#art2 Acesso em 24 de janeiro de 2022.

BRASIL. 2022. Lei Nº 14.299, de 5 de janeiro de 2022. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14299.htm> Acesso em 12 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012: relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF, 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 33. ed. Rio de Janeiro: Ltr, 1987.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: BRASIL. Um olhar sobre o jovem no Brasil. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44. 218 p.

BRESSAN, Rogério. Salário mínimo em dólares. 2021. Disponível em: <http://evolucaodosdadoseconomicos.com.br/salario-minimo-em-dolares/> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n.1 e 2, p.1-16, 1999.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALABREZ, Nicole; ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de. O trabalho de motoboys informais e os riscos à saúde durante a pandemia de covid-19. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, v. 7, e022021, p. 1-22, 2022.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A ilusão da moratória social para os jovens de classes populares. In: Marília Pontes Sposito. (Org.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007, v. 1, p. 135-158.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. e00279111, p. 1-5, 2020.

CANT, Callun. **Delivery Fight!** A luta contra os padrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 569-616, 2008.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Independently Published, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, maio/ago. 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, dez. 2015.

CARNEIRO, Suely. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo : Selo Negro, 2011

CARNEIRO, T. L.; FERREIRA, M. C. Redução de jornada melhora a qualidade de vida no trabalho? A experiência de uma organização pública brasileira. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 7, n. 1, p.131-157. 2007. Disponível em: <http://pepsic.homolog.bvsalud.org/pdf/rpot/v7n1/v7n1a07.pdf> . Acesso em: 5.jan.2010.

CARNEIRO, Virginia Teles; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Em busca de emprego: a transição de universitários e egressos para o mundo do trabalho. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jan/jun. 2016.

CARRANO, Paulo. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento**, n.01. p.1, 2000.

CARVALHO, Marília. Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.50, n.176, Abr-Jun, 2020

- CASAGRANDE, Lucas, ZAMORA, Martin A. M.; OVIEDO, Carlos. Motorista de Uber não é empreendedor. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.22, n.2, p.1–24, 2021.
- CASTILHO, Ingrid. Homens são os que mais morrem de acidentes no trânsito. Ministério da Saúde. Publicado em 24/05/2019. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/homens-sao-maiores-vitimas-de-acidentes-no-transito>. Acesso em 2 de novembro de 2021.
- CASTRO, Barbara. Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. 2012. 387 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CASTRO, Barbara. Trabalho perpétuo: o viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível. **Lua Nova**, São Paulo, v.99, p.169-199, 2016.
- CATTANI, Antônio David. Os desafios da Sociologia. In: DUBET, François. **Desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.
- CHADE, Jamil. **Luto: reflexões sobre a reinvenção do futuro**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COCHRANE, Danielle Rezende Rodrigues; MELLO, José André Villas Boas. Consequências da economia GIG na identidade profissional: revisão sistemática da literatura. **Logeion: filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.142-156, mar./ago., 2020.
- COELHO, Raquel Nascimento; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Inserção laboral, juventude e precarização. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v.9, n.18, dez. 2009.
- COMIN, Álvaro Augusto; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 91, p. 75-95, nov. 2011.
- CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. A negação da raça nos estudos organizacionais. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 33, 19 a 23 de setembro de 2009. Disponível em: http://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTA1MjI= Acesso em 11 de janeiro de 2023.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.
- CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2ª Ed. California: University of California Press, 2005.
- CONNELL, Raewyn; MESSERCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.21, p.241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>. Acesso em 21 set. 2020.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CORRÊA, Carolina Rodrigues; LIMA, João Eustáquio de. Determinantes da participação e dos rendimentos dos jovens no mercado de trabalho: o caso da Região Metropolitana de Recife. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 541-553, nov. 2015.
- CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. Nogueira. **Administração Estratégica de Serviços: Operações Para A Satisfação Do Cliente**. 2ª Ed. Barueri: Atlas, 2018.s
- CORROCHANO, Maria Carla. Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

- CORROCHANO, Maria Carla. Jovens operários e operárias – experiência fabril e sentidos do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 425-450, jul./dez. 2004.
- CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Revista de Avaliação do Ensino Superior**, v. 18, p. 23-44, 2013.
- CORROCHANO, Maria Carla. Pandemia e condição juvenil: o futuro também é o agora. Blog da Sociedade Brasileira de Sociologia. 27/08/2021. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/pandemia-e-condicao-juvenil-o-futuro-tambem-e-o-agora/> Acesso em 13 de fevereiro de 2023.
- CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, Marília (Org.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009, v. 2, p. 17-62
- CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p.110-129, 2016.
- CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 22, n. 36, p. 135-169, 2017.
- CORROCHANO, Maria Carla; JARDIM, Fabiana. Apresentação do Dossiê: Juventude, Educação e Trabalho. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, p. 11-14, 2016.
- CORROCHANO, Maria Carla; LACZYNSKI, Patrícia. Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-19, 2021.
- CORROCHANO, Maria Carla; TARABOLA, Felipe. Neoliberalismo, trabalho e pandemia: experiências e enfrentamentos de jovens das periferias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-19, 2023.
- CORROCHANO, Maria Carla *et al.* O campo de estudos de juventude no Brasil e suas interfaces com a educação e o trabalho: balanço e perspectivas da produção acadêmica (2007-2016). Relatório de pesquisa. Cnpq. 2021.
- CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.* **Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre jovens**. Mercado de Trabalho 64. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2018.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; REIS, Mauricio Cortez; BRITO, Alessandra Scalioni. **Crítérios de classificação para ocupação informal**: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. Texto para discussão 1879. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Maíra Penna; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.03, p. 501-520, set./dez. 2020.
- CORTI, Ana Paula. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.1, 2016.
- COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982.
- COSTA, Henrique. Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. 277f. 2022.
- COSTA, Silas Dias Mendes *et al.* Os Sentidos do Trabalho para Trabalhadores Jovens: uma Análise com Aprendizagem na Região Metropolitana de Belo Horizonte, **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 12, n. 1vaz, p. 106-126, jan/abr, 2023.
- COSTON, Bethany; KIMMEL, Michael. Seeing Privilege Where It Isn't: Marginalized Masculinities and the Intersectionality of Privilege. **Journal of Social Issues**, v. 68, n. 1, p. 97-111, 2012.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, jan./jun. 2002.
- CRISTALDO, Heloísa. Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico> Acesso em 22 de janeiro de 2022.
- CUT. **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife**. Secretaria de Relações Internacionais e Instituto Observatório Social: São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 2021.
- D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, p. 19-36, 2020.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.30, p. 25-38, jul./dez. 1999.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.
- DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28 n.100, p. 1105-1128, Out. 2007.
- DAYRELL, Juarez. O ensino médio no Brasil e seus desafios: o que dizem os jovens sobre os processos de exclusão escolar. **Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 18, p. 77-102, 2013.
- DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, abr./jun., 2016.
- DE STEFANO, Valério. A economia do GIG e o regulamento do trabalho: uma abordagem internacional e comparativa. **Revista Direito Das Relações Sociais E Trabalhistas**, Brasília, V.4, n.2, p 68-79, Mai-Ago, 2018.
- DEBERT. Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.16 n.34, p. 49-70, set.-dez, 2010.
- DEBERT. Guita Grin. A velhice na propaganda e a ilusão referencial. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 50-61, jan./abr. 2021.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori; TROVÃO, Cassiano José Bezerra de Marques; SOUZA, Leonardo Flausino de. Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.98, mar. 2014.
- DENARI, Julianna Bueno. Luz, câmera e likes: o trabalho dos youtubers nas mídias digitais. 148 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- DIEESE. 2022. A persistente desigualdade entre negro e não negros no mercado de trabalho. Boletim Especial 20 de novembro Dia da Consciência Negra. Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.pdf> Acesso em 6 de janeiro de 2023.
- DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia de. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: drogas, violência e confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia**; v.16, n. 1, p.23-39, jan.-jul. 2004.
- DUBET. François, **Sociologia da experiência**. Lisboa, Portugal : Instituto Piaget, 1994.

- DUBET, François. Des jeunes et des sociologies: les cas français. **Sociologie et Sociologues**, Montreal, v.28, n.1, p. 23-35, 1996.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Revista Contemporaneidade e Educação**, v.3, p.27-33, 1998.
- DUBET, François. **Desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.
- DUBET, François. **El declive de la institución**: profesiones sujetos e individuos ante la reforma del Estado. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2006.
- DUBET, François. **La experiencia sociológica**. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2011.
- DUBET, François. **El Trabajo de las sociedades**. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- DUBET, François. **Injustiça**: a experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**: da aventura empreendedora a depressão nervosa. Aparecida/ SP: Idéias & Letras, 2010.
- EKBIA, Hamid. Heteromação do trabalho e novas lógicas de extração de valor. In: GROHMANN, Rafael. **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.
- EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ENQUITA, Mariano Fernandez. Prefácio: A encruzilhada da instituição escolar. in: KRAWCZYK, Nora. (org.) **Sociologia do ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE E. R.; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.), **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade (pp. 21-56). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO.
- EUGÊNIO, Benedito; SOUZA, Thiana Eirado Sena de. Estado do conhecimento sobre juventude negra: análise do VI Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA). **Educação Por Escrito**, v.8, n. 1, p.49–66, jan-jun, 2017.
- FAGUNDES, Maurício Krepsky. Migração venezuelana e a exploração de trabalho análogo ao de escravo em Roraima. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, v.3, n.1, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIA, Louise Scoz Pasteur de; KOPPER, Moisés. Os rolezinhos e as metamorfoses do urbano no Brasil contemporâneo. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 239-266, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Cadernos de Campo**, Araraquara, v.26, p.79-103, 2019.
- FERREIRA, Maria Inês Caetano; POMPONET, André Silva. Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 267–302, nov. 2019/fev. 2020.
- FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. A fecundidade da noção de moratória (vital/social) para a análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos. **27ª Reunião Anual da ANPEd**. 21 a 24 de novembro de 2004. Caxambu/MG. 2004.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação é necessária. **Boletim CEDES**, v. 35, p. 1-7, 2014.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Os caminhos e desafios metodológicos na pesquisa com jovens In: FERREIRA, Vitor Sérgio (org.). **Pesquisar jovens: caminhos metodológicos**. Lisboa: ICS, 2017a.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Revigoração, rejuvenescimento e aperfeiçoamento do corpo: culturas somáticas na sociedade portuguesa contemporânea. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 47, p. 75-96, Jun./Dez., 2017b.

FERREIRA, Beatriz Vieira de Castro. Trabalho em plataformas digitais: entregadores de aplicativos entre a esperança de ganhar bem e o risco de não ganhar nada. 2021. 22 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira. Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil. Relatório de pesquisa. Projeto caminhos do trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global. Universidade Federal da Bahia. 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Aplicativos-no-Brasil.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

FRANÇA, Wellington dos Santos. A Sorocaba das Batalhas: ocupações juvenis de espaços públicos na cidade. Dissertação (Mestrado). 119f. Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba. 2020.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPÉ**, Rio de Janeiro, v.17, edição especial, nov. 2019.

FRANZÓI, Naira *et al.* O Estudante Trabalhador na Escola Pública: Um Direito Negado? **Arquivos analíticos de políticas educativas**, Arizona, v.27, n.136, out. 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma Conversa na Teoria Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 38, p. 99-129, 2013.

FREHSE, Fraya. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.129–158, abril, 2016b.

FREHSE, Fraya. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 100-118, jan.-mar. 2016a.

FREHSE, Fraya; O'DONNELL, Julia G. Quando espaços e tempos revelam cidades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.1-9, Jan.-Abr. 2019.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 30, n. 3, p. 811–844, ago/dez. 2022.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FRIGOTTO, G. ; FRIGOTTO, Gaudencio . A produtividade da escola Improdutiva 30 anos depois: Regressão Social e Hegemonia às Avessas. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 206-233, 2015.

GALVÃO, A.; TEIXEIRA, M. Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

GALVÃO, Patrícia. **Parque industrial**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDUFSCar, 1994.

GARCIA-PARPET, Marie France; BEVILAQUA, Camila. As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e gig economy: resenha bibliográfica e questões a respeito no Brasil. **Estudos e Perspectivas para o Futuro do Trabalho**, v. 1, n. 1, p.103-151, set. 2020.

GIG – a uberização do trabalho. Direção: Carlos Juliano Barros, Caue Angeli, Maurício Monteiro Filho. Brasil: Repórter Brasil, 2019.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, e258226, p. 1-14, 2021.

GONSALES, Marco; MODA, Felipe; ACCORSSI, André. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane; BRETTAS, Anderson. **pandemia covid-19: a distopia do século XXI**. Uberlândia: Navegando, 2020.

GONZALES, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos (orgs.) **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Conferência anual do African Heritage Studies Assotiation – April 26-29, 1979 (Painel sobre: The Political Economy of Structural Unemployment in the Black Community). Pittsburgh, 28 de abril de 1979.

GOUVÊA, Josiane Barbosa. Pensando as relações raciais no mundo do trabalho: Um olhar a partir da branquitude. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016**.

GRAF, Laila Priscila; DIOGO, Maria Fernanda. Projeções juvenis: visões ocupacionais e marcas de gênero. **Revista brasileira orientação profissional**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 71-82, jun. 2009.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**. v. 22, n. 1, jan/abr. 2020.

GROHMANN, Rafael. **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Joinvile: Clube de autores, 2016.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v.12, n.1, p.7–21, jan./abr. 2020.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; CAMARGOS, Regina Coli Moreira. Reforma trabalhistas e previdenciária: o desmonte da regulação das relações de trabalho e da seguridade social. In: AVRRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GUIMARÃES, Eloisa. **Juventude(s) e periferia(s) urbanas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. n.05-06, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Gênero e trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 2, p.145-146, mai./ago. 2004a.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.47, n.1, dez. 2004b.

- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 149-174.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Empresariando o Trabalho: Os Agentes Econômicos da Intermediação de Empregos, esses Ilustres Desconhecidos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 275 a 311, 2008.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. **À procura de trabalho**: instituições do mercado e redes. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho intermediado, percursos instáveis e sociabilidade juvenil. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 15-40, jan./abr. 2016.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. Desemprego e procura de trabalho: alguns desafios. **Revista ciências do trabalho**, v.7, n.1, p. 21-35, jan./abr. 2017.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARTELETO, Leticia Junqueira; BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho**: padrões e determinantes. Relatório final do contrato de serviços oit-Cebrap 2100154/3501, Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajatorias-Juvenis-BRA.pdf>>.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; COMIN, Álvaro Augusto. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades?. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, p. 475-498, 2020.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo *et al.* Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, São Paulo, v.33, n.1, p.287-322, 2021.
- GUIMARO, Maria Luiza Oliveira; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Os videogames de guerra e a educação danificada. **Comunicações**, Piracicaba, v. 16, n.2, p. 85-94, jul.-dez. 2009.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. O direito a cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HASENBALG, Carlos. A transição da escola ao mercado de trabalho. *In*: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson V. (Orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172
- HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. *In*: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos (orgs.) **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HECKERT, Heloisa; JACINTO, Aline. Mulheres jovens vítimas de assédio moral no trabalho: a perspectiva da psicologia organizacional. **Trabalho (En)Cena**, Palmas, v.6, n.1, p.1-26, jan-dez, 2021.
- HILL COLLINS, Patrícia. **From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism, and Feminism**. Temple University Press, 2006.
- HILL COLLINS, Patrícia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, Jan.-Jun., 2017
- HILL COLLINS, Patrícia. **Pensamento feminista negro**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HILL COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HILL COLLINS, Patrícia. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022a.

HILL COLLINS, Patrícia. **Política sexual negra**: afro-americanos, gênero e o novo racismo. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022b.

HIRATA, Helena Sumiko. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**, São Paulo, análise nº 7, 2015.

HIRATA, Helena Sumiko. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho necessário**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena Sumiko. **O cuidado**: Teorias e Práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho, redefinindo o assédio moral**. Bertrand Brasil, 2002

HOFFMANN, Rodolfo. Como aposentadorias e pensões afetam a educação e o trabalho de jovens do domicílio. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 201-209, abr. 2010.

HOOKS, bell. **The will to change**: men masculinities and love. New York: Washington Square Press, 2004.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

HUWS, Ursula. Fixed, Footloose, or Fractured: Work, Identity, and the Spatial Division of Labor in the Twenty-First Century City. *Monthly Review*. 01/03/2006. Disponível: <https://monthlyreview.org/2006/03/01/fixed-footloose-or-fractured-work-identity-and-the-spatial-division-of-labor-in-the-twenty-first-century-city/> Acesso em: 03 de agosto de 2023.

IBGE. 2020. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular: PNAD Contínua 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf Acesso em 26 de janeiro de 2022.

IBGE. 2023a. **Educação 2022**: PNAD Contínua. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em 22 de janeiro de 2022.

IBGE. 2023b. Séries históricas desemprego e rendimento. PNAD contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego Acesso em 02 de outubro de 2023.

IBGE. 2023c. Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf Acesso em 15 de dezembro de 2023.

INEP, 2023. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja> Acesso em 06 de outubro de 2023.

IPEADATA. 2021. Salário mínimo vigente. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, p.22-26, 1986.

JAIME, Pedro. **Executivos Negros**: Racismo e Diversidade no Mundo Empresarial. São Paulo: Edusp, 2016.

- JAIIME, Patricia Constante. Pandemia de covid-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, jul. 2020.
- JARDIM, Fabiana Augusta Alves. Chaves inúteis? Transformações nas culturas do trabalho e do emprego da perspectiva de experiências juvenis de desemprego por desalento. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, v.16, n.31, p. 493-510, jul/dez. 2011.
- JHONSON, Allan. Privilege, power, difference, and us. In: KIMMEL, Michael; FERBER, Abby (orgs). **Privilege**. 2ª Ed. Philadelphia: Westview Press, 2010.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.17 n.2, p.323-350, mai./ ago. 2007.
- KAUFMAN, Michael; KIMMEL, Michael. **The guys's guide to feminism**. California: Seal Press, 2011.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.86, n.1, p. 93-103, jan./mar. 2010.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em 21 set. 2020
- KIMMEL, Michael. **Guyland: the perilous world where boys became men**. 2ª Ed. New York: HarperCollins, 2018a.
- KIMMEL, Michael. **Healing from hate: how young men get into- and out of – violent extremism**. Oakland: University of California Press, 2018b.
- KIMMEL, Michael; FERBER, Abby (orgs). **Privilege**. 2ª Ed. Philadelphia: Westview Press, 2010.
- KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; DOS SANTOS, Anselmo Luis (Org.). **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.
- KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. 125p.
- LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: Limites e possibilidades. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-76, abr. 2018.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da covid-19: análise dos dados da PNAD covid-19/IBGE. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. v.71, Brasília, Ipea, 2021.
- LARANJEIRA, Denise Helena; TEIXEIRA, Ana M. F.; BOURDON, Sylvain. Juventude, trabalho e educação: os jovens são o futuro do Brasil? **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 95-105, Jan./Abr. 2007.
- LAVAL, Cristian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LE BRETON, David. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- LE BRETON, David. O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v.2, n.37, p. 33-44, 2012.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, e177494, 2018.

LEITE, Márcia de Paula; LINDÔSO, Raquel Oliveira. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 3 p. 791-820, Set.–Dez. 2021.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia Situações de violência física produzidas pelos bloqueios injustos no trabalho de entrega de comida por aplicativos. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 785-799, out.-dez. 2022.

LIMA, Adriana Carnielli de; ALMEIDA, Ana Maria Fonseca. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 11, p. 347-369, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n11/v31n11a04.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Cadernos CRH**, Salvador, v.32 n.86. mai/Ago. 2019.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea**, São Carlos, SP, v. 11, n. 3 p.905-932, set./dez. 2021.

LIMA, Leonardo Claver Amorim; GOMES, Candido. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 238, p. 745-769, set./dez. 2013.

LIMA, Lucas Barbosa. Agora é nós por nós! a insurgência da Biblioteca Comunitária Zeferina Beiru. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

LIMA, Márcia. As novas políticas de inclusão escolar e as famílias: o caso dos beneficiários do Prouni na Região Metropolitana de São Paulo. In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LIMA, Márcia; CAMPOS, Luiz Augusto. Inclusão racial no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.2 p. 245-254, mai.–ago. 2020.

LIMA, Jacob Carlos; RANGEL, Felipe; PIRES, Aline Suelen. Combate ao Covid-19 e a falácia da política economicista. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 411-416, jan.- abril 2020.

LINDÔSO, Raquel; LEITE, Márcia. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia. O desmascaramento de uma ideologia. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11 n. 3, Set./Dez., 2021

LOBO, Andréa de Souza; MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. 2020. “Homem é Tudo igual!”: Relações De Gênero E Economia Dos Afetos No arquipélago De Cabo Verde, África”. **Anuário Antropológico**, Brasília, v.45, n.1, p. 192-212.

LOJIKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOMBARDI, Rosa Maria; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro.. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n.149 p.452-477, maio/ago. 2013.

LONGUINHO, Daniela. Crianças sofreram com violência, abuso e trabalho infantil na pandemia. Agência Brasil. 01/01/2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-12/na-pandemia-criancas-sofreram-com-violencia-abuso-e-trabalho-infantil> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014

- MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo v.58, n.1, p. 15-48, ago. 1986.
- MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, p.691-712, 2015.
- MAIA, Marcel Maggion. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.46, pp.223-244, jan/abr, 2016.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: Ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. **Revista USP**, São Paulo, n.46, p. 115-128, jun/ago 2000.
- MAIO, Marcos Chor. Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, RJ, v.40 n.1, p.357-403, 1997
- MARGULIS, Mario. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, Solum Donas. (org) **Adolescencia y juventude em américa latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf, 1996.
- MARÍN, Jorge García; GUSMÃO, Tânia Cristina Rocha Silva. El machismo y las performances de las masculinidades hegemónicas. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 496-507, 2020.
- MARQUES, António Manuel. **Masculinidades e profissões: discursos e resistências**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARTINS, Suely A. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 14, n. 59, p. 304-317, 2014.
- MARTUCCELLI, Danilo. **Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo**. Santiago: LOM, 2008.
- MARTUCCELLI, Danilo. **El nuevo gobierno de los individuos: Controles, creencias y jerarquias**. Santiago: LOM, 2022.
- MARUANI, Margareth. Introdução. O adeus ao trabalho, e aí? In: MARUANI, Margareth. (Org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 11-17, 2019.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital: Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATIASCIC, Milko; SILVA, Tatiana D. Jovens negros: panorama da situação social no Brasil segundo indicadores selecionados entre 1992-2012. In: SILVA, Enid R. C.; BOTELHO, Rosana. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.
- MATTOS, Elsa de, CHAVES, Antonio Marcos. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes – um estudo piloto. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.16, n.3, p.66-75, 2006.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.05-06, p. 05-14, 1997.
- MENEGON, Lizandra da Silva; MENEGON, Fabrício Augusto; KUPEK, Emil. Mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil: análise de tendência temporal, 2006-2015
- METEORO BRASIL. Seu trabalho será uberizado. YouTube. 13/03/2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oTZLnM9-RvQ&t=692s>> Acesso em 13 de janeiro de 2024.

- MIRANDA, A.; ARANCIBIA, M. La ambición es autobiográfica: género, espacio y desigualdad social entre jóvenes mujeres en el Gran Buenos Aires. **Revista Sudamérica**, Mar del Plata, n. 9, p. 95-116, 2018.
- MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 231-262, jul./dez. 2007.
- MOCELIN, Daniel Gustavo; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. O telemarketing e o perfil sócio-ocupacional dos empregados em call centers. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 365-387, Maio/Ago. 2008.
- MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. **International Conference on Information Systems (ICIS 2017)**, December 10-13, Seoul, Coréia do Sul, 2017.
- MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 647- 681, dez. 2019.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 329-349, jul./dez. 2003.
- MOREIRA, Jéssica. Entregadoras de apps: sem pausa para xixi e mais chance de roubo. Nós mulheres da periferia. 30/06/2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/entregadoras-de-apps-sem-pausa-para-xixi-ou-absorvente-e-mais-chance-de-roubo/> Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- MOURA, Leila Silva de. Juventude e trabalho: O sentido do trabalho para o jovem aprendiz. **RIOS - Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro**, Paulo Afonso, v.11, n.14, 2017.
- MOURA, Livia Romero de. Pedalando para sobreviver: o processo de uberização do trabalho e os entregadores ciclistas. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.
- NASCIMENTO, Adriana Rosa do; KASSOUF, Ana Lucia. Trabalho Infantil: Impacto do Programa Bolsa Família. **ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**. 2016.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.
- NASCIMENTO, Silmara. **Relações raciais e mercado de trabalho no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.
- NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. **Nota Técnica IPEA**. N. 67. Abril de 2020.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. **Revista NECAT**, v.10, n.19, Jan/Jun. 2021.
- NERY, Felipe Souza Dreger. Tendência temporal dos anos potenciais de vida perdidos por acidentes de trabalho fatais segundo raça/cor da pele na Bahia, 2000-2019. **Revista Brasileira da Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.47: e1, 2022.
- NETO, Nécio Turra. Movimento hip-hop do mundo ao lugar: difusão e territorialização. **Revista Geografia**, n. especial. v.1, p.1-11, 2013.

- NEVES, João Augusto. Cultura funk e subjetividades consumistas: sensibilidades da juventude no fluxo das periferias brasileiras. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. 2015.
- NEVES, Mateus de Carvalho Reis; GONÇALVES, Marcos Falcão; LIMA, João Eustáquio de. Mundos distintos e realidades semelhantes: empregabilidade dos jovens no Nordeste e Sudeste brasileiros. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 335-356, maio/ago. 2015.
- NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n.19/20, p.101-138, jan/dez 2004.
- NIQUINI, Roberta Pereira *et al.* Características do trabalho de estudantes universitários associadas ao seu desempenho acadêmico. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.1, p. 359-382, 2015
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.287-308, nov. 2006.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 647-678, set./-dez, 2007.
- NUNES, Késia Kiss; LIMA, Angelita Pereira de. Piso Pegajoso, Teto de Vidro e Abelha Rainha: a tríplice barreira imposta pela economia sexista. **Research, Society and Development**, v. 10, n.8, p.1-8, 2021
- OIT. 2015. Emprego juvenil no Brasil. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- OIT. 2020. Trabalhadores jovens serão duramente atingidos pelas consequências econômicas da COVID-19. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741875/lang--pt/index.htm Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- OIT. Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world International Labour Office. Genebra: ILO, 2018.
- OLETO, Alice de Freitas *et al.* Assédio sexual contra jovens trabalhadores: um estudo sobre a (in)visibilidade e as consequências deste fenômeno. **XX SEMEAD Seminários em Administração**. novembro de 2017.
- OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra: Brasil ano 2001**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.
- OLIVEIRA, Caíque. Gênero e mundo do trabalho: uma reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2004 - 2014). **V Simpósio Gênero E Políticas Públicas**, Londrina, Paraná, 2018. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1046>> Acesso em 15 de novembro de 2023.
- OLIVEIRA, Renata Couto. Gamificação e trabalho uberizado nas empresas-aplicativo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 61, n. 4, jul-ago, 2021a.
- OLIVEIRA, Flávia. O significado do ‘nós por nós’. O globo, 09/05/2021. Portal Geledés. 2021b Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-significado-do-nos-por-nos/> Acesso em 16 de maio de 2023.
- OLIVEIRA, Caíque Diogo; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens estudantes do ensino médio integrado: relações de gênero na formação profissional. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jan./jun. 2021.
- OLIVEIRA, Caíque Diogo; CORROCHANO, Maria Carla. Juventude e trabalho na pandemia de covid-19: a experiência dos “bike-entregadores” de aplicativos de *delivery*. **Princípios**, São Paulo, v. 42, p. 113-131, 2023.

OLTRAMARI, Andrea *et al.* SOCIEDADES DO TRABALHO UBERIZADO: O sonho do migrante permanece um pesadelo. In: **I Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira**. Guimarães, Portugal, 2022. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/cimdab2022/trabalho/238657>>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

ONU. 2019. Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais. Organização das Nações Unidas. 2019. Disponível em [https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20internacionais,ter%C3%A7a%20feira%20\(17\)](https://brazil.iom.int/pt-br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20internacionais,ter%C3%A7a%20feira%20(17).). Acesso em 20 de dezembro de 2022.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

PAMPLONA, Roberta Silveira; BARROS, Betina Warmling. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. **Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.95, p.1-20, jul./dez. 2021.

PANDELIVERY: quantas vidas vale o frete grátis. Diretor: Antonio Matos. Produção: Guimel Salgado. Local: São Paulo/SP. Soalma, 2020.

PAPPÁMIKAIL, Lia; VIEIRA, Maria Manuel. A (in)disponibilidade dos sujeitos como objeto de estudo: reflexões a partir de duas pesquisas com adolescentes. In: FERREIRA, Vitor Sérgio (org.). **Pesquisar jovens: caminhos metodológicos**. Lisboa: ICS, 2017.

PASSARINHO, Nathalia. Covid: As lições da favela que reduziu mortes em 90% enquanto Rio vivia tragédia. BBC News Brasil em Londres. 01/05/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56919419#:~:text=%22A%20gente%20conseguiu%20que%2096,sim%2C%20fazer%20isolamento%20numa%20favela>. Acesso em 16 de maio de 2023.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira Educação**, São Paulo, n.05-06, p. 15-24, 1997.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Montevideo, v.31, n.42, jun. 2018.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 261p. São Paulo, 2010.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Os 'rolezinhos' nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez Y Juventud**, v. 14, p. 545-557, 2016.

PEREIRA, F.; MATOS, M. Cyberstalking entre adolescentes: uma nova forma de assédio e perseguição? **Psicologia, Saúde e Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 1, pp. 57-69, 2015.

PERTICARRARI, Daniel. Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos. 2007.

PETERSEN, Anne Helen. **Não aguento mais não aguentar mais: como os millenials se tornaram a geração burnout**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

PICANÇO, Felícia. Juventude e trabalho decente no Brasil - uma proposta de mensuração. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 569-590, set./dez. 2015.

PIGENET, Michel. Virilidades operárias. in: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista Estudos Culturais**, São Paulo, v.1, n. 1, p.1-21. 2014.

- PINTO, Marta; LEITE, Carlinda. As tecnologias digitais nos percursos de sucesso acadêmico de estudantes não tradicionais do Ensino Superior. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e216818, p.1-17, 2020.
- PIRES, Aline Suelen; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. Mulheres na TI: as barreiras de gênero da infância à ascensão profissional. **Revista da ABET**, v. 21, p. 1-17, 2023
- PIRES, Aline Suelen; Perin, João Pedro Ferreira. Juventude e os sentidos do trabalho: experiências e perspectivas dos cicloentregadores plataformizados. **Revista Brasileira De Sociologia**, v. 11, n. 29, p. 124-150, Set-Dez/2023.
- POCHMANN, Márcio. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007
- POLLACK, William. **Meninos de verdade: conflitos e desafios na educação de filhos homens**. 2ª Ed. São Paulo: Alegro, 1999
- POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, jan-abr, 2019.
- PRATES, Ian *et al.* Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19**, AFRO-CEBRAP, n. 7, 2021. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Informativo-7-Desigualdades-raciais-e-de-ge%CC%82nero-no-mercado-de-trabalho-em-meio-a%CC%80-pandemia.pdf> . Acesso em 03 de jan. de 2023
- PRENSKY, Marc. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. **De On the Horizon**, V. 9 N. 5, Out. 2001.
- RAMOS, Carlos Alberto. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 115-137, jun., 2007.
- RANGEL, Felipe. A empresarização do comércio popular em São Paulo: Trabalho, empreendedorismo e formalização excludente. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação Em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- RANGEL, Felipe; MAGALDI, Thiago . Sobre a legitimação do trabalho precário: autonomia e justiça como categorias de engajamento. **Contemporânea**, v. 13, p. 33-54, 2023
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- REIS, A. M. D. dos. Corpos juvenis, disciplina e antidisciplina: experiências de trabalho nos Fast-foods (Florianópolis 2000-2008). **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, Paraná, v. 11, n. 23, p. 71-85, 2012.
- REPU. Nota Técnica sobre o Programa Ensino Integral (PEI) [Nota Técnica]. 2ª edição. São Paulo: REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE, 17 jun. 2021. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em 17 de Agosto de 2023.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIOS, Luís Felipe. Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.465-475, Jan./Abr. 2008.
- RIZZO, Catarina Barbosa da Silva; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. A representação social do trabalho para o adolescente. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 453-467, jul-dez, 2010.
- ROCHA, Carolina Silvestri Cândido; TATSCH, Ana Lúcia; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Mudança estrutural e seu impacto na produtividade: uma análise da ascensão do setor de serviços na economia brasileira. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 33, 2019.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e Atitudes Operárias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROQUE RODRIGUEZ, Ernesto. Tutoriais do Youtube como estratégia de aprendizagem não formal para estudantes universitários. **RIDE. Revista Iberoamericana de Investigación, Desarrollo, Educación**. 2020, vol.11, n.21, e056, Jul./Dez, 2021.
- ROSA, Leticia Barros Palma da. Trabalho juvenil em redes de fast food: ideologia e exploração. **Temporális**, Brasília, Distrito Federal, v.14, n.28, p. 173-192, jul./dez. 2014a.
- ROSA, Alexandre Reis. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 1, pp. 240-260, Maio/Jun. 2014b.
- ROSA, Pedro V. Feu. Só o povo salva o povo. Agência Congresso. 11/06/2021. Disponível em: <https://www.agenciacongresso.com.br/estado-e-povo/> Acesso em 16 de maio de 2023.
- ROSENBLAT, Alex. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work**. Oakland: University of California Press, 2018.
- ROSIN, Lucas Bravo. Construção e execução da agenda de políticas cicloviárias em Bogotá, Buenos Aires e São Paulo. In: Callil, Victor; Costanzo, Daniela (orgs). **Estudos de Mobilidade por Bicicleta**. São Paulo: Cebrap, 2018.
- ROSSO, Kelem Ghellere. Entre hambúrgueres e likes: reflexões sobre o cotidiano laboral de jovens funcionários/as de uma rede de restaurantes a partir de seus relatos no Youtube. **Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho**. 2022.
- SÁ, Julianna Gripp Spinelli de; LEMOS, Ana Heloisa da Costa. Sentido do Trabalho: Análise da Produção Científica Brasileira. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, ano 17, v.21, n.3, p.21-39, setembro/dezembro, 2017.
- SABÓIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho-Como entender a aparente contradição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n.81, 2014.
- SABÓIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.27 n.1, Abr. 2018.
- SABÓIA, João; BAETA, Fernando; GOMES, Gustavo. Desalentados no Brasil – Caracterização e Evolução no Período 2014/2019. Instituto de Economia UFRJ, Texto para discussão, 03, 2020. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_003_2020_SABOIA_BAETA_GOMES.pdf Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- SABÓIA, João *et al.* O Mercado de Trabalho no Brasil nas Crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças. Instituto de Economia UFRJ, Texto para discussão, 25, 2021. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_025_2021_SABOIA_ROCHA_VILLACORTA_MARTINEZ_SOARES.pdf Acesso em 24 de janeiro de 2022.
- SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.27, n.2, Mai-Ago. 2017
- SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v.63, n.especial, p.26-37, dez 2011.
- SANZ, Cláudia Linhares; PESSOA, Mirella. Imagens do futuro Risco e responsabilização na gerência neoliberal do amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 257-277, Mai/Ago. 2020
- SÃO PAULO. 2009. Lei nº 13.541, de 07 de maio de 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13541-07.05.2009.html> Acesso em 21 de janeiro de 2022

SÃO PAULO. Em quase dois anos, CPI dos Aplicativos investigou atuação de plataformas de transporte e delivery na capital. Redação: Daniel Monteiro. 09/01/2023. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/em-quase-dois-anos-cpi-dos-aplicativos-investigou-atuacao-de-plataformas-de-transporte-e-delivery-na-capital/> Acesso em 25 de agosto de 2023.

SCHOR, Juliet. Debatendo a economia do compartilhamento. In: ZANATTA, Rafael A. F.; DE PAULA, Pedro C. B.; KIRA, Beatriz. **As economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHWERTNER, Suzana Feldens. Palavras e Imagens sobre Amizade Jovem na Contemporaneidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 163-185, jan./abr. 2012.

SENKEVICS, Adriano Souza. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 213f. São Paulo, 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 34, p. 333-351, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 944-968, out./dez. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/dub2E>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, v.15 n.37. p. 81-109, 2002.

SILVA, Maria Gilvania Valdivino; TOMIZAKI, Kimi . O sonho de ser metalúrgico: dimensões da vivência juvenil no ABC Paulista. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, p. 86-109, 2016.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Palmares, 2006.

SILVA, René Marc da Costa. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 93-107, 2013.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Sesc, 2022.

SILVA, Camila Monaro.; MENEZES FILHO, Naércio.; KOMATSU, Bruno. Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira. **Inspere Policy paper**, São Paulo, n. 19, p. 1-34, ago. 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Abordagem-sobre-Sector-Servicos-Economia-Brasileira.pdf>. Acesso em: 18 de março. 2024.

SILVA, Alexandre Messa *et al.* Economia de serviços: uma revisão de literatura. **IPEA**, Texto para discussão, N. 1173, p. 7-32, abril. 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/201104_bmt_70_dossie_a2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

SILVEIRA, Janaina Olivia Faria Castilhos da. Os impactos da uberização do trabalho na saúde dos entregadores de app da grande Florianópolis. TCC de Graduação em Psicologia. Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20380/1/TCC%20VF%20JANAINA%20OLIVIA%20DE%20FARIA%20CASTILHOS%20DA%20SILVEIRA%20%281%29%20PDF%20A.pdf>> Acesso em 07 de março de 2023.

SILVESTRE; Bruno Modesto; NETO, Samuel Ribeiro dos Santos; AMARAL, Silvia Cristina Franco. “Sem tempo, irmão”: o trabalho e o tempo livre de entregadores uberizados durante a pandemia de covid-19. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.43: e000421, p.1-8, 2021

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: individuo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, Armando; SANTOS, Mariana Ferreira Peixoto dos; VAZ, Alexander Cambraia. Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, **Estudo Técnico** n. 03 / 2013. 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/392.pdf> Acesso em: 13 de março de 2023.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, n.102, Jul. 2015.

SINHORETTO, Jaqueline.; SCHLITTLER, Maria Carolina ; SILVESTRE, Giane . Juventude e violência policial no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, p. 10-35, 2016.

SLACK, Nigel *et al.* **Administração da Produção**. 10ª Ed. Barueri: Atlas, 2023.

SLEE, Tom. **Uberização**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOARES, Alexandre Bárbara. Juventudes e o mundo do trabalho: confinamento e a busca por pontes possíveis. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 222-238, jan./jun. 2011.

SOARES *et al.* Elementos da masculinidade que vulnerabilizam homens í morbimortalidade pela COVID-19: revisão integrativa. **Saúde Coletiva**, Barueri, v.11, n.65, p.5926–5939, 2021.

SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena Wendel. A juventude na mira da pandemia. Agência Fiocruz de Notícias. 26/04/2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/juventude-na-mira-da-pandemia> Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

SORTE, Paulo Boa; SILVA, Nayara Stefanie Mandarino; CARAVALHO, Caroline Barbosa de. Smartphones in higher education classrooms: motivations, rules, and consequences. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e230155, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Raquel. Rapazes negros e socialização de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.34, p. 107-142, jan./jun. 2010.

SOUZA, Eduardo Rumenig. Rebocadores urbanos e capitalismo de plataforma: ensaio sobre a entrega por bicicleta em São Paulo. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de São Paulo. 213f. São Paulo, 2021.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu; VAZQUEZ, Daniel Arias. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 409-426, abr./jun. 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular. 2021.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v.5 n.2, p.161-178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.06, p.37-52. 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). **Retratos da**

juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

SPOSITO, Marília (Org.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. in: KRAWCZYK, Nora. (org.) **Sociologia do ensino médio.** São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raque de; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e170308, 2018.

SRNICEK, Nick. **Plataform capitalism.** Cambridge: Polity, 2017.

SUNDARARAJAM, Arun. **Economia compartilhada:** o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão, São Paulo: Senac, 2018

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. **IX ANPED Sul.** 2012.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v.35, n.1, p.93-109, jan./mar. 2016.

TEIXEIRA, Marco Antonio; MOTTA, Renata; GALINDO, Eryka. Insegurança alimentar no Brasil em tempos de pandemia. **Lasa Fórum**, v.54, n.4, p.40-44, 2022.

THEODORO, Mário Lisboa. **A sociedade desigual:** racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

THEODORO, Mário Lisboa. Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007/mar. 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Cinthia Torres. Da frente ao fundão da sala de aula: masculinidades e envolvimento escolar na periferia de São Paulo. 195 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

TOMÁS, Maria Carolina; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz G. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2008.

TOMMASI, Livia di. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 101-129, Jan./ Mar. 2012.

TOMMASI, Maria Livia de. Jovens produtores culturais de favela. **Linhas Críticas**, Brasília, v.22, n.47, p. 41-62, jan./abr. 2016.

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 263-280, abr./jun. 2012.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuella. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, v.45, n.1, p.1-8, jan/dez. 2020.

UNICEF. Auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus: como funciona e quem pode receber? CONGEMAS. Cartilha Oficial. 2020. Disponível em

<<https://www.unicef.org/brazil/media/8031/file/cartilha-auxilio-emergencial-covid-19.pdf> nica>
Acesso em 24 de janeiro de 2022.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**: Reprovação, abandono e distorção idade-série. UNICEF, Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>
Acesso em 24 de janeiro de 2022.

UVINHA, Ricardo Ricci *et al.* Lazer, virtualidade e hospitalidade: a prática do Pokémon Go entre estudantes universitários. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v.13, n. especial, p. 01-16, nov. 2016.

VALLAS, Steven; SCHOR, Juliet B. What Do Platforms Do? Understanding the Gig Economy, **Annual Review of Sociology**, v. 46, p.273-294, Abr., 2020

VAN DOORN, Niels. Trabalho em plataformas é trabalho de minorias. In: GROHMANN, Rafael. (org.) **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Campinas, v. 18, p. 459-485, 2013.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **REMHU**, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, v. 26, n. 53, p. 135-151, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/bHTXNpZbPbB4pwSCcS5BgLG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 3 de jan. de 2023.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.35, e00207317, p. 1-17, 2019.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 14, p. 54-72, 2014.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2014.

VIANA, Márcio Túlio; TEODORO, Maria Cecília Máximo. Misturas e fraturas do trabalho: do poder diretivo à concepção do trabalho como necessidade. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 114, p. 299-343, jan./jun. 2017.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista brasileira de estudos da população**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 27-48, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a03> Acesso em out. de 2020.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VINCENT, Diane. Como fazer uma enquete com informantes. In: LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **The Gig Economy: A Critical Introduction**. Cambridge: Polity Press, 2020.

ZIMBARDO, Philip; COULOMB, Nikita. **Men, interrupted**. Newburyport: Conari Press, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista online

Comece fazendo uma breve apresentação sobre você

Quais os principais desafios que você está enfrentando atualmente enquanto bike entregador?

O que mudou na sua vida desde que você começou a trabalhar no(s) aplicativo(s) de *delivery*?
Por que?

O que esse trabalho significa pra você?

Ser bike entregador por app

Como você descobriu esse trabalho? Por que começou? Fale mais sobre isso. Que outras experiências de trabalho teve, com qual idade começou a trabalhar?

Quais os benefícios que você percebe nesse trabalho? (Elencar e depois perguntar por que cada benefício é importante para ele/ela) Quando eles ocorrem?

Como é para você trabalhar na rua? Por que?

Como é pra você se deslocar da periferia e trabalhar nas áreas centrais da cidade? Por que?

Como é para você questão do controle do seu trabalho? Alguém controla? Como é isso pra você?

Como é a sua relação com os colegas de trabalho? O que vocês fazem juntos? Com que frequência vocês ficam/ fazem juntos?

Você percebeu alguma situação de discriminação ou preconceito no trabalho como entregador? Aconteceu com você? Aconteceu com algum colega?

Você já foi bloqueado? Como foi isso pra você?

Você já juntou dívidas no app? Como foi isso pra você?

Você já foi banido? Há quanto tempo? Por que? Você conhece alguém que foi banido?

Alguma vez você veio trabalhar sem condições físicas (por estar doente, com dores, de “ressaca” ou cansado)? Como foi?

A pandemia produziu alterações no seu trabalho? Quais? (arranjos familiares, alguém perdeu emprego, tive que trabalhar mais ...etc.)

Quais medidas os aplicativos tomaram para que vocês não fossem contaminados? Quando elas foram tomadas? O que você pensa sobre isso?

Riscos

Você considera haver riscos no seu trabalho? Quais? Por que?

Você já se acidentou no trabalho? Quantas vezes? Como aconteceu?

Caso você venha a sofrer um acidente, quem dá apoio a você?

Você usa equipamentos para se proteger? Quais? Por quê?

O que a empresa faz em caso de acidentes? O que você pensa sobre isso?

Entregadoras

Você conhece mulheres que realizam esse trabalho?

Como você vê as mulheres entregadoras? Por que? E os seus colegas? Por que?

Você percebe alguma diferença no cotidiano das entregadoras? Por que?

Participação em paralisações

O que você fez durante as paralisações/"breque dos app"? Como ficou sabendo? Fale mais sobre isso

O que você pensa sobre as paralisações? Fale mais sobre isso.

Escola

Você está estudando? Fazendo algum curso?

Se não está estudando – você parou quando? Por que? Como foi experiência?

Você chegou a combinar trabalho e estudos em algum momento da sua trajetória?

Como foi sua relação com a escola pra você?

O que significa a escola na sua vida?

O que foi mais importante na sua experiência escolar?

[Caso esteja estudando] Como é pra você combinar o trabalho de entregador e os estudos?

[Caso não esteja estudando] Sente necessidade de voltar a estudar? Por que?

Diferença entre entregador com ensino superior e sem ensino superior?

Família

Percebeu alterações na relação com seus familiares depois que começou a trabalhar como entregador?

Como você faz para combinar o trabalho nos aplicativos com a família, a escola (para aqueles que estudam) outros trabalhos (para aqueles que tem outros trabalhos)?

O que a sua família pensa sobre o seu trabalho como entregador(a)?

Considerações finais

Como a covid-19 impactou a sua vida?

Pandemia afetou esses planos?

Como você tem enxergado e planejado os próximos anos? Quais são seus planos e expectativas de futuro? E em relação ao trabalho e aos estudos?

Por mais quanto tempo você se vê trabalhando nos aplicativos? Por que?

O que faria você deixar o trabalho nos aplicativos? Por que?



APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução N° 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016)**

**OS BIKEBOYS ENTREGADORES DE APLICATIVOS NA CIDADE DE SÃO
PAULO: JUVENTUDES, PRECARIIDADES**

Eu, Caíque Diogo de Oliveira, discente-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ Campus Sorocaba e do Departamento de Ciências Humanas e Educação o (a) convido a participar da pesquisa: Os bikeboys entregadores de aplicativos na cidade de São Paulo: juventudes, precariedades, por mim coordenado.

Ainda que as pesquisas sobre motociclistas ou ciclistas entregadores de aplicativos apontem a presença de jovens nessa ocupação laboral, as dimensões da juventude não têm sido contempladas como fundamento para a análise desses sujeitos. Sendo assim, esse projeto procura investigar como os jovens entregadores experimentam o processo de trabalhar nos aplicativos de entrega. A proposta desse estudo é compreender as experiências de trabalho dos bikeboys entregadores de delivery por aplicativo em relação aos processos de trabalho prescritos pelo crescente desenvolvimento de plataformas digitais desse setor.

Você foi selecionado (a) por ser jovem e estar cadastrado como entregador em algum dos aplicativos de delivery na cidade de São Paulo / SP, cidade onde o estudo será realizado. Primeiramente ele será convidado a responder um questionário estruturado com questões abertas e fechadas sobre seu perfil sócio-econômico e, posteriormente, será convidado a participar das entrevistas. Os procedimentos serão realizados a partir de dois encontros que serão realizados de forma não-presencial.

As entrevistas serão realizadas de modo não-presencial. a entrevista será conduzida via plataforma googlemeet ou whatsapp. A entrevista seguirá o mesmo roteiro que entrevistas presenciais e será gravada por meio de gravador de áudio. A expectativa é que a entrevista dure aproximadamente 2 horas.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, o pesquisador irá orientá-lo e encaminhá-lo para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a organização do trabalho.

Sua participação é voluntaria e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo

assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. Além disso, você possui acesso garantido aos resultados da pesquisa. A transcrição das gravações feitas nas entrevistas será realizada na íntegra pela pesquisadora e por mais dois transcritores, que receberão trechos dessas gravações. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação. Você receberá as transcrições via Googleforms e terá a opção de concordar ou não com a transcrição podendo sugerir mudanças por meio de uma caixa de diálogo ou entrando em contato com o pesquisador, haja vista que o telefone, e-mail e endereço serão disponibilizados aos/as participantes.

Você receberá uma via deste termo, durante o convite que será realizado por meio de aplicativo de mensagens você irá receber duas via do TCLE – e TALE quando necessário - assinada e rubricada pelo pesquisador. Será enviado também uma cópia do termo via googleforms a qual você terá a opção de clicar em “não concordo” e fechar o link ou em “concordo” com a participação na pesquisa segundo as informações do TCLE.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351- 9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Pesquisador Responsável: Caíque Diogo de Oliveira

Endereço: Rua Bernardo Mascarenhas Martins, n.446. Chácaras Três Marias -
Cajuru

Contato telefônico: (15)988-343-042 E-mail: caique.diogo@outlook.com.br

Local e data: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante

APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL

1. Nome: _____

2. Telefone/Whatsapp: _____

3. Em qual mês e ano você nasceu?

____ / ____

4. Qual o seu sexo?

1. () Masculino

3. () Prefiro não declarar

2. () Feminino

4. () Outro

5. Qual a sua identidade de gênero? (Assinale apenas uma opção)

1. () Masculino

3. () Prefiro não responder.

2. () Feminino

4. () Outro. Qual? _____

6. Em relação a sua orientação sexual, você se considera: (Assinale apenas uma opção)

1. () Heterossexual

4. () Bissexual

2. () Gay

5. () Prefiro não responder.

3. () Lésbica

6. () Outro. Qual? _____

7. O censo IBGE classifica pessoas no Brasil em relação à sua cor/etnia com as categorias branco, pardo, preto, indígena e amarelo. Como você se considera? (Assinale apenas uma opção)

1. () Branco(a)

5. () Amarelo(a)

2. () Pardo(a)

6. () Sem declaração

3. () Preto(a)

7. () Outros _____

4. () Indígena

8. Qual a sua religião? (Assinale apenas uma opção)

1. () Católica

6. () Umbanda

10. () Xintoísta

2. () Evangélica

7. () Judaica

11. () Sem religião

3. () Espírita

8. () Budista

12. () Outra.

5. () Candomblé

9. () Muçulmana

Qual? _____

13. () Prefiro não responder

9. Qual seu estado civil?

1. () Solteiro

2. () Casado

3. () união consensual / vive junto

4. () Divorciado (a)/ Desquitado (a)/
Separado (a)

5. () Viúvo(a)

6. () Prefiro não responder

10. Em qual cidade você nasceu? _____

11. Atualmente, em qual bairro você mora? _____

12. Você tem filhos? (Assinale apenas uma opção)

1. () Sim. Quantos? _____

2. () Não

13. Você tem enteados? (Assinale apenas uma opção)

1. () Sim. Quantos? _____

2. () Não

14. Quantas pessoas mora com você (incluindo você)?

1. () 1

2. () 2. Quem?

3. () 3. Quem?

4. () 4. Quem?

5. () 5. Quem?

6. () 6. Quem?

7. () 7 ou mais. Quem?

15. Quem está trabalhando ou exercendo alguma atividade para ganhar dinheiro em sua casa no momento?

16. Qual a profissão de seus pais ou responsáveis?

Profissão do pai ou responsável:

Profissão da mãe ou responsável:

17. Qual o grau de instrução de seus pais ou responsáveis (Assinale apenas uma opção em cada coluna)

Grau de instrução	Pai ou responsável	Mãe ou responsável
Pós-graduação	()	()
Ensino superior completo	()	()
Ensino superior incompleto	()	()
Ensino médio (2.º grau) completo	()	()
Ensino médio (2.º grau) incompleto	()	()
Da 5.ª à 8.ª série do ensino fundamental (Antigo ginásio)	()	()
Da 1.ª à 4.ª série do ensino fundamental (Antigo primário)	()	()
Não sei	()	()

18. Qual a renda mensal que você obtém com o trabalho no aplicativo

- 1.() Até R\$ 250,00
- 2.() De R\$250 a R\$500
- 3.() De R\$500 a R\$750
- 4.() De R\$750 a R\$1.000
- 5.() De R\$1.000 a R\$1.250
- 6.() De R\$1.250 a R\$1.500
- 7.() De R\$1.500 a R\$1.750
- 8.() De R\$1.750 a R\$2.000
- 8.() De R\$2.000 a R\$2.250
- 8.() De R\$2.250 a R\$2.500
- 8.() Mais de R\$2.500
- 9.() Prefiro não responder
- 10.() Não sei

19. Considerando o salário mínimo federal de R\$ 1.192,40, qual o somatório da sua renda familiar na atualidade? (Somatório da renda de todos que trabalham em sua casa, incluindo você). Considerar renda formal e informal. (Assinale apenas uma opção)

- 1.() Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.192,00)
- 2.() De 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 2.384,80)
- 3.() De 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 3.577,20)
- 4.() De 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 4.769,60)
- 5.() De 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 5.962,00)
- 6.() De 5 a 6 salários mínimos (até R\$ 7.154,40)
- 7.() De 6 a 7 salários mínimos (até R\$ 8.346,80)
- 8.() De 7 a 8 salários mínimos (até R\$ 9.539,20)
- 9.() De 8 a 9 salários mínimos (até R\$ 10.731,60)
- 10.() De 9 a 10 salários mínimos (até R\$ 11.924,00)
- 11.() Acima de 10 salários mínimos (mais de R\$ 11.924,00)
- 12.() Sem rendimento
- 13.() Não sei
- 14.() Prefiro não responder

20. Você recebe algum tipo de bolsa ou benefício do poder público (governo federal, estadual ou municipal)?

- 1.() Sim Qual/ quais:
- 2.() Não

21. Em que tipo de escola você estudou no ensino fundamental? (Assinale apenas uma opção)

- 1.() Somente em escola pública
- 2.() Somente em escola particular
- 3.() Parte em escola pública/parte em escola particular

22. Na escola, você já foi reprovado? (Assinale apenas uma opção)

- 1.() Sim, já reprovei. Quantas vezes?
 2.() Não, nunca reprovei (Vá para a questão 28)

23. Quais foram os motivos da reprovação? (Você pode assinalar mais de uma opção)

- | | |
|--|--|
| 1.() Dificuldade para conciliar trabalho e estudo | 10.() Discriminação na escola |
| 2.() Falta de vontade de estudar | 11.() Violência na escola |
| 3.() Dificuldade com as matérias | 12.() Problemas financeiros |
| 4.() Problemas de saúde | 13.() Necessidade de cuidar de filho(s)/irmão(s) |
| 5.() Mudança de residência | 14.() Necessidade de realizar afazeres domésticos |
| 6.() Problemas familiares | 15.() Outro: _____ |
| 7.() Dificuldades com o transporte | 16.() Não sei responder |
| 8.() Dificuldades com professores | |
| 9.() Desentendimento com colegas | |

24. Você já interrompeu os estudos antes de terminar?

- 1.() Sim, interrompi os estudos em uma ou mais séries do ensino fundamental
 2.() Sim, interrompi os estudos em uma ou mais séries do ensino médio
 3.() Sim, interrompi os estudos em séries do ensino fundamental e médio
 4.() Não, nunca interrompi os estudos (Vá para a questão XX)

25. Quais motivos te levaram a interromper os estudos? (Você pode assinalar mais de uma opção)

- | | |
|--|--|
| 1.() Dificuldade para conciliar trabalho e estudo | 10.() Discriminação na escola |
| 2.() Falta de vontade de estudar | 11.() Violência na escola |
| 3.() Dificuldade com as matérias | 12.() Problemas financeiros |
| 4.() Problemas de saúde | 13.() Necessidade de trabalhar |
| 5.() Mudança de residência | 14.() Necessidade de cuidar de filho(s)/irmão(s) |
| 6.() Problemas familiares | 15.() Necessidade de realizar afazeres domésticos |
| 7.() Dificuldades com o transporte | 16.() Outro: _____ |
| 8.() Dificuldades com professores | 17.() Não sei responder |
| 9.() Desentendimento com colegas | |

26. Atualmente, você estuda?

- Não
- Sim, estou no ensino médio
- Sim, estou em um ensino técnico. Qual curso?
- Sim, estou no ensino superior. Qual curso?
- Sim, outro. O que?
- Prefiro não responder

27. Pretende estudar futuramente?

- 1. Não
- 3. Sim, fazer cursinho pré-vestibular.
- 5. Fazer um curso profissionalizante de curta duração. Qual? _____
- 4. Fazer outro curso técnico. Qual? _____
- 3. Sim, cursar o ensino superior. Qual? _____
- 8. Não sei.
- 9. Outro: _____

28. Você está procurando trabalho? (Assinale apenas uma opção)

- 1. Sim. Por que?
- 2. Não. Por que?

29. Com quantos anos você começou a procurar trabalho? (Assinale apenas uma opção)

- 1. 12 anos ou menos
- 2. 13 anos
- 3. 14 anos
- 4. 15 anos
- 5. 16 anos
- 6. 17 anos
- 7. 18 anos
- 8. 19 anos
- 9. 20 anos
- 10. 21 anos ou mais

30. Com quantos anos você começou a trabalhar? (Assinale apenas uma opção)

- 1. 12 anos ou menos
- 2. 13 anos
- 3. 14 anos
- 4. 15 anos
- 5. 16 anos
- 6. 17 anos
- 7. 18 anos
- 8. 19 anos
- 9. 20 anos
- 10. 21 anos ou mais

31. Você já trabalhava/trabalhou antes de começar a fazer entregas por aplicativos? (Assinale apenas uma opção)

- 1. Sim. Com quantos anos começou a trabalhar? _____
- 2. Não

32. Você já ficou sem trabalho/ desempregado/a em algum momento? (Assinale apenas uma alternativa)

- 1. Sim. Quando? Quanto tempo?
- 2. Não
- 3. Não me lembro

33. Você realiza alguma tarefa doméstica em sua casa? (Assinale quantas opções precisar)

- 1. Não realizo atividades domésticas. (Vá para a questão 53)
- 2. Realiza tarefas de limpeza e arrumação da casa.
- 3. Lava, passa e organiza as roupas da sua família.
- 4. Faz as refeições dos moradores da casa.
- 5. Cuida do jardim e das plantas da residência.
- 6. Cuida de alguma criança durante a ausência dos pais ou responsáveis.
- 7. Cuida de algum idoso na residência.
- 8. Outro. Qual?

34. Quanto tempo você gasta por dia se deslocando até o trabalho?

Ida: Min

Volta: Min

35. Para quais empresas você trabalha?

- 1. uber eats
- 2. ifood
- 3. rappi
- 4. Loggi
- 5. 99food
- 6. Bee
- 7. APPJusto
- 7. Box Delivery
- 7. James
- 7. Outro: Qual: _____